



This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

- + *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.
- + *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.
- + *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.
- + *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at <http://books.google.com/>

HDI



HL DSU7 7



LIVRARIA MORAIS

Antonio Pinto de Moraes

Completo e variado sortimento
de livros nacionaes e estrangei-
ros. Material escolar

PAPELARIA E TYPOGRAPHIA

Av. Aff. Penna, 776—B. Horizonte



HARVARD LAW LIBRARY

Received

MAR 5 1932

FORUM

REVISTA MENSAL

DE

DOCTRINA, JURISPRUDENCIA E LEGISLAÇÃO

REDACTORES E PROPRIETARIOS

Theophilo Ribeiro

Doutor em Direito e Cathedratico na Faculdade Livre de
Direito de Minas Geraes.

Josuel Franzen

Bacharel em Direito e Advogado nos Auditorios da Capital



ANNO VI

JULHO A DEZEMBRO

VOLUME XII

Bello Horizonte

Typographia do FORUM, — Rua da Bahia

1901

MAR 5 1932

2/5/32

DOUTRINA

SUSPEIÇÃO DE JURADOS

Por accordão de 16 de Fevereiro do corrente anno, dando provimento a uma apelação crime procedente desta comarca de Diamantina, o Egregio Tribunal da Relação do Estado decidiu, em sua sabedoria, annullar, o julgamento « por não terem os jurados, que se derão de suspeitos, declarado o motivo da suspeição que tinham para deixarem de fazer parte do conselho, para o qual forão sorteados, a fim de conhecer-se da procedencia ou improcedencia d'elle, e poder-se firmar a competencia dos que os substituíram ».

E assim julgando por este primeiro e principal fundamento, de certo preponderante sobre a omissão apparente de um quesito relativo a uma aggravante, e sobre a alteração de um tempo de verbo na resposta a outro, mandou o venerando Tribunal que fosse o reu submettido a novo julgamento, e condemnou nas custas o Juiz de Direito que presidiu o julgamento annullado.

Com o devido respeito e acatamento á colendíssima decisão do Tribunal superior, que foi integralmente cumprida, como cumpria, e somente no intuito de justificar o desacerto, já que o houve, do Juiz que presidiu o julgamento, impetrarei venia para expôr simplesmente as razões por que o mesmo presidente do jury entendeu que, em face da lei a que obedeceu, não podia exigir, como não exigiu, que os jurados suspeitos declarassem o motivo de sua suspensão.

Nova ao que parece, a doutrina ora firmada pelo respeitavel accordão, por isso mesmo, quanto deva ser recebido pela expressão da melhor, por emanar do primeiro tribunal judiciário do Estado, ainda não constitue um aresto, conforme a noção que do caso julgado, com tal força, deixou o jurisconsulto romano Callistratus, na lei 38, do Dig., liv. 1.º, tit. 3, De legibus : *In ambiguitatibus, quæ ex legibus proficiuntur, consuetudinem aut rerum perpetuo similiter judicatarum auctoritatem, vim legis obtinere debere.*

Donde o eminente jurisconsulto Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal, em luminoso voto vencido ao accordão de 16 de Abril de 1898, proferido pelo mesmo tribunal, definiu o aresto « um producto espontaneo e inconsciente da elaboração mental dos Juizes que, nutridos de idéas e principios, regras e praxes anteriormente apprehendidas, ou formadas por estudos de occasião, reúnem-se concentram-se, accordam, sem concerto prévio, no julgar sempre

da mesma maneira, perpetua e semelhantemente, os casos submittidos ao seu conhecimento » ; concluindo com os velhos juristas e escriptores que o aresto—*res est perpetuo similiter judicata*.

Certo é que, pelo art. 61 da Constituição da Republica, « as decisões dos Juizes e tribunaes dos Estados, nas materias de sua competencia, poem termo aos processos e ás questões », salvas as excepções ali estabelecidas ; e portanto os accordãos do Tribunal da Relação do Estado, que em regra julgam em ultima instancia, formando jurisprudencia propria com eue fixam a intelligencia dos preceitos legais, devem ter preferencia para a interpretação doutrinal da lei, em cuja applicação é sem duvidaa obrigatoria para os Juizes singulares de primeira instancia, á semelhança dos assentos da Casa de Supplicação de Lisboa e dos tomados pelo antigo Supremo Tribunal de Justiça, aos que o decr. n. 2681, de 23 de Outubro de 1875, dava outr'ora força de lei.

Nem, provavelmente, outra ponderação houve que dictasse a disposição do art. 1.º da lei n. 133, de 17 de Julho de 1895, sinão que no interesse de uniformisar-se a Jurisprudencia a bem da garantia dos direitos individuaes em litigio, os Juizes, applicando a lei aos casos occorrentes, observem a doutrina adoptada pelo Tribunal da Relação emquanto, ao menos, não se tornar effectivo a faculdade contida na segunda parte do art. 73, da Constituição do Estado.

Mas, primeiramente, hypothese, não se

trata, como ha de ver-se, de duvidas manifestadas por julgamentos divergentes na execução de uma lei, nem tão pouco de materia importante e controvertida que mereça solução definitiva, pelo tribunal competente, para que já dispunha o citado decreto de 1875, e a que de novo a lei do Estado provê tambem, em ordem a pôr termo a qualquer discordancia ou contradicção entre julgados e decisões baseados nos mesmos preceitos legais.

O que regula actualmente a suspeitação dos jurados é o dispositivo claro e preciso do art. 146, remissivo ao art. 138, do Reg. 582, de 8 de Março de 1892, que « consolidou as disposições legislativas e regulamentares, relativas ao tribunal do jury » ; não carecendo sequer de interpretação no sentido peculiar e technico, mesmo de parte o principio — *interpretatio cessat in claris*, vantajosamente combatido por Savigny e outros auctores.

Analoga é a disposição do art. 61, do *Cod. do Processo*, que sempre se applicou aos jurados sorteados quando suspeitos, como o declaravam numerosos avisos, entre os quaes os de 3 de Janeiro de 1834, de 1.º de Agosto de 1850, de 26 de Fevereiro e de 2 de Abril de 1886, em que se fundou o illustrado Doutor Sub-Procurador do Estado, em parecer de 16 de Outubro de 1896, publicado no órgão official n. 220, de 18 dos mesmos mez e anno.

Assim, pois, sendo, suspeitos são os jurados que se declaram : 1.º inimigos capitaes ; 2.º ami-

gos intimos ; 3°. parentes consaguineos ou affins, até o segundo grau, de alguma das partes ; 4°. seus amos, tutores ou curadores ; 5°. os que tiverem com ellas, ou com alguma, demanda ; e 6°. os que tiverem particular interesse na decisão da causa.

Em todos estes casos devem os jurados dar-se de suspeitos, ainda quando não sejam recusados, conforme dispõe o cit. art. 138, do vigente regulamento do jury, declarando sob juramento o motivo da suspeição, nos restrictos termos do art. 146, do mesmo Regulamento, a saber: se são inimigos capitaes, amigos intimos, parentes dentro do segundo grau, amos, tutores ou curadores de alguma das partes ; se tem com ellas demanda ou particular interesse na decisão da causa em julgamento.

Evidentemente, porém, não está na letra, nem mesmo no espirito de tal disposição que os jurados especifiquem o motivo da suspeição, expondo factos e actos, origem da inimizade, quaes os mencionados na Ord., liv. 3, tit. 56, § 7, ou a natureza das relações de amizade que entreteem com a parte, e de cuja intimidade são elles os unicos competentes para julgar, considerando-se inhibidos, ou não, de « pronunciar-se bem e sinceramente na causa, haver-se com franqueza e verdade, só tendo deante dos olhos Deus e a lei, e proferir o seu voto segundo a sua consciencia, » consoante a formula do juramento que são obrigados a prestar.

Da mesma sorte parece que será ocioso, si-

não absurdo, exigir dos jurados a explanação da propria genealogia, de que resulte o parentesco com a parte, a explicação da sua qualidade de amo ou da especie de tutela ou curatella que exerce sobre a mesma parte ; e igualmente superfluo, indagar dos jurados que demanda teem com o accusado ou com o accusador.

Ninguém, de certo, admittirá semelhante interpretação do art. 138, combinado com o art. 146, do regulamento do jury, porque, quando mister fosse interpretal-o--*interpretatio illa sumenda qua absurdus evitetur.*

Ora, exactamente no mesmo caso está o «particular interesse na decisão da causa, motivo de suspeição que absolutamente escapa á apreciação de outrem, que não o proprio Juiz que se dá de suspeito sob juramento, como se devem dar os jurados por obrigação imposta pelo citado regulamento, e que já se continha no art. 330, do *Cod. do Processo.*

Nem, por certo, importa na obrigação de declarar em que consiste esse interesse, a competencia que tem o Juiz de Direito presidente do jury, para admittir, ou não, a suspeição, no exercicio da attribuição que lhe confere em o n. 16, o art. 57, do preceitado Regul n. 582, de 1892, conforme o art. 281, do *Cod. do Processo*, tambem supracitado, art. 203, § 13, do regul. n. 120, de 31 de Janeiro de 1842, e outras disposições.

Ao Juiz de Direito compete effectivamente averiguar se o motivo de suspeição apresentado

pelo jurado, está, ou não, comprehendido entre os mencionados na lei para, na conformidade della, conhecer da procedencia ou imporcedencia da mesma suspeição; mas nunca penetrar na consciencia do jurado, a devassar intimos arcanos, que nenhum poder humano tem a faculdade de fazer revelar.

De internis solus Deus, dizem os moralistas, e jamais, num regimen republicano democratico, auctorisaria a lei a pratica inquisitorial de obrigar os Juizes a descobrirem segredos pessoas, por vezes de consciencia, quando jurão que são suspeitos em alguma causa, com a declaração formal de terem particular interesse na decisão della.

Com effeito, o motivo da suspeição pode bem ser de ordem reservada, e tal que os Juizes, como os jurados, não possam nem devão publical-o; e nem a lei estatue sobre a recusa de manifestal-o, nem determina os meios coercivos, nem commina qualquer sanção penal para a especie.

E' que está entendido que, além dos motivos de suspeição que podem ser manifestados, pode haver outros que pésem sobre a conscienciado julgador e que não devão mesmo ser divulgados, mas que imperiosamente exijam que se declare suspeito, firmando essa sua declaração com juramento, nos termos do art. 249, do cit. Reg. n. 120, de 31 de Janeiro de 1842, para evitar susceptibilidades vãs e evasivas infundadas ou compromettimentos egoistas, que possam provir-

do julgamento, como notou Pimenta Bueno no *Processo Criminal*, tit. 1.^o, Cap. 3, n. 119.

Taes motivos reservados de suspeição estão comprehendidos «no particular interesse na decisão da causa,» que o Juiz não é obrigado a especificar, uma vez que firme a suspeição com o juramento, o que é principio geral e applicavel a todos e quaesquer julgadores, e portanto aos jurados, segundo a Ord., liv. 3.^o tit. 21, § 18; sendo doutrina corrente, conforme a nota 3, á mesma disposição no *Codigo Philippino* de Candido Mendes.

Nem ha razão plausivel por que se não applique semelhante principio á suspeição dos jurados, que de certo são tambem julgadores, e mais frequentemente poderão ter motivos graves e occultos para se darem de suspeitos, por affeição, odio, contemplação ou interesse pessoal; porquanto são illimitados os motivos de suspeição, como observou Camara Leal, nas *Suspeição e Recusação*, cap. 3, n. 60.

Demais, nem o art. 204, da lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891, nem o art. 57, do Regul. n. 583 de 8 de Março de 1892, já por vezes citado, nem disposição alguma anterior vigente, nos termos do art. 235, daquella mesma lei, dá ao presidente do jury, entre suas diversas attribuições, competencia para exigir do jurado, que se declara suspeito por interesse particular na causa, que designe especificadamente esse interesse; e consequentemente o que o fizesse, além de proceder contra litteral disposição da lei, incidindo

na sanção do n. 1.º, do art. 207, do *Cod. Penal*, excederia os limites das funções próprias do cargo, e commetteria uma violencia, a pretexto de exercel-as, incorrendo, segundo as circumstancias, nas penas dos arts. 226 e 231, do mesmo Codigo.

Portanto, se o jurado sorteado para o conselho declara que se dá de suspeito por ter particular interesse na decisão da causa, ao Juiz de Direito, presidente do jury, nada mais é licito que deferir-lhe o juramento de suspeição, como sempre julgára o Egregio Tribunal da Relação do Estado, uniformemente, antes do accordão a principio mencionado ; e foi decidido por Accs. de 14 de Junho de 1892, de 7 de Janeiro de 1893, de 27 de Setembro do mesmo anno e, *signanter* de 4 de Outubro de 1899, além de outros, todos accordes com os pareceres do illustrado Desembargador Procurador do Estado, de 4 de Junho de 1894, de 22 de Outubro de 1898, e varios outros.

Mas, na propria jurisprudencia do Tribunal Superior, precisamente resolve a questão um despacho do venerando Presidente do mesmo Tribunal, inserto em o n. 8, do 2.º vol. do anno 1.º, a pags. 181—183, desta Revista, e pelo qual ficou ainda mais firmado o principio, aliás inconcusso, que todo e qualquer julgador que sentir-se em sua consciencia suspeito para funcçãoar em um feito, assim o declarará com juramento, de conformidade com a citada Ord., liv. 3, tit. 21, § 18, que não foi revogada pelo art. 61, do *Cod.*

do Processo, nem pela legislação subsequente até a do actual regimen, e com que não tem esta antinomia alguma, quando determina o juramento de suspeição, que a mesma Ordenação só exigia para a suspeição de consciencia.

Essa criteriosa e justa decisão acceitou, pois, como procedente, que o são, as juridicas razões pelas quaes um dos dignissimos Dezembargadores, dando-se de suspeito, não se julgou obrigado a declarar, com especificação, o motivo da suspeição, firmando-a pelo juramento, que é garantia completa da realidade do motivo não especificado, como demonstrou, especialmente quanto aos Dezembargadores, porém com fundamento em disposições leaes referentes a todos e quaesquer julgadores.

Por ultimo, é mister attender ás graves consequências de semelhante doutrina, que ao jurado, que se dá de suspeito por particular interesse na causa, impõe a obrigação de revelar o motivo reservado desse interesse; porque não raro ultrapassaria ella as raias da moral, occasionando escandalos, em detrimento da seriedade da justiça e offensa aos mais delicados interesses sociaes, e a quem os provocar caberia toda a responsabilidade dos maleficios e subversivos effeitos desse excesso de zêlo pela constituição do jury, dessa « observancia superstitiosa da lei », já reprovada pela Ass. de 10 de Junho de 1817, porque é do texto sagrado: *Impossibile est ut non veniant scandala: vas autem illi per quem veniunt* ! Luc., Evang., cap. 17, v. 1°.

E os velhos praxistas figuram exemplos assás frisantes de motivos occultos de suspeição, por odio, amor e contemplação, que podem apresentar innumeradas variedades e que não devem ser relevados, quando venhão a affectar a honra pessoal do Juiz suspeito ou de outrem, quando manifestal-os seja violar o segredo profissional, como do advogado, do medico, do funcionario ; quando exponha o mesmo jurado a compromissos, punição, desar, e em tantos outros casos.

A este proposito e para corroborar com um facto a serie de observações aqui expandidas, demonstrando, que, alem de não basear-se na lettra, nem no espirito da disposição legal, a exigencia de especificação do particular interesse, motivo declarado, sob juramento, da suspeição do jurado, pode ser altamente inconveniente, occorre-me um incidente semicomico, burlesco e menos decente, suscitado ha bem annos, numa sessão do jury de comarca de Minas, pela insistencia do presidente do tribunal em saber donde provinha tal interesse, e pelo desembaraço do jurado suspeito sem confessar as relações que o determinavam, sem meios termos nem reticencias, occasionando a natural expansão dos espiritos humoristas, com a maior irreverencia ao decoro, sinão á gravidade da justiça.

D'entre os leitores desta Revista, alguns, provavelmente, presenciaes testemunhas do facto ou contemporaneos, talvez o mesmo jurado e

talvez o proprio Juiz, presidente daquella sessão, distincto mineiro e magistrado dos mais illustres, recordar-se-á ainda do referido episodio, perpetuado, á guisa de anedocta, pela memoria dos velhos advogados e funcionarios do fôro da comarca, que ainda vivem.

Entretanto está decidido que é nullidade do julgamento perante o jury não declarar o jurado suspeito o motivo do particular interesse na decisão da causa, afim de conhecer-se da procedencia ou improcedencia d'elle e poder-se formar a competencia, do que o substituir, não obstante não vir a especie consignada no art. 5 da lei n. 17, de 20 de Novembro de 1891, que apenas indica, entre os termos essenciaes do processo, o compromisso ou juramento do jurado, nos termos do n. 23, do art. 4.

Entretanto, o Juiz de Direito que presidiu o julgamento, annullado por tal fundamento, foi condemnado nas custas, pena, ainda que de effeito meramente moral, de cuja imposição não ha recurso especial na lei, emquanto nos habeas-corpus, sendo os pacientes soltos, as custas são pagas pela auctoridade que houver ordenado o constrangimento illegal, como dispõe o art. 16 da citada lei n. 17, de 1891, somente quando o tiver feito por abuso de poder, segundo é expresso no art. 20, do Reg. n. 583, de 8 de Março de 1892, e art. 174, da lei n. 105, de 24 de Julho de 1894.

E' que tem julgado o venerando Tribunal superior, sempre felizmente com votos vencidos,

que nos termos litteraes do art. 15 do precitada lei n. 17, será condemnado nas custas dos actos do processo, que forem annullados, o funcionario judicial que houver dado causa á nulidade ; nada importando que esta provenha de erro, ignorancia ou dolo, como se entendia no dominio da antiga legislação, ao que perfeitamente assignalam os illustrados auctores das «Annotações» áquella mesma lei, em a nota 53 á mencionada disposição, que «não é nova e deve ser entendida e applicada rasoavelmente» ; ou que seja, pelo menos, controverso o assumpto, duvidosa a intelligencia do preceito legal, ainda não fixada pela competente jurisprudencia moderna, e o Juiz, sciente e consciante, tenha a má sorte de pensar, reflectir, raciocinar e decidir, pela propria convicção.

Diamantina, 12 de Março de 1901.

ANTONIO AUGUSTO VELLOSO.

JURISPRUDENCIA

SECÇÃO CIVEL

Inapplicabilidade do disposto no art. 182, § 1.º do Reg. 737 de 1850, por não tratar-se de contractos commerciaes, segundo o art. 123 do *Cod. Commercial*.

Applicabilidade da excepção a que se refere a *Ord.*, L. 3.º, tit. 49, § 11,

Appellação Cível n. 1410

Appellante — D. Francisca da Cunha Nobrega de Ayrosa.

Appellados — D. Maria Emilia Guillot e sua filha menor

RELATOR O SNR. DEEMBARGADOR RESENDE COSTA

Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de

acção cível, entre partes — appellante D. Francisca da Cunha Nobrega de Ayrosa e appellados D. Maria Emilia Guillot e sua filha menor, representando o espolio de Theophilo da Cunha e Souza, filho e devedor da appellante, accordam em Relação dar provimento á appellação e reformar a sentença, de que foi interposta, para julgar procedente a acção e condemnar os appellados á pagarem á appellante a quantia de 15:090\$000, juros legais e custas ; porquanto, pelos depoimentos de testemunhas, insuspeitas no caso, e documentos exhibidos pela appellante, ficára exuberantemente provada sua intenção ; não sendo applicavel o disposto no art. 182, § 1.º, do Reg. n. 737, de 1850, que só rege a prova dos contractos commerciaes de accordo com a art. 123 do *Cod. Comm.*, ; mas, sim a excepção, á que se refere a *Ord. L. 3, Tit. 59 § 11*, como bem demonstrado se acha nas razões á fls. 100.

Assim decidindo condemnam os appellados nas custas.

Minas, 16 de Março de 1901. — *Braulio P. — Rezende Costa — Theophilo — Saraiva.*

A prova testemunhal é admit-tida como subsidiária e com-plementar de outra por es-cripto, qualquer que seja o valor do contracto que se queira provar.

O começo de prova resul-ta de mu acto publico ou par-ticular assignado por aquelle contra quem se quer fazer prova.

Appellação Cível n. 1196

Appellante—*Francisco Dias de Carvalho.*

Appellado—*Antonio Gonçalves Gomes.*

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE

COMARCA DO POMBA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos estes autos de acção ordinaria entre partes como auctor Antonio Gonçalves Gomes e reu Francisco Dias de Carvalho, petição de fls. 2 á 4, doc. de fls. 5, e segs., contestação de fls. 19, replica de fls. 21 e 22, treplica de fls. 23, prova testemunhal de uma e outra parte, depoi-mento do reu á fls. 24, auto do exame feito por peritos, fls. 128 a 130, razões finaes por parte do auctor, que correm de fls. 136 a fls. 160 v., e e por parte do reu, as de fls. 163, *usque* fls. 168 :

Allega o auctor, resumidamente : que o reu lhe deve, pelo doc. de fls. 5, a quantia de 9:555\$550, de principal e juros ; que a obrigação do reu resulta de uma outra de 10:235\$000, que

mesmo devia a José Cordeiro de Carvaiho; que sendo o unico herdeiro de Cordeiro, por successão testamentaria, de commun accordo com o reu, com o fim de evitar o pagamento do imposto devido á Fazenda Publica, e mediante vantagem de desconto a elle, substituiram a primitiva divida pela de 8:000\$000, constante do doc. de fls. 5 ;

que para melhor simularem a substituição feita, foi o credito datado com data anterior ao fallecimento do Cordeiro ;

que, depois, aconselhado por amigos, descreveu no inventario o valor da primitiva divida e de outras que forão substituidas pelo mesmo processo, e sobre o valor dellas pagou os direitos devidos. O reu defendeu-se dizendo, em resumo : que não assignou o doc. de fls. 5, e que a obrigação nelle contida não é verdadeira ;

que o auctor, na época em que foi assignado o dito doc.; era pobre e porisso não podia emprestar a quantia de 8:000\$000 ;

que já pagou o que devia a Cordeiro ;

que a data do credito é anterior á morte de Cordeiro. O auctor replicando, resume a materia allegada na sua petição de fls. 2, accrescentando somente :

que em Maio de 1894, data do credito, possuio valores muito superiores a 8:000\$000 ;

que a esse tempo já era credor de quantias equivalentes a esta. O reu replicou por negação.

O que tudo bem examinado e ponderado :

Considerando que, no estado actual do nosso direito, a prova testemunhal é admittida como subsidiaria e complementar de outra prova por escripto, qualquer que seja o valor do contracto que se pretenda provar (art. 183, do Reg. 737 ; Bevilacqua, *Dir. das Obrigações*, § 75, Sentença actual Juiz de Direito desta comarca, confirmada unanimemente pela Relação, no *Forum*, vol. 4);

Considerando que o começo de prova resulta de um acto publico, ou de um acto particular, assignado por aquelle contra quem se quer fazer prova (Pothier, tom 2º, n. 807) ; portanto,

Considerando que, assim sendo, o doc. de fls. 5, escripto e assignado pelo proprio punho do reu, constitue começo de prova ;

Considerando que essa presumpção, em favor do auctor, é completada pela confissão extrajudicial do reu, feita em conversação ás testemunhas, como se vê á fls. 36 v., 38 v, 64, 74 e v., 75 v., 77 v., 111 e 114 ;

Considerando que, se este genero de prova, feito fóra da presença do credor, é imperfeito, na opinião de Dumoulin ; Pothier, porém, obr. cit., tom 2º n. 835, faz uma distincção, escripta para o caso presente, verbis : quando meu devedor tem concordado extrajudicialmente me dever uma certa somma, e depois intimado para pagal-a néga ter contrahido essa divida para commigo, a confissão anteriormente feita o convince de mentiroso, e estabelece prova da divida, cujo pagamento eu exijo ; não podendo

mais ser attendido, sem provar que pagou essa somma, que negou ser devedor ; »

Considerando que a prova testemunhal, produzida pelo auctor, é, na exigencia de direito, valiosa por conter os requisitos necessarios ; pois, tal se considera aquella ;

- a) que não pecca quanto a forma ;
- b) que não será rejeitada por qualquer causa de suspeição contra a pessoa da testemunha ;
- c) que não contenha coisa que faça suspeitar de sua sinceridade (Pothier, cit., n. 820) ; por isso ;

Considerando que a prova do auctor, como deduzido fica, estando revestida destes requisitos, a prova testemunhal, exhibida pelo reu, não pode illidir aquella, porque no conflicto de uma com outra, na melhor critica de direito deve se attender á qualidade das testemunhas, ao numero dellas e á concludencia de seus ditos ; e as do auctor estão neste caso em relação ás do reu, e conforme o brocardo juridico : *Numerus testium, dignitas et auctoritas confirmant rei de qua queritur fidem* (Ord., Liv. 3^a. Tit. 60, § 7, *in fine* ; Moraes Carvalho, *Prax. For.*, § 537, e not. 322).

Considerando que a letra e firma do doc. de fls. 5, estão solemnemente reconhecidas por dous tabelliães, confirmado pelas testemunhas á fls. 32 v. 55, 62 v., 71 v. e 76 v., como sendo do proprio reu, tal documento constituindo uma presumpção, *semiplenam probationem*, prova a obrigação nella contida, desde que acceda prova tes-

temunhal, como complementar, não obstante ter o reu negado firma e obrigação, como já foi solemnemente decidido por acc. unanime da Relação de S. Paulo, de 3 de Julho de 1883, sancionando doutrina magistralmente sustentada por eximio jurisconsulto, hoje lente da Faculdade de S. Paulo, (*Dir.*, vol. 32). Porisso, pelo mais dos autos, pronunciações de direito sobre a materia, com as quaes me conformo, julgo procedente a acção intentada á fls. 2, e condemno o reu a pagar ao auctor a quantia pedida de 9:555\$550 réis, juros accrescidos e custas.

Publique-se, intime-se e cumpra-se.

Pomba, 14 de Novembro de 1898.

ANTONIO DE PAULA SENRA.

Em tempo. Publique-se em cartorio.

Pomba, 14 de Novembro de 1898.

PAULA SENRA.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil da comarca do Pomba, entre partes como appellante Francisco Dias de Carvalho e appellado Antonio Gonçalves Gomes, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada por seus fundamentos conformes a direito e ás provas dos autos. Pagas as custas pelo appellante.

Minas, 13 de Junho de 1900.

*Braulio P.—Alves de Albuquerque—Julio da Veiga
Fernandes Torres.*

A prova testemunhal é sufficiente nos termos dos artigos 138, § 7º e 183 do Regul. 737 de 1860, para subsidiaria ou complementarmen-te convencer da veracidade da divida constante de conta extrahida de livros de commerciante.

Appellação Cível n. 1331

Appellante—João de Medeiros Vas.

Appellado—Antonio David Lopes Abelha.

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR VEIGA

COMARCA DE MANHUASSU

Tribunal da Relação de Minas.

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos na forma da lei e praxe :

O auctor requereu à fls. 2 a citação do réu para na primeira audiencia posterior falar aos termos de uma acção ordinaria para cobrança da quantia de 1:963\$970 rs., constante da conta que juntou, extrahida dos livros de sua casa commercial, protestando apresentar opportunamente outras provas da veracidade das suas allegações.

Citado o réu e accusada a citação em audiencia (fls. 8) compareceu o réu por seu advogado, que no praso legal contestou a acção, como se vê de fls. 8 v. a 10, allegando serem falsos alguns lançamentos da conta apresentada pelo auctor e haver um engano d'este da quantia de 866\$000 rs., constante da nota que está á

fls. 11 e bem assim ser o auctor devedor a elle réu da quantia de 1:465\$500, rs. importancia de serviços prestados como empreiteiro e operario.

O auctor replicou á fls. 13 e o réu treplicou á fls. 14 sustentando cada um d'elles suas allegações anteriores. Posta a causa em prova e aberta, para esse fim, a necessaria dilação na audiencia (fls. 15 v.) forão inquiridas as testemunhas offerecidas pelo réu, a primeira á fls. 21, disse: que era falso o lançamento da quantia de cem mil rs. da conta apresentada pelo auctor, porque nem o auctor lhe havia pago tal quantia nem o réu lhe déra ordem verbal ou escripta para recebê-la, mas que talvez se referisse a um filho seu.

Depôz a segunda, á fls. 21 v., que era igualmente falso o lançamento da mesma conta na parte relativa á quantia de 3\$000 rs. que se diz haver a testemunha recebido do auctor por conta e ordem do réu e que attribue o engano á semelhança do seu nome com o de outro individuo que é vendedor de generos alimenticios.

Inquiridas as testemunhas offerecidas pelo auctor, depôz a primeira, á fls. 24, que sabe que o réu deve ao auctor a quantia pedida e constante da conta de fls. 2, porque residia em casa do auctor; viu o réu comprar mercadorias á praso, viu o auctor emprestar-lhe a quantia de 100\$000, rs. em dias de Setembro de 1897; que viu tambem o réu prestar serviços ao auctor rebocando a casa nova.

A segunda testemunha, á fls. 25 e v., diz qu

viu o auctor emprestar ao réu uma certa quantia, sem dizer qual foi, e que sabe que o auctor vendeu ao réu uma casa nova, bem como que viu o réu trabalhando para o auctor na casa nova, bem como um filho seu como servente de pedreiro e na propria casa de residencia do auctor por cerca de tres dias.

A terceira testemunha á fls. 26 v. viu o auctor entregar ao réu a quantia de cem mil réis e vender-lhe generos alimenticios e outras mercadorias e que viu o réu trabalhando com um servente em casa de propriedade do auctor.

A quarta testemunha á fls. 27 depôz que, por ouvir ao auctor, sabe que o réu lhe é devedor da importancia pedida; que ouviu de José Clemente filho, conhecido por Zacharias, que o réu recebera por emprestimo do auctor a quantia de 100\$000, rs. para pagar-lhe um cevado; disse mais que viu o réu trabalhando com um filho em serviço de pedreiro na casa nova do auctor em que mora o Dr. Aggrippino.

Não tendo comparecido as demais testemunhas do auctor no prazo da dilação, foi esta encerrada, lançadas as partes de mais provas na audiencia (termo de fls. 32) arrasoando o auctor á fls. 33 e o réu á fls. 34.

Na forma da lei foi ouvido o collecter de Rendas do Estado, que apenas requereu o pagamento dos impostos devidos, requerimento que foi attendido como se vê á fls. 39 e 40.

O que tudo visto e devidamente examinado:
Considerando que o auctor provou ser nego-

ciante probó e leal em suas transacções, com o depoimento das diversas testemunhas que offereceu, nada produzindo contra o seu credito as referencias feitas pela testemunha Joaquim Euzébio, fls. 25, de ter ouvido *em troça* ser o auctor careiro e roubar em contas, pois affirma a testemunha ter tido com o auctor *altas relações commerciaes*, de nada tendo á queixar-se porquanto sempre considerou legaes as contas por elle apresentadas.

Considerando que a conta apresentada pelo auctor só em parte foi contestada pelo réu, sem que essa contestação fosse comprovada, visto que :

a) a parte relativa á verba de cem mil réis a que se refere a contestação da testemunha de fls. 21 ficou explicada pela semelhança de nome do filho d'essa testemunha, por ella propria confessada e pela de fls. 27, que ouviu do proprio Jose Clemente Filho (o tal conhecido por Zacharias) que Vaz, o réu, tomara do auctor a quantia de cem mil réis para pagar-lhe o preço de um suino que lhe comprara.

b) que a differença de tres mil réis contestada pela testemunha Christiano, tambem ficou explicada pela propria testemunha, fls. 22, que verificou o engano do lançamento que devia ter sido á debito de *José Christiano*.

Considerando, porem, que as allegações do auctor e a veracidade da conta, base da presente acção, forão confirmadas e comprovadas pelos depoimentos das testemunhas á fls. 24, 26 v e 27 v

Considerando que a prova testemunhal produzida pelo auctor é sufficiente nos termos dos artigos 138, § 7.º, e 183 do Regulamento n. 737 de 1850 para subsidiria ou complementarmente convencer da veracidade da divida constante da conta de fls. 3 por que é accionado o réu.

Considerando, finalmente, que o réu nada provou para legitimar e justificar a conta que apresentou á fls. 11, nem tão pouco em relação ao debito do auctor para com o réu por serviços prestados conforme a allegação sob n. 11 da sua contestação :

Condemno o réu João de Medeiros Vaz a pagar ao auctor Tenente Coronel Antonio David Lopes Abelha, a importancia da conta de fls. 3. juros da mora e custas.

Hei esta por publicada em mão e cartorio do Snr. Escrivão que a intimará ás partes.

Não sentenciei este pleito dentro do praso legal por ter interrompido o exercicio do meu cargo por motivo de molestia e por grande afliencia de outros serviços que tem preferencia legal.

Manhuassú, 13 de Julho de 1899.

MANOEL JOAQUIM DE LEMOS.

1º ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da Comarca do Manhuassú, entre partes, appellante João de Medeiros Vaz, appellado Antonio David Lopes Abelha :

Accordam em Relação dar provimento á appellação, para reformar em parte a sentença appellada de fls. 42 v, e condemnar o réu apenas nas parcelas por elle confessadas, e que sommão um conto e noventa e sete mil novecentos e setenta réis (Rs. 1.097\$970) e mais a de cem mil réis, (Rs. 100\$000), provada por testemunhas, (fls. 24, 26 e 27) e, bem assim nos juro da mora e custas da acção por elle réu, ora appellante, e da appellação, proporcionalmente entre as partes.

Minas, aos 27 de Janeiro de 1900.

Braulio P.—Julio da Veiga—Fernandes Torres—Ferreira Tinôco.

2º ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos relatados e discutidos os presentes autos, despresam os embargos de fls. 64, oppositos ao Accordam de fls. 61 v. que confirmam por seus fundamentos, e condemnam o embargante nas custas,

Minas, 4 de Abril de 1900.

Braulio P.—Fernandes Torres—Ferreira Tinôco—Theophilo—Saraiva—Amorim—Amador—Alves da Albuquerque—Julio da Veiga, vencido.

As obrigações nascem dos contractos dos quasi contractos, dos delictos ou quasi delictos, e ás vezes da propria lei.

O fogo que da queimada de um roçado passa para terras do visinho ou de outrem, importando prejuizo, dá direito á acção de indemnisação por parte destes, além da multa imposta pela municipalidade, não tendo havido na queimada a devida cautella aconselhada pela prudencia.

Appellação Cível n. 880

Appellante—Jose Lobo.

Appellato—Francisco de Paula Villas Boas.

COMARCA DE S. GONÇALO DO SAPUCAHY

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos, etc.

Diz o auctor Francisco de Paula Villas-Boas, no seu libello de fls. 8, que o reu José Lobo, no dia 24 de Agosto do anno proximo passado, lançou fogo em um roçado que fizera em terras limitrophes com as suas e que o fogo, partindo desse roçado, queimára quasi toda a sua fazenda e grande parte dos fechos, não tendo tomado nenhuma medida preventiva para evitar que o fogo passasse de seu roçado ;

que o Cod. de Posturas deste municipio (art. 114, § 3,) dispõe: ninguem poderá lançar fogo nos proprios campos sem avisar seus visinhos

confinantes e sim nas roças fazer um aceiro de 30 palmos, além do previo aviso do dia da queima sob as penas de multa de 30\$000, e satisfação do damno causado ;

que o reu, nenhuma destas medidas preventivas tomára e declára ostensivamente que não o fez por ser inimigo delle auctor ;

que, ignorando o dia em que ia fazer a queima do roçado, não poudet tomar medidas e providencias para evitar que o fogo queimasse a sua fazenda e fechos ;

que finalmente o reu, por estas faltas, incorreu em culpa grave e está obrigado a resarcir o damno causado que estima em 1:200\$000 réis, salvo arbitramento e vistoria, e espera a sua condenação e custas, protestando por todos os meios de provas, inclusive arbitramento e vistoria.

Contrariando á fls. 11, diz o reu José Lobo :

que lançando fogo em seus roçados, usou de seu direito, praticando um acto licito, com a prudencia necessaria para não offender direitos alheios; assim,

que usou de medidas preventivas necessarias para evitar damno ás terras limitrophes e mais,

que não tem applicação á hypothese o art. 114, § 3, do Cod. de Posturas do Municipio de S. Gonçalo, citado pelo auctor ; pois que,

consta do auto de infracção que o reu não lançou fogo em roçados feitos em terras limitrophes com as do auctor e sim

que taes roçados são limitrophes com as terras de José Polycarpo da Luz. Ainda,

que o reu fez o aceiro recomm endado pela lei municipal citada pelo auctor. Accresce

que entre os roçados queimados pelo reu, e as terras de José Polycarpo da Luz existe, além do aceiro, um ribeirão que tem mais de 10 palmos de largura ;

que o fogo que queimou algumas e poucas terras estragadas pertencentes ao auctor, para ellas passou das terras de José Polycarpo da Luz ; e,

que o fogo que ateou-se em terras de José Polycarpo da Luz, transpondo aceiro e ribeirão, não poudo ser abafado pelo reu, não obstante os inauditos esforços empregados por este, parentes e empregados seus ; e mais,

que o reu procedeu com toda diligencia e cautella, não podendo ser responsavel por casos fortuitos. Pelo que,

que o reu não incorreu em culpa nem mesmo levissima. Nestes termos, contestando o mais por negação;

que os presentes artigos devem ser recebidos e julgados afinal provados, para ser o reu absolvido da acção intentada e condemnado o auctor nas custas, com as pronunciações uteis e necessarias.

Protesta pelo depoimento da parte para approvar no util ; por carta de inquirição para a comarca da Campanha ; por vistoria, se fôr mister e pelos mais generos de provas.

Foi replicada a contrariedade por negação, á

fls. 12 v., com protesto de convencer afinal de facto e de direito e custas.

A' sua petição inicial ajuntou o auctor um documento (auto de infracção á fls. 5,) e posta a causa em prova de uma só dilação (termo á fls. 14,) inquiriu o auctor quatro testemunhas de fls. 17 á 21; o reu inquiriu seis testemunhas de fls. 38 á 45. Lançados de mais provas, arrazou o auctor de fls. 48 á 52; e o reu á fls. 53 á 60.

Procedeu-se a vistoria, auto á fls. 71 á 76, sendo inquerida uma testemunha.

Falaram sobre a vistoria, o auctor, de fls. 77 á 80; e o reu á fls. 81 á 82.

O que tudo visto e examinado :

Considerando que as obrigações nascem dos contractos ou quasi contractos, dos delictos, ou quasi delictos e algumas vezes da mesma lei, Pothier, *Obrg.*, P. 1º, n. 2; Coelho da Rocha, *Direito Civil*, § 112, e not.

Considerando que a obrigação de que se trata nestes autos, procede de infracção de lei prohibitiva, postura municipal;

Considerando que o cod. de posturas da Camara Municipal de S. Gonçalo do Sapucahy, Resolução n. 2756, de 20 de Janeiro de 1881, Cap. 2, entre as medidas preventivas de damno, estatue no art. 114 « E' prohibido :

1º. « Lançar fogo nos campos proprios ou de que se tenha disposição, sem previo aviso aos vizinhos confinantes;

2º. Queimar a propria roça sem ter feito

aceiro de trinta palmos pelo menos e sem participar aos vizinhos confinantes o dia em que se pretende queimar.

Multa de 10\$000 réis.

Quando por infracção deste artigo passar fogo aos campos, mattas e plantações dos vizinhos, o infractor será multado em 30\$000 réis, além da obrigação de indemnisar o damno causado ».

Considerando que o facto de lançar fogo em sua propria roça, considerado isolado e abstractamente, não constitue delicto ou quasi delicto, nem infracção de lei prohibitiva, portanto do facto em si não nasce obrigação, para como terceiro, sinão dadas certas circumstancias que devem ser competentemente verificadas, que o torne illicito em razão de prohibição, a infracção da Postura que exige do proprietario na queimada de sua propria roça certas e determinadas cautellas preventivas do damno, sob pena de ser responsavel por esta ;

Considerando que a infracção da postura municipal está competentemente verificada, como se vê do auto de infracção, doc. n. 1, á fls. 5, dos autos ; e que dos autos ficou provado pelo depoimento das teste nuhas, que o reu não fez aviso do dia da queima aos confrontantes, nem ao auctor, nem a José Polycarpo da Luz, de modo que incorreu na multa de 30\$000 réis, além da obrigação de indemnisar o damno causado, § 2, ultima parte do art. 114, das posturas citadas.

Considerado que o reu não obrou com a ne-

cessaria prudencia, deixando de praticar as diligencias ou meios preventivos, exigidos na postura municipal citada, factura do aceiro de trinta palmos pelo menos e está provado pelo auto de vistoria que o aceiro tinha em alguns lugares 25 palmos e em outros lugares 15 palmos e não tendo dado aviso do dia da queima, nem ao confrontante José Polycarpo da Luz, nem o reu que em parte é confrontante e em parte visinho, sendo que este ultimo meio preventivo é de grande alcance e importancia ; porque ficão os confrontantes e visinhos apercebidos para, no caso do fogo saltar, tendo pelos redemuinhos e linguas de fogo, como quasi sempre acontece, apagal-o, sendo de notar-se que o fogo percorreu os gramados de José Polycarpo, tendo uma estrada pelo meio, á distancia de 600 metros até chegar ás terras do auctor ; e ainda a prudencia recommenda a escolha do dia e da hora, porque sendo os dias calidos e ventosos, é previsto que a queima produz redemoinhos e linguas de fogo que o vento leva á grandes distancias, e as testemunhas depõem que o dia era calido e ventoso ;

Considerando ainda e é terminante em direito, que os accidentes, casos fortuitos força maior, quer procedam da natureza, quer do facto de uma pessoa, quer de uma cousa, não isentam de responsabilidade desde que são precedidos ou acompanhados de qualquer falta imputavel ; ora o reu deixou de prevenir aos confrontantes e visinhos o dia da queima, fez má es-

colha do dia e hora para a queima cousa que todo o fazendeiro sabe e conhece as consequências más, portanto torna-se culpavel ; Correia Telles, *Dig., Port.* Tomo., 1.^o arts. 459 e 460 ; Aubry et Rau., *Dir. Civ.*, liv. 4, § 308, Obrigações em geral.

Considerando, finalmente, que o facto de ter o fogo primeiramente penetrado nas terras do confrontante José Polycarpo e depois nas do auctor, não isenta o reu de responsabilidade, porque a postura municipal, no citado § 2, de art. 114, parte final, previne essa hypothese e pune mais severamente, elevando a multa de 10\$000 réis, á 30\$000 réis, além da obrigação de indemnizar, quando aquelle que queima o seu roçado sem prevenir o confrontante e o fogo vai queimar as terras do visinho ; e ainda a obrigação de indemnizar o damno causado, estende-se não só áquelles que soffreram directamente o damno causado como aos que o soffreram indirectamente (Aub. et Rau., obra citada, § 445).

Em vista do que e do mais que dos autos consta e me conformando com as disposições de direito, condemno o reu José Lobo a pagar ao auctor a quantia de 610\$000 réis, importancia arbitrada, no auto de vistoria, pelo damno causado, e nas custas.

Hei esta por publicada em mão do Escrivão que intimará as partes.

S. Gonçalo do Sapucahy, 13 de Outubro de 1896.

JOSE' FRANCISCO DE ARAUJO MACEDO.

NOTA—Esta appellação não foi julgada pela Relação por haver fallecido uma das partes.

Não são recebíveis embargos offerecidos após a assignatura da carta de arrematação.

Aggravo de Instrumento n. 483

Aggravantes — José A. de Paula e seus filhos

Aggravado — José Dias Tavares

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR THEOPHILO

COMARCA DE RIO PRETO

Tribunal da Relação de Minas.

Não fiz aggravo ao aggravante, como se verá das razões abaixo :

O executado pelo seu advogado Joaquim Ribeiro da Silva Braga pediu vista dos autos para apresentar embargos á praça e eu deferi, como se vê á fls. 10, sendo o despacho o seguinte : — Dê-se vista em tempo legal. Não houve arrematação. Indo os bens á praça pela 3.^a vez não appareceu licitante e sendo posto em leilão forão arrematados pelo proprio requerente.

N'esse dia o executado pediu fosse dada vista dos autos ao seu advogado Braga para apresentar embargos, o que deferi, como se vê á fls. 13. O advogado não veio á esta cidade do Rio Preto e o requerimento do executado foi assignado pelo solicitador Luiz Alves da Silva Mello por não saber o mesmo executado ler e escrever.

O advogado Braga reside em Juiz de Fora e dias depois substabeleceu os poderes da pro-

curação no referido solicitador Luiz Alves da Silva Mello, que, depois de estar assignada a carta de arrematação pediu vista dos autos para apresentar embargos, vista, que neguei em virtude da informação do Escrivão de que a carta de arrematação já tinha sido assignada.

O Reg. n. 737, de 25 de Novembro de 1850 no seu art. 575 diz o seguinte: — nenhuns embargos serão oppostos na execução serão nos termos seguintes: § 1.º Depois de feita a penhora dentro dos 6 dias seguintes. § 2.º Depois do acto da arrematação, mas antes da assignatura da carta de arrematação ou adjudicação.

O Regulamento n. 737 não marca praso para ser assignada a carta e uma vez prompta e apresentada ao Juiz tem este de assignal-a. Pedida a vista, parece-me, e é o que se pode concluir que os embargos devem ser apresentados logo.

Em vista da informação do Escrivão de que a carta estava assignada eu não podia conceder mais a vista para apresentação dos embargos.

Houve descanzo da parte do advogado do executado, que devia comparecer nesta cidade de Rio Preto. Residindo em Juiz de Fora fez o seu estabelecimento o advogado Braga em vinte de Junho, com se vê á fls 16 d'estes autos.

A praça teve logar ou realisou-se em 16 de Junho e portanto vê-se que após 4 dias depois da praça é que o advogado Braga fez o estabelecimento da procuração no solicitador Luiz Alves da Silva Mello.

Em vista do exposto não fiz agravo ao agravante.

O Colendo Tribunal decidirá em sua alta sabedoria á respeito.

O Escrivão depois de sellados estes autos faça remessa ao Colendo Tribunal.

Rio Preto, 19 de Julho de 1900.

O Juiz de Direito

ANTONIO DA TRINDADE A. MEIRA.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de agravo da comarca do Rio Preto em que são agravantes José Antonio de Paula e seus filhos contra o despacho pelo qual o juiz de direito da referida comarca negou-lhes vista dos autos de execução que lhes promove José Dias Tavares por já estar assignada a carta de adjudicação (Art. 578, do Reg. n. n: 3 7.

Accordam em Relação negar provimento ao agravo em vista da procedencia dos fundamentos da decisão agravada, expressa na sustentação de fls. 29 a 31.

Condemnam os agravantes nas custas.

Cidade de Minas, 13 de Outubro de 1900 —
Braulio P. — Theophilo — Saraiva — Amorim.

O domínio adquire-se pela occupação accessão, especificação, confusão e commixção, tradição e transcrição, percepção de fructos da coisa alheia e prescrição acquisitiva.

A posse não interrompida de 30 annos induz a prescrição acquisitiva extraordinaria presume a boa fé e dispensa justo titulo.

A partilha não é titulo sufficiente de dominio para requerer-se divisão de terras. A posse do defuncto que passa ao herdeiro é civil com os effeitos da natural.

Appellação Cível n. 1339

Appellante—Antonio Goulart Brum.

Appellado—João Ribeldino M. Goulart e sua mulher.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE

COMARCA DE VARGINHA

Tribunal da Relação de Minas.

SENTENÇA

Vistos estes autos etc.

Pela petição de fls. 2, desenvolvida e arrazoada durante o curso da acção, pretende o auctor que se proceda a divisão da fazenda «Mumbuca,» situada no districto do Pontal, nesta comarca, por ser condomino de uma sorte de terras comprehendida nella, a qual sorte de terras houve por herança do seu finado pae Cy-

rino Hortensio Goulart Brum, que por sua vez, também a houve por herança e possuiu em commum com o seu irmão João Goulart Brum, como se vê dos documentos de fls. 4 á 7.

Oppõem-se os reus á divisão, porque lhes pertence inteira a fazenda, visto como a parte hoje pretendida pelo auctor desde muito lhes pertence por compra feita, ha mais de 30 annos, a Cyrino Hortensio Goulart Brum, seu irmão, o que se evidencia dos documentos de fls. 27 á 28 v. e prova testemunhal e resalta de posse não interrompida, legitima e de boa fé manifesta delles possuidores.

Bem examinadas e ponderadas as allegações e provas deduzidas no correr da acção pelas partes, cumpre attender :

que o dominio adquire-se por um dos seguintes modos : occupação, accessão, especificação, confusão e commixtão, tradição e transcripção, percepção de fructos da coisa alheia, prescripção acquisitiva.

(Lafayette, *Direito das Cousas*, § 52) ;

que da compra da sorte de terras da fazenda « Mumbuca, » pelo pae dos reus, revelam certa os depoimentos das testemunhas de fls. 46, 49, 57, 57 v. e 47, sendo que no de fls. 47, se declara ter-se ouvido de João Goulart Brum, pae dos reus, a declaração de ter effectuado a compra, declaração feita ha 18 annos, mais ou menos, tudo de accordo com as cartas de fls. 27 e 28 ;

que, se é certo que aos reus falta escriptura

da compra, não menos certo é que entre irmãos (e taes são comprador e vendedor) esses instrumentos de contractos semelhantes são dispensaveis. Ord., liv. 3.^a, tit. 59, § 11 ; *Consol. das Leis Civis*, art. 36), § 3 ; Ribas, *Processo Civil*, art. 378, § 9 ;

que quando improcedentes podessem ser consideradas as allegações e provas attinentes á compra da disputada sorte de terras, ou considerar-se nulla a venda por não se ter declarado, ao menos, a valor dado, e não se ter pago o imposto de siza ao Estado, então Provincia, visto ter tido ella logar em occasião em que ainda estavam em vigor as disposições da Ord. liv. 1, tit. 78, § 14, e do alvará de 3 de Junho de 1809, se bem que não se trate de escriptura neste feito, por ser ella dispensada, como já se mostrou, não menos firme ficaria o direito dos reus, attenta a prescripção acquisitiva extraordinaria verificada em seu favor pela posse não interrompida por mais de trinta annos, a qual presume boa fé e dispensa o justo titulo ;

que de modo algum se provou falta de boa fé da parte dos reus, o que era necessario para destruir a presumpção creada pelos 30 annos de posse ;

que nem ao menos se conseguiu provar que Marianna Julia, Joaquim Julio e Ignacio Julio tivessem permanecido por auctoridade de Cyrino ou d'elle auctor nas terras em questão ; porquanto a testemunha do reu á fls. a 57 v. 59, depondo clara e cumpridamente, explicou como ahi

permaneceram e d'alli sahiram taes pessoas, corroborando assim o dito da 4.^a testemunha que declaração semelhante ouvira de João Goulart Brum; ellas permaneceram nas terras a pedido de Cyrino á João Goulart, sem que o auctor depois houvesse opposto providencia, protesto, ou reclamação alguma ;

que tambem a partilha a que se refere a certidão de fls. 6, (aliás não sufficiente para prova do dominio afim de requerer-se divisão de terras) procedida, talvez, sem sciencia dos reus não interrompe o lapso de tempo para a prescrição, porque as testemunhas declararam que Cyrino nunca exerceu posse nas terras ; e portanto, não podia transmittir aquillo que não tinha, alem de que ;

que a posse do defuncto que passa ao herdeiro é a civil e não a natural; embora aquella tenha todos os effeitos desta ; isto é, só passa a posse que o defuncto exercia com justo titulo e boa fé, quer á ella estivesse ou não realmente ligado o dominio ; Ribas, *Ações Possessorias*, pag. 47 ;

que só passa ao herdeiro a posse civil que o defuncto em sua vida tinha sobre bens livres. Alvará de 9 de Novembro de 1754 ; Acc. do Supremo Tribunal de Justiça em 8 de Novembro de 1882, e não passa a que havia perdido em vida ; Ribas, obra cit., pag. 48, ainda mais ;

quo só passa ao herdeiro aquella que, se não cassasse, ficaria vaga e subjeita a facil intrusão de extranhos, por não ter quem a defenda; obra tit. pag. 47 ;

que para a posse civil passar ao herdeiro é mister que esteja vaga, que não haja terceiro que a occupe; porque neste caso o terceiro deve primeiramente ser ouvido e convencido; *Miscellanea Juridica*, pag. 257, referencia a Menezes, *Juizos Divisorios*, fls. 78; *Gazeta dos Tribunaes*, n. 225; que o auctor nunca procurou reivindicar as terras, e nem protestou contra a hypotheca que se fez de toda a fazenda ao Doutor Barros, de S. Paulo;

E pois, em vista do exposto, do mais que dos autos consta, prescripções de direito, com as quaes me conformo, julgo improcedente a acção e condemno o auctor nas custas.

Paguem, entretanto, os reus os direitos devidos ao Estado e municipalidade pela compra da propriedade ha tanto tempo havida.

Hei esta por publicada em mão do escrivão que intimará a parte e fará sellar as fls. accrescidas.

Por ter tido sempre muito trabalho, quer no civil, quer no crime, não me foi possivel julgar antes esta acção.

Varginha, 1 de Junho de 1897.

JOSE' BESSONI DE OLIVEIRA ANDRADE.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, de appellação civil da comarca da Varginha, entre partes: como appellante Antonio Goulart

Brum e appellados João Rebeldino de Miranda Goulart e outros, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada por ser conforme a direito e ás provas dos autos ; condemn nas custas o appellante e advertem ao Escrivão por não ter resalvado a emenda da data do termo da appellação à fls. 76 v.

Minas, 19 de Maio de 1900.

Braulio P.—*Alvès de Albuquerque* —*Julio da Veiga Fernandes Torres*.—Fui presente ; *Theophilo*, Procural Geral ad hoc.

A nuenciação de obra nova tem logar quando alguem edifica novamente alguma obra que prejudica servidão de outrem.

Quando o senhor de dous predios estabelece serventias visiveis sobre um em favor do outro e posteriormente aliena um delles, as serventias estabelecidas assumem natureza de servidão, salvo clausula expressa em contrario.

Appellação Civcl n. 1356

Appellantes — Manoel Fructuoso de Oliveira e sua mulher

Appellados — Firmino Dias Tostes e sua mulher.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR VEIGA

COMARCA DE MAR DE HESPAÑHA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Examinados estes autos etc.

Allegam os nunciantes Major Firmino Dias Fortes e sua mulher D. Laudelina Leopoldina Fortes que, tendo comprado aos nunciados Manoel Fructuoso de Oliveira e sua mulher D. Esmerinda Felisbina de Oliveira, uma morada de casas em Santa Helena, proximo da linha ferrea, com frente para um caminho, cuja servidão pertence-lhes, porquanto, é por elle que transportam, em carrós, lenha e outros materiaes necessarios ao servico da mesma casa, de pouco pu-

zerão-se os nunciados a edificar uma casa proxima da sua, do mesmo lado do caminho, impedindo assim a servidão já existente de transito de carro, em communicação com a via publica, o que lhes é prejudicial. E, como não possam consentir em semelhante acto, propunham a presente acção, requerendo, previamente, que fosse embargada a obra iniciada.

Concedido o embargo, effectuado ut fls. 6 v, em audiencia offereceram os nunciantes os seus artigos nunciativos, quaes os de fls. 8, tendo nelles accrescentado, alem do allegado na petição inicial, que: quando compraram a casa á que se referiram, ja existia o caminho, cuja servidão propugnam ;

que, no começo da edificação de que trata-se, reclamaram contra a mesma, e os nunciados, tendo promettido fazer sua casa de modo que não prejudicaria o transito, não obstante o compromisso assumido, a fincaram em posição tal que, descontando-se seis metros e sessenta centímetros, parte á que tem direito a Companhia Leopoldina, *ex-vi* da lei de sua concessão e do respectivo Regulamento, lançada a cerca divisoria e comprehensiva daquelles seis metros e sessenta centímetros, segundo a ordem ja expedida pela Directoria daquella Companhia de via ferrea, ficaria impedida a servidão mencionada, sem passagem para carros e até para cavalleiros ;

que, ainda não sendo lançada a cerca referida, o transito de carro já está embaraçado por ter a obra embargada sido fincada no caminho

existente do que é prova a impossibilidade de transporte, em carro, de tijollos, para um muro que pretendiam fazer em sua propriedade ou predio ;

que, o caminho cuja servidão é, de tal arte, embarçada, conduz á estrada publica, e é elle o unico que estabelece communicação entre seu predio e a dita estrada ; finalmente que a obra embargada é recente, o que demonstra a sua escriptura de compra á fis., demonstrativa de que a aquisição do predio cuja servidão defendem data de 10 de Outubro de 1898.

Os nunciados contestáram a acção allegando : que, na parte de seus terrenos em que estão edificando a obra embargada não existe servidão de transito, legalmente constituida ;

que, adquirido pelos nunciantes o predio de que trata a escriptura de fis. 18, em 10 de Outubro de 1898, servem-se do caminho, cujo uso, dizem-lhes é ora tolhido, sem o lapso de tempo preciso para a prescripção, como meio de aquisição de servidão, pois essa é de dez annos ;

que, não contestando a posição de encravado ao predio dos nunciantes, deveriam elles ter requerido, preliminarmente, que fossem os nunciados compellidos a dar passagem por ponto fixado, e, assim, a servidão se constituiria por decreto judicial, como doutrinam os escriptores citados ;

que, o acto dos nunciantes, querendo impôr passagem por ponto dado, sem direito pre-esta-

belecido, importa restricção á faculdade que elles nunciados tem de usar, livremente, do que pertence-lhes ;

que, não é unico o ponto, pelo qual possam os nunciantes passar, para dirigirem-se do seu predio á estrada publica e *vice-versa*, outros ha, mesmo em terreno dos nunciantes, que lhes offerecem passagem mais commoda ;

que a obra embargada, no actual estado de cousas, nenhum prejuizo acarreta aos nunciantes que, continuam á ter passagem, como até o presente, si innovação dêr-se, será d'ella autora e causadora a Companhia Leopoldina, se tornar effectiva a cerca do leito de sua linha, até a distancia de 6 metros 60 centimetros, de cada lado ; em tal hypothese será essa cerca que virá embaraçar completamente o transito publico, em diversos pontos do caminho, antes de chegar-se ao em que os nunciados fincaram a caza cuja construcção está iniciada ; finalmente que, assim sendo, contra a companhia Leopoldina, e não contra os nunciados, cabe aos nunciantes o direito de queixa.

Aberta a dilação probatoria, e posta a causa em prova, depuzeram as testemunhas de fls. 28 *usque* 33, 35 v. *usque* 45, procedeu-se á vistoria, *ut* fls. 64 a 98, arrazoando ainda as partes á fls. 91 á 98 e 110 á 116, tendo os nunciantes offerecido mais os documentos de fls. 99 á 107 e planta de fls. 108.

O que tudo meditado :

E' improcedente o allegado pelos nunciados

em seus tres primeiros artigos da contestação de fls. 12, não assente na melhor doutrina de direito, acceita por jurisconsultos de nota e legislações modernas.

De feito, não negado que, enquanto donos do predio alienado pelos nunciados, adquirido pelos nunciantes, em 10 de Outubro de 1898, servião-se aquelles do caminho, actualmente empachado, para dirigirem-se á via publica, não segue-se que, pelo facto da alienação, tornou-se aquelle predio encravado, perdendo os seus adquirentes o direito de, como os alienantes, servirem-se do referido caminho, para por elle, se dirigirem á mesma via publica.

Certo, como sóe ser, que não existia servidão constituída porquanto, erão sós e unicos os proprietarios do predio e do terreno, no qual estava locado o caminho, ora em questão, porque, servidão é *jus in re aliena*; aquella, entretanto, estabeleceu-se, apenas o predio passou a terceiro, uma vez que, no titulo não estatuiu-se e conclavou-se cousa alguma em contrario, investindo-se, pois, o novo proprietario dos mesmos direitos dos alienantes..

Assim ensinam, entre outros, sem falar nos antigos, C. da Rocha, *Direito Civil*, § 558: «Si o dono dá ao seu predio certo destino em vantagem de outro, tambem seu, por obras indicativas de servidão continua ou apparente, entende-se constituída a servidão; de sorte que, si o predio passar a differente dono, sem nova declaração, vae com ella onerado.» Zachariæ, *Dir.*

Civ. Fr. § 332, n. 2 «La servitude passe a tout propriétaire du fonds dominant, bien qu'elle n'ait pas été objet d'une mention special dans le titre d'acquisition.» Laurent, *Dir. Civ. Fr.* vol. 8^o. n. 85 : » Les memes principes s'appliquent à la vente.

Quand un fonds est divisé par une vente, et qu'une partie du fonds se trouve enclavée, celle qui a acces à la voie publique est gravée d'une servitude de passage au profit de l'autre. C'est une consequence logique des obligations qui incombent au vendeur. Il doit delivrer la chose vendue a l'acheteur et il doit la garantir, ou, aux termes de l'article 1815, l'obligation de delivrer la chose comprend ses accessoires et tout ce qui a été destiné a son uzag perpetuel ; » c'est le plus indispensable de tous les accessoires, c'est le passage, sans le quel l'acheteur ne peut pas meme être mis en possession. » Eis as razões, prementes do art. 694, do *Cod. Civ. France*. assim concebido :

Si le propriétaire de deux heritages entre lesquels, il existe un signe apparent de servitude, dispose de l'un des heritages, sans que le contract contienne aucune convention relative a la servitude, elle continue d'exister activement ou passivement en faveur du fond aliené ou sur le fond aliené.» Cousea identica acha-se determinada no *Cod. Civ. Por*, art. 2274. ibi: Si em dous predios do mesmo dono, houver signal ou signaes apparentes e fundamentos, postos por elle em um ou em ambos que attestem

servidão de um predio para outro, estes signaes serão havidos como prova de servidão, quando em relação ao dominio os predios vierem a separar-se; salvo si outra cousa fôr deliberada no respectivo documento. »

Não destôa o direito civil italiano qual consolida Chironi, *Dir. Civ. Italiano*, Parte Spec., § 179 :

«In base alla regola, nemini res sua servit, fino a che i due fondi appartenevano al medesimo proprietario, tale stato di cose non poteva generare servitu; ma cessando di appartenergli per alienazione di entrambi a diverse persone, o di un solo, o pure per divisione, senza che nel titolo sia detto nulla contro la esistenza della servitu, questa s'intende stabilita attivamente e passivamente a favore e sopra ciascuno dei fondi separati (c. 633), perche la utilità del fondo e lo stato di cose destinato a provvederbi continuano anche dopo la separazione. Appunto per cotesta permanenza, se presume voluta la servitu dalle parte cui, per la separazione avvenuta, appartengono i due fondi, presunzione cessante dinanzi alla espressa volontà contraria. »

Do que é logico concluir que, com o desmembramento voluntario da propriedade em jogo, não ficarão os adquirentes do predio dominante tolhidos da servidão *usu*, nascida no acto da aquisição, a falta de estipulação contraria, e nem que, tornava-se preciso o lapso de tempo de dez annos, para que, semelhante servidão

se julgasse constituída. A servidão nasceu da vontade presumida dos alienantes, pois, sem ella, o contracto talvez se não realizaria. Accessorio do predio adquirido, os adquirentes não o teriam comprado, si no contracto, não estivesse implicitamente comprehendido aquelle. Eis o que a lei e o bom senso dizem.

Assim sendo, é bem de vêr que não caberia na especie dos autos a providencia lembrada no 3.º art da contestação, não applicavel o inconcusso ensinamento ahi invocado dos escriptores, cujas palavras forão transcriptas, e que regem caso diverso, como é facil verificar, lendo-se-os nos §§ citados pelos proprios nunciados.

Assim, ainda não procede, de modo incontrastavel, o allegado no 4.º art. da contestação. Estabelecido que os nunciados serviam-se do caminho em questão, para dirigirem-se a estrada publica, si era seu intuito empachar esse caminho, impedir a continuação de tranzito por seus terrenos contiguos e annexos, deveriam tel-o externado no acto da venda do predio que os nunciantes compraram. Não tendo-o feito, realiza-se a presumpção de direito consagrada em magnifica syntheze no art. 1615 do C. C. Fr. «*verbis*: L'obligation de delivrer la chose comprend ses accessoires et tout ce qui est destiné a son uzage perpetuel» :

Pois, nada mais indispensavel ao uzo de um predio do que a communicacão d'elle para a via publica. Portanto, não é tamanha a tur-

bação de posse allegada ; o tranzito já se fazia antes da venda da caza, continuou após ella ; nada estipulando em sentido contrario, quando venderão a dita casa, não se depara onde a restricção de direito e de faculdade de usarem os mesmos nunciados do que é seu, quando é certo, e está estabelecido pelas testemunhas e pela vistoria, que a obra embargada está dentro da área attestada pelas testemunhas (fls. 73) tendo limitado o espaço preciso para vehiculos, alterando d'est' arte o que achava-se pre-estabelecido, isto em detrimento dos uzos que do caminho costumado tenham os nunciantes, seja qual fôr a cauza ; Resp. ao 5.º quesito dos nunciantes.

E, que deu-se essa limitação, provão o depoimento à fls. 27 v., verbis « que os nunciantes são senhores e possuidores de um predio, cuja servidão de «caminho ficou impedida para passagem de carros» fls. 29, quando os auctores adquiriram dos nunciados essa propriedade « já existia essa servidão quando os nunciantes compraram a propriedade cuja servidão de carro é embaraçada, ainda não estava edificada a obra embargada» . O de fls. 30 «Quando os nunciantes compraram a casa dos nunciados já «existia o caminho, cuja servidão de tranzito à pé, à cavallo e de carro era permittida aos donos dos predios dominantes que, ora ficão prejudicados ... mesmo sem a construcção da cerca de arame por parte da E. F. Leopoldina, abrangendo a distancia de 6ª, e 60

centímetros que consta pertencer á mesma estrada ; ainda assim julga que um carro não poderá fazer a volta n'esse caminho que vae para a caza dos nunciantes, » por haver um barranco de frente da caza ora embargada.

E tambem o da testemunha dos nunciados á fls. 33, quando diz: «que, não obstante, si a Companhia Leopoldina uzar do direito de tapar com cerca seis metros e sesenta centímetros de cada lado dos trilhos, *não só não passará carro na frente da casa* no caminho que já existia, como tambem, não uzando desse direito a mesma Companhia. *torna-se a passagem de carro pouco difficil, devido ao barranco* que está de lado da caza embargada e que pertence aos réus.

Igualmente o fls. 40, «Si a Companhia Leopoldina fizer cerca de 6 met. 60 cent. de distancia de cada lado dos trilhos, tal cerca virá embargar o tranzito em diversos pontos do caminho antes de chegar ao ponto da caza embargada. O caminho actualmente existente é o unico que está de servidão aos auctores, e qualquer outro ponto que se adopte para abrir *novo caminho, atravessa incontestavelmente terrenos, em parte pantanosos pertencentes aos nunciados para se poder chegar ao quintal de propriedade dos nunciantes*, e que o caminho, actualmente existente, cuja *servidão se discute é mais solido*, por não atravessar a mesma zona pantanoza, *caminho este que ja existia*, quando os nunciantes compraram aos nunciados a casa cujo caminho em servidão se discute.

Em sentido quasi identico depóz a 5.ª testemunha dos nunciados á fls. 42 á 44.

Em affirmar que a demonstrada servidão dos nunciantes empeiora com a edificação intentada los de nunciados, é positiva e terminante a victoria nas respostas aos quesitos d'aquelles sob ns. 1.º, 3.º, 8.º, 12, 20, e destes sob ns. 9.º, 13, 14, 15.

E, então, cabe inquerir-se : aos nunciados assiste o direito de assim procederem ? Pela negativa deve ser resolvida a questão, de accordo com a lição dos interpretes da lei.

Eis como a respeito se exprime Almeida e Souza, em sua obra *Casas*, § 61 : «que se o novo edificio impede alguma servidão, v. g. de carro de cavallo, de pé, que competia ao vizinha pelo solo occupado com o mesmo edificio, fica illicita a edificação, como impeditiva da servidão, a que occupado sóloera sujeito. «Anteriormente dissera ao § 56, ser permittido a qualquer edificar no seu solo por uma liberdade natural ainda que em consequencia, prejudique a terceiro, porque quem usa do seu direito, não causa damno; contanto que 3.º., lhe não obste alguma servidão contraria negativa que lhe cohiba ou restrinja a liberdade de edificar ».

Chironi, citado, § 181 B : « Il proprietario del fondo servente ha il dovere de non far cosa alcuna che tenda a togliér l'uso della servitù, od a diminuirlo a renderlo piu incommodo (C. 615, 635, e 645) ; perciò non può variare lo stato del fondo, ne trasferire l'exercizio della servitù en

un luogo diverso da quell dove ò originariamente stabilito, salvo accordo in contrario, e salvo pure il caso che la varizione introdotta non diminuiscano la utilità del fondo dominante».

Ora, é com infracção de todos esses principios que os nunciados pretendem, *ex proprio Marte* mudar o logar da servidão estabelecida e reconhecida, local-a em ponto diverso do actual, sem vantagem antes com, detrimento do predio dominante, pois terão os nunciados de abrir caminho em terreno seu, e passar por outro, dos nunciados, não *enxuto*, como esse de que gosa.

Como que legislando para a especie temos o art. 701, do *Cod. Civ. Francez* assim concebido: « Le propriétaire du fonds debiteur de la servitude ne peut rien faire qui tende a en diminuer l'usage ou à la rendre plus incommode.

Ainsi il ne peut changer l'état des lieux ni transporter l'exercice de la servitude dans un endroit different de celui où elle a été primitivement assignée ».

Fica, pelo mesmo artigo, salvo o caso em que o dono do predio serviente offerece um logar igualmente commodo para o exercicio da servidão, o que na hypothese não se realisa e o provão a vistoria e testemunhas.

Interpretando o art. 701 citado, procura Laurent mitigar-lhe o vigor, no entanto, com seu senso juridico profundo não se furta ás seguintes conclusões ; n. 268, vol. 8.º « Quand y a t'il prejudice ? pergunta elle. E responde : « La question est evidemment de fait, et

doit être décidée en égard aux circonstances de la cause. Il suffit que l'usage de la servitude, soit moins commode, d'après le texte de la loi pour qu'il propriétaire du fond dominant ait le droit de plaindre.

La servitude est survenue une question de commodité d'aggrement même : Il faut donc tenir compte de cette considération. Ainsi le propriétaire du fonds grevé de servitude de passage ne pouvait cultiver l'endroit par lequel l'exerce ; ce doit être en sentier ou chemin, ce que exclut toute culture. »

Ora, com infracção d'estas regras, o que é patente dos autos é o empenho dos nunciados em mudarem o lugar da servidão existente, local-a em outra parte estabelecendo a passagem por dentro do quintal dos nunciantes para ter sahida por terreno pantanoso. (Artigos, razões, testemunhas e vistoria).

Igualmente positivo e terminante é o citado no n. 276, verbis : Nous avons supposé aussi que le déplacement de la servitude peut se faire par la seule volonté du propriétaire de l'héritage servant. *Le contraire est enseigné et a été jugé.....* Evidemment le propriétaire du fond servant ne peut pas, *sans raison, demander que la servitude soit déplacée ;* l'article 702 détermine les conditions sous les quels il peut exercer ce droit. *Se déplacement ne dépend donc pas de son caprice. Il ne peut pas non plus le faire sans le concours de son voisin !*

Continuando, accrescenta Laurent, no n. 277

« L' article 701 ne parle que du déplacement de la servitude. Faut il l'appliquer, par analogie à l'exercice de la servitude ?

Il y a un arrêt en ce sens ; le propriétaire du fond servant peut demander un changement, dit la cour de Montpellier ; Si la modification qui il reclame *ne peut venir directement ou indirectement, dans le present, ou dans l'avenir du fond dominant, ni diminuer l'utilité que ce fond retire de la servitude ou rendre l'exercice de la servitude plus incommode.*

A condemnar a pretensão dos nunciados em mudarem, por si sós, por utilidade própria, e com incommodo dos nunciantes, a servidão d'estes, ainda está o conselheiro Lafayette, *Dir. das Cousas*, § 118, *fin* « O dono do serviente pode: c) Mudar a servidão de um local para outro, contanto que a mudança lhe seja util e *em nada offenda as commodidades do predio dominant* ».

No mesmo sentido dispõe o art. 2238, do *Cod. Civ. Port.*.... contanto que o dono do predio dominante não fique prejudicado ».

O escopo dos nunciados, patente da sua contestação (art. 5º, accentuado nos propostosquezitos para vistoria, 10, 11, 12, 16, 17,) e nas allegações de fls. é provar que os nunciantes não ficão prejudicados com a edificação da obra embargada ; que elles podem ter passagem por outro logar e que se sua servidão acha-se embaraçada e empeiorada, devem-no não a facto seu, e sim, ao de ter lançado a administração da Comp. Leopoldina suas cercas em ponto no qual

estreitando a faixa de terra entre a casa começada e a cerca, tornão impossível o transito de carros, qual existia.

Estando já demonstrado que lhes fallece direito de mudar o local da servidão estabelecida, quando ha prejuizo nessa mudança, não é licito ao dono do predio serviente empeiorar a servidão do dominante; cabe salientar ainda que, mesmo admittido que a impossibilidade de transito de carro pelo local habitual e da servidão, veio do facto de ter a Comp. Leopoldina lançado sua cerca onde a lançou, são também; coefficients d'essa impossibilidade os nunciados, que se não tivessem fincado sua casa no caminho existente, não teriam privado os nunciantes de sua servidão, porque, recuada a casa dous metros, o transito se faria franco, e qual achava-se estabelecido, *maxime* se se attender á que os nunciantes reconheciam ter a Comp. referida direito a terrenos marginaes da linha (doc. á fls. 97, 104, e resposta ao 15º, quezito dos nunciados). E, pois,

Considerando que com a edificação da casa embargada, os nunciados privão os nunciantes de uma das utilidades resultantes de sua servidão, qual se achava estabelecida ;

Considerando que, assim praticando, causão-lhes prejuizo por facto proprio, julgando, como julgo procedente a acção e provada a intenção dos nunciantes, condenino os nunciados á demolirem a caza cuja construcção começaram podendo local-a porem, em posição na qual não to-

lhão a servidão de que gozavam os nunciantes ;
e nas custas.

Mar de Hespanha, 17 de Maio de 1899.

ANTONIO ARNALDO DE OLIVEIRA.

— — —
2.^a SENTENÇA

Vistos etc.

Os embargos de fls. 128 a 132 não encerram materia totalmente nova, não allegada já e que não tivesse sido apreciada, mais ou menos, por occasião da prolação da sentença embargada.

Effectivamente, constituem, em synthese, o eixo, sobre que girão os ditos embargos as seguintes allegações :

a) que, á não se ter dado o facto de haver a Companhia E. F. Leopoldina, lançado a cerca á qual referem-se concordes as partes as e testemunhas e o auto de vistoria de fls. no ponto em que se a lançou, a servidão dos embargados não teria ficado embaraçada ou tolhida ;

b) que, sendo aquella Companhia quem, d'est'arte, tolheu ou privou os embargados de sua servidão, resta saber, e esse é ponto controverso, que, convem ser decidido, si fê-lo com direito, ou si abusivamente, com violencia feita a direitos dos embargantes, e, correspectivamente dos embargados ; claro que a referida Companhia interveio, abusivamente, na casa

alterando ou modificando seu estado tendo-se tornado a factora da injuria, só ou em conjunto com os embargados ; allegando-se mais que a sentença embargada não reconheceu, expressa e cathegoricamente o direito, com que interveio a Comp.*

c) que os embargantes demonstraram o nenhum direito de lançar a Comp.* E. F. Leopoldina a cerca que lançou no local em que foi locada, cerca que, retirada para ponto mais proximo dos trilhos não enbaraçaria a servidão dos embargados que, ainda ficariam com um caminho de 5,35 c. sufficientes para o transito de carros, e, si estreitado o caminho, assim foi por facto praticado por outrem, e, pelo qual, não podem ser responsaveis os embargantes.

d) que a decisão da causa depende do reconhecimento ou desconhecimento do direito da Comp.* E. F. Leopoldina modificar o estado da questão e tambem o da obra embargada, ficando a cerca que ficou, devendo a causa ser decidida, independentemente da modificação operada, somente se considerando o estado de cousas qual era ao tempo em que o embargo operou, e, no qual a) cerca mencionada não se achava, ficando, e, assim era, quando, em 22 de Dezembro de 1898 depuzeram as testemunhas de fis ;

O que tudo ponderado ; cotejando-se estas allegações dos embargos com as da contestação de fis. 12, verifica-se que os embargantes

mostrão-se vascillantes em seu systema de defesa, como que dando de mão e tendo abandonado a que idearam aquellas folhas.

Cotejando-se-as com a materia dos quesitos da vistoria, propostos á fis. e fis., e allegações de fis., e fis. conclue-se que já então foram trazidos á tela e discutidos esses varios pontos que ficaram implicitamente ressalvados pela sentença embargada, desde que proferida no sentido em que o foi; cabendo tornar patente e accrescentar que os embargados reconhecem direito a Comp.^a E. F. Leopoldina, tanto que, a elles fazem explicita referencia nos documentos de fis. 100 e fis. 105 e da sua nenhuma opposição, quiza annuencia á permanencia da cerca locada onde está, outra cousa não se pode inferir, que não seja esse reconhecimento, porquanto, dada a emergencia desta causa, a retirada d'essa cerca e a demonstração de carencia de direito da Companhia fincal-a poderiam alterar profundamente os motivos de decidir e a propria decisão.

E é certo que, em condições taes, não se abandona direitos que se reputa possuir-se. « Quem cala certamente não confessa, porém, contudo, verdade é que não nega » L. 142 pr. de reg. juris.

Do que licito é concluir-se que si attentado deu-se, si ataque foi feito contra a servidão dos embargados, servidão, aliás, contestada á fis. 12, foi tal ataque praticado pelos embargados que não tolerariam que a Comp.^a E. F. Leopoldina tomasse seu terreno si de seu direito.

de propriedade sobre elle estivesem seguros e conscientes, e, de que lhes fallece essa segurança e consciencia, prova contitue terem procedido á excavações no barranco, para darem, assim, transito livre, de carro, aos embargados, mesmo antes de ter sido feita a cerca constante dos autos. Egualmente, ficaria sem explicação o facto de pretenderem mudar o caminho, querendo forçar os embargados a servirem-se de outro que trataram de abrir e o demonstra a vistoria de fls. e dizem testemunhas.

Quem sente-se forte no seu direito vae por diante no gozo e effectividade, e não socorre-se de meios indicativos de vacillação, como que appellando para a transacção.

Accresce, demais que, o dec. n. 1930, de 1857 dizendo em seu art. 6.º que « A administração da Estrada marcará a distancia de três braças em que poderá qualquer levantar predios ou plantar arvores de crescimento, evidentemente impôz restricção ao direito de propriedade, em beneficio publico ; e, si os embargantes estão seguros do seu direito, si certos de que a Comp.ª E. F. Leopoldina abusou, usurpou direitos seus, quando lançou a cerca em questão, não se comprehende sua pusillaniedade ante a dita Comp.ª e de que dão provas as allegações á fls. 113. « Mais do que todos ficaram prejudicados os nossos constituintes a quem se tolheu a sahida livre e franca que tinham para os productos de sua situação agricola, pois a cerca feita reduziu o caminho na sua

largura primitiva de 5,°85 c. (distancia da valleta ao esteio frontal da casa embargada ; resposta ao quesito 22 dos autores, ao quesito 6.° dos reus) a 1,°92 c. (distancia entre a cerca e a mesma casa embargada (resposta ao 4.° quesito dos autores) não permitindo, portanto, passagem de carro. Contra tal violencia deveriam tambem os auctores protestar. «Eis como enunciam-se os embargantes.

Si os embargantes são victimas de violencia, si vião, se veêm seu terreno assaltado e tomado pela Comp.ª ; si, com isso, estão prejudicados, é inexplicavel que cruzem os braços e consintam na victoria da usurpação e da violencia, —já que estas lhes parecem tão manifestas, e tão inconcusso o direito delles embargantes. Isto é pouco humano.

A vistoria que deixou provada a existencia da cerca teve logar em os primeiros dias de Fevereiro deste anno ; feita, segundo allegam os embargantes, em terreno seu e trazendo-lhes, alem de perda do terreno, prejuizos permanentes, é admiravel que, até a presente data, não tenham procurado restabelecer o estado de direito violado, consentindo os embargantes no esbulho feito e do qual dimanam-lhes tantos damnos, segundo allegam.

Convir-se-ha que não é normal este modo de proceder ao qual convem relacionar-se o que consta dos documentos de fls. 100 e 105 não lançado á esmo, deve-se, suppô-lo.

A prova dada não alterou os termos da

questão, dispensavel a da propriedade dos terrenos, que não está em jogo, ut testemunhas á fls. 183 a 186. E, pois, attendendo ao que mais dos autos consta, julgo afinal não provados os embargos de fls, e não obstante elles, cumpra-se a sentença embargada, pague as custas pelos embargantes.

Mar de Hespanha, 17 de Outubro de 1899.

ANTONIO ARNALDO DE OLIVEIRA.

1.º ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da Comarca de Mar de Hespanha, entre partes, appellantes Manoel Fructuoso de Oliveira e sua mulher, e appellados Firmino Dias Tostes e sua mulher, etc. :

Considerando que a nunciação de obra nova tem lugar quando alguém edifica novamente alguma obra, que prejudica a servidão de outrem ; Ribas, *Proc. Civil* art. 762) ;

Considerando que a edificação da obra nova, por parte dos nunciados, ficou provada pela planta de fls. 108, depoimento de testemunhas e vistoria de fls. 62 ;

Considerando que si o senhor de dous predios estabelece — sobre um — serventias visiveis, em favor de outro, e, posteriormente, aliena um delles, as serventias estabelecidas assumem a natureza de servidão, salvo clausula expressa em contrario ; (Lafayette, *Dir. das Cousas*, vol. 1.º pag. 353) ;

Considerando que a servidão dos nunciantes está provada dos autos, ut depoimento de testemunhas á fls. 19 v. e fls. 30, e que, no contracto de venda, (fls. 18) não se exclue a servidão existente ;

Accordam em Relação negar provimento á appellação interposta por termo á fls. e confirmar a sentença appellada de fls., por seus fundamentos. Custas pelos appellantes.

Minas, 27 de Junho de 1900. *Braulio P. — Julio da Veiga — Fernandes Torres — Ferreira Tinoco.*

2.º ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da Comarca do Mar de Hespanha, entre partes, appellantes Manoel Fructuoso de Oliveira e sua mulher, appellados Firmino Dias Tostes e sua mulher etc.

Considerando que a servidão dos nunciantes, ora embargados, se constituiu pelo facto da aquisição do predio, que tinha serventias visiveis pelo terreno dos embargantes não havendo no contracto de venda clausula expressa em contrario, e estando provado dos autos que a casa nova veio affectar essa servidão :

Accordam em Relação desprovar os embargos de fls. 209 oppostos ao accordão de fls. 207, que confirmou a sentença appellada por seus fundamentos. Pagas as custas pelos embargantes.

Minas, aos 9 de Março de 1901 — *Braulio P. — Julio da Veiga — Fernandes Torres — Ferreira Tinoco. — Theophilo — Saraiva — Amorim — Amador.*

Pagamento de divida reconhecida em inventario, em reposição na partilha.

Appellação Cível n. 1570

Appellante — Francisco Pimentel de Barros
Appellados Segadas Vianna & Comp.ª

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE
COMARCA DE MAR DE HESPAÑHA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Examinados etc.

Provado, como está, com a certidão de fls. 3 que o-reu Francisco Pimentel de Barros assumiu a responsabilidade do pagamento da quantia de que os auctores Segadas Vianna & Comp.ª são credores do espolio do finado José Guilherme Sampaio, pois que annuiu á que na partilha dos bens desse finado se o tornasse responsável por ella, como reposição, naturalmente, por terem se lhe dado bens equivalentes em pagamento; provado que a partilha em que assim determinou-se transitou em julgado; e julgado confesso o reu quanto á esse ponto por não ter acudido a intimação para depôr, pessoas elles ao dito reu: Considerando procedente a acção e provada a intenção dos auctores con-

demno o referido reu ao pagamento da quantia de 1:371\$000, juros da móra e nas custas.

Mar de Hespanha 6 de Dezembro de 1901.

ANTÔNIO ARNALDO DE OLIVEIRA.

ACCORDÃO

Accordam em Relação. Que vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil da Comarca de Mar de Hespanha, entre partes : como appellante Francisco Pimentel de Barros e appellados Segadas Vianna &] Comp., negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada, por ser conforme á direito e ás provas dos autos. Pagas as custas pelo appellante.

Minas, 15 de Maio de 1901. *Braulio P. — Alves de Albuquerque—Julio da Veiga—Fernandes Torres.*

Requisitos do contracto de empreitada. Toda e qualquer empreitada é locação mercantil.

Todas as acções que derivarem de locação mercantil devem ser processadas no juizo commercial.

Para validade do contracto de empreitada não é essencial que este seja feito por escripto.

Quando a obra não tem solidez e acha-se com imperfeições não tem o empreiteiro direito a indemnisação alguma, antes é elle responsavel pelos defeitos encontrados no predio, porque as condições de segurança de uma obra fazem parte implicita do contracto de empreitada.

Appellação Cível n. 944

Appellante — João Casoul.

Appellado — Bernardino da Silva Guedes

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR AMADOR

Tribunal da Relação de Minas.

COMARCA DE BAEPENDY

SENTENÇA

Vistos estes autos etc.

Acção ordinaria entre partes como auctor João Casoul, e reu Bernardino da Silva Guedes.

Allega o auctor, por seu advogado e procurador habilitado pelo instrumento de fls. 3, que contractou com o reu, no fim do anno de 1894, e

por contracto verbal e não escripto a construcção de um predio para este, no lugar onde actualmente reside o reu, no caminho que segue para a Estação, e sem constar dos autos planta assignada por ambos os contractantes, mediante a quantia de 20:000\$000.

Diz mais que posteriormente exigindo o reu alteração e modificação no plano do edificio, que trazia augmento de serviços e de despesas, ficou a empreitada elevada á 26:500\$000, e tendo o auctor recebido do reu a importancia de 22:500\$000 mais ou menos, e que no entanto faltando pouco para a conclusão das obras da empreitada, recusa-se o reu a pagar amigavelmente o restante do contracto e mais ainda a importancia das obras accrescidas pelas alterações havidas no primitivo contracto, que estava em 6:000\$000 ; protestando fazer o abatimento que fôr combinado dos materiaes, como opportunamente mostrará.

Allega mais que não tendo podido amigavelmente liquidar este debito fez citar o reu para comparecer á 1ª. audiencia, que se seguisse, afim de ver propôr, sob pena de revelia, a competente acção ordinaria de indemnisação, para afinal ser este condemnado no pagamento do pedido, perdas, danos e custas ; mesmo porque não precedeu accordo algum sobre o abatimento dos materiaes, á que se referiu.

Proposta em tempo a acção, que tem por baze a petição inicial de fls. 2, solemnisada com as formalidades das acções ordinarias commer-

ciaes, e citado previamente o reu, como consta do mandado de fls. 4, e certidão de fls. 5, ficou marcado á este o prazo legal para a contestação, apresentou o reu em tempo a reconvenção, que se lê á fls. 8 á 9, accompanhada de varios documentos que vão de fls. 10 *usque* 63.

Nos mesmos artigos da reconvenção allega o reu nada dever ao auctor, porquanto pagou-lhe da empreitada em questão a quantia de Rs. 25:191\$750, sendo que o preço da empreitada foi de Rs. 26:500\$000, restando apenas a quantia de Rs. 1:308\$250 ;

que o reconvindo tendo recebido a quantia já mencionada deixou de concluir a obra, e pelo que tem o reconvinte de despendar para a sua conclusão quantia superior á 2:000\$000.

que alem disso, isto é, que além dessa despesa á que forçosamente se sujeitará ainda é o auctor responsavel pelo aluguel da mesma casa desde 1 de Janeiro até a data em que foi forçado a entregal-a, por haver suspendido sem motivo e rasão de ser, o trabalho.

que além disto tendo-se compromettido, o auctor reconvindo á entregar a casa prompta em Julho de 1895, não a entregou senão depois do mandado compulsorio da Justiça e consequente propositura da presente acção, sendo ainda o auctor reconvinte obrigado a indenisar-o dos alugueis da casa do Dr. Meirelles Ernesto á rasão de 125\$000, mensaes por espaço de 5 mezes que pagou, e á José Ribeiro da Luz á rasão de 140\$000, por mez, 3 mezes e 15 dias, que igual-

mente elle reconvinte pagou e consta dos recibos de fls., alugueis que têm sua origem immediata não na execução do predio no tempo e prazo estipulado.

que tambem o reconvindo é responsavel para com o reconvinte pelos prejuizos e lucros cessantes pela recusa de acabar a caza e de entregar-a mesmo sem estar acabada, prejuizos que serão arbitrados e que o reconvinte arbitra em 6:000\$000, ficando, pois o, reconvindo devedor ao reconvinte da quantia total de Rs. 8:615\$000, somma d'aquellas parcellas e que, portanto, deve o reconvindo ser condemnado no pagamento dessa quantia, além de outros damnos emergentes e lucros cessantes e custas; contestando o mais por negação com o protesto de convencer afinal de facto e de direito.

Conferida vista dos autos ao auctor para a replica, este limitou-se á replicar por negação com o protesto de convencer afinal de facto e de direito, pelo que por despacho deste Juizo á fls. 66 v. foi declarada a causa em prova, como ainda se vê pelo termo de audiencia. de fls. 67.

Não recorrendo as partes á prova testemunhal forão de accordo á adoptarem á prova da vistoria como a melhor e que prevalece á todas as provas que no caso jamais deveria ser omittida, porque sem o seu esclarecimento não se finda o juizo.

Effectuada essa diligencia, que consta dos autos de fls. 80 á 82, 84 á 86, seguiram-se as razões finaes de parte á parte, vindo os autos á

conclusão para julgamento da causa, convindo á este Juizo derimir o pleito :

QUANTO A' ACÇÃO

Considerando que effectivamente se verificou, perante o nosso direito, um verdadeiro contracto de empreitada por concorrerem os requisitos indispensaveis e que a caracterisam e que toda e qualquer empreitada é locação mercantil, como é expresso no tit. 10, art. 227, e seguintes do *Cod. Commercial*, assim como todas as acções que derivarem de locação mercantil devem ser processadas no Juizo Commercial (art. 20, § 3º, do Reg. n. 737, de 25 de Novembro de 1850,) e portanto regularmente foi proposta acção perante este Juizo.

Considerando que não é elemento e condição essencial que seja reduzido á escripto esse contracto de empreitada, porque em nenhum dos artigos de que se compõe o tit. 10 do *Cod. Commercial*, e que trata de locação mercantil se encontra disposição alguma que obrigue a ser por escripto o contracto de empreitada, para o qual basta haver ajuste verbal sobre as obras á fazer.

Considerando que ainda mais dispensavel se tornaria, porque o auctor em sua petição inicial se refere ao mesmo contracto e mais explicitamente o confessa no documento de fls. 81, onde declara ser o predio, em construcção, do reu, elle o empreiteiro, e o ajuste das obras á fazer, na importancia de 26:500\$000, o que está de

accordo com o que escreve na petição inicial e portanto sobre a existência do alludido contracto não existe razão de duvidar.

Considerando que se estipulou o praso do começo da obra em Dezembro de 1894, e o auctor obrigado á entregar prompta ao reu em Maio de 1895, prazo de 6 mezes como se pratica ordinariamente em empresas desta ordem em Caxambú em circumstancias identicas ; cujo praso por accordo foi ampliado até 31 de Julho do mesmo anno de 1895, para a alludida entrega, já existindo o respectivo accôrdo, tudo de accôrdo com o art. 226, do *Cod. Commercial*.

Considerando que posto o auctor não se referisse á estas circumstancias em sua petição inicial, o que deveria ter dito para poupar á este Juizo o trabalho de procural-as nos autos, o que de facto encontrou-se nas razões finaes do mesmo reu, e que pelo auctor não forão contestadas, vindo assim á se tornar ellas implicitamente confessadas para caracterisarem, como, de facto, completam o alludido contracto.

Considerando que dando o auctor cumprimento ao contracto e ajuste de obras, é certo e consta de varios documentos unidos aos mesmos autos, que elle não cumprio o contractado, porque, em vez de no praso que lhe foi concedido, fazer entrega da obra, paralysou os trabalhos e não cogitou de cumprir a obrigação á que se impôz até que o reu teve necessidade de recorrer á Justiça para forçal-o, como fez á entrega do predio para, sem se achar mesmo concluido, passar-

se, como de facto ahi foi residir por necessitar do commodo do negocio e tambem para cessar as despesa de alugueis]de cazas e tratar de concluir-a á sua custa, e não tendo o auctor dado motivo jurídico e plausivel da execução da sua obrigação e da rasão por que não trabalhava na casa.

Considerando que a vistoria existente nos autos comprova plenamente que o auctor, quando foi forçado á entregar a casa em questão, ainda não se achava e nem se acha concluida e nem executada com os preceitos daarte,por isso que os seus alicerces não correspondem á resistencia devida, tendo-se em vista a qualidade do terreno e a altura do predio, que a qualidade e dosagem da argamassa forão muito defficientes e pelo que o predio não apresenta a segurança devida.

Considerando ainda que tendo o auctor feito taes obras em taes condições imperfeitas e sem condição de solidez, como decidiu a vistoria, é o caso de não haver direito algum, ao empreiteiro, de pedir indemnisação, sendo certo, ainda mais, que é responsavel pelos defeitos encontrados no predios, por se originarem de sua propria culpa (Almeida e Souza, *Acções Summarias*, § 417 e Coelho da Rocha, § 825,) visto como é condição implicita de todo o contracto da natureza do presente a execução da obra com observancia das condições de segurança e regras de construção.

Considerando que a culpa toda do auctor, co-

mo empreiteiro, ainda mais se revelou pois que certifica a vistoria que os trabalhos de carapina estão mal feitos, que algum material não está conforme á uma construcção solida ; que o assoalho do fundo do armazem, parte do assoalho do mesmo armazem e o telhado do puchado carecem de uma reforma completa, sendo certo que é forçoso que responda pelos factos e damnos provenientes da não entrega, incorrendo na acção do art. 227, do *Cod. Commercial*.

Considerando que a vistoria produz seus effectos, porque não houve contra a mesma queixa de erro, ou lesão outro outro vicio e por ella se verifica o abuso inqualificavel que teve o empreiteiro em relação ao contracto que fez, que é lei e obriga as partes.

Culpa lata compara-se ao dolo e ao dolo ninguém deve patrocinar e não podem do mesmo resultar direitos e obrigações civis, e naturalmente exigíveis.

Considerando que obedecendo-se aos laudos da vistoria que a casa definitivamente concluida importará em 29:700\$000, e que quando ella foi entregue ao reu valia 26:400\$000, e tendo o mesmo reu gasto depois da entrega a importancia de 1:450\$000, e tendo ainda de gastar mais para a conclusão 1:850\$000, prefaz a somma de 29:700\$000, como referem os laudos da vistoria e sem direito ao auctor de oppôr qualquer reclamação.

Considerando que o auctor reconvindo causou damnos ao reu reconvinte, consistentes em

não ter feito o predio conforme o ajuste, ter deixado de observar as condições de segurança e regras de construção, ter obrigado o reconvinte a despendar sommas de dinheiro para corrigir os erros e enormes defeitos da obra, como para conclui-la; ter deixado de comprar o predio que o auctor reconvindo se obrigára a fazer, pagando alugueis em casa alheia e finalmente ter recorrido aos meios judiciais para haver a entrega de sua propriedade, pelo que está o auctor na rigorosa obrigação de satisfazer ao reu todos estes danos e prejuizos que serão opportunamente liquidados na execução.

Considerando que taes danos e sua satisfação decorrem do principio de que o empreiteiro, mestre de obras, sobretudo, não tendo feito os abutimentos á que se propôz e consta de sua petição inicial, não pôde gozar do beneficio que á outros é concedido.

A Ord., L. 4ª, Tit. 13, § 8, que é legislação subsidiaria, nega-lhe acção para reclamações *ex-vi* do seu officio.

Considerando que mesmo que o auctor reconvindo tivesse direito sobre a differença, a quantia total recobida, como allegou, e o valôr das obras no estado em que forão abandonadas por elle, ainda assim ficaria esta mesma differença aniquillada em face das facturas do reu, que o auctor deve satisfazer, por se verificar que são constantes de objectos e fornecimentos respeitantes á mesma empreitada a cujos fornecimentos e contas não provou o auctor ser extranho á mesma empreitada.

Ao mesmo tempo essas contas, nas condições em que se achão, provão o debito, não só pelo silencio do mesmo auctor que não as impugnou pelos meios de direito, mostrando as irregularidades della por via de exame judicial dos livros ; e que cousa alguma em tal sentido foi requerido em tempo opportuno, e pelo que devem merecer fé e conceito juridico.

Considerando que tambem são liquidas as despesas de alugueis dos predios á que se referem as allegações do reu, e que se achão provadas com recibos juntos aos autos, sendo tambem liquidas as custas que tem o reu adiantado para o proseguimento da causa e que tanto estas como as facturas já mencionadas, e constão da materia de reconvenção e reproduzidas nas allegações, não forão contestadas pelos meios regulares de direito.

Considerando que é improcedente a acção, condemnno o auctor á pagar ao reu reconvinte todas as importancias liquidas descriptas na reconvenção, que é procedente, e cujas importancias estão convenientemente demonstradas em as allegações finaes de fls. 100 em diante, ficando as demais para ser em liquidadas na execução como sejam as que respeitam aos prejuizos já mencionados, damnos cessantes e lucros emergentes e sem direito á exigir reclamação resultante da vistoria de maior quantia de que a já recebida, visto como é principio inalteravel de direito que o carpinteiro é responsavel pelos defeitos procedidos de sua culpa e tambem pela mora (Coeelho da Rocha, *Dir. Civil*, § 852).

Assim, pois, acceitando e julgando provada a materia da reconvenção e mantendo a improcedencia da acção com os onus do auctor já mencionados no ultinio considerando, mando que em consequencia se suspenda e levante-se o deposito da quantia depositada por occasião da entrega da casa e custas dos autos.

Publicada em audiencia, intime-se.

Baependy, 2 de Janeiro de 1897.

O Juiz de Direito

SEVERINO EULOGIO RIBEIRO DE REZENDE.

ACCORDÃO

Vistos e discutidos estes autos de appellação civil da comarca de Baependy, em que é appellante João Casoul, e appellado Bernardino da Silva Guedes :

Accordam em Relação, que negão provimento á appellação por termo á fls. 326 v., confirmando assim a sentença appellada por seus juridicos fundamentos ; pagas as custas pelo appellante.

Minas, 2 de Julho de 1901.

Braulio P.—Amador—Alves de Albuquerque—Ferreiras Torres—Ferreira Tinôco.

Procedencia do pedido de
supplemento de idade.

Appellação Cível n. 1496

Appellante—O Promotor da Justiça.

Appellada — D. Anna T. Rodrigues.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR AMORIM
COMARCA DE S. DE PAULO DE MURIAHÊ

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos estes autos etc.

Requer a menor Carolina Theodora Alves da Silva, filha de Candido Reis de Oliveira, pela petição á fls. 2, justificar perante este juizo:

a) que já attingiu á idade completa de dezoito annos ;

b) que tem a necessaria capacidade para reger sua pessoa e bens ;

c) que precisa, entrando na posse do que lhe pertence, comprar uma situação onde possa residir com seu pai, e que, justificado quanto basta, se haja por supprida sua idade e se lhe mande passar carta de supplemento de idade.

O dr. promotor de justiça, nas allegações, á fls. 18 e 23, oppoem-se tenazmente a essa pretensão, sob os motivos constantes, dessas allegações, que aliás são improcedentes : Porquanto :

a) a vehemencia da linguagem denota antes opposição systhematica ao pedido da justificante do que juridicos fundamentos para sua denegação ;

b) nenhum facto foi allegado que possa pôr em duvida a capacidade da menor para reger sua pessoa e bens, salvo o ignorar ella o *quantum* de seus haveres o os juros que estes possam render, já provenientes das apolições, já resultantes dos dinheiros existentes nos cofres do estado, o que aliás explica-se pelo facto de nunca ter tido necessidade de verificar pessoalmente esses dois pontos, desde què deposita em seu tutor, que é seu proprio pai, toda confiança, tanto mais quando pertencendo o usufruto de taes bens á este, ella não precisa de se preocupar com elle ;

c) nenhum aqodamento houve na inquirição das testemunhas nem na marcha deste processado, quanto ao primeiro ponto, porque despachada a petição de justificação á fls. 2, em data de 18 de Janeiro, do corrente anno, a mesma inquirição só teve lugar em 2 de Fevereiro seguinte, fls. 11, quinze dias depois ; quanto ao segundo porque, seguida a justificação n'aquella primeira data, só agora tem o seu termo. Nem a nomeação de um promotor *ad hoc* é indicativa da existencia de tal aqodamento ; pois se ella foi feita, é que foi determinada pela residencia do dr. promotor de justiça no districto do Bom Jesus da Cachoeira, ha cinco mezes mais ou menos, á tres ou quatro leguas distantes da séde da comarca. Nem é a primeira vez que este juizo faz identica nomeação. Já a fez em um inventario, no qual é procurador o dr. Alves Pequeno, e á requerimento

deste, tem sido nomeado para promotor *ad hoc* o advogado Francisco Maldonado, pelo mesino motivo de ausencia do dr. promotor ;

d) o doc. fls. 3, certidão de idade, pela qual se verifica ter a menor attingido á idade de 18 annos completos, excedendo-a em alguns mezes, o depoimento das testemunhas de fls 11 maxime o da primeira, provão sufficientemente o deduzido na petição de justificação á fls. e auctorizam a deferimento do pedido da justificante. E' verdade que essas testemunhas não descem á menuciosidades nem affirmam que a justificante tenha aptidão especial para gerir negocios, como pretende a promotoria ; nem é dessa aptidão especial que a lei cogita) mas jurão que ella tem o necessario discernimento e juizo para dirigir sua pessoa e bens. E é isto quanto basta, segundo a exigencia da lei. O bom procedimento da justificante, sua sensatez, seu recato auctorziam á seu respeito a opinião que emittem as testemunhas. . A não ser assim só a lei seria exequivel á respeito dos menores que tivessem bem desenvolvida a bôça do commercio ;

e) tratando-se de uma justificação, e não de uma acção em juizo contencioso, não se faz necessario que as testemunhas sejam arroladas, com antecedencia de 24 horas, como quer a promotoria ; basta que ellas sejam apresentadas em cartorio no dia da justificação. Isto se vê na pratica de todos os dias ;

f) quanto ao consentimento do tutor para

que a menor pudesse passar procuração, esse consentimento está bem expresso nestes autos, não só pela assignatura do pai da mesma menor, (o qual é seu tutor nato) na petição de justificação, mas também pela sua resposta á fls. 21 a 22, as quaes provão claramente o accôrdo de seu pai quanto ao pedido do supplemento de idade ;

g) E' verdade que os menores não podem passar procuração de proprio punho, como fez a justificante, mas essa falta ou nullidade achasse ratificada, pelo instrumento publico á fls. 33,

h) o interrogatorio, auto de perguntas, ou como melhor nome haja, á fls. 16, a que foi submettida a justificante, corroborando o depoimento das testemunhas prova ainda em seu favor não podendo ser tomado em conta o desconhecimento da mesma quanto á somma de seus haveres, como acima já ficou demonstrado. Excepto esse ponto a todas as demais perguntas respondeu regularmente a justificante. E, demais, cumpre observar que semelhante peça é completamente extranha ao processo das justificações, a) menos nem os formularios, nem a lei, nem a praxe a exigem ;

i) o interesse, o zêlo que pode e deve ter a promotoria pela sorte da justificante, também seu pai, também este juizo o tem, e certamente em grau igual ao da mesma promotoria, e o pae da justificante está de pleno accôrdo com seu pedido ;

j) a menor, obtendo supplemento da idade, não pôde, segundo disposição legal, alienar, nem hypothecar bens de raiz; por esse lado, pois, nenhum inconveniente ha no deferimento de seu pedido; Isto posto,

Julgo procedente a presente justificação, á vista da prova produzida pela justificante Marianna Theodora Rodrigues, a qual hei por emancipada para todos os actos da vida civil, mas não poderá alienar, nem obrigar bens de raiz sem auctorisação deste juizo, antes de attingir os 21 annos, e com as limitações da Ord. Liv. 3.ª tit. 41, § 5.ª. Passe-se a competente carta de supplemento de idade, pagos os direitos fiscaes e custas pelo justificante *ex-causa*. Logo que a justificante tiver contractado a propriedade rural que pretende comprar requiera neste juizo a quantia indicada á fls. 21. Hei a presente por publicada em mão do escrivão que intimará ás partes.

S. Paulo de Muriahé, 15 de Maio de 1900.

JOAQUIM L. CYSNEIROS D'ÁLBQUERQUE.

ACCORDÃO

Accordam em Relação, etc.

Que, vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da comarca de Muriahé, entre partes, appellante o Promotor da Justiça e appellada D. Marianna Theodora Rodrigues : negão provimento á appellação e con-

firmam a sentença appellada, por seus fundamentos, conformes á direito e ás provas constantes dos autos.

Condeñnam nas custas a justificante, ora appellada.

Bello Horizonte, 18 de Setembro de 1901.

Braulio P.—Amorim—Amador—Alves de Albuquerque. Vencido.

Não devemos confundir a emancipação com o supprimento de idade.

A emancipação é um dos meios de acabar o patrio poder. O supprimento de idade é um dos casos de extinguir-se a tutela. Este tira o orphão do poder do tutor; aquella tira o filho-familia do poder do pae.

A emancipação pode ser concedida qualquer que seja a idade do filho menor; o supprimento de idade só pôde ser concedido ao orphão que attingir os vinte annos de idade sendo varão, ou os dezoito sendo femea.

Para a concessão do supprimento de idade basta que o menor ou a menor prove ter attingido á idade de vinte ou dezoito annos e justifique ter a devida capacidade para bem reger sua pessoa e bens. Para a emancipação é necessario que o pae demitta-se do patrio poder por meio de escriptura publica (*Laffeyete Dir. das Fam.*, § 119, n. 5) ou por termo nos autos, em ambos os casos julgada por sentença; o que é de absoluta necessidade.

Differentes são tambem os effeitos e resultados desses dois actos.

Pelo supprimento de idade o orphão entra na livre administração de seus bens, podendo livremente dispôr delles, salvo os immoveis, ao passo que os filhos que forem demittidos do proprio poder, por carta de emancipação, ficam sujeitos, por morte dos paes, á jurisdicção do juizo de orphãos (T. Freitas art. 206).

O supprimento de idade é irrevogavel; a emancipação concedida pelo pae pode ser revogada por este, no caso de ingratidão (Ord., L., 4. tit. 63) ou pelos credores do pae, quando concedida em fraude delles (Per. de Carv. cit. n. 320, Lob. *Acc. Sum.* tom. 1 § 319.)

Esta distincção já era conhecida dos romanos como se pode vêr em Lob. à Mello, vol. 2, pag. 220, e not., onde elle nos mostra as duas especies de emancipação, Justinianna e Anastasiana; aquella concedida aos orphãos e esta aos filho - familias.

Ora, não sendo o caso dos autos o de emancipação, como se quer inculcar nas razões de appellação, por parte da appellada, porque como ficou dito, o pae não se demittiu do patrio poder por escriptura publica ou termo nos autos julgado por sentença; não se podendo considerar a sua assignatura na petição de fls. 2, arrasado de fls. 22 e procuração de fls. 23, como emancipação tacita, porque entre nós não existe esta especie de emancipação, e della não encontramos vestigio algum em nossa legislação; antes, pelo contrario, vemos o art. 1, n. 3, do Cod. Com. exigir, que o pae outor-

gue por escriptura publica o seu consentimento, para que o filho-familia maior de 18 annos possa commerciar.

Tambem percorrendo as legislações dos povos cultos vemos que ellas exigem, para a emancipação, acto expresso do pae.

E' assim que o *Cod. Civil. Fran.*, art. 477, manda que o pae faça sua declaração perante o Juiz de Paz, com assistencia do Escrivão e que o Juiz acceite ou receba a declaração.

O *Cod. Civil. Port.*, art. 308, exige que o pae faça outorga por auto ou termo, só produzindo effeito contra terceiro depois de registrada.

O do *Cod. Ital.* no art. 311, está de accordo com o Fran.

O *Chil.* art. 265, exige instrumento publico, em que o pae declare emancipar o filho adulto e em que este consente nella.

Ainda no mesmo sentido temos o de Venezuela no art. 350.

Não do sendo tambem caso de supprimento de idade por ter a justificante pae, dei provimento á appellação para, reformando a sentença appellada, julgar improcedente o pedido. Fui presente. *Gama Cerqueira.*

E' improcedente a acção de
força velha se não prova-se
a posse e o esbulho desta.

Appellação Cível n. 1103

*Appellantes — José Maria Franche Sobrinho e sua
mulher*

*Appellados — Gabriel Ferreira de Mattos e sua
mulher*

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR FERREIRA TINÔCO

COMARCA DE LEOPOLDINA

Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, appellantes José Maria Franche Sobrinho e sua mulher, e appellados Gabriel Ferreira de Mattos e sua mulher, dão provimento á appellação e julgão improcedente a acção; porque tendo os auctores allegado a posse em parte de terras da fazenda da Serra dos Lemos, e da qual haviam sido, ha mais de anno e dia, esbulhados pelo réu, propuzeram acção de força velha, mas não provaram nem a sua posse e nem o esbulho, que são indispensaveis para proceder a acção. Assim julgando, condemnam nas custas os appellados.

Minas, 26 de Abril de 1899.

*Theophilo P.—Ferreira Tinôco —Rezende Costa—
Saraiva.*

Os embargos infringentes de julgado para serem admitidos, quando offerecidos pelo executado, é necessario [que este offereça documentos obtidos depois da sentença.

A materia de dominio não pôde ser allegada e discutida em acção de força velha espoliativa.

Appellação Cível n. 1530

Embargantes — Carlos Felipe Berbert e sua mulher

Embargados— Pedro Geraldo e sua mulher

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR FERREIRA TINOCO

COMARCA DE MANHUASSU'

Tribunal da Relação de Minas.

RELATORIO

Executando o Accordão de fls. 5, na Comarca de Manhuassú, na audiencia de 11 de Janeiro do corrente anno, foi accusada a citação feita a Carlos Felipe Berbert e sua mulher D. Maria Luiza Berbert para deixarem a posse dos terrenos denominados Corrego Catinga, casa, cafuás e mais bemfeitorias com todos os seus pertences dentro do praso de 8 dias.

A 16 do referido mez vieram os executados com os embargos infringentes, de fls. 76 allegando: que a sentença exequenda foi proferida sob a influencia de uma prova falsa, que não pôde ser combatida convenientemente, e nem ser apresentada em contrario, attendendo a serem os executados estrangeiros, e não

acção de força velha, que deu logar a execução que se processou; que sendo os embargantes citados appareceu o advogado Moraes com uma procuração extrahida dos autos de acção de força nova; que esta procuração não continha poderes especiaes, não foi concertada por outro escrivão, como certidão ou traslado que era, exercendo um mandato incompetentemente; que essa procuração, não podia servir por ser traslado de traslado, como é a carta de sentença, e para que pudesse servir devia ser extrahido por mandado do Juiz com citação da parte; que da escriptura constante da carta de sentença se evidencia que o pae e sogro dos exequentes vendeu a elles embargantes, com a clausula de aquelles indemnizarem a seus filhos de algumas bemfeitorias os terrenos do Corrego Catinga; que o pae e sogro dos exequentes não sabendo escrever mandou alguém assignar por elle a seu rogo por seu legitimo nome Geraldo José do Nascimento, sendo tambem conhecido por Joaquim Geraldo; que a justificação de fls. 42 a 50 foi produzida em época de perturbação da ordem publica perante o Juiz Substituto, quando todos os negocios do fôro se achavam paralizados e o Juiz de Direito tinha sido posto fôra da Comarca, que ficou acephala; que no contracto de compra e venda feito pelo pae dos exequentes a elles embargantes não houve violencia nem clandestinidade; que a posse dos exequentes era a de filho-familias e aggregados de

terem um advogado que fizesse valer perante o juízo o direito delles embargantes, convenientemente ; que elles embargantes são os verdadeiros donos do correjo denominado Catinga no districto de Pirapetinga ; que a 4 de Julho de 1891 forão esbulhados da posse por Joaquim Thomaz Vieira sua mulher e D. Maria Belarmina da Conceição, propondo-lhes uma acção de força nova, afim de elles abrirem mão da propriedade que invadiram ; que o Juiz Municipal julgou a causa a favor delles embargantes, como se vê da carta de sentença fls. 82 ; que aquella sentença foi embargada mas os embargos forão rejeitados *in limine* ; que os exequentes propuzeram então seus paes, que os indemnizaram das poucas e insignificantes bemfeitorias que fizeram de accordo com a clausula da escriptura ; que apenas não foi pago de suas bemfeitorias Sabino José do Nascimento e sua mulher D. Galdina Maria da Luz, mas elles embargantes para legalisarem a compra, trataram de pagar as bemfeitorias feitas por estes, dando cumprimento a clausula da escriptura ; que os exequentes e outros filhos receberam as quantias correspondentes aos serviços prestados no Corrego Catinga achando-se pagos e satisfeitos ; e juntando documentos que juraram ser novos, pediram que fossem julgados provados os embargos infringentes do julgado pela sentença e pelo accordo, para o fim de ser julgada solida a compra e venda realisada a 9 de Agosto de 1889.

Os embargantes juntaram os documentos de fls. 82 a fls. 120.

Os embargados contestando os embargos infringentes começam allegando ; que os embargos não devem ser processados de conformidade com os arts. 579 § 4 587 do Reg. 737, mas, seguir, a marcha indicada nos arts. 1228 a 1230 da *Cons.*, de Ribas, e a propria execução, art. 2.º da lei Est. n. 219, de 6 de Setembro de 1897 ; que os embargantes entretanto fundaram-se no disposto no art. 579 § 4, n. 3, quando deviam fundar-se no disposto no art. 577, § 8.º o que não fizeram pela impossibilidade de apresentarem prova incontinenti do prejuizo, offerecendo documentos obtidos depois da sentença ; e os documentos apresentados forão obtidos antes da sentença que julgou a causa de força velha que se executu, tanto o de fls. 82, como o de fls. 118, que foi passado aos embargantes a 29 de Julho de 1892, sendo a data da sentença exequenda de 22 de Junho de 1893 ; que os embargos não deviam ser recebidos como forão, com suspensão da execução, em vista de sua materia já allegada e despresada na acção, reproduzida na execução que não podia ser reproduzida senão com documento de novo obtido depois da sentença ; que os embargos infringentes do julgado só tem logar : quando o executado jurar que sua ma'eria veio ao seu conhecimento depois da sentença, quando o executado não tiver sido citado pessoalmente, quando tiver havido legitimo impedimento para

comparecer em juízo por si ou por procurador; que os embargantes não forão reveis, constituíram procurador; que offereçam contrariedade (fls. 16) e os documentos de fls. 82 e 118 existiam e erão conhecidos antes da sentença exequenda.

Os embargantes proluíram as testemunhas do fls. 129 a fls. 142, e finda a dilação forão as partes lançadas (audiencia á fls. 142 v.); os embargantes arrazoaram á fls. 146, e os embargados a fls. 154.

Subindo os autos á conclusão do Juiz de Direito, este julgou insubsistentes e não provados os embargos de fls. 74, e quanto aos infringentes do julgado mandou subir os autos a esta instancia onde tiveram entrada a 10 de Agosto, sendo preparados a 20 do corrente mez de Novembro distribuidos, nesse mesmo dia me vieram conclusos.

Do que faço este relatorio.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, embargantes — Carlos Felipe Berbert e sua mulher, e embargados — Pedro Geraldo e sua mulher, julgando improcedentes os embargos, mandão que se prosiga na execução; porque, embargos infringentes para serem admittidos, quando offerecidos pelo executado, é necessario que este offereça documentos obtidos depois da sentença, art. 577, § 8, n. 3, do Regul.

n. 737, de 25 de Novembro de 1850, e os offerecidos pelos embargantes não forão havidos de novo, já existiam : o tempo em que foi a sentença confirmada pelo Accordão dos autos constante, proferida, e delles tinham os embargantes conhecimento.

Accresce que a materia allegada de dominio não pôde ser discutida em acção de força velha expoliativa, em que nem se quer se indaga do posse juridica, mandando-se restituir a cousa a quem della tem a posse natural; *spoliatus ante omnia restituendus*; — competindo ao senhor do dominio a acção de reivindicacão.

Assim julgando, nas custas condemnam os embargantes.

Minas, 13 de Fevereiro de 1901. — *Bracilio P. — Ferreira Tinoco — Theophilo — Amador — Alves de Albuquerque. — Julio da Veiga.* Foi vencedor o Snr. Desembargador Amorim, *Fernandes Torres*. Foi voto vencedor o Snr. Desembargador Amorim, *Ferreira Tinoco*.

Fernandes Torres, vencido. A procuração á fls. 13 da carta de sentença, não contem poderes especiaes para defender os embargantes executados; foi extrahida por certidão de outros autos onde figurava já por traslado; a causa onde serviu essa procuração foi julgada por sentença que passou em julgado (fls. 82), por isso era uma procuração extincta (P. Bueno ns. 99 e 100 n. 2) quando se julgou a causa principal; e nullo o processo em que figura

falso ou não bastante procurador (art. 672, § 1.º do Decr. 737).

Consequentemente nulla é a sentença exequenda, e esta nullidade pôde ser ellegada e pronunciada em qualquer tempo e instancia (art. 674 do Cit. Dec.).

São admissíveis na execução embargos de nullidade do processo e sentença (art. 577 § 1.º e 579 § 1.º) com prova constante dos autos, e a prova é a propria procuração extincta de fls. 83 e a sentença á fls. 82.

E' necessario fazer distincção entre embargos de nullidade e embargos infringentes, e da materia de cada um que pode ser allegada; nos de nullidade o executado pede a nullação do processo e da sentença exequenda, e nos infringentes pede elle a rescisão do acto, do processo ou da sentença.

Sendo a sentença exequenda da Relação os embargos, quer sejam de nullidade, quer sejam infringentes, são julgados por ella (art. 583 do Reg. cit.) e a materia de nullidade foi allegada nos mesmos embargos infringentes.

Os embargos de nullidade não necessitam, como os infringentes, de documentos obtidos depois da sentença, pelo contrario precisam de prova constante dos autos, ou produzidas incontinenti, e esta existe nos autos.

BIBLIOGRAPHIA

Recebemos as seguintes revistas e folhetos :
O Direito — do Rio de Janeiro, ns. 1 e 2, do vol. 86.

Revista de Jurisprudencia — do Rio de Janeiro fasciculos ns. 43, 44, 45, 46 e 47. Anno 5.º

Revista dos Tribunaes — da Bahia, os fasciculos de Maio a Setembro de 1901.

Gazeta Juridica — de S. Paulo, os fasciculos que decorrem de Maio a Setembro do corrente Anno.

Revista Juridica — de Porto Alegre, fasciculos de Maio a Setembro de 1901

Archivo Juridico — da cidade de Campos, ns. 1, 2, 3 e 4 do vol. 2.º, anno 1.º

Revista Academica — da Faculdade de Direito de Recife, Anno 9.º

A deformidade nas lesões pessoas — proficiente e substancioso tratado sobre uma parte da medicina legal, pelo erudito e laborioso lente dessa disciplina na Faculdade de Direito de S. Paulo, contendo cinco partes : *A deformidade e as antigas leis penaes* — *A deformidade e as leis penaes contemporaneas* — *O Conceito geral da deformidade nas lesões pessoas* — *As condições existenciaes das lesões deformatorias* — *A pericia medica*.

E' uma obra digna de figurar em todas as bibliothecas.

JURISPRUDENCIA

SECÇÃO CIVEL

Procedencia de arresto, e
improcedencia de defeza con-
sistente em venda dos bens
arrestados, por ser ella fran-
camente fraudulenta.

Appellação Cível n. 1580

Appellante—Serafim Ribeiro da Cunha

*Ap. llados—D. Candida Maria da Conceição e ou-
tros.*

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR VEIGA
COMARCA DE MAR DE HESPAÑA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Examinados etc.

Indubitavel, como sôe ser « que os credores
têm o direito de contar, para pagamento da que
lhes é devido, com a universalidade da fortuna

de seu devedor, que a lei, expressamente, affectou a este destino, » e, pois, para assegurar a execução respectiva, devia dar, como, de facto tem dado, aos mesmos credores, meios de pre-munirem-se contra a simulação e a fraude, facultando-lhes a annullação dos actos praticados com o fim de burlar-se o pagamento.

Bedarride, *Trait du dol et de la fraude*. V. 40, ns. 1303—1304. E' formal o Direito Romano a respeito :

Quæ fraudationis causa gesta erunt, cum eo qui fraudem non ignoraverit, de his ematorem bonorum vel ei qui de ea re actionem dare oportet it intra annum quo experiundi potestas fuerit, actionem dabo ; idque etiam adversus eum qui fraudem fecit servabo. Dig., 1^o. Qui in fraudem credit.

E o patrio—Ord., L. 3^o. Tit. 31, Reg. 737, art. 519. Em consequencia cabe o recurso, sempre que os bens e direitos do devedor fiquem, voluntariamente, diminuidos ou perdidos ; Bedarride cit. n., 1409, isto, dando se a preexistencia de divida anterior, (1919), cit., tornando-se o mesmo devedor insolvavel.

Neste caso, o credor sómente deve provar que a manutenção do acto que elle sustenta foi praticado em fraude de seus direitos, compromette seu credito e torna impossivel ou mais difficil o respectivo pagamento (n. 1426, cit. Bed.) E, então cabe-lhe provar a fraude do devedor, fraude que presume-se quando não conhecida ainda, notoriamente, a sua insolvabilidade real, o devedor dispõe de seus bens todos ou de maior

parte, por preços que não guardão justa proporção com o valor do objecto alienado:

« O designio de prejudicar nasce da posição do devedor obrigando á dissimular, para se esforçar de salvar em proveito proprio alguns restos de naufragio, a unica existencia desta causa de simulação tornando a fraude provavel, determinaria facilmente sua admissão :

Ubi accepit causa simulandi, receptum est ut administrative imperfecta probatio sufficiat ; cit. Bedaride n. 1420. E dá lugar á essa presumpção a pratica de actos alienativos successivos e repetidos que importam anniquillamento das garantias dos credores (n. 1430 cit.)

Mas não é tudo. Para a annullação de que se tem tratado, é mister, ainda, o concurso de fraude por parte do adquirente dos bens alienados pelo devedor insolvavel a fraude, que pode ser provada por testemunhas ou presumpções, resultando de tudo quanto tenda á estabelecer, que o adquirente conheceu a fraude d'aquelle com quem elle tem tratado. Conhecer uma fraude e acceitar uma participação no acto destinado a consummal-a é acceitar a sua complicitade. (Bed. cit. n. 1432).

A fraude do vendedor e do comprador na especie, ensina Lobão, Exec., not. ao § 305, como machinação occulta é provavel por conjecturas que induzím o animo do Juiz a persuadir-se da mesma fraude « e accrescenta o cit. Bed. n. 1458: A pertinencia das presumpções é soberanamente apreciada pelo Juiz. Chamado a pronunciar

sar-se como jurado, o magistrado não deve contas senão á sua consciencia, da convicção que elle haure no conjuncto dos factos e das circumstancias do processo ».

Ao que tudo attendendo :

Quanto ao arrestado José Marinho :

Considerando que elle sabia que, no espolio do finado Padre Manoel José Corrêa foi encontrada uma lettra de 20:00.\$000 de réis, firmada por elle Marinho, á cujo pagamento procura eximir-se, tanto que, á esse fim, accionou os herdeiros do dito Padre, tendo decahido da acção, da qual appellou ;

Considerando que, isso sabendo, devia contar com a propositura de uma acção para cobrança da dita lettra, acção que não fez-se esperar muito, (autos) procurando difficultar a intimação para a mesma ;

Considerando que, parente, padrinho, protector do embargante Seraphim Ribeiro da Cunha seu ex-socio, não se depara com um unico motivo justificavel para a elle transferir, por titulo de venda, os bens constantes da escriptura de fls. 12, por preço evidentemente vil, não obstante a baixa geral do valor dos immoveis, sem numeração do dinheiro, accusando-se o respectivo recebimento anteriormente, sem declaração franca e leal da transacção ;

Considerando que o mesmo Marinho alienou todos os seus bens, sem que ficasse com quaesquer outros que garantissem o pagamento da importancia da lettra que se lhe cobra ;

Considerando que o arrestado vendendo ao embargante, por preço muito abaixo do real os bens alienados, d'esse facto resulta presumpção de fraude contra o devedor, importa isto abandono voluntario, doação verdadeira não admissivel em quem vê imminente uma acção sobre si;

Quanto ao embargante;

Considerando as relações de parentesco, affinidade, amizade e outras em que se manteve como arrestado, que o empregou e collocou, do que tudo é natural que rezulte gratidão e certa intimidade;

Considerando que não provou que o arrestado era-lhe devedor e por que titulos ou tranzacções; viciosa e suspeita é a escriptura de fls. na qual se fez uma venda, allegando-se uma inverdade; depoimento á fls.

Considerando que, visto as relações em que estava com o arrestado, era natural que soubesse dos respectivos negocios, pelo menos da divida de que apresentam-se credores os arrestantes, inexplicavel a divergencia dos motivos dados no depoimento de fls. e dos quaes se fez originar o contracto de venda de fls.

Considerando que é inexplicavel que enumerando as dividas de que se diz credor para mostrar que têm dinheiro disponivel para emprestar, olvidasse-se o embargante da divida de fls. 76, a maior de todas, quando recordava-se de mininas, sendo recentissima essa, 20:000\$000 de réis, em Outubro de 1899;

Considerando que as testemunhas depoem que o embargante não pode, por sua posição pecuniaria, de negociante de pequeno capital, empatar dinheiro em bens de pouco provavel rendimento, é de 6:000\$000 á 7:000\$000 o capital ;

Considerando que, dos artigos da contestação de fls. desenvolvidos nas allegações de fls. com base e assento nos autos e no raciocinio, resulta palpitante de veracidade a fraude em que collaboravam o embargante e o arrestado julgando, como julgo, afinal o arresto de fls. para que produza o mesmo todos os seus effeitos legais, pague as custas o embargante.

Mar de Hespanha, 22 de Janeiro de 1900.

ANTONIO ARNALDO DE OLIVEIRA.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da comarca de Mar de Hespanha, entre partes, appellantes Seraphim Ribeiro da Cunha, appellados D. Candida Maria da Conceição e outros etc :

Accordam em Relação negar provimento á appellação, interposta por termo á fls. 113 v, para o fim de confirmar, por seus fundamentos, a sentença appellada de fls., pagas as custas pelo appellante.

Minas, aos 31 de Julho de 1901.

Braulio P.—Julio da Veiga—Fernandes Torres—Ferreira Tinoco—Fui presente. O Procurador Geral ad hoc, *Amador*.

E' nulla a venda que o pae
faz a um filho sem consen-
timento dos outros filhos, se-
ja de boa ou de má fe. Inter-
pretação da *Ord.*, Liv. 4, Tit.
12. As excepções não podem
ser allegadas na contestação.

Appellação Civel n. 1440

*Appellantes — Florencio dos Santos e Manoel Marques
Alcmin e sua mulheres*

Appellados — D. Anna Luiza Marques e outros

**RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR AMORIM
COMARCA DE S. SEBASTIÃO DO PARAIZO**

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos etc.

Allegam os auctores em os seus artigos de
23 e 27 :

a) que ha mais de quarenta annos, José
Francisco de Paula e sua mulher, e seus ante-
passados, mansa e pacificamente possuiam uma
parte de terra da fazenda denominada « Monte
Alegre » sita hoje no districto dos Passos, sem

que pessoa alguma lhes contestasse o direito que tinham a estas partes de terras, que consistiam nas constantes da escriptura da compra, conforme a certidão junta ;

b) que em 4 Outubro de 1870, o Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha adquiriu, por escriptura publica de compra e venda, essas terras, a José Francisco de Paula e sua mulher ;

c) que em 1870 e 1871 o Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha requereu divisão judicial das fazendas do « Tomba Perna, Jaboticabal e Boa Vista » nas quaes estavam incluídas as terras que compunham a fazenda do Monte Alegre ;

d) que nesta divisão foi dado em pagamento ao Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha, em virtude da escriptura de compra já referida, visto como *pro indiviso*, estavam as terras adquiridas a José Francisco de Paula e sua mulher ;

e) que o pagamento dado ao Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha, nas terras da fazenda do « Monte Alegre » tem principio na cachoeira do « Tomba Perna », ou tambem « Boa Vista » segue pelo « Tomba Perna » até a barra do Corregozinho, mais perto da morada, e sobe por este até uma cava, junto a um pau de peroba ; d'ahi, á direita, em rumo á uma cava aberta entre um pau de Ipé e outro de Aroeira ; d'ahi seguindo a mesma direcção á outra cava aberta junto a outro pau de Ipé ;

d'esta á outra que feita junto á primeira grota que se encontra perto de um páu de algodoeiro; deste ponto, pela direita desce pelo grota até chegar ao situado «Tombo Perna» e sôbe pelo dito ribeirão até chegar a uma grota que feichava, na época da divisão, o pasto de Domingos de Sousa Valle, e por esta grota segue até um vallo, em sua cabeceira, e d'ahi vae em rumo á uma cava que deve existir junto a um páu de jacarandá; d'esta cava procura em rumo direito outra cava, perto de um páu de canelleira, e desta cava em rumo, procura as antigas divisas da fazenda; desta, segue, á direita, até chegar á cachoeira da «Bão Vista», onde teve principio o pagamento;

f) que as terras incluídas no circulo deste pagamento confrontavam, na época da divisão com as que forão dadas em pagamento a Maria Candida, Vicente Francisco de Paula Marques, Ramalho, Rocha & Comp.ª Domingos de Araujo Valle e D. Anna Francisca do Valle;

g) que em 26 de Novembro de 1872, o Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha vendeu essas terras a João Candido Marques de Alkmin, pela escriptura passada em notas do escrivão Alexandre Tanino Ximenes, de Dôres do Guaxupé, e que juntam, sob n. 2;

h) que João Candido Marques de Alkmin era filho legitimo de Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha e de sua mulher D. Anna Luíza Marques;

i) que o Tenente Coronel José Caetano Mar-

ques Padilha era casado com D. Anna Luiza Marques ;

i) que a primeira auctora é viuva do Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha, e os demais autores são seus filhos legítimos genros e noras, com excepção do ultimo, o menor Alipio que é seu neto, tendo o pae deste fallecido depois do Tenente Coronel José Caetano ;

k) que o Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha falleceu ha annos ;

l) que por fallecimento de João Candido Marques de Alkmin, os terrenos supra forão em inventario partilhados entre sua viuva, que é a ré, mulher em segunda nupcias de Florencio dos Santos e seu filho Manoel de tal, reu nesta acção ;

m) que a viuva de João Candido Marques de Alkmin casou-se com o reu Florencio dos Santos ;

n) que Florencio dos Santos e sua mulher e o menor pubere Manoel estão na posse das terras referidas ;

o) que a auctora, Anna Luiza Marques não assignára a escriptura de 26 Novembro de 1872, nem constituiu seu marido legítimo procurador para assignal-a ;

p) que em 26 de Novembro de 1872, o Coronel José Caetano Marques Padilha tinha filhos menores que não consentiram, nem podiam ter consentido naquella venda ;

q) que, finalmente, é a alludida escriptura nulla, e porque é este o unico titulo pelo qual

os reus passaram as referidas terras, devem ser condemnados a restituil-as aos auctores, que deverão ser reconhecidos senhores d'ellas, bem como serem condemnados a restituir todos os seus accessorios, rendimentos e a indemnisação das deterioriações, como possuidores de má fê que são, *ex-jure*, e nas custas menos a parte que cabe aos reus na qualidade de herdeiros que, são, do Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha;

r) que protestava por todo o genero de prova, pelo depoimento pessoal dos reus, vistoria, e autos de inquirição e exame de livros. Juntaram os documentos que se vêm nos autos.

Citados os reus contestaram o pedido, allegando:

a) que a presente acção não procede por tratar-se de uma pretensão contraria á veracidade dos factos e opposta a solidos principios de direito que devem reger a materia;

b) pois que, a venda dos terrenos da fazenda « Monte Alegre » feita pelo finado Tenente Coronel José Castano Marque Padilha e sua mulher D. Anna Luiza Marques, a João Candido Marques Aikmin, filho do primeiro, em 26 de Novembro de 1872, realisou-se com todas as solemnidades precisas;

c) é assim que, a vendedora D. Anna Luiza, ora autora, foi representada por seu marido, o vendedor que, para tal fim, tinha procuração de sua mulher, a qual, no acto de passar-se a escriptura, foi exhibida e transcripta no li-

vro de notas, e assim foi a mesma escriptura lavrada com todas as exigencias legais conforme consta do documento que exhibem ;

d) que, pelo lado da escriptura, nenhuma nullidade existe no contracto ;

e) que não é egualmente nulla a venda só pelo facto de ser o comprador, filho do vendedor Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha, sem o consentimento de seus filhos então menores ;

f) porque, conforme dispõe a *Ord.*, Liv. 4.º, Tit. 12, é nulla a venda feita pelos paes aos filhos, ou netos, quando essa venda tem por fim fraudar as legítimas dos demais filhos ou netos ;

g) que no caso em questão, nem ao menos é presumível qualquer elemento de má fé, visto como houve o consentimento dos filhos, maiores que sem duvida, procederiam de outro modo, si se tratasse de um contracto em que fossem prejudicados ;

h) que o motivo da venda das terras, que se pretende reivindicar, foi a necessidade em que se virão os vendedores de obter dinheiro para pagamento de um credor exigente, que nessa occasião, fazia sobre elles pressão ;

i) que tendo sido feita a venda a dinheiro, com se vê da escriptura, jámais poderiam os auctores reivindicar as terras, por isso que, em caso de acção, seriam responsaveis pelo preço ;

j) que, em casos taes, teriam os reus em seu favor a excepção « rei venditoe et traditoe, pelo seguinte principio : — quem de evictione tenet

actio, eundem agentem repellit exceptio rei venditæ et traditæ ;

*) que, quando fosse nulla a venda feita pelo Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha e sua mulher por ser o comprador, filho do primeiro, mesmo assim, não poderiam intentar os auctores a presente acção ;

l) porque, se nelhante nullidade só poderia ser invocada pelos filhos, isto é, pelos demais auctores e nunca pelos vendedores ;

m) que, além disso, quando não tivesse sido a escriptura assignada pela vendedora, ainda assim nada conseguiriam os auctores por meio da presente acção, por isso que estariam prescriptos os direitos ;

n) porquanto, a venda feita a João Cândido Marques Alkmin, teve logar em Novembro de 1872, e, pois, são passados 26 annos, tempo sufficiente para operar-se a prescripção, ainda mesmo residindo alguma das partes lóra da comarca.

o) que, ainda por fallecimento de João Candido Marques Alkmin, forão as terras de que se trata descriptas no seu inventario e destas compartilharam, metade á viuva de João Candido hoje casada com o reu Florencio, e outra metade á Manoel, filho d'aquelle João Candido, ora reu nesta acção ;

p) que igualmente, tendo-se casado a viuva de João Candido com Claudino José da Costa, forão, por fallecimento deste, descriptas as terras de sua meação, no respectivo inventario e

partilhadas entre a viuva, actualmente casada com Florencio e herdeiros do Claudiano ;

q) no entanto, que em taes inventarios nenhuma opposição appareceu, e nem mesmo qualquer protesto por parte de alguém ;

r) que, por consequente, contado o tempo dos seus antecessores, estão os reus na posse das terras, e com todos os requisitos legais, ha mais de 26 annos, e que, nestes termos, contestam quanto ao mais por negação.

s) nenhuma nullidade existe na escriptura que faz objecto da presente acção e por isso requerem ser esta julgada improcedente, sendo os auctores condemnados nas custas.

Juntaram um documento.

Tendo os auctores replicado por negação, *ut* ota á fls. 50 v., foi a causa posta em prova.

Forão inquiridas por parte dos reus testemunhas, cujos depoimentos decorrem de fls. 64 a 66 v.

Por parte dos auctores depuzeram quatro testemunhas (fls. 66 v. *usque* 72, e 8) *usque* 94 v.).

De fls. 85 *usque* 88 vêm-se os depoimentos dos reus.

Os auctores apresentaram as suas razões finais, de fls 105 a 113, e as reus os de fls. 114 a 125 v.

O Promotor da Justiça officiou á fls. 126 v.

Feita a conta, ouvido o Dr. Collector, sellados os autos vieram conclusos.

O que tudo bem visto e examinado :

Considerando que ficou plena e exuberante-

mente provado deste autos que o fallecido Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha adquiriu por escriptura publica de compra e venda, a José Francisco de Paula e sua mulher, em data de 4 de Setembro de 1870, as terras da fazenda denominada «Monte Alegresitas hoje no districto de Passos, desta comarca ;

Considerando que havendo o referido Tenente Coronel José Caetano requerido divisão judicial das fazendas «Tomba Perna Jaboticabal e Boa Vista», nas quaes estavam incluídas as terras que compunham a fazenda denominada «Monte Alegre» nessa divisão foi-lhe dado o pagamento em virtude da escriptura de compra das alludidas terras que se achavam *pro indiviso*, e cujos limites se vêm discriminados em o documento de fls. 35 a 37 v. ;

Considerando que igualmente consta destes autos, e á sociedade, que o mesmo Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha em 26 de Novembro de 1872, vendeu essas terras a João Candido Marques de Alkmin, conforme se vê da escriptura exhibida pelos auctores (*ut.* fls. 33 a 34), passada em notas do escrivão do juizo de paz de Dorés do Guaxupé, Alexandre Tanino Ximenes ;

Considerando ainda que ficou plenamente demonstrado pelas provas exhibidas pelos auctores, que o comprador João Candido Marques de Alkmin era filho legitimo do Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha e de sua mulher, D. Anna Luiza Marques ;

Considerando, da mesmo sorte, que provado ficou que, na occasião da venda, o Tenente Coronel Marques Padilha tinha filhos menores, que não consentiram, nem podiam ter consentido nessa venda (depoimentos de fls. 17 v., 72, 94 v.);

Assim sendo :

Considerando que a Ord. do Liv. 4.º, Tit. 12, é expressa, quando dispõe : « determinamos que ninguem faça venda alguma a seu filho, ou neto, nem a outro descendente e fazendo a tal venda ou troca sem consentimento dos filhos ... será nenhuma e de nenhum effeito. E por morte.. do vendedor, a coisa que assim fôr vendida será partida entre os seus descendentes, que seus herdeiros fôrem, como que estivera em poder do vendedor e fôra sua ao tempo de sua morte, sem por isso pagarem preço algum ao que a comprou » .

Considerando que apesar de Silva dizer no n. 31 á Ord. citada : «Ex his verbis colligitur (Por evitar enganos), quod prohibitio venditione facta per parentem uni ex liberi, inducta fuit de jure nostro regio in presenti textu ad vitandas fraudes, quae fieri solent in prejudicium aliorum filiorum, seu liberorum, et sic hae videtur vera ratio decidendi, ut patet ex verbis ibi » : Sem consentimento dos filhos, *et melior in verbis subsequenbus ibi* : « E por parte do vendedor coisa que assim fôr vendida, ou trocada, será partida entre os seus descendentes, que seus herdeiros fôrem » ; *sen de ratio deciden-*

di sit anima legis, — é um erro grave, accrescenta L. João, com razão, porque esta lei, que se funda em uma presumpção geral não cessa, inda quando a sua presumpção cesse em algum caso particular, e é necessario que a razão da lei cêsse universalmente (*Notas a Mello*, vol. 2.^o, n. 16);

Considerando, outrossim, que a citada Ord. não indaga da boa ou má fé com que alguém venda bens a seus descendentes; a opinião de Teixeira de Freitas, a que se apadrinham os réus não se applica ao caso vertente, porque, como muy bem se disse nas razões de fls., refere-se aquelle jurisconsulto aos demais contractos que os paes fação com seus filhos, mas não á venda (*Cons. das leis civis*, nota 1.^a, ao art. 583);

E mais :

Considerando que o citado jurisconsulto, em seu luminoso parecer que foi reproduzido no *Dirito*, vol 57, pag. 604, perfeitamente interpretou a Ord. do Liv. 4.^o, Tit. 12, quando affirmou que a lei (aquella Ord.), citada na proposta era tão clara, que excluia toda idéa de levar-se a effeito a venda pretendida, quaesquer que fôsem as suas vantagens. Tratava-se de seu filho maior que pretendia comprar a seus paes a metade da fazenda, quando existiam dois menores, irmãos do comprador, e que se achavam auzentes no Europa, em aprendizagem).

Affirmou elle, que, ainda que estivessem presentes os filhos que se achavam na Europa, não poderia prestar seu consentimento á

pretendida venda, porque, accrescento, é sabido que os menores são incapazes para exercer actos da vida civil. Por outro lado:

Considerando que a qualidade com que se apresentaram os auctores, não soffreu a minima contradicção, antes até são os proprios réus que a reconhecem, como dos autos consta ;

E

Considerando que não se compadece com as regras absolutas do direito, a interpretação que os reus pretenderam dar, como se lê no art. 12 de sua contestação, e *ex-abundantia*, em as razões de fls. ;

Porquanto :

Considerando que é principio estabelecido em o nosso velho Direito, que subsiste a venda emquanto vive o pae, e só depois da morte d'elle tem os filhos acção. « *Ex hac eadem ratione nec etiam liberi possunt venire contra dictam venditionem, vivente venditore, quia esset agere pro legitimo in vita parentis, cum eo tempore eis non debeatur* » (Silva, á Ord. Liv. 4.^a, Tit. 12, n. 57 ; Lobão Obrigs., pag. 141 § 252, apoiado em Pereira, *Decisão* 44 ;

Considerando que os auctores vieram a juizo, em o seu devido tempo, impugnar a venda das terras, feita pelo Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha, por isso que já não existe elle, como dos autos se demonstra ;

Considerando que, mesmo que fossem illegítimas as partes que figuram no presente feito, dever-se-ia ter opposto, e em tempo oppor-

tuno, a devida excepção, que não pôdia ser allegada na contestação, como o foi (Reg. n. 737, arts. 74 e 75; Paula Baptista,) *Theoria e Pratica do Processo Civil*, § 116, nota 3;

Considerando que a escriptura exhibida à fls. 33, como mui bem deixaram patente os atttores, e que não foi destruido pelos réus, acha-se eivada de vícios, o que a torna imprestavel, inviavel mesmo;

Considerando, finalmente, o mais que dos autos consta, razões de direito, me com que conformo e sem entrar na apreeiação das demais nullidades allegadas pelos réus, e as quaes não procedem:

Julgo procedente a presente acção para o fim de condemnar os réus a restituir aos auctores as referidas terras, com todos os seus accessorios, rendimentos, e bem assim a indemnizalas das deteriorações e custas, menos] a parte que lhes cabe na qualidade de herdeiros do Tenente Coronel José Caetano Marques Padilha.

Hei esta por publicada em mão do Escrivão, que a intimará as partes.

Declaro que a demora havida na decisão da presente acção foi motivada por grande accumulção de serviços a meu cargo, quer civéis, quer crimes, e demais trabalhos forenses.

São Sebastião do Paraizo, 17 de Março de 1900.

O Juiz de Direito.

LUIZ DE SANCHES DE LEMOS.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que, vistos, relatados e discutidos estes autos de acção civil da comarca de S. Sebastião do Paraizo, entre partes, appellantes Florencio dos Santos, sua mulher e outros e appellados, D. Anna Luiza Marques e outros : denegam provimento á appellação e confirmam a sentença appellada pelos seus fundamentos, conformes á direito e á prova dos autos.

Condemnam nas custas os appellantes.

Em Minas, 11 de Maio de 1901.

Braulio P.—Amorim—Amador Vencido. — Alves de Albuquerque.

Fui presente. *Cama Cerqueira.*

Homologação de divisão.
Presume-se habilitado o agrimensor approved pelas partes.

A alteração do calculo pelas partes importa converterem-se estas em agrimensores.

As nullidades a decretar-se na acção divisoria são as do art. 26 do Decreto n. 662, de 24 de Novembro de 1893.

Appellação Cível n. 1406

Appellantes—D. Mario de Paula Lacerda e outros.

Appellados—Victoriano Monteiro e outros.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE

COMARCA DE CARANGOLA

Tribunal da Relação de Minas.

SENTENÇA

Vistos, examinados estes autos de medição e divisão da fazenda denominada «Capim» sendo dos mesmos promoventes Manoel da Silveira Brum, Dr. Antonio da Silveira Brum, Raymundo Penaforte e outros mencionados na petição á fls. 3;

Considerando que, quanto á controversia relativa aos terrenos de «Santa Cruz», verifica-se dos autos, ser a mesma excluida, salvo o direito á disputa por meios ordinarios ;

Considerando, como bem allegou-se á fls. 283, que Victorino Monteiro foi citado como seu condomino no immovel «Capim», controversia posteriormente levantada ;

Considerando que somente serão decretadas as nullidades nos terminos do art 26 do dec. n. 662, de 24 de Novembro de 1893 ;

Considerando que nos termos do art. 61 do referido Decreto (letra c) compete aos peritos calcular quanto cabe, em quantidade geometrica, a cada condomino nas terras dividendas, declarando-se quaes as reduções e compensações proporcionaes feitas em razão da diversidade de preços das glebas componentes de cada quinhão ;

Considerando que presume-se no Agrimensor approvado pelas partes a necessaria habilitação ;

Considerando que, para comprovar erros de calculos seria necessaria a intervenção de outro Agrimensor habilitado ;

Considerando que não se provou má fé da parte do Agrimensor e a reformar-se o calculo feito, daria logar a que as proprias partes fossem consideradas Agrimensores, o que seria absurdo e a lei não previu a hypothese ;

Considerando que este Juizo, para melhor de-

cidir, mandou ouvir o Agrimensor, que justificou-se na exposição às fls. 264 a fls. 269 v ;

Por tudo isto e razões de direito, hei por bem homologar a medição e divisão feitas e mando que a mesma se guarde e cumpra, pagas as custas pelo Agrimensor como se obrigou pelo seu contracto á fls. 40.

Selle-m-se as folhas accrescidas e publique-se e intime-se.

Carangola, 26 de Setembro de 1899.

FRANCISCO SALLES DIAS RIBEIRO

ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil da Comarca de Carangola, entre partes : como appellantes D. Maria de Paula Lacerda e outros e appellados Victorino Joaquim Monteiro e outros, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada por ser conforme á direito e ao que dos autos consta.

Pagas as custas pelos appellantes.

Minas, 9 de Fevereiro de 1901.

Bráulio P. — Alves d'Albuquerque — Julio da Veiga — Fernandes Torres.

Fui presente, *Gama Cerqueira.*

As bemfeitorias só dão direito aos condôminos de requererem e obterem seus quinhões annexos, quando construídas por elles em epocha em que já tinham condôminio nas terras dividendas.

Quando se verifica dos autos, que as bemfeitorias foram construídas em epocha anterior áquelle, em que vieram elles a adquirir condôminio, só por equidade podem elles obter seus quinhões annexos, e quando da divisão assim feita não resultem prejuizos aos demais condôminos, em virtude do principio de direito geralmente accedido, de que as bemfeitorias pertencem aos donos do solo, na epocha em que foram construídas. No caso, porém, de serem taes bemfeitorias adjudicadas a outros condôminos, fica salvo áquelles, que as construíram o direito de haverem sua importância por acção ordinaria.

Improcedencia da acção ordinaria de indemnisação de bemfeitorias.

Ação Ordinaria.

Auctor—Victoriano Dornas dos Santos.

Rêus—Eduardo Romualdo de Moraes e sua mulher.

JUIZÓ DE DIREITO DA COMARCA DO BOMFIM

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos etc.

Allega Victoriano Dornas dos Santos, proprietario, residente no arraial do Rio Manso d'esta Comarca, que, como mostra a sentença cuja certidão offerece, tendo o cidadão Eduardo Romualdo de Moraes, negociante tambem residente no Rio Manso, requerido uma divisão de terras no mesmo logar, na qual era o sup-
plicante tambem condomino, na audiencia especial de installação dos trabalhos divisorios o requerente defendendo seus direitos á diversas bemfeitorias, taes como : — um cafezal, bem cultivado, em producção, com 480 pés mais ou menos ; uma coberta de telhas e tapumes, requereu que suas bemfeitorias fossem respeitadas, e adjudicado o seu quinhão annexo á ellas, decidindo o Dr. Juiz de Direito que as bemfeitorias fossem adjudicadas ao referido cidadão Eduardo de Moraes, ficando salvo ao requerente o direito de indemnisação pelos meios regulares.

Assim, pois, não querendo o dito Moraes, apesar dos repetidos convites indemnisar amigavelmente ao requerente, vem este pedir, que

seja elle citado e sua mulher, D. Maria de Souza, para na primeira audiencia, verem se lhes propôr uma acção ordinaria de indemnisação de bemfeitorias, em que o auctor offercerá os articulados de direito, ficando elles desde logo citados para todo os termos da acção até final sentença.

Avalia a causa na quantia de rs. 600\$000, e protesta por todo genero de provas admittidas em direito. A petição inicial veio datada de 24 de Julho do anno passado, assignada pelo procurador do auctor, Francisco A. Moreira da Rocha e acompanhado dos documentos de fls. 3, 4, 5, 8, 9 e 10 dos autos.

Deferida a petição, foi expedido o mandado de fls. 12, e feita a citação dos réus foi ella accusada na audiencia de 28 de Julho, tendo sido então, offerecidos os articulados de fls. 13.

Os reus tendo constituido pelos documentos de fls. 16 e 17, seu procurador o advogado Mariano José de Souza, pediram vista dos autos, apresentaram a contestação e a reconvenção de fls. 19 e 20.

O auctor replicou á acção e contestou á reconvenção á fls. 23 e 23 v. e os reus replicaram á reconvenção e treplicaram á acção á fls. 24 v, tendo finalmente o auctor treplicado á reconvenção á fls. 25 v. e 26.

Tendo sido aberta a dilação probatoria na audiencia de 17 de Novembro, á requerimento do auctor, forão pelos réus offerecidas as testemunhas que juraram á fls. 33 a 35, 36 a

38, 39 a 41, 42 a 43, e 68 a 69 e pelo auctor as testemunhas, que juraram á fls. 54 a 55, 55 a 56, 57 a 63 e 75 a 77.

Encerrada a dilação probatoria na audiência de 22 de Dezembro, forão os autos arrastados pelo auctor á fls. 78 a 80 e pelos réus á fls. 80 v. a 84.

Com as razões finais dos réus veio o documento de fls. 85 a 98, e na forma da lei teve o auctor nova vista dos autos e disse sobre elle á fls. 100 a 101. E contados, sellados e preparados os autos, vieram á conclusão para julgamento depois de ouvido o collecter.

O que tudo bem visto e attentamente examinado :

Considerando, que conforme foi decidido nos autos da divisão das terras situadas no Districto do Rio Manso, e consta do despacho, cuja certidão se vê á fls. 5 a 8, não tendo Victoriano Dornas dos Santos condominio nas terras, então, dividendas, na epocha em que fizera as bemfeitorias allegadas na petição de fls. 2, d'estes autos, não podia em rigor de direito, pretender o seu quinhão annexo a essas bemfeitorias e este só lhe poderia ter sido dado, nas condições por elle pedidas, por equidade, e se d'elle, assim delineado no immovel dividendo, não resultassem prejuizos aos demais condminos.

Considerando, que se não podia elle pretender o seu quinhão annexo á suas bemfeitorias, era fóra de duvida, que lhe assistiria, á todo

tempo, o direito de haver dos condôminos, aos quaes fossem dadas as bemfeitorias, a importancia d'ellas, por indemnisação e pelos meios estabelecidos em lei e de inteira conformidade com as lições dos mestres de Direito sobre a materia (C. da Rocha, *Direito Civil Port.*, §§ 423 e 449; Laf., *Direito das Cozas*, § 26, n. 1, e § 40, b. n. 1 e 3.)

Considerando, que a presente acção correu seus termos regulares, sem que se tivesse dado préterição de formalidades substanciaes, que produzissem sua nullidade.

E assim, julgando, *de meritis*:

Considerando, que quando prescreve a lei, que pertençam ao dono do immovel: *as arvores n'elle plantadas e as sementeiras feitas por terceiro desde que comecam a deitar raizes* (Laf., obra cit., § 40, n. 1,) e *as bemfeitorias necessarias e as uteis, que não podem ser separadas sem damnificação do predio*, (Laf. obra. cit. § 40 n. b, 4°.), estabelecendo, porém, que as arvores, as sementeiras e taes bemfeitorias sejam pagas pelo proprietario do solo, a quem as plantou, edificou ou construiu; presuppõe, naturalmente o pagamento do arrendamento ou dos alugueres do predio rustico ou urbano por parte do inquilino, porque seria verdadeiro absurdo, que amparado pelas disposições da lei pudesse elle, depois de ter recebido hospitalidade generosa, tendo sido gratuitamente acolhido em predio extranho, que gozara e desfructara por longo espaço de tempo, vir a Juizo exigir d'aquelle, que lh'e cederá por

favor e amizade e desinteressadamente, a indemnisação pelas plantações feitas de arvores e sementeiras, ou pelas bemfeitorias accrescidas ao predio ; salvo, porem, o caso especial de que taes plantações e bemfeitorias excedessem muito do valor real do arrendamento ou dos alugueres, que mesmo n'esta hypothese, por equidade e justiça deveriam ser arbitrados para ser sua importancia deduzida da quantia pedida pelo inquilino ou locatario, como indemnisação pelas plantações e bemfeitorias.

Considerando, que está longamente provado d'estes autos, que o auctor habitára *gratuitamente* uma casa, pertencente aos reus, no Rio Manso, e na mesma se conservára por espaço de quatro annos, mais ou menos, casa, que lhe fôra cedida pelos reus para morar emquanto vivesse, como elle proprio confessa nas suas razões finais.

Considerando que não só habitára o auctor a referida casa, por espaço de quatro annos, como plantára e cultivára seu quintal, percebendo colheitas de fructos e de hortaliças, tendo, alem d'isso, alugado uma sala da mesma casa ao Conselho Districtal do Rio Manso, para n'ella se realisarem suas sessões trimestraes, a 6\$000 rs. por mez, pagos seguidamente, tendo, por esse contracto, recebido do conselho a quantia de rs. 60\$000. (vide depoimentos das testemunhas.)

Considerando, que se o auctor alugára uma sala da casa por 6\$000 por mez, se torna evi-

dente que os alugueres de toda a casa não poderiam ser avaliados em menos de 12\$000 rs. por mez ou de rs. 144\$000 por anno e feita sua conta pelos quatro annos se elevariam a rs. 576\$000, que deduzidos dos 600\$000 rs. em que o proprio auctor calculou o valor da presente causa, só se mostraria a seu favor a quantia de rs. 24\$000.

Considerando, que se o auctor tem direito á importancia das plantações e bemfeitorias, também têm os reus direito á importancia dos alugueres, durante os quatro annos em que o auctor permanecera na casa, e a indemnisação pelos estragos na mesma encontrados.

Considerando, finalmente, que não se fez arbitramento regular do valor das plantações e bemfeitorias, allegadas na petição inicial e no libello do auctor, mas, é fora de duvida, que esse valor é inferior á quantia de réis 600\$000, em que elle proprio calculou o valor d'esta causa, porque fala elle em 480 pés de café e n'uma coberta de telhas, e entretanto, inquiridas as testemunhas, só derão noticia da existencia de 310 pés de cafeeiros tendo declarado, que a coberta de telhas já não existe, no lugar, em que se achava, tendo sido vendido pelo auctor a um tal Pedro Cesario, que arrancou-a e levou-a, depois de ter pago ao auctor a sua importancia.

Julgo improcedente a presente acção e condemnno o auctor ao pagamento das custas.

Publique-se em mão do Escrivão e intime-se, depois de selladas as folhas accrescidas.

Por affluencia de trabalho, superior ao meu esforço, deixei de proferir esta sentença no prazo legal.

Bomfim, 14 de Outubro de 1901.

AUGUSTO RIBEIRO MENDES.

Despacho de deliberação da partilha geodesica do immovel, à que se refere a sentença, acima transcripta.

ACÇÃO DE DIVISÃO

AUCTOR—EDUARDO ROMUALDO DE MORAES.

REUS—VIGARIO CESARIO OCTAVIANO DIAS E OUTROS.

Approvo o laudo apresentado pelos louvados, à fls. Deve a presente divisão ser feita de conformidade com as disposições legais, fazendo os louvados a distribuição dos quinhões pelos condôminos com toda a equidade e justiça, em face dos títulos constantes dos autos, reconhecendo bemfeitorias, que possuam nos terrenos devidos e adjudicando-lhes os quinhões annexos à essas bemfeitorias, desde que da divisão assim feita não resultem prejuizos aos demais condôminos.

Quanto ao requerimento de fls., feito pelo condômino Victoriano Dornas dos Santos não pode ser attendido pelos motivos seguintes: O título do dominio por elle apresentado *tem a data de 8 de Abril do corrente anno* e por esse título se torna evidente, que só d'essa data a esta parte

tem elle condominio nas terras dividendas, *não existindo nos autos outro titulo que mostre direitos anteriores do mesmo condominio nas referidas terras :*

Pela resposta dos louvados ao segundo quesito formulado por este Juizo, se vê que existem nas terras dividendas cafeeiros pertencentes á Victoriano, mas, que taes arvores foram plantadas, *ha cerca de quatro annos.*

Pelo requerimento do advogado do Capitão Eduardo de Moraes feito na audiencia de installação dos trabalhos da divisão, allega elle que Victoriano morára em uma casa, pertencente ao Capitão Eduardo, por longo espaço de tempo, gratuitamente, e que n'essa época fizêra as referidas plantações, não tendo sido semelhante allegação contestada por Victoriano, que se achava presente á audiencia.

Ora, se Victoriano habitando gratuitamente uma casa, pertencente ao Capitão Eduardo, em terreno annexo á essa casa fizêra plantações de cafeeiros, plantações, que se estenderam a terrenos annexos á bemfeitorias e casas pertencentes ao Vigario Cezario Octaviano e a outros e *se nessa epoca não tinha Victoriano condominio nas terras dividendas*, torna-se patente que taes arvores ficaram pertencendo ao mesmo Capitão Eduardo, ao Vigario Cezario e todos os condminos *que naquelle tempo já tinham condominio nas referidas terras.*

C. da Rocha, *Direito Civil Port.*, § 423, Lafayette, *Direito das Cousas*, §§ 26 e 40, b, ns. 1º. e 4º,

vol. 1.º pag. 111, B. Carneiro, *Direito Civil*, L. 2.º tit. 2.º).

Allega também Victoriano, que tem bemfeitorias e pelas respostas dos louvados ao 1.º e 3.º quesitos se evidencia, que tem elle apenas *uma pequena coberta de telhas, annexa a uma casa do Capitão Eduardo*.

Não disseram os peritos a epocha, em que fôra edificada tal coberta, mas, estando ella annexa a uma casa do Capitão Eduardo, na qual morára Victoriano, é natural que tenha sido construida na epocha em que elle lá morava. Estando a coberta annexa a uma casa pertencente ao Capitão Eduardo é bemfeitoria, que segundo as disposições de Direito Civil, pertence ao dono da casa, só tendo Victoriano direito á indemnisação de seu valor, por acção competente, o que se dá egualmente quanto ás plantações de cafeeiros, acima mencionadas. (C. da Rocha, obra cit., §§ 423 e 449; Lafayette, obra cit., § 26, e § 40 b n. 2).

O fim da divisão é justamente discriminar, distribuir as terras pelos condôminos, procurando ella, tanto quanto possível, conciliar os interesses e garantir os direitos de todos os condôminos, prevenindo assim futuros litígios entre elles, e em vista da resposta dos louvados ao 4.º quesito, seria contrariar o fim da divisão, mandar que fosse dado o seu quinhão de conformidade com o seu pedido de fls. provado, como ficou, que de suas plantações o bemfeito-

rias, não lhe resultam direitos á disputa do quinhão, nas condições que deseja.

Indefiro n'estes termos o seu requerimento, e mais mais uma vez determino que os louvados fação a divisão, procurando conciliar os direitos e interesses de todos os condôminos. Sejam attendidos todos os titulos constantes dos autos.

Dê-se vista d'elles ao agrimensor para apresentar o calculo para o orçamento da divisão, de maneira a poder ser lavrado o respectivo auto, como preceituam as disposições do art. 61 e seus paragraphos do Reg. n. 662, de 24 de Novembro de 1893.

Rio Manso, 29 de Setembro de 1899.

AUGUSTO RIBEIRO MENDES.

A acção de despejo é incompetente para por ella se demandar a perda do dominio e posse.

Inapplicabilidade da Ordenação, L. 4, tit. 54.

Appellação Cível n. 1150

Appellante — Dr. José Christiano Stockler de Lima.

Appellados — José Soares do Amaral e sua mulher

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR SARAIVA

COMARCA DE CARANGOLA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos estes autos de acção ordinaria de despejo, em que funccionam como auctor o Dr. José Christiano Stockler de Lima e reus José Soares do Amaral e sua mulher;

Allêza a auctor que é legítimo senhor e possuidor, por titulo de compra e venda — escriptura publica de fls. 4, das bemfeitorias constantes da mesma escriptura e que estão situadas na bacia do Corrego Diogenes.

que deu licença aos reus por méro favor, para occuparem os alludidas bemfeitorias com obrigação de tratarem do casasal e desoccupal-as logo que o auctor reclamasse :

que o auctor exigiu que os reus se retirassem da casa, no que não foi attendido.

Contestando, dizem os reus que são successores de Diogenes José da Rosa e permutaram com Francisco José da Fraga Junior e sua mulher a situação em questão por outra denominada

«Emboque», na fazenda do «Boi» mas que, tempos depois, por accordo mutuo, rescindiram essa permuta, do que se lavrou a escriptura publica de fls. 16, voltando tudo ao dominio e posse dos permutantes Diogenes e seus filhos ;

que na alludida escriptura não fizeram os contractantes Fraga Junior e sua mulher reserva alguma de bemfeitorias ;

que quando se effectuou a permuta existiam fno immovel Corrego Diogenes diversas bemfeitorias que forão estragadas pelos permutantes Fraga Junior e sua mulher ;

que os Reus estão occupando a alludida situação, não por mero favor do auctor, mas sim na qualidade de legitimos senhores e possuidores ;

que quando se passou a escriptura de dissolução de permuta, o auctor não protestou contra esse acto tendo d'elle conhecimento, accrescentando que Diogenes Rosa contractou com o auctor para, como seu procurador, accionar Fraga Junior pela indemnisação de prejuizos causados nas bemfeitorias.

O auctor replicou por negação e foi posta a causa em prova, fls. 19.

No curso da dilação probatoria produziram os reus as testemunhas de fls. 24 *usque* 26 v. arroladas á fls. 23 — e o auctor as de fls. 27 *usque* 29, arroladas á fls. 20.

Lançados os litigantes de mais provas, fls. 30, arrazoaram os reus á fls. 41 e autor á fls. 34 *usque* 38. .

Feitas as contas das custas e pagos os impostos devidos á fazenda, subiram os autos á conclusão para julgamento final.

Assim : depois de tudo visto e bem examinado :

Considerando que a acção de despejo não é competente para por ella se demandar a perda do dominio e posse, por isso que, segundo dispõe terminantemente a *Ord. L. 4. Tit. 23 e 24*, a acção de despejo presuppõe a locação, tanto assim que o titulo 23 da cit. *Ord.* traz a rubrica — *Dos alugueres das casas* ; titulo 24.—*Em que casos poderá o senhor da casa lançar fora o alugador* — ;

Considerando que as proprias testemunhas do auctor affirmam que os reus estão de posse da propriedade despejanda, não por consentimento do auctor e sim por acto de sua exclusiva vontade, o que na technologia jurídica chama-se *esbulho* dando logar ao interdicto *recuperandæ possessionis* e não á acção de despejo ;

Considerando que o rigor da forma é a garantia do direito das partes e falseando aquelle, tem-se ferido a respeitabilidade d'este ;

Considerando que o fundamento da petição inicial para o despejo requerido não está comprehendido nos casos da cit. *Ord.*, L. 4.º, Tit. 24, materia de Direito Civil e não processual, indo portanto de encontro á segunda parte do art. 37 da lei Mineira n. 72 e ao que determina ao art. 34, n. 23 da Cont. Federal, e tanto a materia é de Direito Civil e não de Processo que vêmol-a

consignada na *Consol. das Leis Cíveis* de Ribas, no *Cod. Civil Francez* e no *Cod. Civil Italiano*.

E quando mesmo assim não fosse :

Considerando que tendo os reus permutado com Fraga Junior a situação em questão por outra de nome «Emboque», na fazenda do «Boi» rescindiram depois este contracto sem que na escriptura de rescisão fls. 16, houvessem os contractantes feito especial exclusão de quaesquer bemfeitorias ; antes, pelo contrario, declararam na alludida escriptura fls. 17 que os reus passariam a entrar na posse das terras do Corrego do Freitas, do que se conclue que a intenção dos contractantes era permutar os immoveis no estado em que elles então se achavam ;

Considerando que o auctor não provou como lhe cumpria : a) que os reus estão de posse da situação questionada em virtude de locação ou outro qualquer contracto equiparavel ; b) que as bemfeitorias, cuja entrega pedem, estão indevidamente em poder dos reus ; antes das provas dos autos resulta c) que os reus estão de posse em virtude do contracto de fls. 16, posse que se realizou com sciencia do auctor e contra a sua vontade ; d) que as bemfeitorias, cujo entrega péde o auctor, não forão especialmente excluidas na alludida escriptura de fls. 16, o que induz a crêr que as cousas permutadas oerão no estado em que se achavam ao tempo da permuta ;

Por estas razões e por tudo mais que dos

autos se vê, julgo improcedente e não provada a presente acção, ficando ao auctor salvo a direito de, por acção, competente, fazer cumprir a escriptura de fls. 4 contra quem de direito e condemno ao mesmo auctor no pagamento das custas e mais despezas judiciais. Publique-se em cartorio.

Carangola, 31 de Julho de 1897.

MANOEL SANTINO DE CASTRO LOBO.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Comarca de Carangola, entre pertes appellante Dr. Cristiano Stockler de Lima e appellados José Soares do Amaral e sua mulher: Verificando-se dos autos que os reus appellados, não são detentores a titulo precario das bemfeitorias ás quaes allude a petição inicial, não incluído o caso vertente na letra da *Ord.*, L. 4 tit. 54 não lhe sendo appriavel o dispositivo do art. 37 da Lei n. 72 de 27 de Julho 1895 e estão em questão o dominio e posse dos referidas bemfeitorias sitas no lugar denominado Corrego Diogenes: Accordam em Relação negar provimento á appellação interposta e decretar a nulidade de todo o processado pela incompetencia da acção proposta accrescendo a circumstancia de não haver o auctor, ora appellante, juntado procuração de sua mulher sendo que a que offereceu posteriormente á fls. 11 foi feita por escripto particular. Custas pelo appellante.

Minas, 6 Julho de 1901.—*Braulio P.*—*Saraiva—Amorim—Amador*, vencido.

São recebíveis os embargos infringentes do julgado, para annullar a acção e a penhora, offerecidos por legatarios dos remanescentes da terça do executado.

Embargos Infringentes n. 1508

Embargantes—D. Virginia Narciza e outros.

Embargada—D. Maria Thereza Macedo Pinto.

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE

COMARCA DE MAR DE HESPANHA

Tribunal da Relação de Minas.

RELATORIO

D. Maria Thereza de Macedo Pinto, viuva de Serafim José Pinto, por si e como tutora de seus filhos menores, propôz, em Outubro de 1895, na Comarca de Mar de Hespanha, uma acção para cobrar do espolio do Barão de Loureiral, a quantia de 2:250\$000, que o mesmo Barão ficou devendo ao dito Serafim, proveniente da compra de um escravo, que se não realisou, por não se ter passado a competente escriptura publica.

Proferida a sentença, que, julgando procedente e provada a acção, condemnou o réu a pagar á auctora a quantia pedida, della appellou o réu, sendo, porem, a mesma sentença confirmada por Accordam deste Tribunal de 30 de Novembro de 1898.

Iniciada a respectiva execução, feita a penhora de fls. 186 v. e accusada ella e as citações dos executados na audiencia de 9 de Junho des-

te anno, vieram Virginia Narcisa, Amelia Antonia, Bemvinda Julia Maria da Conceição, Maria Rita de Souza e Generosa Helena da Conceição com os embargos de fls. 127, em 13 do mesmo mez, allegando terem sido instituidas legatarias da terça do Barão de Lourizal e não terem sido citadas para a acção, cuja sentença se executa e que, portanto, nulla é a sentença e com ella a execução ; e assim pediam para ser julgado.

Com os embargos forão offerecidos os docs. de fls. 128 á 137.

Recebidos elles com suspensão pelo despacho de fls. 139, forão impugnados á fls. 141 e sustentados á fls. 148 v., dizendo o Promotor da Justiça á fls. 149 e á final a embargada á fls. 150.

Em virtude do despacho de fls. 152 forão os autos remettidos á este Tribunal em 5 do corrente mez e entraram na Secretaria em 10.

Assim vistos e relatados passo ao Snr. Desembargador Veiga.

Minas, 23 de Outubro de 1900.

ALVES DE ALBUQUERQUE.

ACCORDÃO

Accordam em Relação :

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos infringentes do julgado vindos da Comarca de Mar de Hespanha entre partes : como embargantes, Virginia Narcisa e outros e

embargada D. Maria Thereza de Macedo Pinto, julção provados os embargos para annullar, como annullam, a acção e com ella a penhora ; porquanto dos autos está provado, que as embargantes não forão citados para a acção exequenda e que ellas são legatarias dos remanescentes da terça dos bens do Barão de Lourical e fiduciarias dos mesmos bens.

Pelo testamento, com que falleceu o referido Barão, vê-se que elle instituiu as embargantes herdeiras dos remanescentes da terça depois de satisfeitos os legados e na falta dellas á seus filhos. São, pois, ellas legatarias de quota ou cousa incerta e fiduciarias ; quer em um, quer em outro character ellas deviam ter sido citadas para a acção.

No 1º caso porque só os legatarios de quota certa são dispensados da citação, e isto pelo principio de que seu direito é directo ao objecto legado e qualquer que seja o desfalque na herança, elles nenhum prejuizo soffrem. (P. da Cunha. ann. por Didimo, not. 82, Ram., *Inst. Orph.* n. 655).

No 2º. character, porque apenas dispensa-se a citação do fideicommissario, porque seu interesse é secundario ou pretenso, não assim o fiduciario, porque a propriedade passa-lhe integral por morte de testador.

Tambem são as embargantes partes legitimas nos presentes embargos, porque a execução corre directamente sobre o espolio do Barão de Lourical, no qual são ellas interessadas tão

directamente, como qualquer dos demais herdeiros.

Assim julgando condemnam nas custas a embargada.

Minas, 9 de Fevereiro de 1901.

Braulio P.—*Alves de Albuquerque*—*Julio da Veiga*
—*Fernandes Torres*—*Ferreira Tinoco*; vencido—
Rezende Costa, vencido — *Theophilo*, vencido —
Amorim—*Amador*

2º ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos em que é embargante D. Maria Thereza de Macedo Pinto e embargadas Virginia Narcizo e outras, desprezam os embargos e confirmam o Accordão embargado por seus fundamentos.

Pagas as custas pela embargante.

Minas, 2 de Julho de 1901.

Braulio P.—*Alves de Albuquerque*—*Fernandes Torres*, vencido — *Rezende Costa*; vencido *Theophilo*, vencido. Fui presente, pelo Procurador Geral. *Amador* — *Fernandes Torres*.

Forão votos vencedores os dos Srs. Dezembargadores Amorim e Veiga. *Alves de Albuquerque*.

Os immoveis que não podem ser alheados não podem ser hypothecados.

O marido não pode vender nem alhear bens de raiz sem procuração ou expresso consentimento da mulher, nem bens em que cada um delles tenha usufructo somente, quer sejam casados com carta de metade, quer por carta de dote ou arrhas. Mesmo no regimen da separação de bens não pode o marido dispor dos seus bens de raiz sem consentimento da mulher.

Do despacho que em acção executiva regeita embargos á penhóra, cabe appellação e não aggrave.

Appellação Civil n. 1334

Appellantes—João Nogueira de Carvalho e sua mulher.

Appellados—Nobrega, Saldanha e Cia. e outros

RELATOR O SN. DESEMBARGADOR VEIGA.

COMARCA DE POUSO ALTO

Tribunal da Relação de Minas

1º. ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da Comarca do Pouso Alto, entre partes, appellantes João Nogueira de Carvalho e sua mulher, appellados Nobrega, Saldanha e Cia. e outros etc.

Considerando que, na escriptura de hypotheca de fls. 8, David Nogueira de Carvalho e sua mulher, e João Nogueira de Carvalho, se declararam devedores aos appellados, e derão em garantia da divida a fazenda da Cachoeira, assignando a respectiva escriptura, deixando, porem de assignal-a a mulher de João Nogueira de Carvalho, com a declaração de não ser ella casado pelo regimem da communhão de bens, e não pertencerem as referidas terras ao casal, e somente a elle outorgante ;

Considerando que é expresso no decr. n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890, artigo 2, § 4, que os immoveis, que não podem ser alheados, não podem ser hypothecados, sendo igualmente determinado na Ord. L. 4, T. 48 pr. que o marido não pode vender, nem alhear, bens alguns de raiz, sem procuração ou expresso consentimento de sua mulher, nem bens em que cada um delles tenha usufructo somente, quer sejam casados com carta de metade, segundo o costume do Reino, quer por carta de dote ou arrhas ;

Considerando que, nestes termos, ainda no regimem do casamento com separação de bens não pode o marido dispor de seus bens proprios de raiz, sem que proceda consentimento da mulher ; (*Lafayette, Direito das Familias* 70) porque os fructos ou rendimentos desses bens se communicam, (*Lafayette, obra. cit.*, § 48 ; *Correia Telles, Dig. Port.*, art. 224) e alheando-os, ficará a mulher privada da parte, metade dos productos desses bens ;

Considerando, portanto, que si o marido não pode alheal-os sem o consentimento da mulher, também não pode hypothecal-os ;

Considerando que, nos presentes autos, não se trata de execução de sentença, e sim de acção executiva, e, por consequencia, do despacho, que rejeita embargos á penhora, que, nestas acções, são contestação da acção, o recurso não é de agravo ;

Considerando que esse recurso tem cabimento quando os embargos são rejeitados in limine nas execuções de sentença, em que ha verdadeiramente executado, como é corrente em direito, e se vê em Pereira e Souza, Almeida e Souza, Tinoco, *Processos Especiales*.

Considerando que, tendo o Juiz rejeitado in limine os embargos, e mandado proseguir na execução, o seu despacho importa um julgamento de penhora, como bôa, e o recurso que lhe cabe é justamente o de appellação pelo que :

Accordam em Relação dar provimento á appellação interposta por termo á fls. 57 v., para o fim de reformar a sentença appellada de fls. 49 v, receber os embargos de fls. 26, e mandar que a parte contraria os conteste, querendo e se prosiga nos termos da acção, pagas as custas pelos appellados.

Minas, [aos 19 de Maio de 1900.

Braulio, P—Julio da Veiga—Fernandes Torres—Ferreira, Tinoco.

2º ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível, da Comarca de Pouso Alto, entre partes, embargantes Nobrega, Saldanha e Cia. embargados João Nogueira de Carvalho e sua mulher etc.

Accordam em Relação desprezar os embargos oppostos ao accordão de fls. 73 v, por serem consistentes em materia já allegada, discutida e desprezada, e mandar que subsista o referido accordão, que recebeu os embargos de fls. 26, e mandou proseguir nos termos da acção, pagas as custas pelos embargantes.

Minas, aos 13 de Março de 1901.

*Braulio P.—Julio da Veiga—Fernandes Torres—
Ferreira Tinoco—Rezende Costa—Theophilo—Sarai-
va—Amorim—Amador.*

Não se toma conhecimento de embargos á penhora offerecidos fóra de prazo legal. (Regul. 737, art. 575).

Appellação Cível n. 1558

Appellante — Antonio Francisco Bueno

Appellado — O orphão Manoel Eleuterio, por seu tutor Julio Olyntho.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR VEIGA

COMARCA DE CABO VERDE

Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação cível, da Comara de Cabo Verde, entre partes, appellante Antonio Francisco Bueno, appellado o orphão Manoel Eleuterio, por seu tutor Julio Olyntho etc.

Accordam em Relação negar provimento á appellação, interposta por termo á fls., para o fim de confirmar a sentença appellada, não pelos fundamentos da mesma, dos quaes deixão de conhecer mas porque tendo sido a penhora accusada na audiencia de 12 de Fevereiro (fls. 53) em que foi assignado o prazo legal para embargos, estes só forão offerecidos em cartorio no dia 26 de Fevereiro (fls. 58 v.) isto é, oito dias depois de findo aquelle prazo, nos termos do artigo 575 do Regulamento 737, de 25 de Novembro de 1850.

Pagas as custas pelo appellante.

Minas, 1 de Maio de 1901.

*Braulio P. — Julio da Veiga — Fernandes Torres —
Ferreira Tinoco.*

SUMMARIO

DOCTRINA

PÁGS.

Suspeição de Jurados	1
--------------------------------	---

JURISPRUDENCIA

SECÇÃO CIVEL

Inapplicabilidade do disposto no art. 182 § 1.º do Reg. 737 de 1850, por não tratar-se de contractos commerciaes, segundo o art. 123 do *Cod. Commercial*.

Applicabilidade da excepção a que se refere a <i>Ord.</i> , L. 3.ª, tit. 43, § 11.	14
--	----

A prova testemunhal é admitida como subsidiaria e complementar de outra por escripto, qualquer que seja o valor do contracto que se queira provar.

O começo de prova resulta de um acto publico ou particular assignado por aquelle contra quem se quer fazer prova.	16
---	----

A prova testemunhal é sufficiente nos termos dos artigos 138, § 7.º e 183 do Regul. 733 de 1850, para subsidiaria ou complementarmen-te convencer da veracidade da divida constante de conta extrahida de livros de commerciante.

21

As obrigações nascem dos contractos dos quasi contractos, dos delictos ou quasi delictos, e ás vezes da propria lei

O fogo que da queimada de um roçado passa para terras

SUMMARIO

	Pags.
do visinho ou de outrem, importando prejuizo, dá direito a acção de indemnisação por parte destes, além da multa imposta pela municipalidade, não tendo havido na queimada a devida cautella aconselhada pela prudencia.	27
Não são recebiveis embargos offerecidos após a assignatura da carta de arrematação	34
O dominio adquire-se pela occupação, accessão, especificação, confusão e commixção, tradição e transcripção, percepção de fructos da coisa alheia e prescripção acquisitiva.	
A posse não interrompida de 30 annos induz a prescripção acquisitiva extraordinaria, presume a boa fé e dispensa justo titulo.	
A partilha não é titulo sufficiente de dominio para requerer-se divisão de terras. A posse do defuncto que pssa ao herdeiro é civil com os effeitos da natural	37
A nunciação de obra nova tem logar quando alguém edifica novamente alguma obra que prejudica a servidão de outrem.	
Quando o senhor de dous predios estabelece serventias visiveis sobre um em favor do outro e posteriormente aliena um delles, as serventias estabelecidas assumem natureza de servidão, salvo clausula expressa em contrario	43
Pagamento de divida reconhecida em inventario, em reposição na partilha	65
Requisitos do contracto de	

empreitada. Toda e qualquer empreitada é locação mercantil.

Paes.

Todas as acções que derivarem de locação mercantil devem ser processadas no juizo commercial.

Para a validade do contracto de empreitada não é essencial que este seja feito por escripto.

Quando a obra não tem solidez e acha-se com imperfeições não tem o empreiteiro direito a indemnisação alguma, antes é elle responsavel pelos defeitos encontrados no predio, porque as condições de segurança de uma obra fazem parte implicita do contracto de empreitada

67

Procedencia do pedido de supplemento de idade.

78

É improcedente a acção de força velha se não prova-se a posse e o esbulho desta.

86

Os embargos infringentes do julgado para serem admitidos, quando offerecidos pelo executado, é necessario que este offereça documentos obtidos depois da sentença.

A materia de dominio não pôde ser allegada e discutida em acção de força velha espoliativa.

87

Bibliographia.

94

Procedencia de arresto e improcedencia de defeza consistente em venda dos bens arrestados, por ser ella fraudulenta

96

É nulla a venda que o pae faz a um filho sem consentimento dos outros filhos, seja de boa ou de má fé. Interpretação da Ord., Liv. 4, Tit. 12. As excepções não podem ser allegadas na contestação.

101

Homologação de divisão.
Presume-se habilitado o agrimensor approved pelas partes.

A alteração do calculo pelas partes importa converterem-se estas em agrimensores.

As nullidades a decretar-se na acção divisoria são as do art. 26 do Decreto n. 662, de 24 de Novembro de 1893.

115

As bemfeitorias só dão direito aos condminos de requererem e obterem seus quinhões annexos, quando construidas por elles em epocha em que já tinham condmino nas terras dividendas.

Quando se verifica dos autos que as bemfeitorias foram construidas em epocha anterior, aquella, em que vieram elles a adquirir condmino, só por equidade podem elles obter seus quinhões annexos e quando da divisão assim feita não resultem prejuizos aos demais condminos, em virtude do principio de direito geralmente acceito, de que as bemfeitorias pertencem aos donos do solo, na epocha em que foram construidas. No caso, porem, de serem taes bemfeitorias adjudicadas a outros condminos, fica salvo, aquelles que as construíram, o direito de haverem sua importancia por acção ordinaria.

Improcedencia da acção ordinaria de indemnisação e bemfeitorias

118

A acção de despejo é incompetente para por ella se demandar a perda do dominio e posse.

SUMMARIO

V

	Pae.
Inapplicabilidade da Orde- nação, L. 4, tit. 54.	129
São recebíveis os embar- gos infringentes do julgado, para annullar a acção e a penhóra, offerecidos por le- gatarios dos remanescentes da terça do executado.	134
Os immoveis que não po- dem ser alheados não podem ser hypothecados. O marido não pode vender nem alhear bens de raiz sem procuração ou expresso con- sentimento da mulher, nem bens em que cada um delle tenha usufructo somente, quer sejão casados com carta de metade, quer por carta de dóte ou arrhas. Mesmo no regimen da separação de bens não pode o marido dis- pôr dos seus bens de raiz sem consentimento da mulher. Do despacho que em acção executiva regeita embargos à penhóra, cabe appellação e não aggrave	138
Não se toma conhecimen- to de embargos à penhóra offerecidos fóra do prazo legal. (Regul. 737, art. 575).	142

JURISPRUDENCIA

SECÇÃO CIVEL

Os livros dos negociantes matriculados fazem prova plena relativa.

Cobrança commercial, sua procedencia.

Appellação Cível n. 1590

Appellante — João Gualberto Dias.

Appellados — Dias & Irmãos.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR VEIGA

COMARCA DO ALTO RIO DOCE

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos etc.

Allegam os auctores, no articulado de fls. 8, que o reu comprára-lhes mercadorias na importancia de 1:207\$000 a praso de noventa dias e a juros de 12 por cem ao anno, tudo na forma da conta de fls. 4 v. e que, tendo dado 300\$000 por conta, ficou a restar-lhes 999\$610 e concluem pedindo que o reu seja condemnado a pagar-lhes a importantia pedida e os juros que se liquidarem.

O reu impugnou desde logo a pretensão dos auctores pedindo absolvição de instancia, allegando não terem os auctores juntado os documentos exigidos pelos arts. 69 e 673, § 7.º, do Decr. 737, o que sendo indeferido pelo juiz, como consta dos autos á fls. 13, contrariou o reu por negação, á fls 15. o articulado de fls. 8.

Proseguindo a causa seus termos, forão inquiridas 4 testemunhas do auctor, que depuzeram desde fls. 20 á fls. 33 tendo as partes produzido as suas razões que decorrem de fls. 42 e 46 ; o que tudo visto e examinado e o mais que dos autos consta :

Considerando que o reu fundou sua defesa pura e simplesmente na falta da observancia dos arts. 69 e 673, § 7.º do Decr. 737, quando é certo que os auctores, negociantes matriculados, juntaram em tempo devido a conta de fls. 4 extrahida de seus livros commerciaes ;

Considerando que o direito commercial admite, como prova plena, os livros commerciaes, nma vez que estes sejam revestidos dos requisitos exigidos pelo *Cod.*, art. 20, 23 ; e que os auctores sendo, como são, negociantes matriculados na junta commercial da Capital Federal, têm em seu favor a presumpção legal de serem os seus livros commerciaes revestidos dos alludidos requisitos ;

Considerando que os auctores, como principio de prova por escripto, juntaram aos autos a conta de fls. 4 aliás extrahida dos livros de sua casa commercial, conta esta que, por si

só, serviria de prova em juízo commercial ;
Reg. 737, art. 152 ;

Considerando que os auctores além disto, produziram, em tempo habil a prova testemunhal que decorre de fls. 20 á 33 e que taes depoimentos provão, á saciedade, a intenção dos auctores (articulado á fls. 8 e segs) ; sendo todas as testemunhas pessoas collocadas, dignas de fé ;

Considerando que na especie, a escriptura publica ou o escripto particular, não é da substancia do contracto e simplesmente exigida para sua prova, sendo falha a allegação do reu que se refere a isto.

Considerando, que nos termos da legislação commercial, a prohibição da prova testemunhal não é geral e indistincta, e sim restricta aos casos em que não concorrem quaesquer outras provas. (*Dir.* vol., 32, fls. 78), quando dos autos consta a cit. conta de fls., além da confissão do reu negando-se a depôr ;

Considerando, outrosim, que, em vista do exposto, o pedido dos autores se acha plenamente provado com a conta alludida, depoimentos das testemunhas de fls. 20 á 33, donde se vê que o reu espontaneamente confessára ás referidas testemunhas o seu debito para com os auctores e ainda com a sua defesa pura e simplesmente fundada na negativa e falta de instrumento de contracto ;

Considerando, finalmente, que o requerimento do reu á fls. 6 v. e 7 v., contrariedade de fls.

15 e ainda a certidão de fls. 30 equivalem a uma solemne confissão da dívida de que se trata e, portanto, guiando-me pela verdade sabida :

Julgo provado o pedido dos auctores Dias & Irmãos e, condemno o reu João Gualberto Dias a que pague aos auctores a quantia de 999\$610 réis, juros, legaes e custas. Dou esta por publicada em mão do escrivão que fará as devidas intimações.

Alto Rio Doce, 23 de Novembro de 1895.

PEDRO CELESTINO TEIXEIRA.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil, da Comarca do Alto Rio Doce, entre partes, appellante João Gualberto Dias, appellados Dias & Irmãos etc.

Considerando que os auctores, ora appellados, são negociantes matriculados na Capital Federal, e que, nos termos do artigo 141, § 3, do Regulamento n. 737 de 1850, os seus livros commerciaes fazem prova plena relativa.

Considerando que, propondo ao appellante a presente acção de cobrança, instruíram-na com a conta corrente de fls. 4 v. extrahida de seus livros, devidamente formalisados conforme os artigos 13 e 23 do *Cod. do Comm.*, como principio de prova ;

Considerando que, completando-a, foi produzida a prova complementar e subsidiaria de

fls. 20 a 33, depondo as testemunhas cumpridamente sobre os itens do articulado de fls. 8 e seguintes ;

Considerando que, em sua defeza, o appellante limitou-se a contrariar por negação, com o protesto de convencer afinal, (fls. 15) e sendo citado para depôr aos artigos, sob pena de confesso, excusou-se, allegando não ser obrigado a fazel-o, porque não é o meio legal de provar contractos ;

Considerando que, não obstante as allegações do appellante, ficou provada a intenção dos auctores, ora appellados ;

Accordam em Relação negar provimento á appellação, interposta por termo á fls., para o fim de confirmar a sentença appellada de fls. 62 que condemnou o appellante ao pagamento pedido pelos appellados e nas custas.

Minas, aos 24 de Julho de 1901. — *Braulio P. — Julio da Veiga — Fernandes Torres — Ferreira Tindco.*

Classificação de credores
O credor por aluguel de casa é chyrographario, se não houve a devida auctorisação dos syndicos.

Não ha mais a hypotheca de moveis de que fala o art. 877, n. 1, do *Cod. Comm.*, mas subsistem as obrigações reaes que, a favor de certos credits as leis tem estabelecidos. Os moveis de que se refere o art. supra são os que se conhecem pelo nome de *mobília*.

Appellação Cível n. 134

Appellantes—Dr. Alfredo Ferreira Lage e Oscar Vidal Barbosa Lage.

Appellada—A Empresa do Pharol, em liquidação

**RELATOR O SR. DEZEMBARGADOR F. TORRES
COMARCA DE JUIZ DE FORA**

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Homólogo a classificação de credores de fls.. 139 á 143 v. com as seguintes alterações:

Quanto á 1ª. lista, colloque-se o nome do credor Dr. Oscar Vidal Barbosa Lage entre os dos credores chyrographarios pela importancia dos

alugueis de sua casa á rua Direita n. 144, desde 13 de Dezembro de 1897, por não suffragar sua pretensão de credor privilegiado a disposição do art. 876, n. 2, do *Cod. Commercial*, porquanto essa disposição determina positivamente que sejam credores privilegiados aquelles cujos creditos procederem de despesas feitas com a devida auctorisação.

Dos autos não consta que em qualquer tempo os syndicos tenham solicitado, como lhes cumpria fazer, a necessaria auctorisação.

Ha apenas um protesto do proprietario, acto esse que não supprime a auctorisação exigida pela lei.

Accresce que se essa auctorisação tivesse sido pedida, a despesa não teria sido feita, porquanto nem era preciso uma casa de valor locativo de 275\$000 mensaes para guardar objectos pertencentes á empresa, como ter-se-hia offerecido oportunidade para lembrar-se aos syndicos a necessidade de vender taes objectos, até hoje conservados ser, por essa negligencia e contra a expressa disposição do art. 192, do Decr. de 4 de Julho de 1891, em prejuizo manifesto dos interesses da massa.

O privilegio é favor excepcional que só pode ser concedido nos termos restrictos da lei. Não tendo, pois, havido auctorisação d'este juizo, não pode o credor invocar um privilegio que n'elle se funda.

Quanto á 2.^a lista : exclua-se o nome do Dr. Alfredo Ferreira Lage, que figura como cre-

dor de 15:356\$480, sem que haja adduzido a minima prova de haver feito o respectivo pagamento nos termos allegados e sem que haja exhibido o documento de cessão, da qual pretende derivar o seu direito de credor subrogado.

A simples allegação do interessado, recebido pelo menos como syndico, reunindo-se deste modo as duas qualidades entre si repugnantes de juiz e parte, não basta para tornar seu credito acceitavel como privilegiado. Os fundamentos do privilegio devem ser provados.

O que consta do balanço de fls. 6 é simplesmente que a Empresa deve ao Dr. Alfredo Lage a quantia de 15:356\$480. Tudo quanto accresce á isso é a declaração do proprio interessado, que não pode produzir o effeito de lhe crear direito algum, mas sim para o fim de dar-lhe uma situação excepcional, com prejuizo dos mais interessados.

Seja, pois, collocado o nome do Dr. Alfredo Ferreira Lage entre os dos credores chyrographarios por essa quantia de 15:356\$480.

Quanto á 3ª. lista : Os syndicos reconhecem o Dr. Oscar Vidal Barbosa Lage como credor da quantia de 5:589\$158, resultante do aluguel de uma casa até 13 de Dezembro de 1897, com privilegio sobre os moveis existentes na mesma casa. O assento do privilegio é a disposição do art. 877, n. 1, do *Cod. do Commercio*, onde se diz que o credor tem hypotheca tacita sobre os moveis existentes na casa para pagamento dos alugueis vencidos.

Na parte referente á hypotheca, a disposição está revogada ; não ha hypotheca de moveis ; mas subsistem, posto que sem o nome de hypotheca, as obrigações reaes, que á favor de certos creditos as leis tem estabelecido:

O credor Dr. Oscar tem, pois, privilegio sobre os moveis até ao valôr d'estes ; mas para que não haja equivoco convem que fique declarado que os moveis á que se refere o art. 877, do *Cod. do Comm.*, são exclusivamente aquelles conhecidos pelo nome de *mobilia*, e que no caso occorrente são aquelles que se achão contemplados á fls. 9 e 10, destes autos (Ribas, *Consol.* art. 1177).

O privilegio será sómente com relação ao preço produzido por taes objectos em leilão, e para discriminação d'esse preço a venda de taes objectos se fará separadamente. Quanto á differença entre o valor da divida e o dos referidos objectos, o credor figurará como chyrographario.

A' fls. 143, declaração os peritos reconhecer o direito creditorio de Evaristo Machado e Joviano de Mello, dependendo o pagamento, porém, da apuração da responsabilidade de um e de outro.

Estando de um lado confessado o direito d'aquelles credores, de outro lado não sendo liquidada a responsabilidade d'estes, sendo aliás contestada e dependendo de discussão em juizo, não se trata de um caso de compensação, que supõe dividas liquidas e confessadas (*Consol. das Leis Civis*, art. 848).

Deve-se pois, fazer o pagamento do que lhes tocar, salvo á empresa o direito de apurar a respectiva responsabilidade pelos meios convenientes.

Os syndicos decidiram acertadamente considerando privilegiados sómente os salarios ou vencimentos dos empregados da empresa, vencidos no anno anterior á data da decretação da liquidação judicial, nos termos do art. 876, n. 3, do *Cod. Comm.*

Quaesquer que sejam os fundamentos da reclamação dos interessados, não procedem diante da enunciação positiva do texto legal.

Seria mesmo impraticável fixar a data da liquidação para os effeitos de direito na epoca em que se fechou o escriptorio da empresa, á vista das palavras finaes do art. 806, do *Cod. do Comm.*, ficando porem, entendido que a sentença que fixar a abertura da quebra não poderá retrotrahil-a á epoca que exceda além de 40 dias de sua data actual.

N'estes termos mando que se observe a classificação de fls. 139 á fls. 143, com as alterações e explicações constantes d'esta decisão, pagas as custas pela massa.

Publique-se em mão do escrivão.

Juiz de Fora, 21 de Dezembro de 1898.

BRAZ BERNARDINO LOUREIRO TAVARES.

SENTENÇA

Despreso os embargos de fls. 177 e 178, pela manifesta improcedencia de seus fundamentos. Com effeito, quanto aos primeiros, allega o embargante que « procedendo seu credito de pagamento de salarios ao pessoal da empresa do Pharol, vencidos no anno antecior á liquidação forçada, por esses pagamentos ficou o embargante subrogado no direito dos credores de salarios e com o respectivo privilegio ». A fls. 193 v allega mais o embargante, como supplemento ao seu articulado, que taes pagamentos forão feitos em fiança da Empresa e que, na qualidade de fiador deve ficar o embargante subrogado nos direitos do credor.

A argumentação não procede.

Fiança é um contracto pelo qual um terceiro se sujeita para com o credor á satisfazer a obrigação do devedor se este a não satisfizer. Não se presume, deve ser expresso (T. Borges, *Dec. Comm. verbo fiança* ; só pode provar-se por escripto, (*Cod. do Comm.*, art. 257).

Esse contracto só agora invocado para traser ao embargante o beneficio da subrogação legal, não pode ser admittido por simples allegação. Se a fiança existiu, deve necessariamente ter mantido a forma escripta ; á principio em mão do credor, deveria ter sido o respectivo documento restituído ao fiador depois de feito por este o pagamento.

Esse documento que deve ter sido submittido á consideração da Commissão, quando esta

se occupou da classificação dos creditos; que mais tarde devera ter sido exhibido quando os credores da massa contestaram ao embargante a qualidade de credor privilegiado; esse documento de tão grande importancia e que não mereceu a mais leve referencia nos arts. de fls. 177, cumpria que acompanhasse os embargos do mesmo modo por que forão elles seguidos do doc. de fls. 187.

Os actos juridicos são definidos pela lei, revestem forma caracteristica e não dependem do arbitrio dos interessados alterar-lhes a natureza. O facto de ter o embargante pago ao pessoal da empresa a importancia que esta devia, não importa fiança, não o colloca nas condições de fiador.

De tudo quanto consta dos autos apenas se verifica que o embargante é credor da empresa —por conta corrente;—a causa da divida consta exclusivamente de uma declaração do interessado embargante.

Conceda-se, porém, que a origem do credito do embargante seja o pagamento feito ao pessoal da empresa e ver-se-á que nem assim operou-se a subrogação em seu beneficio. Com effeito, diz Coelho da Rocha, § 152: Quando um terceiro, de proposito paga uma divida alheia, a) ou o faz somente para desobrigar o devedor e paga em nome d'elle e então a divida fica extincta; b) ou paga por interesse proprio, ou no seu nome, e neste caso a obrigação do devedor continúa. No caso que se discute, o pagamento foi

feito com o fim de desobrigar o devedor, foi feito o pagamento em nome da Empresa, tanto assim que não ha documento algum de ceden-
cia dos creditos.

A obrigação primitiva ficou extincta, não se operou a subrogação. O direito que assiste ao terceiro, que pagou a divida, para haver a respectiva importancia do devedor, origina-se desta causa e portanto não pode elle invocar privilegios do credor, em cujo logar não foi subrogado (Coelho da Rocha, not. ao § 152).

E, manifesto que o embargante fez o pagamento para desobrigar o devedor e não por interesse proprio, inconciliavel aliás com o perfeito conhecimento que, como Director da Empresa, tinha o embargante, da irremediavel insolvabilidade d'este.

Outra prova de que o pagamento foi feito com o unico intento de desobrigar o devedor, é não ter o embargante pedido aos credores da "Empresa declaração de subrogação como era necessario ; ao contrario, feito o pagamento, tudo limitou-se á declaração nos livros da Empresa de que o embargante se constituia credor á esta pelo pagamento por elle feito.

Entretanto, tratando-se de subrogação condicional, que é o que no caso poderia ter logar, diz T. Borges, obra cit. verbo *Subrogação*: « A subrogação nos direitos do credôr a favor de uma terceira pessoa que lhe paga é convencional ou legal. E' convencional:

1°. quando o credor recebendo o dinheiro de

uma terceira pessoa, a subroga em todos os seus direitos, acção, privilegios ou hypothecas contra o devedor : esta subrogação deve ser expressa e feita ao mesmo tempo que o pagamento. Essa doutrina acha-se tambem consagrada no art. 1250, do *Cod. Civ. Frances.*

A' vista do exposto vê-se que é de todo improcedente a argumentação adduzida pelo embargante.

Quanto aos embargos de fls. 178 :

A reclamação do embargante refere-se ao credito proveniente dos alugueis de sua casa, anteriores e posteriores à decretação da liquidação forçada.

Relativamente aos primeiros allega que não restringe-se á mobilia e trastes de casa o privilegio do credor de alugueis, porém abrange todos os moveis que se acharem dentro da casa nos termos do art. 877, § 1º, do *Cod. do Comm.*, que nenhuma distincção faz.

Quanto aos alugueis da casa, vencidos depois da liquidação, allega o embargante ser o respectivo credito privilegiado, por proceder de despesa de conservação, necessaria, alem de tudo forçada pela razão de serem devidos os alugueis, taes quaes, ao embargante, por força do contracto de arrendamento já findo, mas prorogado em tacita reconducção.

Nenhuma das allegações procede. A questão de saber se a preferencia do credito de alugueis recahe sobre todos os moveis ou se apenas sobre aquelles que são particularmente conheci-

dos pela denominação—mobília—acha-se definitivamente resolvida pelo art. 7º, n. 2, letra *a*, do Decr. n. 917, de 24 de Outubro de 1890, que positivamente diz : « O proprietario nos moveis de uso pessoal que se acharem dentro da casa ». As palavras do art. 877, § 1º, do *Cod. Commercial*, que pela sua generalidade derão causa á controversia, forão desse modo explicadas e seu sentido acha-se irrecusavelmente fixado.

Os moveis sobre os quaes recae o privilegio são os de uso pessoal, o que importa dizer que não recae sobre todos os moveis indistinctamente.

Ora, ainda mesmo tratando-se de uma empresa e posto que a casa não seja destinada á habitação no sentido rigoroso do termo, não se pode desconhecer que os moveis sobre os quaes, mandou, a sentença embargada que incidisse o privilegio, são justamente aquelles que se destinaram ao uso pessoal dos directores da Empresa e de seus auxiliares.

Se esses moveis não são os de uso pessoal, a conclusão seria que não haveria objectos sobre os quaes recahisse o privilegio, visto que a lei determina que sómente sobre elles recaia elle.

Os privilegios são de sua natureza *stricti juris*, geralmente odiosos; as disposições que lhes dizem respeito não devem ser ampliadas.

Relativamente á classificação do credito proveniente de alugueis depois da liquidação, ainda carece de procedencia a reclamação do embargante.

E' certo que esse credito representa despesa de conservação, mas a letra do art. 876, § 2º. do Cod. Comm., é de character peremptorio. Em virtude d'essa disposição, só são privilegiadas as despesas da administração—feitas com a devida auctorisação;—esta formalidade ainda é exigida pelo art. 841, mandado observar pelo art. 178, do Decr. de 7 de Julho de 1891.

Desde que a despesa não foi feita com auctorisação do Juiz, falta uma condição essencial á existencia do privilegio.

Não é licito ao Juiz, dispensar na lei, e o privilegio não pode ser tolerado senão nos termos restrictos d'ella.

Pouco importa averiguar-se a despesa era ou não necessaria, pois que é justamente para despesas reputadas necessarias que a lei exige auctorisação.

Não seria curial que o legislador cogitasse de auctorisação de despesas superfluas. Releva, porém, lembrar que a despesa seria evitada se o embargante que era á um tempo syndico e proprietario da casa arrendada á Empresa, tivesse procedido a com'necessaria diligencia e observação as prescripções legais.

Assim é que, em virtude do art. 175, do Decr. de 4 de Julho de 1891, lhe incumbia vender em leilão os objectos cuja conservação demandassem grande despesas apenas ficou decretada a liquidação.

Pelo art. 192, essa venda é peremptoriamente ordenada, desde que a liquidação se torne de-

finitiva e não dependia do arbitrio dos syndicos aguardar oportunidade para promoverem a alienação.

A despesa, pois, ao envez de ser imprescindível, poderia ser evitada, se ao menos tivessem os syndicos cumprido a obrigação formal imposta pelo art. 194, de dar ao Juizo, mensalmente, uma conta exacta do estado da liquidação, pois que essa conta, ou o credito de aucterisação para faser a respectiva despesa, teria oferecido oportunidade ao Juiz para dar as providencias com o fim de fazer cessar uma despesa escusada, de que estava sendo diariamente gravada a massa.

Os syndicos, porém, conservaram-se durante um anno em estado de inercia absoluta, e o embargante soffre, como proprietario a falta, commettida como syndico, o que não é mais do que a applicação do disposto no art. 176, do Decr. acima citado.

Além de necessaria, entende o embargante que a despesa era forçada, porquanto, tendo terminado o arrendamento e não tendo sido entregue a casa, dava-se, ipso facto, a reconducção tacita e estava obrigado o inquilino ao aluguel do anno seguinte.

A argumentação, porém, funda-se em falso supposto. A materia tem seu assento na Ord. liv. 4.º, tit. 23, na qual se vê que 30 dias antes de findar o arrendamento deve o locadôr intimar o inquilino para despejar a casa, ou continuar na locação, se quizér.

Se o inquilino for effectivamente intimado e não responder em tres dias, ficará obrigado ao aluguel do anno seguinte.

Se não tiver havido intimação, como no caso occorrente não houve, fica ao arbitrio do inquilino deixar a casa ou n'ella continuar, pagando apenas o aluguel durante a occupação.

Eis o nosso direito e por elle se verifica que a Empresa não estava obrigada ao aluguel do anno, nem se tinha operado a reconducção tacita, desde que não houve a intimação, se o rigor da lei não suffraga a pretensão do embargante, mais ella se enfraquece se lembrar-se que esta Ord. não é applicada entre nós ; com effecto, Teixeira de Freitas, nota 22 ao art. 168, da *Cons.* assim se exprime ;

« Sem uso entre nós a primeira intimação dos inquilinos para continuarem na locação, fica sem effecto a doutrina sobre reconducção tacita ».

Por ultimo, argue o embargante de illogica a sentença na parte em que esta o classifica como chyrographario, porquanto, se as despesas não erão necessarias, deveria ser recusado o pagamento em absoluto.

Se existisse incoherencia, deveria ser imputada á conta da lei e não da decisão. Com effecto o art. 876, n. 2 do *Cod. Comm.*, tratando dos creditos privilegiados, determina que as despesas de administração só sejam consideradas assim se tiverem sido devidamente auctorisadas. Desde que faltou esta condição, expressamente exigida, incumbia ao Juizo alterar a classifica-

ção em que se dava logar de privilegiado ao credor a cujo credito faltava um dos requisitos legais.

Se, porém, por faltar a auctorisação não deve ser considerado privilegiado o credito, pode não haver incoherencia em que sejam reconhecidos como realmente feitas, e em boa fé, despesas de administração não auctorisadas e o art. cit. do Cod., se lhes recusa privilegio, não impede que sejam pagas como divida chyrographaria, por uma rasão de equidade.

A supposta incoherencia é pois simplesmente apparente.

A' vista do exposto, despresando os embargos, mando que se cumpra a sentença embargada, pagas as custas pelos embargantes.

Publique-se em mão do Escrivão, depois de selladas as folhas accrescidas.

Tendo o Dr. Alfredo Lage pedido exoneração do cargo de syndico, nomeio em seu logar o Dr. Bernardo Aroeira, que será intimado para entrar em exercicio dentro de 48 horas.

O Escrivão intime o Dr. Valladares para declarar se seu constituinte E. Lambert acceita o cargo para que foi nomeado, devendo este, no caso affirmativo, entrarem demora em exercicio, pessoalmente ou por procurador.

Juiz de Fora, 22 de Fevereiro de 1899.

BRAZ BERNARDINO LOUREIRO TAVARES.

ACCORDÃO

Accordam em Relação] etc.

Que vistos, relatados discutidos os presentes autos em que são partes como appellantes os Drs. Alfredo Ferreira Lage e Oscar Barbosa Lage, e como appellados os Syndicos da liquidação forçada da Empresa do *Pharol* em Juiz de Fora, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada, por seus fundamentos, pagas as custas pelos appellantes.

Minas, 25 de Março de 1900. — *Braulio P. — Ferreira Tindco — Fernandes Torres — Resende Costa*, Fui presente, *Gama Cerqueira*.

Os Agentes executivos são obrigados á prestar contas ás Camaras Municipaes dentro do prazo para tal estabelecido sendo que, se não prestarem ás Camaras com as quaes serviram, são obrigados a prestar-as ás novas camaras successoras das outras e com multa.

O Poder Judiciario é incompetente para tomar conta ao Agente Executivo. Para isso são competentes as Camaras Municipaes e as Assembleas Municipaes.

Appellação Cível n. 1803

Appellante—Dr. João Chrysostomo L. Magalhães.

Appellada—A Camara Municipal de S. Paulo de Muriahé.

RELATOR O SR. DEZEMBARGADOR FERREIRA TINOCO

Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, appellante—Dr. João Chrysostomo Leopoldino de Magalhães, e appellada—A Camara Municipal de S. Paulo de Muriahé, pelo seu Agente Executivo ;

Considerando que os Agentes Executivos são obrigados a prestar contas annualmente, na primeira quinzena de Janeiro, sob pena de multa e responsabilidade, ás Camaras Municipaes, e estas, por sua vez, ás Assembléas Municipaes art. 39, § 8, ns. 1 e 2 e art. 62, § 1, da Lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891 ;

Considerando que, se os Agentes Executivos, se recusam ou deixão de prestal-as em tempo, não ficão exonerados, e antes, em qualquer tempo e com a devida multa, são obrigados ; não sendo procedente a allegação de que sómente erão obrigadas a prestal-as ás Camaras, das quaes forão Agentes e não ás que succederam, porque d'ahi resultaria o absurdo de ficarem elles isentos da prestação de contas, por estar findo o quadriennio d'aquellas, de que forão Agentes, quando as Camaras, como pessoas juridicas, são sempre as mesmas embora differentes as pessoas que as compoem ;

Considerando que a competencia sómente podendo ser dada pela lei, esta tornou competentes, exclusivamente, para tomar contas dos Agentes Executivos, as Camaras Municipaes e as respectivas Assembléas Municipaes e não Poder Judiciario, que intervem, depois de verificado o alcance, e somente quando solicitado para judicialmente coagir o devedor a satisfazer a importancia do alcance, como, quando solicitado, nas questões entre particulares, para tornar effectivo o direito do credor ;

Considerando que a sentença, confirmada pe-

lo Accordão, ora embargado, condemnou o reu, na qualidade de Agente Executivo da Camara Municipal de S. Paulo do Muriaê, a prestar contas perante o Juiz de Direito da comarca, como foi pedido pela auctora ;

Considerando, porém, que tal decisão é manifestamente contra as disposições do art. 39, § 8, art. 62, § 1, da Lei cit. n. 2, e art. 77, da Constituição do Estado, que tornão competentes exclusivamente as Camaras Municipaes para a tomada de contas aos Agentes Executivos, e dellas definitivamente, sem recurso algum, conhecem as Assembleas Municipaes ;

Recebem os embargos e, julgando-os provados, reformam o Accordão embargado e com elle a sentença appellada, julgão a auctora, ora embargada, sem acção perante o Poder Judiciario, manifestamente incompetente e a condemnam nas custas.

Minas, 19 de Maio de 1900.

Braulio P. — Ferreira Tinoco — Saraiva — Amorim — Alves de Albuquerque — Julio da Veiga. Vencido ; despresava os embargos e confirmava o accordam embargado.

Fernandes Torres, vencido.

Fui presente, *Theophilo,* Procurador Geral *ad hoc.*

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, appellante—Dr. João Chrysostomo Leopoldino

de Magalhães, e appellada—A Camara Municipal de S. Paulo de Muriaê, pelo seu Agente Executivo, despresam os embargos de fls. 148, e mandão que se cumpra o Accordão embargado de fls. 145, pelos seus fundamentos, que são procedentes; pagas as custas pela appellada, ora embargante.

Minas, 23 de Janeiro de 1901.

Braulio P.—Fernandes Torres—Ferreira Tindco
—Resende Costa—Theophile—Amador. Fui presente, *Gama Cerqueira.*

Forão votos vencedores os Snrs. Desembargadores Amorim e Albuquerque, e vencido o Sr. Desembargador Julio da Veiga.—*Ferreira Tindco.*

Os bens de heranças jacentes, de defuntos e ascen-
tes e vagos pertencem á
Fazenda Publica da União.

Appellação Cível n. 1451

Appellantes— O Collector Estadual de Muriahi.

Appellado— O Collector Federal e o Curador de ausentes.

RELATOR O SRN. DESEMBARGADOR THEOPHILO

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Os bens constantes destes autos serão arrecadados como bens de defuntos e ausentes. Como taes pertencem ao Estado ou á Fazenda Nacional, herdeira e successora em 5º. lugar, sempre que não apparecem herdeiros habilitados dentro de graus successiveis, *Const. das L. Cívis*, de T. de Freitas, arts. 959, 1259. O decreto n.

2,433 de 15 de Junho de 1853, que permanece em todo seu vigor, embora promulgado no regimen da monarchia, cuja legislação foi acceita pelo actual, tira toda e qualquer duvida á respeito, determinando que taes bens pertencem á Fazenda Nacional, hoje União. Modernamente o Dec. n. 3,084 de 5 Novembro de 1898, em seus artigos 94 e 127, do mesmo modo, inspirando-se no espirito d'aquelle decreto, tornou claro e positivo o direito que tem a União aos bens de que se trata.

Por outro lado : esse producto é sempre contemplado, como vérba de receita, nos orçamentos federaes, do passo que não o é nos deste Estado, como se poderá verificar na collecção das legislações respectivas.

Ainda mais, o proprio poder executivo deste Estado já decidiu que taes bens pertenciam á União, como se verifica do officio de 27 de Dezembro de 1892, dirigido pela secretária do interior ao juiz de direito da Comarca de Abre-Campo, em resposta á uma consulta do mesmo. Isto posto indefiro a petição do collecter estadual, a quem será intimado este despacho.

São Paulo de Muriahé, 15 de Setembro de 1900.

CYSNEIROS D'ALBUQUERQUE.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos oiveis da comarca de Muriahé em que o

collector estadual appella da sentença do Juiz de Direito pela qual decidiu que os bens de heranças jacentes, de defunctos e ausentes, vagos pertencem á Fazenda Publica da União ou Federal.

Accordam em Relação negar provimento á appellação, visto nenhuma lei ter revogado essa disposição do direito civil, preexistente no actual regimen, na vigencia do qual têm sido promulgadas diversas leis orçamentarias, dando como renda da União o producto dos bens vagos ; assim tambem a lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, art. 32 ; Decreto n. 3084 de Novembro de 1898, arts. 94 e 12.

Negando provimento á appellação, deixão de condemnar nas custas por ter sido o recurso interposto por parte da Fazenda Estadual.

Bello Horizonte, 12 de Setembro de 1901.

Braulio P.—Theophilo.

Saraiva. O collector estadual não é parte neste processo e nelle interveio, depois que teve conhecimento pelo edital de que os bens arrecadados do ausente Costa Braga ião ser devolvidos, ou seu producto, á Fazenda Nacional, vindo então reclamar decisão no sentido de serem reconhecidos do Estado de Minas, os alludidos bens e como o Juiz indeferisse tal reclamação, elle appellou.

Pelo exposto não tó no conhecimento da appellação interposta. — *Amorim.* Fui presente, *Gama Cerqueira.*

O Direito que está despi-
do do elemento material, que
não tem por objecto uma cou-
sa corpórea, não é protegido
e amparado com a quasi pes-
se ou pelos interdictos pos-
sessorios que não se appli-
cam aos direitos pessoais ou
obrigações.

Appellação Cível n. 1434

*Appellantes— Dr. Tobias Antunes F. de Siqueira
Tollendal e sua mulher.*

Appellada— A Camara Municipal de Juiz de Fora.

**RELATOR O SR. DESEMBARGADOR REZENDE COSTA
COMARCA DE JUIZ DE FÓRA**

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos etc.

O Dr. Tobias Antunes Franco de Siqueira
Tollendal e sua mulher, na sua petição de fls. 2 e
replica de fls. 4, allegam que estando construindo
uma cerca de arame em seus terrenos á rua
da União, depois de obter da camara o alinhamento
e nivellamento do terreno, foi intimado
por ordem della pelo Agente Municipal do 1°.

Districto, Cesar Mauricio de Oliveira, para não proseguir, e demolir a parte já prompta, exigindo ahi a factura de muros ou grades de ferro, por estarem esses terrenos na frente da rua.

Não attendendo os requerentes á intimação, em 25 de Agosto de 1899 forão surprehendidos com a demolição das cercas referidas, e por isso querem allegar e provar que são senhores e possuidores dos alludidos terrenos, que cercariam á arame ;

que em 25 de Agosto de 1899 o Agente Fiscal do 1º. Districto, de ordem do Agente Executivo Presidente da Camara, acompanhado de força policial e varias pessoas, demoliu as cercas da rua União, deixando aberto o terreno dos requerentes ;

que o terreno tem bemfeitorias e é destinado á hortaliças etc. ;

que não ficando elle entre casas, caso em que o tapume só pode ser de muro ou grade de ferro (art. 25 da Resol. n. 374 de 1896) podiam se fazer cercas de arame ;

que em lugares que enfrentam com as ruas são são vedadas cercas de madeira (art. 26) ;

que por isso, e á semelhança do que se tem praticado com sciencia e paciencia da camara, os requerentes restabeleceram as cercas da rua União e em continuação ergueram outra á rua Gratidão ;

que demolindo as cercas, ora repostas, a camara impede os requerentes de taparem seus

terrenos, turbando-lhes a posse de modo inequívoco, ilegal e injusto, porque tal acto não está apoiado em lei alguma, e só é permittido o desforço quando ha usurpação ou tapume de logradouro publico o que se não deu.

Em taes termos pedem ser mantidos na posse dos terrenos e cercas, sendo a camara condemnada á desistir de qualquer turbação contra a posse dos requerentes, e a lhes pagar com a custas, os prejuizos, que se liquidarem, e comminada a pena de 5:000\$000 para o caso de nova turbação, alem de incorrer em attentado por qualquer innovação :

E ratificando o allegado no item 6º., dizem mais á fls. 4, explicando que estavam restabelecendo a cerca para ser vista pelo official da diligencia inicial já acabada (20 de Agosto) foi ella de novo demolida por muitos paizanos, protegidos por praças policiaes, que o dito Agente Municipal dirigiu, ás 3 horas da madrugada, sendo presos tres empregados, que a refaziam, pelo que protestam ser mantenidos *no seu direito de restabelecer a cerca.*

Contestando, á fls. 13, allêga a Camara Municipal desta cidade, que os auctores construíram cercas de madeira e arame farpado sem prévia licença para separar da rua União terrenos que possuem ali ;

que sendo as cercas de tal natureza expressamente prohibidas pela lei municipal, a camara por seu órgão competente mandára intimar o proprietario a demalil-os Resol ; 373, art. 1º. § 4º in fine e Res. 374 art. 25 ;

que não sendo attendido foi ordenada a demolição, o que foi feito regularmente; Res. 111 art. 2º, § 4º;

que levantando de novo furtivamente, à noite, como confessam, prolongando-a pela rua Gratidão, foi ainda ordenada e effectuada a demolição;

que os auctores attentaram contra as leis municipaes;

que o poder municipal agiu dentro da esphera de suas attribuições;

que não houve perturbação de posse dos auctores nem offensa á seus direitos;

que a acção de manutenção não cabia na especie e é nulla por falta de procuração do auctor, que foi somente por elle assignada, quando devia ser escripta e assignada de proprio punho;

que afinal, recebida e provada a contestação, devem os auctores ser condemnados nas custas, e a acção julgada improcedente. Posta a causa em prova, correu ella seus termos regulares até final.

O que tudo visto e examinado: Pelo art. 25 e 26 da Resol. n. 374 somente é permittida a construcção de muros caiados ou com gradil nos terrenos abertos entre as casas, sendo prohibidas as construcções de cercas de madeira, porteiras ou tranqueiras nos lugares que enfrentam com as ruas da cidade, não podendo ser entendidos. como querem os auctores, de outra forma, esses artigos da lei municipal, pois

as cercas em questão são de madeira, embora com fios de arame transversaes ;

Considerando que pela Res. n. 373, de 20 de Maio de 1896, art. 1º., § 1º. se determina que o tapume que separar terrenos particulares dos de transito ou qualquer outro de uso publico, será sempre de muros de tijollos ou de gradil ou hastes de ferro, e os terrenos dos auctores estão neste caso, pois enfrentam com as ruas União e Gratidão, de transito e uso publico continuado ;

Considerando que tendo os auctores requerido licença por tapar seus ditos terrenos, *como permittissem* as posturas da Camara Municipal, fls. 31, esta por seu Agente Executivo lh'a concedeu nos termos da lei, isto é, para *construcção de muros*, como se vê do documento o de fls. á fls;

Considerando que, não obstante a licença concedida ser para construcção de *muro*, os auctores mandaram tapar o terreno com cerca de madeira e arame farpado, e infringindo por esta forma, nem só os arts. 25 e 26 citados da Resol. 374, art. 1º. § 1º. da Res. n. 373, como o § 4º art. 2º. da Res. n. 111, que não permite iniciar-se construcções sem licença regular, ou sem respeito ás prescripções legais, estando por isso o Poder Administrativo Municipal na orbita de suas attribuições, mandando demolir essas cercas ;

Considerando que não aproveita aos auctores a allegação de existirem em um ou outro ponto da cidade, cercas de madeira ou esteira

de que falão algumas testemunhas ; pois alem de ser prvavel terem sido ellas feitas em data anterior ás Res. citadas 373 e 374, porque os auctores não provaram e nem allegaram terem sido ellas construidas depois dessas leis, accresce que um abuso não justifica outro e pelo facto de alguém infringir impunemente a lei, não se segue que não deve ser punido outro qualquer que a viole ;

Considerando que não se deu na hypothese dos autos turbação da posse dos auctores, para poderem usar do interdicto *retinendæ possessionis*, porque se ella refere-se a cerca de arame levantado, não tem procedencia ; os proprios auctores confessam que ella foi destruida, estão pois esbulhados da posse, não cabe esse interdicto, e sim o de *recuperandæ possessionis*, isto é, força nova espoliativa, e não turbativa, de que usaram : se referem-se os auctores á turbação da sua posse no terreno, essa tambem se não deu, porque o Poder Municipal não o perturbou no goso completo e pleno do mesmo terreno, apenas impediu os auctores de fazerem cercas prohibidas pelas leis municipaes ;

Considerando, pois, e é certo que aqui não se trata de turbação da posse de uma cousa movel ou immovel, ou da quasi posse das servidões, e sim de um direito pessoal, que os auctores allegam, o direito de poder cercar e tapar o seu terreno, e acção de manutenção ou força nova turbativa, *retinendæ possessionis*, só

tem lugar no caso de turbação da posse de imóveis, de moveis ou quasi posse das servidões, com a lesão desta por acto violento, e continuação da posse, embora perturbada ;

Considerando que a noção scientifica da posse não se presta a estender sua applicação aos direitos pe soaes ou referentes ás obrigações (Lafayette, *Dir. das Cousas*, pag. 52) pois a posse presuppõe um facto physico, que possa ser objecto de violencia ou força, não podendo pois ter por objecto senão uma coisa material, do mundo fatal, como diz Ribas, *Cons.*) Diziam os romanos; Possideri autem possunt quæ sunt corporalia ;

Considerando que o Suprmo Tribunal Federal *Dir.*, v. 63, pag. 427, em Accordão de 12 de Maio de 1893, decidiu que o direito que está despidido do elemento material, que não tem por objecto uma coisa corporea, não é protegido e amparado com a quasi posse, ou interdictos possessorios ; e em 14 de Dezembro de 1895 firmou a mesma jurisprudencia o referido Tribunal ; e a Relação de Minas, da mesma forma, dicidiu em uma appellação da Camara Municipal de S. João d'El Rey uma acção possessoria contra o Agente Executivo Coronel Dr. Arthur Baptista de Castro ;

Considerando que a nossa lei processual é terminante quando diz (Ribas art. 756) que cabe acção de posse, não só no caso de turbação de posse de coisa movel ou immovel, como na quasi posse dos servidões, e, portanto, não se

pode applicar aos direitos pessoaes ou obrigações, que a lei não comprehendeu, e os auctores allegam turbação feita ao seu direito pessoal de cercar ou tapar a sua propriedade;

Considerando o mais dos autos, e disposições de direito com que me conformo, julgo improcedente a acção, e os auctores della carecedores e os condemno nas custas.

Não pude sentenciar dentro do praso, que excede de oito dias, por muito serviço e autos a despachar na minha vâra.

Juiz de Fôra, 20 de Fevereiro de 1900.

FRANCISCO DO PAULA FERREIRA E COSTA.

ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Que, vistos e relatados estes autos de acção civil, entre partes appellantes Dr. Tobias A. Franco de Siqueira Tollendal e sua mulher e appellada a Camara Municipal de Juiz de Fôra, negão provimento á appellação interposta da sentença á fls. 84, pela procedencia de seus fundamentos e das razões á fls. 63, confirmam a mesma sentença, julgando os appellantes carecedores de acção; pagas por elles as custas, em que os condemnam.

Bello Horizonte, 13 de Julho de 1901.

Braulio P.—Rezende Costa—Theophilo—Saraiva
Fui presente, *Gama Cerqueira*.

A falta de citação dos syndicos de uma Companhia em liquidação, contra a qual tenta-se uma acção induz nullidade insanavel desta.

Appellação Cível n. 1538

Appellante — A Companhia Viação Férrea Sapucahy

Appellados — Felício Antonio, Manoel José Martins e outros

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR F. TINOCO
Tribunal da Relação de Minas

RELATORIO

Os auctores allegando dever-lhes a ré a quantia de réis 249:893\$66) pela construcção de um trecho da estrada de ferro de Sapucahy, da qual estavam de posse, e que a ré tratava de vender, requereram o remedio da manutenção, que lhes foi concedido, sendo a respectiva acção processada e afinal proferida a sentença de fls. 52, da qual interposta foi a appellação á fls. 68, recebida no effeito devolutivo em 29 de Setembro de 1900, fls. 68 v. A 18 de Dezembro, fls. 69 v. forão os autos apresentados na secretaria do Tribunal. A ré appellante arrasou á fls. 72, juntando os documentos de fls. 78 a 83, e os appellados á fls. 92. Vistos, e assim relatados estes autos, passo-os ao Sr. Desembargador Rezende Costa.

Minas, 4 de Março de 1901.—*Ferreira Tinoco.*

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, appellantes - A Companhia Viação Ferrea Sapucahy, por seus Directores, e appellados Felicio Antonio e Manoel José Martins e outros, julgão nullo todo o processado ; porque, sendo syndicos da companhia appellante, em liquidação, em 10 de Fevereiro de 1899 e 3 de Maio do mesmo anno, Manoel da Cunha Lobo Souto Maior e The Morton Rose Estate Company Limited, que n'essa qualidade funcionaram até 7 de Outubro (doc. á fls. 64), e, portanto, erão competentes para serem demandados, (art. 121 Decreto n. 8821, de 30 de Dezembro de 1882, Didimo, *Sociedades Anonymas*, n. 353, pag. 501, e, entretanto, não forão citados para a acção, proposta em Junho do mesmo anno, e sim Edmundo Bittencourt e Eduardo Linch, partes illegitimas ; não tendo, por consequinte, havido citação da parte, contra quem foi a sentença proferida, nullidade insanavel, arts. 672, § 1 ; 673, § 2 e 674 do Regul. n. 737, de 25 de Novembro de 1850.

Assim julgando, nas custas condemnam os appellados.

Minas, 10 de Junho de 1901.

Braulio P. — Ferreira Tinôco — Theophilo.

Foi voto vencedor o Snr. Dezembargador *Ressende Costa.*

Ferreira Tinôco

E' nulla a execução quando do traslado não constar a sentença exequenda.

Appellação Cível n. 1488

Appellante — Alvaro Fernandes Dias.

Appellado — Henrique Chagas

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR F. TORRES

COMARCA DE MAR DE HESPAHANHA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Examinados etc.

O processo dos embargos constante destes autos, correu em traslado que contém unicamente estas peças : petição do terceiro embargante para vir com seus embargos e o respectivo despacho, os embargos, o documento no qual elles assentam, procuração do embargante, mandado de penhora e auto desta e de deposito com as certidões respectivas. Foi depois, que o embargado juntou certidão de sua procuração á fls. 14 e o embargante a do termo de audiência na qual se assignou aos executados os seis dias da lei para embargos e de recebimento dos embargos á fls. 45—46. Diz o Reg. 737 art. 600 : « Si os embargos não forem oppostos á todo os bens, mas sómente a alguns delles, cor-

rerão em separado proseguindo a execução sómente quanto aos bens não embargados.

Do processo dos embargos não cura o Reg. pelo que, tem-se entendido, força é recorrer ao direito subsidiario — o Civil. Ora, este quanto á especie, tem seu assento na *Ord. L.*, 3.^o tit 87 da qual se evidencia que taes embargos devem correr em traslado completo dos autos tanto que Gomes, *Man. Prat.*, c. 21, n. 80, diz que se suspende a execução, porque, para esta, é necessario que os autos estejam promptos. » Mas dar-se-lhes-á o traslado sómente: e tratar-se-ha dos ditos embargos em auto apartado, » diz a ord. cit.

Ora, está muito longe de ser o exigido pela Ord. o trasla do que vê-se de ffs 2 a 8. Nem a sentença exequenda está trasladada e esse é fundamento de toda execução. Sem ella nem sabe-se o que está sendo executado, — e era isto indispensavel; sob pena de ser proferida uma sentença final em processo tumultuario, como está este.

Pelo que, inquinado o processo de nullidade patente dell, — declaro e julgo nullo o mesmo processo. Pagas as custas pelo embargante.

Mar de Hespanha, 27 de Janeiro de 1900.

ANTONIO ARNALDO DE OLIVEIRA.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos os presentes autos de appellação civil, em que são par-

tes como appellante, Alvaro Fernandes Dias e appellado Henrique Chagas exequente na execução processada contra D. Olympia Nunes Rabello e Cornelio Duarte Medina, na qual aquelle appellante interferiu com embargos de 3.º senhor e possuidor, negão provimento á appellação, e confirmam a sentença appellada, condemnando, como condemnam, o appellante nas custas.

Minas 20 de Abril de 1901. — *Braulio P. — Fernandes Torres — Ferreira Tinoco.* Foi voto vencedor o Sr. Dezembargador Rezende Costa, *Fernandes Torres.*

As letras e notas promissórias não são a mesma coisa que dinheiro e nem correm como moeda corrente.

Dá-se nullidade, dependente de rescisão, no contracto valido em apparencia, mas em que interveio simulação, quer seja esta de má fe. quer innocente; póde, pois, uma parte allegar contra outra tal nullidade.

Nullidade de parte de pagamento por ter-se declarado que foi em dinheiro, quando o foi em valor representado por uma nota promissoria.

Appellação Cível n. 1344

Appellante—Francisco Garcia Pereira.

Appellado—Carlos José da Silva Fortes.

RELATOR O SR. DEZEMBARGADOR AMORIM

COMARCA DE JUIZ DE FORA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos etc.

Allega o auctor Carlos José da Silva Fortes, em sua petição de fls. 2, e artigos de fls. 74,

que o reu Francisco Garcia, com seu irmão José Garcia Pereira em 1892, accordára comprar-lhe as terras de cultura, pastos e bemfeitorias na fazenda de Pouso Alegre e Lages, pela quantia de 36:000\$000 de réis, á dinheiro á vista ;

que não tendo a quantia precisa, o reu pediu a seu amigo Joaquim Ribeiro de Almeida com o fim de obtel-a ;

que Joaquim Ribeiro de Almeida, fazendeiro e capitalista, que tinha transacções no Banco Territorial e Mercantil, em vez de dinheiro, emprestou ao reu a nota promissoria de n. 2321, á fls. 8, do dito Banco, endossando-lhe-a á 11 de Junho de 1892 ;

que recebendo essa nota o reu deu a Joaquim Ribeiro de Almeida recibo, em que se confessava seu devedor da quantia de 12:091\$000 réis, importancia dessa nota promissoria, mostrando-se Ribeiro contrariado que o reu o substituisse por um credito, no qual não fallasse em nota promissoria ;

que á 13 de Junho passou-se a escriptura de venda de fls. 4, empossando-se o reu das terras e bemfeitorias que começou a desfructar, dizendo-se na escriptura que o pagamento se realizasse *todo em dinheiro*; que não morando o auctor nesta comarca, e nem tendo transacções no Banco Territorial, convencido da firmeza desse estabelecimento e de que goza elle amplo credito e no meio da mais absoluta confiança e só por isso consentiu na dita escriptura que era sem duvida *simulada* na parte em que constataba como paga

tambem em dinheiro a dita quantia de
12:091\$000 ;

que esse Banco desde Março de 1892, tinha suscitado contra si a desconfiança dos capitalistas daqui e do Rio de Janeiro, por causa das especulações da Bolsa, á que se aventurava e que augmentando determinaram corridas francas contra elle em Abril e Maio, e em Junho exgotados todos os recursos, conheceu a sua Assembléa Geral em 6 de Julho o seu estado de ruína inconfessavel, decretando sua liquidação forçada á 25 de Julho ;

que á 13 de Junho, pois, quando o auctor acceptou sua (do Banco) nota promissoria como dinheiro, já o Banco carecia de credito, soffria corridas insupperaveis, não pagava mais seus cheques á vista, faltando a pagamentos e ninguem de vulgar perspicacia e ordinaria prudencia acceptaria como dinheiro um titulo de sua exclusiva responsabilidade ;

que o reu residia neste municipio, devia não ignorar isso, acarretando simulação da escriptura, dando como dinheiro o que dinheiro não era e nem valia, causou serio prejuizo ao auctor ;

que, fallido o Banco, o reu propôz dividir o prejuizo, negando-se Ribeiro, e consentindo o auctor para evitar pleito judicial ;

que á vista da exigencia de Joaquim Ribeiro de Almeida, que queria o pagamento ou um credito como de dinheiro e não de nota promissoria, o reu depositou o dinheiro, citando o auctor e Joaquim Ribeiro para disputarem seu direito,

e julgado o deposito descabido o reu levantou a quantia e a entregou á Ribeiro, 'sem' sciencia do auctor ;

que agora convidado para se entender sobre a presente questão o reu consciente da *simulação*, pediu espera, manifestando franca disposição de solver o compromisso para com o auctor sem contenda judicial ;

que, portanto, devem os artigos ser julgados provados, declarado nullo o pagamento de ... 12:091\$000, a nota promissoria como pertencente ao reu, e este condemnado a pagar ao auctor a dita quantia, juro legaes da data da compra e custas,

A' fls. 18 o reu contestou a acção, allegando que a pretensão do auctor não tem cabimento em lei ;

que a declaração do pagamento em dinheiro não foi frandulenta, tanto que o auctor a admittiu na escriptura de fls. 4, porque sendo uma das funcções das lettras fazer as vezes de moeda, são por costume recebidas como dinheiro ;

que se simulação houvesse, seria licita por não ter tido o reu intenção de fraudar, a Fazenda, iludir a lei, e prejudicar a terceiro ;

que o reu, homem rustico, que não lê jornaes, não sabia e nem tinha razão de saber, que era precaria a situação do Banco Territorial, a qual era até desconhecida dos proprios accionistas e directores e incorporadores, muitos dos quaes entraram com grandes quantias para elle nas vespas da fallencia, soffrendo grandes pre-

juizos, o que não se daria se conhecessem o estado do Banco ;

que o prejuizo do auctor não foi por culpa ou dolo do reu, mas do inesperado desastre da fallencia do Banco ;

que a responsabilidade do reu pelo valor da nota promissoria está salva, porque não sendo ella á *ordem* o seu endosso tem o simples effeito de cessão civil, no qual o cedente só responde pela certeza da divida e não pela solvabilidade do devedor ;

que a divida foi reconhecida pelo devedor, pois os Syndicos relacionaram no passivo da massa ;

que a especie dos autos tem de ser decidida pelos principios que regem a cessão, apesar de pretender o auctor ~~ocorrer-se~~ da nullidade consequente á pretendida simulação de pagamento ;

que a ser verdadeira essa simulação, a consequencia seria a nullidade do contracto, e não o que pretende o auctor ;

que foi o proprio auctor quem se offereceu para receber a nota promissoria como dinheiro, apenas soube ter sido ella offerecida ao reu e a seus irmãos, em falta de dinheiro forão pedir á Joaquim Ribeiro de Almeida ;

que partiu do auctor e não do reu a proposta do accordo, que o reu acceitou para evitar demanda ;

que não é verdadeiro o exposto no art. 13, do auctor ;

que por isso deve o auctor ser carecedor de acção ;

A causa correu seus termos depondo o reu aos arts. do auctor á fls. 28.

Forão inquiridas quatro testemunhas do auctor, Simão Levy á fls. 32, Dr. Luiz Eugenio H. Barbosa á fls. 33 v., Dr. José Marianno Pinto Monteiro, á fls. 37, e Alfredo Soares á fls. 59, e 6 do reu, Joaquim Flausino Guedes á fls. 56, José Guedes de Moraes, á fls. 57, Joaquim da Silveira Calado, fls. 64, José Francisco de Assis, á fls. 67, Francisco de Paula Tosta, fls. 68, e Francisco Evangelista da Costa, á fls. 69 v.

Verificada á fls. 91 á 97, a vistoria requerida, os auctores arrazoaram de fls. 96 á 110, os reus de fls. 112 á 125, vindo afinal os autos a conclusão, ouvido o agente fiscal.

O que tudo visto e examinado: Verifica-se que o reu Francisco Garcia Pereira e seu irmão em 13 de Junho de 1892, compraram ao auctor Carlos José da Silva Fortes, e sua mulher as terras da fazenda do Pouso Alegre e Lages, e suas bemfeitorias pela quantia de 36:000\$000, declarando os vendedores que haviam recebido toda quantia em moeda corrente, entretanto que o reu a completou com a nota promissoria de fls. 8,, da quantia de 12:091\$000, como confessou em seu depoimento á fls. 29 pr., petição á fls. 41, contestação á fls. 18, art. 1º. e 8º, e outros.

Ora, pelos documentos juntos aos autos, depoimentos do reu, vistoria, e inquirição de testemunhas, tanto do auctor como do reu, devidamente analysados, e combinados entre si, resulta es-

tar inteiramente provado que no pagamento das terras e bemfeitorias da fazenda do Pouso Alegre e Lages, compradas ao auctor pelo reu e seu irmão, não figurou toda a quantia em moeda corrente, entrando 12:091\$000, em a nota promissoria de fls. 8, do Banco Territorial ;

que o auctor não conhecia e nem sabia do estado lastimavel do Banco na occasião da compra dessas terras, e antes pensava estar esse estabelecimento em pujança e prosperidade ;

que nessa occasião o Banco já não pagava á vista seus cheques, como sempre antes fizera, que suas lettras e notas promissórias não tinham cotação, sendo que uma das testemunhas recebeu uma dessas notas com desconto de 50 .%, e isto em pagamento de uma divida.

Assim, Considerando que está verificado que o auctor queria vender e vendeu ao reu suas terras e bemfeitorias somente á dinheiro á vista;

Considerando que parte do preço da compra foi dada na lettra de fls. 8, de 12:091\$000, figurando como dinheiro moeda corrente, não sendo, não estando ainda vencida a lettra em questão, sendo que na época do vencimento ella apenas valia uns 12 % de sua importancia, como mostrou a liquidação do Banco ;

Considerando estar provado que o reu tanto não julgava seguro seu direito, e que lhe corria a obrigação de pagar em dinheiro ao auctor a importancia da lettra, que não só requereu deposito da quantia, para ser levantada pelo auctor ou por Joaquim Ribeiro, que disputariam seu

pireito, como além disso, propôz dividir entre si o auctor e Joaquim Ribeiro o prejuizo havido da lettra pela quebra do Banco ;

Considerando que não é certo que as lettras e notas promissórias sejam o mesmo que dinheiro e corraão como moeda corrente, porque não o são como se verifica pelos seus requisitos estabelecidos no Cod. Commercial ; mais,

Considerando que na compra e venda de fis. 4 se determinou ser o pagamento todo á dinheiro á vista, e nesses termos ahi se fallou ; mas não é verdade no todo, porque parte da quantia (está plenamente provado) foi dada pelo comprador *na nota* á lettra de fis. 8 da quantia de 12:091\$000, nota promissoria que na occasião não valia tal quantia : logo houve simulação na declaração de pagamento em dinheiro moeda corrente, de toda quantia, quando de facto não o foi ;

Considerando que dá-se nullidade dependente de rescisão no contracto valido em apparencia, mas em que interveio a simulação (Reg. 737 art. 685), quer esta seja de má fé ou innocente e esta é a hypothese dos autos e nesta especie pôde qualquer das partes allegar a nullidade contra a outra e deve ser julgada ; (Desembargador Ferreira Tinôco, Reg. 737, nota 270) podendo ser provado por testemunhas e conjecturas ;

Considerando que aqui a simulação existe, não na compra das terras o que acarretaria a nullidade de todo o contracto, mas sómente

no pagamento de parte do preço da compra que se disse ser em dinheiro, quando foi a quantia de 12:091\$000 na nota promissoria de fls. 8, que, como já se viu, não era moeda corrente, e nem como tal valia ;

Considerando que o auctor morando em comarca diversa, em lugar longinquo e desconhecido inteiramente do estado do Banco em questão, foi induzido em erro completo no recebimento como dinheiro, da referida nota ;

Considerando, que para ser valido em taes circumstancias o pagamento de 12:091\$000 da lettra questionada, era preciso que esta lettra valesse então real e veridicamente a quantia nella determinada, mas não valia, e ninguém a receberia nessa época em Juiz de Fóra como dinheiro, tanto que, algum tempo depois, na liquidação forçada do Banco, coube-lhe em rateio pouco mais de cem contos de réis ;

Considerando que não se provou por parte do reu, que o auctor tivesse recebido as quantias que em rateio se applicaram para essa lettra e nem que o auctor a tivesse apresentado aos Syndicos, para ser contemplado como credor da massa fallida ; antes, pela exhibição delle á fls. 8, se verifica que o auctor não se apresentou como credor da massa, porque se o tivesse feito, teriam os Syndicos escripto na lettra de fls. 8 datada e assignada, a declaração de *conferido e admittido ao passivo do Banco*, restituído depois ao portador como preceitua o artigo 195, do decreto n. 434, de 4 de Julho de 1891.

E' evidente, pois que o auctor se apresentou para receber, do Banco, como credor, o que ~~podesse~~ caber em rateio por essa nota promissoria na qual se verifica nenhuma declaração existir da parte dos Syndicos;

Considerando que a contrariedade manifestada por Joaquim Ribeiro de Almeida, não querendo o recibo de obrigação passado pelo reu, em que mencionava ser a sua importancia de 12:091\$000 proveniente da nota promissoria de fls. 8, mas que o reu lhe passasse um credito como de dinheiro, faz suppôr não estar elle de boa fé na transacção que fizêra com o reu ;

Considerando que esse erro completo do auctor crendo, receber na lettra questionada dinheiro corrente, descançando na só responsabilidade do Banco é que o levou a acceital-a como tal, pois é certo que se elle na occasião conhecesse o verdadeiro estado do Banco, jámais teria recebido essa lettra ou nota promissoria como dinheiro moeda corrente;

Considerando que não ha identidade e inteira semelhança desta causa com a questão decidida pela sentença e accordão de fls. 126 á 135, porque ahi o reu da causa entrou realmente com a quantia de 22:000\$000, em dinheiro em especie para o Banco Territorial por conta do seu debito ao Dr. Salles Cardoso, e na conta deste com o Banco, e o Dr. Salles acceitou a transacção e, em troca do recibo do Banco, deu ao seu devedor recibo directo de igual importancia, entretanto que nestes autos a causa é inteira-

mente diversa ; Joaquim Ribeiro não deu ao reu dinheiro, entregou-lhe uma nota promissoria do dito Banco fallido, e ainda por vencer d'ahi á 6 mezes, e portanto não valia na occasião dinheiro e nem a respectiva quantia nella declarada.

O erro aqui é substancial, é erro de facto, o auctor não receberia absolutamente tal letra, se soubesse que ella não tinha valor, pois elle queria receber dinheiro, e á dinheiro vendera suas terras, e o reu deu-lhe um titulo que não era dinheiro, não era moeda corrente.

O requisito pois essencial, verdadeiro, real, isto é, valer essa nota promissoria na occasião moeda corrente, não existiu.

Assim é claro que o reu comprador das terras é responsavel pela verdade e realidade do preço desse titulo sem valor, não prevalecendo a defesa do reu, de não ser responsavel, por não ser essa nota promissoria *d ordem*, e ter apenas por isso o effeito de cessão civil, em que o cedente não responde pela solvabilidade do devedor, porque o fundamento da acção do auctor, não é na cessão feita pelo reu dessa letra, mas sim na nullidade da mesma cessão, que realizou-se como dinheiro moeda corrente a importancia da letra de 12:091\$000, o que dinheiro não era, isto é, um titulo que por erro, se considerou moeda corrente na occasião, e não valia dinheiro como anteriormente succedia ;

Considerando que o reu no acto da escriptura, é certo, entregou ao auctor como dinheiro, a

nota promissoria de fls. 8, embora má especie de pagamento, porque então o Banco estava fallido, como complemento do pagamento pela compra das terras, não incorrendo propriamente em móra, e por isso não pode responder pelo juro della, desde a data da escriptura, mas apenas da interpellação judicial em 12 de Setembro de 1898, certidão á fls. 12 v., que foi quando o reu realmente ficou em móra ;

Considerando o mais dos autos, e disposições de direito, julgo procedente a acção, nullo o pagamento da compra das terras na quantia de 12:091\$000, constante da nota promissoria de fls. 8, que será restituída ao reu, a quem pertence, e condemno o reu Francisco Garcia Pereira no pagamento ao auctor da respectiva quantia pedida de 12:091\$00, juros legaes, desde 12 de Setembro de 1898, data da interpellação judicial, e nas custas.

Não pude sentenciar estes autos dentro do praso, por accumular-se ao mesmo tempo muitos outros de questões igualmente importantes e difficeis, que já decidi, e impedimento occasionado pelas febres de mau character que atacaram esta cidade por quasi 3 mezes, sendo o mez de Agosto de ferias.

O escrivão publique esta e intime as partes.
Juiz de Fóra, 9 de Setembro de 1899.

FRANCISCO DE PAULA FERREIRA E COSTA.

ACCORDÃO

Accordam em Relação, etc.

Que, vistos, relatados e discutidos estes autos de acção cível, da comarca de Juiz Fôra, entre partes, appellante Francisco Garcia Pereira e appellado Carlos José da Silva Fortes : Dene-gam provimento á appellação e confirmam a sentença appellada por seus fundamentos, conformes á direito e as provas constantes dos autos.

Condemnam nas^r custas o appellante.

Bello Horizonte, 18 de Setembro de 1901.—
Braulio P. — Amorim — Amador — Alves de Albuquerque.

O Collector de um municipio é incompetente para, como parte, promover processo de cobrança de impostos municipaes, pois que ao Agente Executivo é outorgada essa attribuição. A lei municipal que estabelecer o contrario é nulla

Appellação Cível n. 1548

Appellante—O Juizo de Direito do Machado.

Appellado—Philippe Elias Bento.

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR THEOPHILO

Tribunal da Relação de Minas.

SENTENÇA

Vistos os presentes autos de acção executiva entre partes auctor Feliciano Constantino de Moraes e reu Philippe Elias Bento, nella se propõe (petição á fls. 2,) o Auctor, como collector do districto desta cidade e autorizado pelo art. 6º, § 5º, da Lei n. 1, de 27 de Julho de 1898, deste

município, cobrar do reu a importancia de 877\$350, proveniente de impostos e multas em que incorreu por não tel-as pago em devido tempo.

Com a petição inicial forão juntas a procuração de fls. 3, em que foi constituido o advogado do auctor, a certidão de fls. 4, em que declara o Secretario da Camara, que a passou; que dos registros e mais documentos existentes no archivo municipal consta a publicação dos orçamentos e tabellas de impostos deste município relativos aos exercicios de 1893 à 1899, e a conta corrente de fls. 5, levantada pelo Collector deste districto, dos respectivos lançamentos existentes na collectoria a seu cargo, demonstrativa dos impostos devidos pelo reu e respectivas multas, relativos aos exercicios de 1895 e 1898.

Citado o reu (ut. fls. 6,) nomeada por elle à penhora a quantia de 1:000\$000, (ut. fls. 7 v). depositada esta em poder de Elias Bento e Filho (ut. fls. 8,) accusada a penhora e assignado o decendio (ut. fls. 11,) dentro deste offereceu o advogado do reu, constituido pela procuração à fls. 10, os embargos de fls. 13, em os quaes articula :

que é nulla a presente acção por ser parte illegitima o Collector Districtal que a move, porquanto pelo art. 39, § 17, da Lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891, que não podia ser alterado pelo art. 6º, § 5º, da Lei deste município n. 1, citada, o unico competente para representar a

Camara em juizo é o seu Agente Executivo ;
que Lei n. 1, cit. é inexequível por exorbitante das funcções da Camara e não pode ser cumprida pelo poder judiciario—Constituição do Estado, art. 70 ;

que alem disso é improcedente a acção porquanto :

a) no exercicio de 1898 não mascateou o reu fazendas neste municipio e, porisso, não podia ser lançado como contribuinte do respectivo imposto ;

b) e não teve nenhum animal no patrimonio desta cidade durante o exercicio de 1895, pois os seus animaes forão sempre conservados em pastos particulares, pelo que não podia tambem ser lançado como fôra, como contribuinte do respectivo imposto ; e

que deve ser julgada nulla a presente acção ou improcedente por falta de base e condemnado o auctor nas custas. Com os embargos forão juntos o talão de fls. 16, e a declaração de fls. 17.

No prazo concedido ao reu para prova e sustentação de sua defeza (ut. fls. 19 v.) produziu elle cinco testemunhas (ut. fls. 23 á 33,) seguindo-se as razões do advogado do auctor, (ut. fls. 35,) acompanhadas da carta de fls. 39, e a promoção de fls. 42, do Dr. Promotor da Justiça que foi intimado para os termos da causa, de accordo com o disposto no art. 210, n. 8, da Lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891.

Feito o relatorio, passo a considerar a preli-

minar allegada de nullidade da presente acção.

O art. 30, n. 8º, da Constituição Mineira, dispõe : « Compete, *privativamente* ao Congresso legislar sobre camaras municipaes, nos termos dos arts. 75 á 80 » .

O art. 75, da mesma Constituição, dispõe, por sua vez : « Uma lei *especial regulará a organização* dos municipios, respeitadas as bases que enumera nos ns. 1 á 19, e nos arts. 16 á 80.

Usando dessa sua *privativa* competencia organizou o Congresso Mineiro os nossos municipios pela lei ordinaria, por lei especial a que se refere o art. 75, da Const. (ut. n. 2, de 24 de Setembro de 1891), em a qual, conforme lhe fôra facultado pelo art. 75, n. 15, da cit. Const., discriminou as funcções deliberativas e executivas dos poderes administrativos municipaes creados, conferindo aquellas ás Camaras e (aos Conselhos e estas aos Agentes Executivos municipal e districtal (arts. 30 á 32 e 34, da Lei n. 2, cit.). Ainda no uso da mesma competencia a elle *privativa*, estabeleceu, detalhadamente o Congresso mineiro as attribuições das Camaras Municipaes e Conselhos Districtaes e dos Agentes Executivos municipal e districtal (arts. 37 á 40, 54 e 55, da cit. Lei n. 2).

Crear, pois, essas auctoridades municipaes Camaras, Conselhos e Agentes Executivos, traçar-lhes as attribuições, modificar estas, augmentando-as ou diminuindo-as, é materia propria de uma lei *organica* que só podia ser feita, como foi, pelo Congresso Mineiro.

D'entre as attribuições conferidas ao Agente Executivo municipal sobreleva-se como a mais importante a do art. 39, § 17, da Lei n. 2, cit., qual a de se representar a camara em juizo nas causas civeis em que fôr auctora, ré, assistente ou oppoente».

Tão importante é essa attribuição que para ser exercida pelo Agente Executivo Districtal como representante do respectivo Conselho, faz-se necessaria prévia auctorização deste (art. 54, § 7º, da Lei n. 2, cit.).

Foi, entretanto, essa attribuição (a do art. 39, § 17, cit. da Lei n. 2,) alterada pela Lei n. 1, cit. deste municipio, que dispõe, no cit. art. 6º, § 5º:

«A cada collecter districtal compete demandar judicialmente, aos devedores da camara, para o que solicitará do Agente Executivo Municipal ordem e instrucções, querendo».

Foi assim, parcellada essa importante attribuição, mutilada, passando a exercer parte della os quatro Collectores do municipio. Não podia a Camara deste municipio realizar, como fez, essa reforma na Lei Estadual n. 2 cit. por ser propria, precisamente de *uma lei organica* que, como se vê, é da *privativa* competencia do Congresso Mineiro.

Se, expressamente mutilou, assim, a Camara Municipal essa attribuição do Agente Executivo, podia de mutilação em mutilação, chegar a supprimil-a inteiramente passando-a por exem-

plo, á imitação do que fez, aos ditos collectores municipaes.

Mas, se pode a Camara supprimir uma das attribuições do Agente Executivo, porque não todas ellas, extinguindo o proprio cargo?

Eis a consequencia inadmissivel da reforma realizada. A allegada autonomia das Camaras não vae tão longe.

Ellas só podem girar dentro da orbita legal, não devendo transcender os limites de sua autonomia prescriptos na Const. Mineira e na Lei n. 2, cit.

O confronto dos §§ 2º. e 3º, com § 17, do art. 39, da Lei n. 2, cit. convence que podia a Camara desta cidade crear, como o fez, os cargos de Collectores municipaes com attribuição de arrecadarem impostos, mas, que não podia passar-lhes uma attribuição privativa do Agente Executivo a da cobrança judicial dos impostos.

Não tem procedencia a allegação feita nas razões á fls. 15, de que, como representam os Collectores estadoaes o Estado em acções nas quaes é elle parte, podem, do mesmo modo, representar as Camaras, em juizo, os Collectores municipaes, porquanto, alem do que ficou expellido, se os Collectores estadoes passaram a representar o Estado, nas causas de fóra da Capital, foi em consequencia e nos termos da disposição do art. 7º, da Lei n. 142, de 23 de Julho de 1895, elaborada, competentemente, pelo Congresso mineiro e regulamentada pelo Decr. n. 942, de 10 de Junho de 1896.

Consequentemente, o art. 6º, § 5º, da cit. Lei municipal n. 1, é evidentemente nullo por collidir com os artigos citados da Constituição Mineira e art. 39, § 17, da cit. Lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891.

A nullidade das deliberações das Camaras municipaes pode ser tornada effectiva :

a) pela propria Camara revogando a deliberação nulla ;

b) pelo Congresso mineiro nos termos e casos do art. 43 da Lei n. 2, cit ;

c) e pelo poder judiciario nos casos e termos do art. 44, da cit. Lei n. 2, por meio da competente e respectiva acção.

Pode ainda, o poder judiciario ou, antes é seu dever não dar cumprimento a qualquer deliberação da Camara municipal contraria á lei ou á Constituição, deixal-a de applicar ao caso occorrente, toda a vez que puder ser posta em duvida sua legalidade no curso de uma acção (arts. 70, da Constituição mineira e 230, da Lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891), cuja doutrina aha-se, tambem, consagrada e esclarecida no art. 13, § 10, da Lei Federal n. 221, de 20 de Novembro de 1894.

Consequencia inevitavel da doutrina exposta é a illegitimidade do auctor para promover a presente acção, baseado em uma disposição nulla e, portanto, a nullidade da propria acção.

Julgando-a nulla, pelos fundamentos expostos condemno nas custas o cofre municipal e appello *ex-officio* para o Egregio Tribunal da Relação, nos

termos dos arts. 49, da Lei n. 2, cit. e 36, do Decr. n. 9895, de 29 de Fevereiro de 1888.

Depois de publicada e intimada às partes, voltem os autos á conclusão para receber a appellação e regular o seu seguimento.

Sejão recolhidos á Collectoria os sellos de duas fls. accrescidas.

Machado, 13 de Junho de 1899.

LORETO RIBEIRO DE ABREU.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da comarca de Machado.

Accordam em Relação negar provimento á appellação interposta de conformidade com a 1.ª parte do art. 86, do Decr. n. 9885, de 29 de Fevereiro de 1888, da sentença que annullou o processo executivo proposto pelo collecter do districto do Machado contra Felipe E. Bento, representando a Camara Municipal, quando ao Agente Executivo é outorgada essa attribuição pelo § 17, art. 39, da Lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891, que não pode ser alterada nem revogada pelos estatutos municipaes.

A nullidade do processo é admittida como materia de defesa no executivo, segundo o art. 12 do cit. Decr. e entre as causas de nullidade do processo apresentadas no art. 672, do Regulamento n. 737, o § 1.º, contempla o caso de illegitimidade de partes, como se dá no caso occorrente.

Côfirmando a decisão appellada condemnâ
o cofre municipal do Machado nas custas.

Cidade de Minas, 20 de Março de 1901.

Braulio P.—Theophilo—Saraiva.

Foi voto vencedor do Snr. Dezembargador
Amorim e esteve presente o Snr. Dezembargador
Procurador Geral. *Saraiva.*

As hypothecas legaes ou convencionaes feitas posteriormente á divida fiscal, não são titulos de preferencia contra a Fazenda do Estado ou do Municipio e portanto a hypotheca que o collecter faz de seus bens a outrem, depois de estar alcançada em suas contas, não dá preferencia alguma ao credor hypothecario, porque então já tem preferencia a Fazenda Publica.

Ação Executiva

Exequente — A Fazenda Publica Estadual.

Executado — José Joaquim da Fonseca, ex-collector de Ponte Nova.

JUIZO DE DIREITO DA PONTE NOVA

RAZÕES DO FISCAL DE RENDAS DO ESTADO

São improcedentes as allegações feitas por D. Roza Amelia Dias, com o fim de obter preferencia para seu pagamento e os documentos que offereceu longe de favorecerem tal intenção são antes prova do direito do Estado a pagar-se precipuamente com a adjudicação requerida, com os bens dos executados.

A materia é regida pelo artigo 65 do Dec. n. 1415 de 9 de Outubro de 1900 que harmonizou.

com as leis vigentes o Reg. n. 9885 de 29 de Fevereiro de 1888, mandado observar neste Estado pela lei n. 17, de 20 Novembro de 1891, art. 3.º, § 2.º.

O art. 65 do referido Decr. n. 1415, diz : — São títulos de preferencia contra a Fazenda do Estado e também contra a municipal, *provando-se serem anteriores á divida fiscal* : primeiro as hypothecas legas ou convencionaes especializadas e inscriptas na forma da lei etc.

Egual disposição se encontra no art. 29 do Dec. n. 9885 de 29 Fevereiro de 1888, mandado observar, como dito ficou, neste Estado o pela lei n. 17, de 20 de Novembro de 1891, art. 3.º, § 2.º.

O documento que D. Amelia Roza Dias juntou é o traslado de uma escriptura de hypotheca datada de 5 de Dezembro de 1898, para qual hypotheca não se pagou devidamente o sello proporcional da conformidade com n. 16 § 1.º da tabella A, do Reg. n. 931 de 1.º de Maio de 1896 e nem tão pouco o sello para inscripção de conformidade com art. 13, da lei n. 2016 de 23 de Setembro de 1898.

Vê-se do documento a fls. 4. e 5 v. que o saldo a favor da Fazenda Estadual (alcançe do ex-collector até Dezembro de 1898) é de 11:810\$953 réis.

Vê-se também do documento, que agora offereço que o alcançe contra o mesmo ex-collector no exercício de 1897 já attingia á..... 3:490\$944 réis; portanto a hypotheca foi feita,

a escriptura lavrada depois de verificado o alcance e consequentemente não é esta hypotheca um titulo de preferencia contra a Fazenda do Estado, nos termos da art. 65 do Dec. n. 1415 de 9 de Outubro de 1900 e do art. 29 do Dec. 9885 de 29 de Fevereiro de 1888; mesmo porque não forão pagos, como dito ficou, devidamente, os impostos estadoaes.

Assim como os herdeiros do responsavel, cada um *in-solidum* são obrigados ao pagamento integral do alcance verificado (Souza Bandeira, nota 34) assim tambem ao mesmo pagamento integral estão sujeitos os bens dos collectores, *ex-vi* do termo de fiança ficão obrigados ao fisco.

O mesmo Souza Bandeira, nota 86, ensina que por dous modos os bens do responsavel ficão gravados ao fisco, já pelos onus reaes da decima urbana, e outros impostos respectivos aos immoveis, os quaes valem independentemente de transcripção e inscripção e já pela hypotheca legal que compéte á fazenda estadoal sobre os immoveis e mais bens de seus collectores. E' a applicação da lei romana : *Fiscus semper habet jus pignoris*. Além d'isto a classificação e preferencia dos credores contra os ex-collectores obdecem ao disposto no art. 619 do reg. 737, que pondo em primeira linha os credores de dominio, no art. 620, define na ordem d'aquelle que o são o devedor, que é responsavel como exactor, depositario ou mandatario.

Ninguém pôderá, com vantagem, contestar

que os collectores agem *ex-vi* de um mandado e que os dinheiros que arrecadam e não entregam em tempo opportuno, constituem contra elles um alcance, que não perde a natureza de um verdadeiro deposito.

O privilegio, pois, da fazenda do Estado não se limita ao executivo fiscal para meio de cobrança, mas tambem ao direito de recebimento integral e com preferencia, sendo esta classificada desde que se reclame pagamento, de um deposito em mão de um seu mandatario infiel na gerencia da administração.

Vê-se, portanto, que o pedido de D. Roza Amelia Dias com o fim de obstar a adjudicação requerida pela Fazenda Estadual carece de base e fundamento juridico.

Os alcances dos collectores são considerados obrigações e dividas de origem fiscal e para sua solução a lei confere ao fisco preferencia e favores, só preteridos quando concorra credor commum e hypothecario, que pelos meios de direito tiver provado ser sua divida *anterior* a do Estado e na falta *desta prova* devem ser reconhecidos os alcances uma vez demonstrando em conta corrente; é o que ensina, Souza Bandeira em seu *Manual do Procurador dos Feitos*, nota 158.

Não, colhem as allegações de ter sido a hypotheca feita, anteriormente ao Dec. n. 1415 porque o foi na vigencia do Dec. n. 9885 de 29 de Fevereiro, de 1888 que, como dito ficou, contém identica disposição e nem tão pouco a

allegação de estar revogado este Dec. pela lei hypothecaria, porque a lei mineira tanto o suppoz em vigor que posteriormente a reforma hypothecaria de 19 de Janeiro de 1890 o mandou observar — E' esta a disposição do art. 3.º § 2.º da lei n. 17 de 20 Novembro de 1891 e além disto o Dec. n. 1415 de 9 de Outubro de 1900 baixou para harmonizar o referido decreto com as leis vigentes e manteve as mesmas disposições e não podia harmonisar e manter disposições de um decreto já revogado.

Sobreleva notar que o referido decreto n. 9885 é geral em todo o Paiz e ainda está em vigor em toda a União, correndo de conformidade com suas disposições ás execuções fiscaes por parte da Fazenda da União contra seus agentes e collectores.

Em vista do exposto e do muito que será supprido pelas luzes do julgador espera-se que a preferencia disputada por D. Roza Amelia Dias será julgada improcedente proseguindo-se nós ulteriores termos da adjudicação requerida pela Fazenda Estadual, mesmo porque nos termos de direito a preferencia devia, na especie e termo da causa, versar sobre quem tenha direito á adjudicação e esse direito incontestavelmente é da Fazenda Estadual.

WALTER HEILBULK.

Fiscal das rendas internas de Minas,

Os menores em geral (menos os infantes) comquanto excluidos da faculdade de se obrigarem judicial ou extra-judicialmente sem a auctoridade do pae, tutor ou curador, podem todavia, validamente fazer quaesquer contractos ou actos que lhes sejam uteis e exigir, com auctoridade do pae, tutor ou curador, o seu cumprimento da parte contraria ou annullal-os se lhes forem prejudiciaes.

Appellação Cível n. 1442

Appellante — Joaquim Chaves de Moraes

Appellado — Carlos Ribeiro Naves

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR F. TORRES
COMARCA DE DORES DA BOA ESPERANÇA
Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos, entre partes, auctor Carlos Ribeiro Naves e reu Joaquim Chaves de Moraes, pede o auctor, na petição

inicial de fls. 2, que o reu pague a quantia de 537\$000 réis, principal do credito de fls. 3, os juros no mesmo estipulados, e mais que seja o mesmo reu condemnado ao pagamento das custas.

Accusada a citação do reu em audiencia, apregoado o mesmo e, não comparecendo, ficou esperado á primeira e nesta audiencia reconheceu a firma e negou a obrigação do credito de fls., ficando-lhe assignado o praso de dez dias para allegar por embargos a defeza que tivesse.

Dentro dos dez dias o reu offereceu os embargos de fls. 24 com o documento de fls. 25, e allegou: — Que, quando contrahiui a divida de fls. 3, era menor de 21 annos ; que não foi auctorisado por seu pae a contrahir dividas ; que não se inculcou dolosamente pae de familia ; que o emprestimo não foi vantajoso e nem foi convertido em utilidade de seu pae, que não tem costume de pagar emprestimos contrahidos por seus filhos.

Recebidos os embargos pelo despacho de fls. 29 v., offereceu o auctor a contestação de fls. 31, na qual allegou : — Que os menores podem contractar validamente sem auctorisação do tutor ou pae, si colhem vantagem do contracto ; e que o reu colheu vantagem do contracto que fez com elle auctor ; que reu estava apertado por seu credor Antonio Selloiro de Oliveira, para pagar-lhe a quantia de 500\$000 réis, e que o auctor emprestando-lhe esta quan-

tia, salvou assim sua reputação commercial e civil ; que o réu, depois de maior, ratificou o contracto expressamente ; e que o reu, quando contractou com elle auctor, era commerciante com auctorisação tacita de seu pae.

Proseguindo a causa, offereceu o reu a replica de fls. 33 e o auctor a troplica por negação á fls. 31. v. Posta a causa em prova, forão inquiridas quatro testemunhas do auctor, cujos depoimentos se achão de fls. 41 á fls. 43 e prestou o reu, a requerimento do auctor, o depoimento de fls. 44.

Finda a dilação e lançadas as partes de mais provas, offereceu o auctor as rasões finaes de fls 47, e o reu, as rasões de fls. 49 *usque* fls. 50.

O que tudo visto e bem examinado, e considerando : Que a disposição do Senatus Consulto Macedoniano, que é a mesma da *Ord.*, L. 4.º, Tit. 50, § 2.º não tem lugar em outros contractos, que não o mutuo ou emprestimo de dinheiro, e nem neste, quando, alem de outras excepções, o filho-familia, depois de emancipado, reconhece a divida, expressa ou tacitamente (Ribas, *Proc. Civ.*, art. 598, § 6.º, Borges Carneiro, Tomo 2.º, Pag. 297, n. 53) ;

Considerando que os menores em geral, com quanto sejam excluidos da faculdade de se obrigarem judicial ou extra-judicialmente, sem auctorisação do pae, tutor ou curador, podem (menos os infantes) validamente fazer quaesquer contractos ou actos que lhes sejam uteis e exigir, com auctoridade do paê, tutor ou

curador, o seu cumprimento da parte contraria, ou annullal-os, si lhes forem prejudiciaes ; (Ribas, *Dir. Civil*, Pag. 58, nota 25) ;

Considerando que os contractos feitos pelos menores, a pezar de nullos, por falta de auctorisação do pae tutor, ou curador, quando lhes são prejudiciaes, podem ser por elle revalidados, expressa ou tacitamente, depois de attingida a maioridade ; e que a revalidação expressa pôde fazer-se por palavras ou factos approbativos do acto ou contracto (Borges Carneiro, *Dir. Civ.*, § 226, n. 49 ; Accordão da Relação do Estado, de 11 de Fevereiro de 1893) ;

Considerando que o reu constituiu-se devedor ao auctor, quando já se achava muito proximo á maioridade, com mais de vinte annos ; e que, depois de emancipado pela idade e pelo casamento, reconheceu expressamente a divida, como ficou plenamente provado com as testemunhas de fls. 31 á 33, e com o seu depoimento de fls. 34 v. ;

Considerando que o reu declarou em seu depoimento : — que era devedor a Antonio Selloiro de Oliveira de um credito de trezentos mil réis de principal, vencendo os juros de um por cento ao mez ; que este seu credor, e um outro, residente em Monte Santo, fizeram cessão de seus direitos creditorios ao auctor Carlos Ribeiro Nunes, e que pela importancia dessas dividas elle reu assignou o credito de fls. 3, ignorando as suas condições, por ter sido o

credito escripto por outrem, e por elle tão sómente assignado;

Considerando que o credito de fls, 3, quer seja de dinheiro de emprestimo, como no mesmo se declara, quer seja reforma de outros creditos provenientes de compras de generos, e dos quaes era o auctor cessionario produz todos os seus effeitos juridicos, com excepção da condição de capitalisação de juros annualmente que deve-se considerar como não escripta ou não existente, por ser por demais onerosa e prejudicial ao reu que não escreveu o o credito e não reconheceu por qualquer modo essa condição;

Considerando o mais dos autos, e as disposições de direito, com os quaes me conformo, condemno o reu Joaquim Chaves de Moraes, a pagar ao auctor, Carlos Ribeiro Naves, a quantia de 537\$000 réis, principal do credito de fls 3, e juros de dez por cento ao anno, e mais condemno o mesmo reu no pagamento das custas.

O escrivão publique esta e faça as intimações necessárias. Sellem-se as folhas accrescidas.

Dôres da Boa Esperança, 11 de Dezembro de 1899.

JOÃO BAPTISTA RABELLO DE CAMPOS.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc. etc.

Que vistos, relatados e discutidos os presentes autos de acção civil da Comarca de Dôres da

Bôa Esperança, em que são partes, como appellante, Joaquim Chaves de Moraes e como appellado, Carlos Ribeiro Naves, mostrou-se que o appellante, a 20 de Março de 1892, tomou por emprestimo ao appellado, a quantia de... 537\$000 réis a juros de 10 % ao anno, passando-lhe o credito de fls. 3 pagavel sem praso, e, sendo-lhe exigido, recusou-se ao pagamento amigavelmente, pelo que foi chamado a juizo affirm de reconhecer firma e obrigação do dito credito; e comparecendo, na audiencia de 27 de Abril de 1899, reconheceu a firma, mas negou a obrigação, vindo depois com os embargos de fls. 24, nos quaes allegou: que quando contrahiu a divida era menor de 21 annos, e não tinha auctorisação de seu pae para contrahir dividas; nem se inculcou dolosamente pae de familia, não sendo o emprestimo vantajoso, nem convertido em utilidade de seu pae, que aliás não tinha por costume pagar emprestimos constituídos por filhos; para prova de sua menoridade juntou a certidão de casamento, que se acha á fls. 25; considerando porém que o appellante depois de sua maioridade reconheceu, o debito contrahido, o qual é um contracto em si verdadeiro; negão provimento á appellação, e condemnam o mesmo appellante nas custas, não tomando conhecimento da parte da sentença, que decidiu quanto á capitulação de juros, porque, relativamente a ella, não foi interposta appellação; Ramalho, *Praxe Brasileira*, § 340 in fine.

Minas, 20 de Março de 1901. — *Braulio P. Fernandes Torres* — Neguei provimento á appellação, tambem porque a certidão de casamento não é instrumento habil para provar a idade e a menoridade do appellante, ao tempo do contracto de emprestimo. — *Ferreira Tinoco*.

Foi voto vencedor o Sr. Desembargador Rezende Costa, *Fernandes Torres*.

Quando a escriptura publica é da substancia do contracto a [acção é inadmissivel sem o instrumento, o qual não pode ser supprido nem pelo juramento, nem pela confissão. Em caso contrario a falta de escriptura não annulla o contracto.

Quando a escriptura publica for necessaria para prova dos contractos, a sua falta não inhiibe o credor de produzir outra prova, porque a prohibição da Ord. L. 3.º tit. 59 é restricta aos casos em que não concorrer outra prova qualquer das admittidas em direito.

O escripto particular, mesmo de quantia superior á taxa legal, sendo escripto e assignado pelo devedor, com duas testemunhas, constitue por si só prova da divida.

Appellação Cível n. 1616

Appellante—Roberto Casta no Pereira

Appellado—Joaquim Elias Pereira

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR AMADOR.

COMARCA DE DORES DO INDAIÁ

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

O auctor Joaquim Elias Pereira allega em sua petição de fls —:

Que em 17 de Outubro do 1899 Roberto Cabtano Pereira se constituiria devedor ao supplicante da quantia de reis 2:689\$ rs, á juro de 1 % ao mez, capitalizado annualmente, proveniente do que devia por creditos á extincta firma Elias e Assumpção, sendo um firmado em 12 de Fevereiro de 1897 e outro em 4 de Fevereiro de 1898, como prova pelo credito que offerece, firmado pelo devedor, cujas letra e firma serão reconhecidas em Juizo por testemunhas que assistiram a factura do credito e por outras mais que tenham razão de saber da veracidade da divida ;

Que é homem de probidade e incapaz de exigir aquillo que se lhe não deve ; e

Que o réu tem procurado por meios inconfessaveis prejudicar a elle auctor, já alienando bens immoveis, já figurando a existencia de dividas simuladas para esquivar-se ao pagamento desta e de outras dividas.

Citado o réu e accusada a citação em audiencia, como consta do termo de fls., teve o réu vista dos autos e alegou :

Que nada deve ao auctor, não sendo suas a letra e firma do titulo de fls. 7, e que ainda no caso de ser sua somente a firma, o dito titulo não satisfaz ás exigencias da lei n. 79, de 23 de Agosto de 1892 e portanto não prova o contracto expresso.

Recebida a contestação, replicou o auctor, treplicando o réu e ambos desenvolveram as materias da acção e da contestação.

Posta a causa em prova, dentro da dilação aberta, depuzeram testemunhas do auctor, á revelia do réu.

Lançadas as partes de mais provas, á fls e fls. arrazoaram ambas ; e sellados e preparados os autos, officiou á fls. o Sr. Collector das Rendas do Estado.

O que tudo bem examinado etc etc. :

Considerando que a escriptura publica ou é da substancia do contracto ou somente necessaria para a prova (Ord. L. 4, Tit. 59; Martinho Garcez, *Nullidades dos Actos Juridicos*, § 6, pag. 75) ; sendo no primeiro caso inadmissivel a acção sem o instrumento, que não pôde ser suprido, nem pelo juramento, nem tambem pela confissão (Ramalho, *Praxe Forense*, 3372) ; Bonnier, *Traité des Preuves*, § 158; e no segundo a falta de escriptura não annulla o contracto (Teixeira de Freitas, *Cons. das Leis Civis*, art. 366, nota 26 ; Dalloz *Obligations* n. 4637 ; *Acc. revisor da Relação da Bahia*, de 17 de Julho de 1874, no *Direito*, vol. 5º, pag. 528) ;

Considerando que, quando necessaria para prova dos contractos, a falta de escriptura publica não inibe o credor autor de produzir outra prova, porque a prohibição da Ord. 3º. Tit. 59 não é geral e indistincta, senão restricta aos casos em que não concorrer outra qualquer prova das admittidas em direito (*Forum*, vol. X, pag. 80 ; *Direito*, vol. 32, pag. 84) ;

Considerando, alem disto, que anteriormente ao Decr. n 79 de 28 de Agosto de 1892 o escrip-

to particular, ainda quando escripto e assignado pelo devedor, com testemunhas, sendo de quantia superior á taxa legal, não constituia por si só prova, salvo confissão da parte, e sim meia prova, quando reconhecida a letra ; e, quando escripto por outrem e assignado pelo devedor, sem testemunhas, constituía principio de prova por escripto que se podia completar com testemunhas (*Acc. da Relação do Estado, de 19 de Abril de 1899, no Forum, fasciculo de Agosto deste anno, vol. X, pag. 244*) ;

Considerando mais que o referido Dec. n. 79 apenas prescreveu que o escripto particular, ainda de quantia superior á taxa legal, quando é escripto e assignado pelo devedor com duas testemunhas, por si só constitue prova de divida e não annullou o que não estivesse revestido dessas solemnidades, prevalecendo á respeito desses o direito anterior (*Acc. cit*) ;

Considerando que se é verdade que o espirito das leis prohibitivas ou meramente restrictivas da prova testemunhal acerca dos contractos alem de certo valor foi sempre, como diz o illustre professor Dr. João Monteiro, citando Larombière sobre o *art. 1311 do Cod. de Napoleão* e Laurent, *Dir. Civil*, vol. XIX, pag. 394, obstar ou difficultar o perigo da fallibilidade do testemunho humano ; não é menos certo, accrescenta o mesmo illustrado professor, que o credor que deixou de celebrar o contracto por meio de escriptura publica, produz um co-

meço de prova por escripto,] o que constitue uma presumpção—*semi plenam probationem*, é admittido a provar o contracto por meio de testemunhas e n'este caso a prova testemunhal é complementar da outra;

Considerando, portanto, que não é nullo o escripto particular de fls. 7 mas, antes constitue começo de prova que pôde ser completada, como o foi, pelo auctor; pois,

Considerando que a 1.^a e 2.^a. testemunhas affirmam que o réu firmára ao auctor o credito que está ajuizado, dando a primeira a razão dessa sua affirmação, isto é, por ter escripto o credito em questão, á pedido de Roberto, credito que a testemunha viu este assignar; dizendo a segunda que viu «Antonio de Oliveira Sobrinho (é a 1.^a. testemunha), á pedido de Roberto, passar o referido credito, viu assignal-o depois elle deponente assignou como testemunha; que o credito a que se refere é o mesmo que ora lhe á apresentado»;

Considerando que as duas outras testemunhas nada esclarecendo sobre este ponto, não destroem tambem os depoimentos citados;

Considerando, portanto, que os dois depoimentos, contestes como são, constituem a legitima prova de que nos falam os praxistas e notadamente Pereira e Souza, *Primeiras Lmhas*, annotado por Teixeira de Freitas, vol. 1.^o. pag. 248, 3246 e Moraes Carvalho, *Praxe Forense*, § 538;

Considerando o mais que dos autos consta;

Julgo procedente a acção e condemno o réu Roberto Caetano Pereira a pagar ao auctor Joaquim Elias Pereira a quantia de 1:689\$000 rs. juros estipulados e nas custas.

Publique-se e intime-se, selladas as folhas accrescidas.

Declaro que deixei de dar esta sentença no prazo legal por accumulo de serviço.

Dores do Indayá, 22 de Dezembro de 1900.

FRANCISCO CLETO TOSCANO BARRETO.

ACCORDÃO

Vistos e discutidos estes autos da comarca de Dôres do Indayá, em que é appellante Roberto Caetano Pereira, e appellado Joaquim Elias Pereira :

Accordam em Relação negar provimento á appellação por termo á fls. 42 v., confirmando, assim, a sentença appellada, que está de acôrdo com a sentença e provas dos autos.

Custas pelo appellante.

Bello Horizonte, 28 de Setembro de 1901.

Braulio—P.—Amador—Alves de Albuquerque—Julio da Veiga.

Improcedencia de embargos
em acção de cobrança de letra.

O pagamento feito sem ordem do credor não opéra a descarga do devedor.

Os documentos passados depois de 1.º de Julho de 1899 até a data da publicação do Regul. n. 3564, de 22 de Janeiro de 1900, não incidem nas disposições do art. 50, § 3.º, letras C, e 51 da lei estadual n. 585, de 31 de Julho de 1899; estavam, pois, sujeitos ao sello federal.

Appellação Cível n. 1556

Appellantes—Saggioro e Marangon.

Appellados—Cunha, Caldeira e Carvalho.

RELATOR O SR. DEZEMBARGADOR AMADOR

COMARCA DE JUIZ DE FORA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados, estes autos, etc.

Os auctores Cunha Caldeira e Carvalho, na sua petição de fls. 2, requerem a citação de Saggioro Marangon e José Weydt, acceitantes

e abonador de uma letra de terra, de quantia de 1:963\$380 réis vencida, e como solidarios responsáveis, para verem se lhes assignar os 10 dias, para dentro delles pagarem ou allegarem defesa legal, devendo ser afinal condemnados a pagar a dita quantia, juros legaes e custas, e citados para todos os termos da causa até final.

A' fls. 14, vieram os reus Saggioro & Marangon com embargos, allegando que Vilella, Oliveira e Comp., credores de José Weydt arrestaram o pagamento do documento ajuizado, que os embargantes acceitaram a favor de José Weydt, por compra de um fundo de negocio, tendo confessado ter José Weydt em seu poder a respectiva quantia de 1:963\$380, e assignaram o deposito ;

que no mesmo dia do vencimento os embargantes depositaram essa importancia sob a comminação expressa de descarga de qualquer responsabilidade, com citação de Joaquim de Freitas Guimarães, procurador dos embargados ;

que notificados do protesto de fls. 4, os embargantes consignaram que haviam depositado em juizo a quantia para ser levantada por quem de direito ;

que os embargados não protestaram contra o deposito assim feito ;

que o devedor que deposita ou entrega a quantia depositada se considera desobrigado (Reg. 737, art. 523,) deixando assim de ser devedores do documento ajuizado, que se acha pago ;

que desse acto do deposito não viria prejuizo aos embargados, porque tiveram sciencia delle por occasião do protesto de fls. 4, e porque penhorado o dinheiro arrestado, os embargantes derão sciencia aos embargados de que estava correndo o praso do edital chamando crelores para disputar preferencia (fls. 12, e fls.) e pois se não acudiram a tempo, o devem á sua propria incuria ;

que os embargados jamais entregaram aos embargantes a importancia do documento ajuisado e nem tiveram transacções que os auctorisassem a sacar contra elles ;

que o documento ajuisado não tendo sacador, como não tinha, não é letra de terra, *ex vi* do art. 425, do *Cod. Commercial*, e não lhe cabe assignação de 10 dias ;

que tal documento tanto não tinha sacador, que em 3 de Agosto os embargados constituiram procurador a Joaquim de Freitas Guimarães, para o fim de sacar a letra da quantia de 1:963\$380 acceita em 5 de Junho a 60 dias ;

que ha no saque, assim effectuado, falsidade que inquinna a letra ; finalmente que a letra é nulla de pleno direito, porque sujeita ao sello federal e acceita em 5 de Junho de 1899, só podia ser revalidada até 3 mezes, que passaram ; art. 10, § 1º. e 2º, da lei federal n. 559, de 31 de Dezembro de 1898 ;

que, portanto, devem os embargos afinal ser julgado provados, e improcedente a acção proposta, e condemnados os embargados nas custas.

Recebidos os embargos sem condemnação á fls. 25 v. e contestados por negação á fls. 26, posta a causa em prova correu seus termos regulares até final ;

O que tudo visto e examinado :

Considerando que os embargantes não provaram haver pago aos auctores embargados a importancia da letra ajuisada, porisso que o arresto, confissão dos embargantes e deposito allegados não estão nos termos de direito para operar descarga dos devedores, pois da propria confissão dos embargantes, e documentos exhibidos, se verifica que a letra accionada não é a mesma de que falam os embargantes, como se demonstra nas razões de fls. 20, e os autos o confirmam ;

Considerando que os auctores não auctorisaram os embargantes á pagar á outrem o que lhes deviam, e o pagamento feito sem ordem do credor não opera a descarga do devedor. (*Dir.*, Vol. 27, pr. 379).

Considerando que os credores da letra ajuisada são os embargados, portadores e sacadores delle, e não José Weydt, apenas ex-devedor solidario da letra, como endossante della ;

Considerando que não provaram os embargantes ser essa letra, como allegam, resultado de divida delles á José Weydt, pois este não é o sacador, e nem a quantia da mesma é igual a do deposito de fls 16 v. e 19, sendo pois, a quantia embargada e confessada não a da letra ajuisada ;

Considerando que não se deu aqui a hypothese do art. 523, do Reg. 737, porque os embargantes não confessaram ter em seu poder quantia pertencente aos embargados, nem estes os executaram então, para na penhora ter lugar o disposto no art. cit. e 522 ;

Considerando que também não se realizou o deposito em pagamento, do art. 393, § 4º, do Reg. 737, porque não foi embargada a divida em poder dos devedores, mas uma outra cuja quantia, devedor e credores são diversos, não podendo por isso tal consignação salvar a obrigação dos embargantes para os embargados ;

Considerando que não procede a falsidade allegada, porque contra a letra ajuizada que faz prova plena em favor dos embargados, não podem prevalecer simples allegações despidas de provas.

A letra está com o respectivo saque, assignado antes do vencimento e do ajuizamento da mesma, portanto em tempo devido concluido e regularizado o contracto, além de que pelo recebimento dos embargos de fls., tomou a causa o curso ordinario, ficou assim sanada qualquer nullidade de incompetencia de acção (quando houvesse); Ferreira Tinôco, Reg. 737, not. 103 ;

Considerando que não procede a nullidade allegada, de falta de sello federal na letra ajuizada :

a) porque a lei n. 559, de 31 de Dezembro de 1890, é meramente orçamentaria ;

b) no art. 1º. e 2º, apenas tratou de multas e

penas para garantir a cobrança do sello federal ;

c) porque essa lei não revogou o direito anterior (O Reg. do sello federal de 1897,) que reconheceu os sellos em questão pertencerem aos Estados, e estes em seus Regulamentos se cobravam ;

d) porque sómente a lei 585, de 31 de Julho de 1899, é que tratou propriamente da discriminação das taxas do sello da União e dos Estados, auctorisou o Governo a regulamental-a, rever o Reg. de 3 de Agosto de 1897, *e manter as disposições da lei n. 559, de 31 de Dezembro de 1898*, reconhecendo assim, o legislador de 1898, que aquella lei ainda não estava em vigor ; e portanto não tem ella applicação á letra ajuizada nestes autos, e que é datada de 5 de Junho de 1899, isto é, antes da lei n. 585, de 31 de Julho de 1899, que deu vigor a de n. 559, mandando manter as suas disposições.

Accresce que até sobre o dispositivo da lei 585, de 1899, acaba de decidir o Governo Federal em dias deste mez, que não incidem nas disposições do art. 50, § 3º, letra C e 51, os papeis e documentos passados depois de 1º de Julho de 1899, até a data da publicação do Reg. n. 3564, de 22 de Janeiro de 1900, mas ficão sujeitos, para produzir effeito, ao sello federal, que deveriam pagar, se fossem passados na vigencia do actual Regulamento 3564 ;

Considerando que o reu José Weydt deixou correr a causa á revelia, não se oppondo á in-

tenção dos auctores embargados, e nem negando veracidade da divida, em que é endossante ;

Considerando o mais dos autos e disposições de direito com que me conformo, julgo afinal improcedentes os embargos de fls. 14, recebidos a fls. 25 v. e condemno os reus embargantes Saggioro & Marangon, e o reu José Weydt solidariamente a pagar aos auctores Cunha Caldeira & Carvalho, a quantia de 1:963\$380, pedida na petição de fls. 2, e constante da letra ajuizada, juros legais e custas.

Juiz de Fôra, 14 de Maio de 1900.

FRANCISCO DE PAULA FERREIRA E COSTA.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil da Comarca de Juiz de Fôra, entre partes : como appellantes Saggioro & Marangon e appellados Cunha, Caldeira & Carvalho, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada por seus fundamentos conformes á direito e ás provas dos autos.

Pagas as custas pelos appellantes.

Minas, 15 de Maio de 1901.

Braulio P.—Alves de Albuquerque—Julio da Veiga—Amador, vencido.

São titulos de preferencia contra a Fazenda do Estado e Municipal, as hypothecas legaes ou convencionaes especializadas e inscriptas na forma da lei, provando-se serem as mesmas anteriores á divida fiscal.

Os alcances dos collectores são considerados dividas e obrigações de origem fiscal, bem como os provenientes de impostos, tributos, etc.

Executive Fiscal

Exequente—A Fazenda Estadual.

Executado—José Joaquim da Fonseca.

JUIZO DE DIREITO DE PONTE NOVA

SENTENÇA

Vistos estes autos, etc.

Dos mesmos consta que, sendo o fisco do Estado de Minas, credor do ex-collector deste Municipio, José Joaquim da Fonseca, da quantia de 14:365\$575 réis, proveniente de alcances de dinheiros publicos, pelos quaes é responsavel o mesmo ex-collector, pelo fiscal ambulante de suas rendas internas foi proposta a

presente acção executiva, cujos termos correram á revelia do executado, que não compareceu em juízo para pagar ou se defender.

Depois de levados á praça pela terceira vez os bens penhorados ao executado, foi-lhe concedido pelo Dr. Secretario das Finanças, ut fls. 32, o prazo de um anno para liquidar a importancia do alcance.

Ultimamente, porem, allegando o representante da Fazenda Estadoal, o que consta da sua petição de fls. 34, requereu adjudicação d'aquelles bens com o abatimento da quarta parte do valôr da avaliação.

Tendo D. Roza Amelia Dias, á fls. 22, protestado por preferencia, por despacho de fls. 35 foi ordenado que a mesma dissesse sobre a adjudicação pedida.

Aberta a vista dos autos, promoveu a credora o concurso de preferencia por meio da petição autuada em separado e junta em appenso aos autos de acção executiva.

Como documentos offereceu uma procuração e um traslado de escriptura publica de hypotheca.

Havendo vista o procurador da Fazenda Exequente, por elle foi allegado o que consta de sua resposta á fls. 10, 11 e 12, do appenso, acompanhada do documento de fls. 13.

O que tudo visto e devidamente examinado:

Considerando que as razões adduzidas por D. Roza Amelia Dias, para legitimar a sua qualidade de credora preferente, fundadas no § 10,

do art. 3º, do Decr. n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890, não podem lhe aproveitar; porque a lei limitou os casos em que, no processo executivo fiscal, se pode disputar preferencia com a Fazenda do Estado;

Considerando que o art. 65, do Decr. n. 1415, de 9 de Outubro de 1900, dispõe que são títulos de preferencia contra a Fazenda do Estado e também contra a Municipal, provando-se serem anteriores á divida fiscal, as hypothecas legaes ou convencionaes, especialisadas e inscriptas na forma da lei;

Considerando que sendo taxativa a disposição do art. 65, do citado Decr. n. 1415, á credôra incumbia a prova da existencia d'aquelle requisito essencial ao concurso de preferencia contra a Fazenda do Estado; entretanto,

Considerando que tal não aconteceu, pois que, a escriptura de hypotheca, documento em que baseou a sua qualidade de preferente, traz a data de 5 de Dezembro de 1898;

Considerando que dos autos está provado, pela conta corrente á fls. 13, do appenso, que o alcance contra o ex-collector já attingia, no exercicio de 1897, á 9:490\$944 réis, sendo o saldo a favor do Estado no exercicio de 1898, con forme se vê da conta á fls. 4 e 5 dos autos, da quantia de 11:810\$953 réis;

Considerando que, dest'arte, é a divida fiscal anterior á particular; e nestas condições, não pôde o documento apresentado por D. Roza Amelia Dias ser reputado um titulo habil para

disputar preferencia com a Fazenda do Estado ;

Considerando que o poder executivo do Estado, expedindo o Regulamento a que se refere o Decr. n. 1415, de 9 de Outubro de 1900, exerceu attribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, n. 1, da Constituição Mineira, e decorrem do art. 8º, da lei n. 3, adicional á mesma Constituição, com o fim de harmonizar o Reg. n. 9885, de 1888, com disposições de leis vigentes ;

Considerando que, tendo a lei mineira n. 17, de 1891, art. 3º, n. 2, mandado observar nas causas fiscaes, o Decr. n. 9885, certamente o fez por não estarem revogadas as disposições deste Decreto pela lei hypothecaria de 1890 ;

Considerando que, anteriormente á lei mineira n. 171, o Decr. n. 848, de 11 de Outubro de 1890, posterior ao 169 A, organisando a justiça federal, tratou nos arts. 198, 190, e 196 á 201, das dividas da Fazenda Nacional e do executivo fiscal, conservando as mesmas disposições do Decr. n. 9885, de 1888, sendo alterada sómente a disposição do art. 12, deste Decr. pelo art. 201, do cit. Decr. n. 848, que admite tambem a defeza consistente em prescripção da divida. — Tinôco, *Processos Especiaes*, pag. 144, nota 1 ;

Considerando que a lei n. 221, de 20 de Novembro de 1894, completando a organização da justiça federal da Republica, nada innovou, e antes no art. 13, § 16, expressamente diz : « as disposições desta lei não alteram o direito vigente quanto ás causas fiscaes » Tinôco, obra, not. e pags. citadas :

Considerando que o Decr. do Estado n. 1415, manteve no art. 65, *ipsis verbis*, a disposição do art. 29, do citado Decr. n. 9885 :

Considerando que a disposição dos artigos 29 e 65, dos Decretos citados, já era consagrada pela lei de 22 de Dezembro de 1761, que prescrevia ;

« Preferem á Fazenda Publica, os credores de hypothecas legaes ou convencionaes, quando constituídas anteriormente á divida fiscal ». Ribas, *Consol. das Leis do Processo Civ.*, art. 1065, § 1º ;

Considerando que os alcances dos Collectores são considerados dividas e obrigações de origem fiscal, bem como os provenientes dos tributos, impostos, contribuições, lançados, multas e outras mencionadas no n. 3º, do art. 1º, do Decr. n. 1415, para solução das quaes confere á lei ao fisco preferencias e favores, sómente preteridos, concorrendo com a Fazenda credor commum, que pelos meios de direito, provar que a sua divida é anterior a do Estado ;

Considerando, ainda, que, por força de privilegios e favores conferidos á Fazenda Publica, o executivo fiscal procede não só contra o devedor como contra os herdeiros, cada um, *in solidum*, dentro das forças da herança e bem assim contra o possuidôr dos bens hypothecados á Fazenda do Estado, ou á municipal, etc.; Decr. n. 14, 15, art. 4;

Considerando que, tratando do concurso de credores, diz Leite Velho, firmado no que dis-

poem o Decr. n. 7051, de 18 de Outubro de 1878, art. 32, e n. 5581, de 31 de Março de 1874, art. 27, § 1, e a lei hypothecaria n. 1237, de 24 de Setembro de 1864, art. 6º, § 4º, « que as dividas provenientes de impostos tem precedencia absoluta, sem dependencia de transcripção ou inscripção ».

Leite Velho, cit., *Monographia das execuções de sentenças*, art. 459, pag. 309 ;

Considerando que a lei hypothecaria em vigor, Decr. n. 169 A, no Tit. II, que se inscreve « Dos privilegios e onus reaes » manteve no art. 6, § 4º, a disposição da lei hypothecaria de 1864 ;

Considerando mais ainda que os bens do responsável ficção gravados ao fisco, não só' pelos onus reaes da decima urbana e outros impostos respectivos dos immoveis, os quaes valem independentemente de transcripção e inscripção, como tambem pela hypotheca legal que compete á Fazenda Estadoal sobre os immoveis dos seus Collectores—Decr. n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890, arts. 3º, § 5º, e 6º, § 4º ;

Considerando , alem disso, que os Collectores, uma vez afiançados e empossados todos os bens que a esse tempo possuirem, ficção por lei dados em hypotheca á Fazenda Publica—Teixeira de Freitas, *Consol.*, art. 1272 ;

Considerando que quando recebeu a credora, bens do executado em garantia de sua divida, sabia que tratava com o Collector, como se vê do extracto da escriptura de hypotheca á fis ;

Considerando, finalmente, o exposto, o mais

dos autos e disposições de direito, julgo improcedente a preferencia disputada ao Estado de Minas, nesta execução, por D. Roza Amelia Dias e concedendo a adjudicação requerida á fls. 34, a julgo por sentença para os effeitos da lei, proseguindo-se nos termos ulteriores della, paga, as custas do processo pelo executado e as do incidente de preferencia pela credora.

Publique-se e intime-se.

Ponte Nova, 24 de Outubro de 1901.

ANGELO VIEIRA MARTINS.

Fraude na execução. E' ella
provavel por conjecturas que
induzam o animo do juiz a
persuadir-se della.

Appellação Cível n. 1470

Appellante — Dr. Alexandre Florindo Coelho.

Appellados — Guimarães e Almeida.

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR F. TINOCO.

COMARCA DE OURO FINO

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos etc.

Os embargos de fls. 114, recebidos á fls. 115,
contestados á fls. 116, julgo afinal não prova-
vados e os rejeito pelos seguintes fundamentos:

Em fraude da execução consideram-se aliena-
dos os bens do executado ;

- 1°. Quando são litigiosos ou sobre elles
pende acção real (de que não se trata);
- 2°. Quando a alienação é feita depois da
penhora ou proxivamente á ella (ac-
ção pessoal ; e

3º. Quando o possuidor dos bens tinha razão para saber que pendia demanda (acção pessoal) e outros bens não tinha o executado por onde podesse pagar. Reg. n. 737, de 25 de Novembro de 1850.

Pondo de parte o primeiro caso proveniente de vicio da cousa litigiosa, só referente á acção real e não a pessoal, como a de que dimana esta execução, restão os dous outros casos.

Mas, o que diz respeito á especie dos autos, é o terceiro caso, pois, o do § 2º, do art. 494, do cit. Reg. tambem não se dá, porque, sendo equivalente á imminencia da penhora o achar-se a execução já aparelhada, Pereira e Souza, *Prim. Linhas*, not. 891, vê-se dos autos, que os Accórdãos da Relação que confirmaram a sentença appellada, são de 4 de Março de 1899, e 2 de Setembro de 1899, ea hypotheca de fls. 98, foi o'orthorgada em 9 de Fevereiro de 1899, antes que a sentença deste juizo, portanto, passasse em julgado.

Entretanto, a fraude na execução é provavel por conjecturas que induzam o animo do juiz a persuadir-se della e tal é entre outras, como se vê em Almeida e Souza, *Exec.*, not. ao § 304, « a sciencia que o comprador tinha do litigio »; Acc. da Relação do Estado, de 1º. de Dezembro de 1898.

Ora, dos autos está provado que o embarcante de fls. 96, conhece perfeitamente o executado, de quem é advogado, compadre e amigo,

e, em virtude dessas relações, conhecia o estado dos negocios deste e no acto de acceitar a escriptura de fls. 98, tinha razão para saber, e effectivamente sabia, que pendia a presente demanda entre os embargados e executados, e este não tinha outros bens, além dos hypothecados e dados em penhor, por onde pudesse pagar aos embargados : Testemunhas de fls. 126, *usque* 129 v.

Por taes fundamentos, evidenciando-se a fraude da hypotheca de fls. 98, mando que se prosiga na execução, pagas as custas pelo embargante. Publique-se e intime-se.

Ouro Fino, 24 de Abril de 1900.

CHRISTIANO PEREIRA BRASIL.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos relatados e discutidos os presentes autos de acção civil, entre partes, como appellante o Dr. Alexandre Florindo Coelho como appellados Guimarães e Almeida, negão provimento a appellação, e confirmam a sentença appellada, pagas as custas pelo appellante.

Minas, 23 de Janeiro de 1900.

Theophilo P. — Fernandes Torres — Ferreira Tinoco.
— Rezende Costa.

Fui presente, *Gama Cerqueira.*

Forão votos vencedores os Snrs. Dezembargadores Amorim — Alves de Albuquerque e Veiga
Fernandes Torres.

Procedencia da allegação de incompetencia do fóro por ter a ré domicilio em comarca differente daquella em que foi proposta a acção.

A Ordenação, L. 3.º tit. 11, §§ 5.º e 6.º e tit. 45, § 10, não auctorisam a competencia especial pela situação da cousa quando não tratar-se de materia real.

Appellação Cível n. 1446

Appellante — A Sociedade Anonyma das Minas de Manganez de Ouro Preto, pelo seu Director.

Appellados — Antonio Tavares Furtado de Mendonça e sua mulher.

RELATOR O SR. DEZEMBARGADOR SARAIVA
Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Comarca de Queluz, entre partes appellante a sociedade Anonyma «Minas de Manganez de Ouro Preto» e appellados Antonio Tavares Furtado de Mendonça e sua mulher : Verifica-se dos autos que trata-se de uma acção prohibitoria com a clausula de embargos á primeira, correndo seus termos no fóro de Queluz,

sendo citado o representante da sociedade Adolpho Doncker, que nos embargos á fls. 16 allêga a materia da incompetencia do fôro por ter a ré seu domicilio em a Comarca de Ouro Preto, circumstancia esta que não é negada pelos auctores que firmam-se na competencia do fôro *rei sita*. Sendo inteiramente procedente a materia allegada pela ré, attinente á 'competencia do fôro do seu domicilio, não auctorisando a *Ord.*, L. 3, Tit. 11 §§ 5 e 6 e Tit. 45, § 10 a competência especial pela situação da cousa para o caso vertende : Accordam em Relação dar provimento à appellação interposta e, reformando a sentença appellada, julgar nullo todo processado em razão da incompetencia do juizo em que foi proposta a acção.

Custas pelos appellados.

Minas, 10 de Novembro de 1900.—*Braulio P.*—*Saraiva — Amorim — Amador.*

O juiz em sua sentença
deve restringir-se ao pedido
Improcedencia de embargos
de declaração, que só tem lo-
gar quando na sentença ha
obscuridade, ambiguidade ou
contradição.

Appellação Cível 1988

Appellante—José Marinho da Motta Bastos

*Appellados — D. Candida Maria da Conceição e
outros.*

COMARCA DE MAR DE HESPAÑHA

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR REZENDE COSTA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos etc. Dispõe o artigo 66 do Reg. n. 737,
de 25 Novembro de 1840 o seguinte :

A acção ordinaria será iniciada por uma sim-
ples petição que deve conter : § 1.º o nome do
auctor e do reu. § 2.º o contracto, transacção.

ou facto dos quaes resultar, segundo o codigo, o direito do auctor e a obrigação do reu ; § 3.º: o pedido com todos as especificações e estimativa do valor, quando não fôr determinado ; § 4.º : A indicação das provas em que se funda a demanda. »

O disposto no § 3.º corresponde ao § 112 das *Prim. Linhas do Proc. Civ.* de P. e Souza, que assim enuncia-se: « A conclusão é a parte principal do libello e que rege toda causa. Ella deve ser clara, certa e consequente ».

O embargante propôz esta acção, pretendendo provar os varios itens da petição de fls. 3 e 4 cujo decimo primeiro é concebido assim: «finalmente que em balanço de contas, é o supplicante credor do espolio da quantia de — dous contos duzentos mil, oito centos e trinta e nove réis » — para concluir d'est'arte: « Em vista do exposto, e para seguirem os termos da acção na qual se pedirá o pagamento da quantia devida, juros da mora e custas.

Este pedido ; — o escopo da acção é a cobrança de réis 2:200\$859. Tudo o mais quanto articulado foi, constituiu premissas, de que, no conceito, do auctor embargante, dimanou esta conclusão o pagamento pedido.

A sentença deve ser clara — summariando o pedido e a contestação com os fundamentos respectivos, motivando com precisão o seu julgado e declarando sob sua responsabilidade a lei uso ou estylo em que se funda ; art. 232 do Reg. cit.

A sentença embargada foi lavrada neste oadi-nho, não extravasou do moldes legaes. Summa-riou o pedido e os seu fundamentos; não a con-testação porque, esta não houve articulada — ; sim, por negação. Indicou as provas exhibi-das, quanto era mister; considerou o ponto mais fraco da causa e mostrou com o direito em que consiste esse lado fraco; terminou firmando que sem provas não se condemna ninguém; pelo que, julgou o auctor carecedor de acção para a proposta e almejada cobrança. Clarissimo tudo isto.

! Não ha lei que obrigue o juiz, á, em sua sentença, sopesar todos os argumentos e consi-derações offerecidas pelas partes quando não seja preciso; do contrario, as sentenças seriam monographias, pelo menos, e, restrictas devem ellas ser ao pedido, diz Ram., §§ 244.

O embargante quer que este juiz se pronuncie sobre todas as transacções que allegou terem occorrido entre si e o finado Padre Manoel José Corrêa; não satisfaz lhe ter sido considerada a prova dada, sómente, ao 6.º artigo e á sua ma-teria.

Olvidou-se, porém, para assim pretender, que, seu escopo é cobrar 2:200\$839 réis — tal o fim desta acção de cobrança e que a materia desse 6.º artigo é uma transacção de 4:000\$, de nenhuma sorte provada. Ora, demonstrado que, no ativo do auctor que pede, alfim, 2:200\$839 réis, não pode ser levada a quantia de 4:000\$000, claro é que desnecessario se torna examinar a

procedencia e prova de tudo mais quanto fôra allegado. A' sentença de fls. não cabe a opposição de embargos de deciação. Estes tem lugar quando «houver na sentença alguma obscuridade, ambiguidade ou contradicção, ou quando si tiver omittido algum ponto sobre que devia haver condemnação, dil-o o art. 641 do cit. Reg. 737 » e só nesses casos.

O embargante não aponta obscuridade, ambiguidade ou contradicção em que labora a sentença embargada ; não disse em que ponto devia haver condemnação que não houve.

São, pois, descabidos estes embargos de declaração, inadmissiveis, á face do art. citado. Não tomo conhecimento dos mesmos e pague as custas o embargante.

Mar de Hespanha, 27 de Março de 1899.

ANTONIO ARNALDO DE OLIVEIRA.

1.º ACCORDÃO

Accordam em Relação que, vistos e relatados estes autos, em que é appellante José Marinho da Motta Bastos e appellados D. Candida Maria da Conceição e outros, herdeiros do Padre Manel José Corrêa, negão provimento á appellação e confirmam, por seus fundamentos conformes á direito e ao que consta dos autos, a sentença de fls. 98, pagas pelo appellante as custas.

Minas, 5 de Dezembro de 1900. — *Braulio*, P.

— *Rezende Costa* — *Theophilo*. Fui presente, *Cama Cerqueira*. Foi voto vencedor o do Sr. Desembargador Saraiva — *Rezende Costa*.

2.º ACCORDÃO

Accordam em Relação que, vistos, relatados e discutidos estes autos, em que é embargante José Marinho da Motta Bastos e embargados D. Candida Maria da Conceição e outros, despresam os embargos pela improcedencia de sua materia, já devidamente apreciada, e confirmam o accordão a que forão oppostos, pagas pelo embargante as custas

Minas, 17 de Julho de 1901. — *Braulio, P.* — *Rezende Costa* — *Theophilo* — *Amador* — *Alves de Albuquerque* — *Julio da Veiga*. Foi voto vencedor o do Sr. Desembargador Fernandes Torres — *Rezende Costa*.

O seguro da vida é partilhavel e sujeito aos onus das dividas passivas do casal.

Improcedencia de reclamações contra a partilha.

Appellação Civil n. 1395

Appellante—D. Maria José Alvim Ferreira Alves

Appellados—Os herdeiros do finado Dr. Carlos Ferreira Alves

RELATOR O SRR. DESEMBARGADOR SARAIVA

COMARCA DE S. JOÃO NEPOMUCENO

Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Comarca de S. João Nepomuceno, entre partes appellante D. Maria José Alvim Ferreira Alves, e appellados os herdeiros do finado Dr. Carlos Ferreira Alves: Appellando da sentença que julgou a partilha, a viuva reclama contra o facto de haver sido partilhado o premio de seguro de vida e sujeito aos onus das dividas passivas do casal; reclama contra as ir-

regularidades do inventario, sobretudo na parte attinente ao reconhecimento das dividas passivas ; reclama contra o facto de querer o juiz obrigar-a a descrever a quantia de 30 contos de réis, pagos pelo Estado, e finalmente contra o engano na conta dos juros das quantias confessadas á fls. 49, 56 e 84.

Não procedem taes reclamações. Aos herdeiros tocou em partilha a metade da importancia do alludido premio de seguro e estes nada reclamam, accrescendo que a propria appellante entregou a importancia correspondente á sua meação ao credor José Braz de Mendonça, requerendo o seu procurador, no auto de alimpação da partilha, que, para os credores cujas dividas estivessem legalmente reconhecidas, fosse separada, alem de outros bens, a parte do dinheiro do seguro em poder de José Braz de Mendonça.

Tambem é inadmissivel a exclusão do pagamento das dividas do casal já pela viuva, ora appellante, devidamente reconhecidas, accrescendo ser impubere e não pubere, como declara a appellante, a menor Olga ao tempo em que forão as dividas reconhecidas.

Quanto ás outras allegações e á parte tocante ao dinheiro em poder de José Braz de Mendonça, bem decidiu o juiz o fls. 107, convindo notar que tal somma foi separada para pagamento de credores e de custas ; fls. 126, 128 e 128 v.

Accordam em Relação, pelo exposto, nãgar

provimento à appellação, confirmando a sentença appellada e mandão que se proceda a sobre partilha, entre a viuva e herdeiros, da quantia de 30 contos cumprindo-se o despacho à fls. 148, baixando os autos à instancia inferior para tal fim.

Custas pela appellante.

Bello Horizonte, 28 de Setembro de 1901.

Braulio—P. Saraiva—Amorim—Amador.

Fui presente, *Gama Cerqueira.*

Constitue attentado o facto de um director de companhia equestre, depois de embargado pela Matriz o levantamento de circo no pateo desta, continuar, ainda que auctorisado pelo Agente Executivo, a dita construcção.

Tudo que se innova depois da citação em prejuizo da questão a que esta se refere, considera-se attentado.

Appellação Cível n. 1178

*Appellante—João [Francisco da Silva e a Camara
Municipal de Ponte Nova.*

Appellada —A Matriz de Ponte Nova por seu fabricante

**RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE
COMARCA DE PONTE NOVA**

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos estes autos, etc.

Attendendo á prova dada á fls. 24 e 25 e ao auto de embargo de fls. 4, combinado com a certidão de fls. 14 v., dos quaes evidencia-se que a obra embargada (circo de cavallinhos), foi innovada, cravando-se postes e começando-se a fazer o picadeiro;

Attendendo mais, que, sendo a litispendencia um dos effeitos da citação ; e, que, em virtude desta regra, tudo quanto se innova depois

da citação em prejuizo da questão a que esta se refere, considera-se attentado; Ribas, *Proc. Civ., comment.* ao § 4º. do artigo 236;

Attendendo ao exposto e mais dos autos:

Julgo afinal provados os artigos de attentado de fls. 16, contrariados á fls. 20, e mando que se reponha tudo no estado em que se achava ao tempo do embargo, sendo esta despesa por conta de quem commetteu o attentado, a quem condemnno nas penas comminadas na petição inicial e nas custas.

Houve demora no despacho destes autos por ter havido affluencia de serviço e ultimamente por incommodos em pessoa de minha familia.

Ponte Nova, 23 de Julho de 1898.

ANGELO VIEIRA MARTINS.

1º. ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de appellação civil da Comarca da Ponte Nova, entre partes: como appellantes João Francisco da Silva e a Camara Municipal e appellada a Igreja Matriz, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada por seus fundamentos conformes a direito e ás provas dos autos e condemnna nas custas os appellantes.

Minas, 7 de Março de 1900.

Braulio P.—Alves de Albuquerque—Julio da Veiga — Fernandes Torres.

Fui presente, *Gama Cerqueira.*

2º. ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos em que são embargantes João Francisco da Silva e o Agente Executivo Municipal da Cidade da Ponte Nova e embargada, a Igreja Matriz por seu fabricante, despresam os embargos, por materia velha, já allegada, discutida e despresada e confirmam o Accordão embargado e, com elle, a sentença appellada.

Paga as custas pelos embargantes.

Minas, 25 de Julho de 1900.

Bráulio P. —Alves de Albuquerque—Julio da Veiga—Fernandes Torres—Amorim.

Foi voto vencedor o do Snr. Desembargador Vinôco—*Julio da Veiga.*

A idade prova-se não só pela certidão, como também pelo juramento do interessado, pela justificação, pelos attestados jurados.

Appellação Cível n. 947

Appellantes— Francisco Vieira da Silva e mais herdeiros de Francisco Tavares Paes.

Appellada—D. Francisca Maria de São José.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR ALBUQUERQUE

COMARCA DO MACHADO

Tribunal da Relação de Minas

ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Que vistos, relatados e discutidos estes de appellação cível da Comarca do Machado, entre partes : como appellantes Francisco Vieira da Silva e outros, herdeiros do finado Francisco Tavares Paes e appellada D. Francisca Maria de S. José, negão provimento à appellação e confirmam a sentença appellada, por ser improcedente a allegação dos appellantes de que não estava provada a idade quinquagenaria da inventariante, ora appellada, ao tempo do contracto das segundas nupcias ; porquanto nos autos estão as justificações de fls. 103 e 106 que provão a idade da inventa-

riante, e ainda que se as não queira acceitar como justificação, pela incompetencia do Juizo, não se pode deixar de acceital-as como attestados jurados, que tambem é um meio de prova, e entre as testemunhas vê-se o Barão de Alfenas, que além de ser pessoa altamente collocada, foi testemunha do segundo casamento; e á fls. 82 está a declaração da inventariante sob juramento; o que faz prova, até que pelos meios legaes seja destruida e os appellantes não o procuraram fazer, apesar do despacho de fls. 147.

Custas pelos appellantes.

Minas, 6 de Dezembro de 1899.

Theophilo P.—Alves de Albuquerque — Julio da Veiga—Braulio. [Fui presente, *Gama Cerqueira*.

2º. ACCORDÃO

Accordam em Relação.

Qua vistos, relatados e discutidos estes autos em que são embargantes Francisco Vieira da Silva e outros e embargada D. Maria Francisca de S. José, despresam os embargos e confirmam o Accordão embargado e com elle a sentença appellada, por serem improcedentes os fundamentos dos embargos, já allegados e desprezados em 1ª. e 2ª. instancia.

Pagas as custas pelos embargantes.

Minas, 2 de Julho de 1901.

Braulio P.—Alves de Albuquerque — Fernandes Torres—Ferreira Tinoco, vencido.

A Resolução Municipal, que estabelece o privilegio da acção executiva para cobrança de despesas com a construcção de muros [divisórios e tapumes de terrenos confinantes, é inconstitucional. Igualmente inconstitucional é a resolução municipal que estabelece que as despesas com taes tapumes devem ser feitas á custa dos respectivos proprietarios ; pois tal materia é de direito civil e da competencia do Congresso Nacional.

Não ha, na legislação brasileira lei que obrigue o confinante a concorrer com as despêzas feitas com tapumes de campos em commum.

Acção Ordinaria

Auctores—Antonio Luiz de Oliveira Villela

Reus—Martiniano Gonçalves de Vasconcellos e sua mulher

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DO BOMFIM

SENTENÇA

Vistos estes autos :

Allegam os auctores Antonio Luiz de Oliveira Villela e sua mulher D. Gabriella Luiza de Oliveira, que são possuidores de terras nos districtos da Conquista, fazenda denominada — Grotta do Carmo — as quaes confinam com as terras da fazenda da Matta, de propriedade

dos reus Martiniano Gonçalves de Vasconcellos e sua mulher, situados no mesmo districto ; que tendo convidado o reu para tapar as divisas d'essa terras, de accordo com os artigos 12, 18 e §§ da Resolução Municipal n. 27, de 2 de Outubro de 1893, recebeu em resposta a decisiva recusa, constante do documento á fls. 36; que, em consequencia disso, requereu, e obteve a citação do reu por despacho do Juiz de Paz. para os fins dos artigos, 12, 18, e §§ da alludida Resolução, sendo afinal o reu condemnado, por sentença do mesmo juiz a fazer os tapumes das terras confinantes, na parte que lhe coubesse em proporção ; que não tendo o reu dado principio á construcção dos tapumes, fez elle antes todo o serviço á sua custa, observando as dimensões e requisitos determinados por peritos ; que despendeu com a construcção dos tapumes a importancia de 2:043\$300, devendo os reus ser condemnados ao pagamento de 1:614\$350, réis quantia essa que lhes coube em proporção. Constão do jornal á fls. 6 os artigos da Resolução Municipal á que os auctores se referem.

Os reus não oppuzeram contestação, da qual forão lançados (fls. 39), seguindo-se a dilação das provas, dentro da qual forão inquiridas as testemunhas á fls. 44 á 47, arrazoando os auctores a final a fls. 50. a 51.

O que visto e devidamente ponderado :

Considerando que á Resolução Municipal n. 27, de 2 de Outubro de 1893, além de incorrecta

na redacção, de modo á gerar obscuridade, é inconstitucional na parte em que estabelece o privilegio executivo para cobrança de despesas com a construcção de tapumes em terrenos confinantes (art. 18, § 6.º) ; porquanto ao Congresso Estadual exclusivamente compete legislar sobre a forma de processo, *ex-vi* do art. 30, n. 7 da Constituição do Estado; o executivo foi estabelecido apenas para cobrança das rendas municipaes, dos rendimentos dos bens da Camara e das multas que lhe pertencerem, (art. 49, da lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891) ;

Considerando que não menos inconstitucional, por exorbitante das attribuições da Camara Municipal, é o art. 18 da alludida Resolução, em que os auctores fundão o seu direito e deduzem a obrigação dos reus, visto como, competindo ás Camaras tão sómente a attribuição de regular o modo de tapumes entre propriedades confinantes (art. 38, § 21, da lei n. 2), a resolução citada estabelece, ao mesmo tempo, que esses tapumes sejam feitos á custa dos respectivos proprietarios — assumpto esse não comprehendido na esphera de acção das municipalidades, por conter materia concernente ao direito civil, da privativa attribuição do Congresso Nacional, (art. 34 n. 23 da Constituição Federal) ;

Considerando, portanto, que sendo a Resolução n. 27, duplamente inconstitucional, não deve ser ella observada, porque já não é hoje objecto de duvida, como outr'ora acontecia, que ao

poder judiciario assiste competencia para deixar de cumprir actos, decisões, regulamentos do Governo, ou deliberações das Camaras Municipaes, manifestamente contrarios á Constituição e ás leis (art. 70, da Const. do Estado e 230, da lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891) ;

Considerando que, de parte a inconstitucionalidade da Resolução Municipal, para ser apreciada a questão á luz dos principios do Direito Civil, não contém esta disposição alguma que obrigue o visinho confinante a contribuir para a construcção de tapumes, que dividem suas terras, e porisso as despesas com todo tapume correm e reclusivamente por conta de quem os mandou fazer, segundo a jurisprudencia do Tribunal da Relação do Estado, consagrada no accordo de 10 de Agosto de 1885, proferido sobre questão inteiramente identica á de que se trata ; (*Direito*, Vol. 42, pag. 101; *Resenha Juridica*, anno 3º, pag. 266) ;

Considerando que em sustentação d'esse accordo, conclue, em nota, a redacção da 1ª. Revista citada, que emquanto não houver na Legislação Brasileira disposição expressa, que obrigue o confinante a concorrer com as despesas feitas com tapumes de campos em commum, a solução da questão não póde ser outra senão a que foi proferida pelo Tribunal, da Relação de Ouro Preto, porque, diz a nota, o individuo que tapa o seu campo não faz favor ao visinho, e se o faz, sua intenção não foi essa, mas a de promover beneficio para si — beneficio que o ou-

tro receberia constrangidamente, contra o preceito de Direito, em virtude do qual—*invito non datur beneficium* ;

Considerando que é também essa a opinião de Teixeira de Freitas, manifestada em parecer inserto nas *Consultas Juridicas* de Rodrigues, Vol. 2º, pag. 261, segundo o qual «ninguém pôde ser obrigado a fazer obras contra a sua vontade, e nem a pagar meação de muros ou taipas, que outrem fez sem seu consentimento» ;

Considerando que não havendo no Direito Civil disposição expressa que regule a especie dos autos, poder-se-hia recorrer, para a solução do caso (verente), á Ord. Liv. 1º, Tit. 63, § 37, onde se estabelece que as despesas com a construção de paredes-meias em predios communs cerrerão por conta do co-proprietario, que as houver auctorisado, desde que a isso se recuse o outro socio, mas que este não poderá fazer uzo de taes paredes sem que pague a metade do seu custo ;

Considerando porém, que não ha inteira analogia entre o hypothese da construcção de paredes-meias em predios communs e a da construcção de tapumes divisorios em campos confinantes, e tanto é isso verdade que, commentando o art. 1202, do seu projecto doCodigo Civil, diz Felicio dos Santos, que nas Cidades, Villas e Arraiaes pôde o proprietario obrigar seu visinho a contribuir para a construcção de muros, que dividam seus terrenos, e que o visinho só poderá eximir-se dèssa obrigação, ceden-

do a metade do sólo e renunciando o direito de communhão ; mas que nos campos, ou fóra das Cidades, Villas e Arraiaes já não succede a mesma cousa e nem o proprietario é obrigado a ceder metade do sólo, quando não queira contribuir para o muro de divisão, porque ahí ninguém é obrigado a cercar as suas terras ;

Considerando que em abono de que não ha perfeita analogia entre as duas hypotheses mencionadas, poder-se-ha invocar ainda a opinião de Teixeira de Freitas, quando, tratando de caso semelhante—o da Ord. Liv. 1.^a Tit. 68, § 36, em que se dispõe que a parede divisoria entre dous predios presume-se commum, não havendo prova em contrario, sustenta aquelle Jurisconsulto que tal disposição applica-se egualmente ao caso de muros divisorios de predios urbanos, não assim, porem, com relação aos muros divisorios de predios rusticos, de separação ou tapagem de campos, e nem quanto aos vallos ou vallados (not. ao art. 951, da *Consolidação das Leis Civis*) ;

Considerando, entretanto, e é este o fundamento capital da decisão, que se a especie dos autos pode ser regulada pela Ord. Liv. 1.^a, Tit. 68, § 37, necessario seria para o effeito de serem os reus obrigados ás despesas com a construção dos tapumes em parte proporcional, que os auctores provassem que dèssa construção resultou vantagem ou utilidade aos reus—prova tanto mais indispensavel quanto é certo que o reu se oppôz á construcção, allegando não ter

necessidade de fazer tapume com pessoa alguma, visto que a sua fazenda é de plantação e nella contem o que é de sua propriedade (fls. 36);

Considerando que os auctores não provaram, por forma alguma, e, nem ao menos procuraram provar que a fazenda dos reus fosse augmentada de valor com a construcção dos tapumes, ou que desta construcção lhes resulta qualquer vantagem ou utilidade, e assim não poderá ser invocado para o caso o principio commun de direito, em virtude do qual ninguem pode locupletar-se com o prejuizo alheio—*Nemo debet locupletare jactura aliena*; —

Considerando que a propria Resolução Municipal, se bem que contradictoria consigo mesma, não impôz ao confinante a obrigação de fazer tapumes, conforme se deprehende do seu artigo 13, uma vez que para aquelle « que não annuiu a fazer os tapumes divisorios » apenas se estabeleceu a pena de ficar privado do direito de acção por damnos causados pela criação do visinho;

Considerando o mais dos autos: Julgo os auctores carecedores de acção e os condemno ao pagamento das custas.

Bomfim, 8 de Novembro de 1897.

HERMENEGILDO RODRIGUES DE BARROS.

— — — — —
Nota. Esta sentença transitou em julgado.

Improcedencia de acção de
reivindicação por basear-se
em título simulado.

Appellação Cível n. 1523

Appellante—Izauro Augusto Rodrigues Pereira.

Appellada—D. Manoela Etienne Arreguy

RELATOR O SNR. DEZEMBARGADOR THEOPHILO
· COMARCA DE MURIAHE'

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos estes autos de acção ordinaria entre partes, como auctor Izauro Augusto Rodrigues Pereira, como ré D. Manoela Etienne Arreguy: Propõe aquelle a presente acção de reivindicação contra esta, para que abra mão e lhe entregue uma casa de morada sita na estação ou arraial do Patrocinio desta comarca, de propriedade delle auctor e de que a ré se acha de posse, sendo esta condemnada, além do mais, ao pagamento do rendimento da mesma casa, lucros cessantes e danos emergentes que se liquidarem.

Allega o auctor, como fundamento de seu pedido no libello á fls. 7, que tem o dominio da casa em questão, situada n'aquelle arraial, á margem do rio Muriahè, com os caracteristicos mencionados no 2º, art. do libello;

que dita casa lhe pertence por titulo de compra, como se vê da respectiva escriptura constante de fls. 8, datada de 30 de Agosto de 1899, passada por Antonio Moreira de Carvalho, seu anterior dono, á elle auctor ;

que essa escriptura se acha registrada no cartorio do registro geral desta comarca, em data de 29 de Março de 1894, conforme se mostra do doc. á fls. 3 ;

que o auctor tem estado residindo na casa em questão, ha perto de cinco annos ;

que a ré deve ser condemnada a abrir ,mão da mesma casa, e a pagar-lhe os rendimentos, perdas e damnos que se liquidarem.

Contestando á fls. 26, allega a ré que a casa em questão, onde ella está residindo, foi por ella adquirida legitimamente, em praça publica deste juizo, na execução movida por Bragança Cid. e Comp. contra José Augusto Pinto de Moura e sua mulher D. Izabel, como se mostra pelo doc. de fls. 14 ;

que embora a escriptura á fls. 8 indique o auctor como adquirente da casa, comtudo não foi elle quem a comprou, mas o dito Pinto de Moura, que, para pôl-a ao abrigo de seus credores, mandou passar a escriptura em nome do auctor ;

que o auctor é enteado de Pinto de Moura, em companhia do qual morava e ainda mora e que assim associados praticaram aquella simulação que resulta dos proprios autos ;

que na execução de Bragança Cid. e Comp. o

auctor não appareceu discutindo a dominio e posse da casa e o executado, depois da arrematação levantou, com prejuizo, o saldo que ficou do producto da venda ;

que se a casa fosse realmente do auctor, nem este teria deixado de defender seus direitos na execução, nem o executado teria levantado um saldo que não lhe pertencia ;

que o protesto publicado no— *Echo Municipal* — doc. á fls. 12, não exclue conluio fraudulento entre o auctor e seu padraсто, visto ter sido publicado seis mezes depois de extincta a execução.

que o dominio invocado pelo auctor é illusório e que assim não tem direito á presente acção.

Replicou o auctor por negação á fls. 38 ; depois foi posta em prova a causa, fls. 39. Na dilação produziu o auctor as duas testemunhas de fls. 46 á 48. Lançadas ambas as partes de mais prova, arrasoaram afinal á fls. 51 e 56, ambos explanando as allegações anteriores.

O auctor juntou os docs. de fls. 3, 8 e 12. A ré juntou os de fls. 14, 60, 61, 62, juntando ambos as devidas procurações e preparados os autos, subiram á conclusão.

O que tudo visto e examinado :

Considerando que a acção foi proposta regularmente, tendo os requisitos que lhe são essenciaes : titulo á fls. 8, em que o auctor funda o seu *jus in re* ou dominio, menção dos caracteristicos e confrontações do immovel objecto da

reivindicação constantes d'aquelle titulo, e do doc. á fls. 3;

Resta examinar e decidir qual dos dous titulos deve subsistir: se o de compra do auctor, se o de arrematação da ré, á fls. 14, o que ora passo a fazer.

Isto posto:

Considerando que na acção de reivindicação o reu pôde oppôr, como meio de defesa; a) seu proprio dominio; b) que seu titulo é egual ou melhor do que o do auctor; c) que o titulo deste fôra logo vicioso em seu principio; C. Telles, *Dir. das Acc.*, Ed. de Freitas, § 39, ns. 4 e 5; ;

Considerando que está provado dos autos, que no correr da execução, movida por Bragança Cid. e Comp. contra José Augusto Pinto de Moura, para pagar-se do que este lhes devia e sendo penhorada a casa em questão, posteriormente arrematada em praça publica pela ré, na terceira ou ultima dellas, o auctor nunca compareceu em juizo, quer nos seis dias seguintes á penhora, para oppôr embargos de terceiro senhor e possuidor, quér depois de effectuada a arrematação, mas antes da assignatura da respectiva carta, para obstar a expedição desta, factos estes que, importando completa inercia de sua parte, demostram que não tinha elle confiança em seu titulo de dominio, que só, quasi um anno depois da arrematação, pretendem fazer valer com a presente acção, como se verifica

da data da petição inicial, fls. 2, confrontada com a data da arrematação, fls. 14, à 21 v.

Considerando, portanto, que o auctor não tem nem pôde allegar hoje melhor direito do que tinha no tempo da execução ; antes se manifesta agora seu direito mais fraco do que seria no tempo em que a ré nenhum dominio tinha então sobre o immovel arrematado, assim ;

Considerando que a ré tem dominio sobre o predio arrematado e que seu titulo de dominio é melhor do que o do auctor, desde que este não o oppôz na occasião juridicamente opportuna quer no acto da penhora, quer no acto da arrematação ; desde que a arrematação em hasta publica é acto mais solemne do que o contrato de compra e venda constante de escriptura publica ;

Considerando que o auctor não provou nem sua residencia em Recreio, nem ignorancia, impedimento, ou outro qualquer motivo attendivel que o obstasse de oppôr embargos nas duas phases da execução, em que lhe era permittido fazel-o, e se houvera feito, então o seu titulo de compra prevaleceria sobre a carta da arrematação. Ao contrario, a primeira testemunha, à fls. 46, que por si mesma foi produzida, affirma que o auctor sempre residiu na casa em questão com seu padraсто Pinto de Moura, quer antes da venda desta, quer mesmo depois ;

Considerando, alem disto, que está provado dos autos que o titulo do auctor é o resultado de um contracto simulado, entre si e seu pa-

drasto Pinto de Moura—fraus inter proximos facile proesumitur—prova resultante já de presumpções fundadas ou decorrentes dos docs. á fls. 60, 61, e 62, e também nascidas da auséncia de qualquer opposição por parte do auctor á penhora e arrematação da casa que pretende reivindicar, presumpções, aliás corroboradas pelo depoimento da propria testemunha do auctor á fls. 46, quando narra o facto da compra que fez Pinto de Moura ;

Considerando que, assim sendo, é vicioso o titulo do auctor logo em principio e nullo o contracto por elle representado, como cívado de simulação e fraude,. (Ord. Liv. 4^o. Tit. 71 ; Freitas, *Cons. das Leis Civ.*, § 358, vol. 17. *Ressenha*, pag. 304, vol. 2^o; *Cod. do Comm.*, art. 129, n. 4^o.)

Considerando que a nullidade de que se trata, embora dependente de rescisão, todavia pode ser decretada independente de acção rescisoria, uma vez que tenha sido opposta em defesa como na especie destes autos ; Reg. n. 737, de 1850, art. 686, § 5^o.

Considerando, por outro lado, que arrematação solemnemente feita não se retrata, só podendo ser annullada ou rescindida ; P. Baptista, *Proc. Civ. e Comm.*, § 204. E nem acção de nullidade, nem rescisória propôz o auctor, apenas a de reivindicação ;

Considerando ainda que a pura acção de reivindicação só compete a quem tem titulo de dominio contra aquelle *que só tem a posse*, que apenas é simples possuidor, qualidade esta unica em que

não se acha a ré, que, além da posse da casa em questão, na qual reside, também tem o seu dominio pelo titulo de arrematação á fls. ; C. Telles, *Dir. das Acc.*, Ed. de Freitas, § 39 ;

Considerando que, sendo esse um facto provado dos autos, o auctor não devia limitar-se a propôr sómente a reivindicação contra a ré, que além de possuidora, é senhora; mas sim também a acção de nullidade contra o titulo desta, cumulando assim ambas as acções, visto como aquella só por si, além de ser incabivel pelo facto de ter a ré a dominio, não podia chegar aos fins que o auctor teve em vista.

Por todos estes fundamentos e mais disposições de direito, com as quaes me conformo, julgando nullo o titulo de compra do auctor, julgo improcedente a presente acção e absolvo a ré do pedido.

Condemno o auctor nas custas. Publique-se e intime-se. Molestia e morte em pessoa de minha familia e excesso de serviço me fizeram demorar esta sentença.

São Paulo de Muriahé, 11 de Junho de 1900.

JOAQUIM S. CYSNEIROS DE ALBUQUERQUE.

ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos civeis da comarca de Muriahé, em que o auctor Isauro Augusto Pereira appellou da sentença do Juiz de Direito pela qual julgou im-

procedente a acção de reivindicação pelo appellante proposta contra a ré D. Manoela Etienne Erreguy:

Accordam em Relação confirmar a sentença appellada, pela procedencia de seus fundamentos, validado do titulo de aquisição da ré e imprestabilidade do titulo simulado com que o auctor pretende a cousa demandada.

Assim julgando, condemnam o auctor appellante nas custas.

Cidade de Minas, 6 de Julho de 1901.

Braulio P.—Theophilo—Saraiva—Amorim.

Tem posse jurídica (detenção e intenção de senhor) em todo o terreno fronteiro ao curral de sua fazenda, o dono d'esta que ha annos praticou actos possessorios e firmou posse exclusiva em uma parte d'este terreno, sem opposição, ainda que não occupasse outra parte—uma nesga, contigua e continua da primeira.

Aquella posse exclusiva e os actos ulteriores de—roçar em grande parte essa nesga, de ser inventariado, por morte do pae desse dono da fazenda fronteira, como sendo d'aquelle, todo esse terreno, de servir de louvado n'esse inventario a pessoa que seria a propria possuidora, si o não fossem os paes do dono da fazenda fronteira, de haver n'esse terreno uma ponte, cuja conservação corria ser a condição de possuir esse terreno quem a cumprisse e, ignorar-se quem cumpriu e como se cumpriu essa condição.—tudo isso melhor demonstra essa posse jurídica.

O *uti possidetis* allegado pelos reus em defesa de sua pretendida posse n'essa nesga é inaceitavel, deante desses factos; nem os autos deixão presumir-se a posse dos antecessores dos réus, e a actual d'estes é incompativel com taes factos e a ausencia de qualquer acto possessorio d'elles.

Constituem actos violentos e de mera turbação de posse a destruição de duas cercas feitas para vedar a nesga aberta e a factura de um principio de roçado n'essa nesga.

Conserva a posse o auctor turbado, que continúa esse roçado pela nesga toda, e, ameaçado de novas e não realisadas turbações, recorre a esta acção.

Este roçado não é um desforço incontinenti e esse desforço só é incompatível com a acção de esbulho.

Appellação Civil n. 1119

Appellantes—Antonio Lopes da Silva e sua mulher

Appellados—José Martins Campos e sua mulher

COMARCA DE OLIVEIRA

SENTENÇA

Vistos, demorada, attenta e integralmente estudados e examinados estes autos de acção summaria de força nova turbativa, entre partes—José Martins Campos e sua mulher, auctores, e Antonio Lopes da Silva e sua mulher reus, por seus advogados :

Allegam os auctores a posse da fazenda da Cachoeira, no districto do Claudio, d'esta comarca, de que é parte um logradouro de um e outro lado da porteira, na estrada ;

que os reus, menos de anno e dia antes de ser intentada esta acção em 1 de Dezembro do anno passado, isto é, em 22 de Julho desse anno, duas vezes perturbaram essa posse, destruindo a primeira e a segunda cerca que o auctor fez e refez para vedar um roçado seu n'esse logradouro, impedindo-lhe, com essas violencias o exercicio de seu poder physico sobre o dito logradouro ; e pedem a manutenção de sua posse, commine-se pena aos reus contra nova e futura força, sendo estes condemnados nas perdas e damnos que se liquidarem e nas custas.

Offereceram 8 documentos com os artigos e mais 5 nas razões finaes,

Defenderam-se os reus, allegando ser d'elles a effectividade da posse d'esse logradouro, em continuação da de antecessores seus, que começam em D. Maria Eulina de Freitas Mourão, vendedora do logradouro a elles, que logo immittiram-se e conservaram-se, sobem a Joaquim José Rabello do Nascimento e terminam no Padre Manoel Pires Campos, o mais remoto possuidor conhecido e que doou a esse Rabello o logradouro, sob a condição de conservar a ponte ahi existente :

seus actos contra as tentativas de posse dos auctores forão um desforço legitimo e efficaz :

e pedem o reconhecimento do *uti-possidetis*, julgarem-se os auctores catadores de acção e condemnal-os nas custas.

Dois documentos instruíram a contestação, outros 2 juntaram-se na dilação, dentro da qual juraram 6 testemunhas dos auctores e 5 dos reus.

O unico procurador, constituido por instrumento publico de mandato dos reus, foi um Solicitador d'este f'ro, que, tendo n'essa procuração poderes de substabelecer, usou delles em favor de um advogado formado, com reserva dos proprios de seu officio. Ambos elles trabalharam na causa. Não houve, afinal de contas, com isso, offensa aos art. 113 da lei n. 18,6 § unico da lei n. 72, 703 e 704 do Dec. 737 de 1850; nada se allegou contra aquelle facto e as acções como esta são especialmente favorecidas pela Ord., Liv. 3, tit. 48. Isto posto :

Para dirimir o presente litigio, estabelecerei

como bases dos considerandos e da decisão o exame de quatro questões que cumpre investigar nos autos e resolver, por meio de minuciosa e paciente analyse, terminando por conclusões que synthetisem os resultados parciaes obtidos em cada uma. Desentranharei dos autos todos os elementos de convicção que puder haurir de cada uma de suas peças.

Estas questões são as seguintes ;

1.ª DETERMINAÇÃO DO LOCAL DA DEMANDA

Trata-se de um logradouro, situado de um e outro lado da porteira da fazenda dos auctores, entre esta fazenda e a que foi de Domingos da Silva Guimarães (fls. 53, 42 v. e 44) começando do curral da porteira da 1.ª (fls. 53) da estrada publica para o cruzeiro do Vallongo, no arraial do Claudio, a qual atravessava esse logradouro, para baixo d'essa estrada (fls. 55 v).

Nesse logradouro distinguem-se duas partes : uma fechada pelos auctores (fls. 42, 44, 46, 50, 52) outra franca, aberta, onde livremente pastão leitões dos reus, criações de toda ordem, dos moradores do arraial proximo (fls. 44, 48, 54 v. e 55). No inventario, feito em 16 de Outubro de 1885 e na partilha julgada em 24 de Maio de 1886, dos bens deixados pelos paes do auctor, que falleceram em 16 de Setembro e 9 de Novembro de 1885, foi descripto esse logradouro

e avaliado em 2 alqueires ou 6 h., 99.^a, 38 cent.; (o alqueire da comarca é de 48 litros de milho, sua superfície é de 3 h. 49.^a, 69 cent., ou 34845 "q...., ou de 85 1/2 braças, ou de 7225 braças quadradas) por 30\$=60\$000 réis (cert. de fls. 7 v.) A' fls. 50 constão as divisas desta nega aberta, que é o objecto especial da causa.

2.^o. FACTOS POSSESSORIOS DOS ANTECESSORES DAS PARTES LITIGANTES DE CADA UMA DESTAS E DAS DUAS. COMO SE CUMPRU A CONDIÇÃO DA DOAÇÃO PRIMITIVA.

I

(a) POSSE DOS ANTECESSORES

O mais antigo possuidor conhecido de todo logradouro foi o padre Manoel Pires Campos, e n'esse tempo o terreno não era logradouro (fls. 55 v). Elle fez doação d'isso em 28 de Outubro de 1846, sob o condição de conservar a ponte ahi existente, a Joaquim José Rabello do Nascimento (fls. 44, 45, 46, 49, 51, 54 v.) que tomou posse (fls. 49 v. *testis unus*). Morrendo o Padre em 1872, não se inventariou, nos respectivos autos, logradouro algum (fls. 54, 55 v. e certidão de fls. 47 v) e n'essa data já era dono da actual fazenda do auctor o pae d'este (fls. 49 v. e 55 v). Uma só testemunha viu o titulo da doação (fls. 46) outra, herdeiro do Padre, não sabe si elle existiu, da forma da

doação, e diz que o Padre sempre lhe affirmava que o terreno era de quem conservasse a ponte (fls. 55 a 55 v); os reus allegam e não provaram ter sido o titulo pedido em confiança, mas não restituído pelo auctor, a Christovão de Freitas Mourão, mas tanto existir, que sobre elle se pagaram siza e sello, quando, aliás, podia, sim ou não, ter sido exhibido o titulo ao Collector, e, não tendo sido exhibido por informação alcançar-se o talão de fls. 30.

Consequentemente :

« ha incerteza sobre a doação, sua fôrma, o donatario, a posse d'este, e si o Padre já não possuia o terreno (mais tarde logradouro) quando morreu — e por effeito da doação ou por abandono, e na posse de quem elle ficou então. »

(b) Rabello foi assassinado (fls. 51); elle, antes de o ser (fls. 49 v. — 1.ª testem.) ou por sua morte, a mãe d'elle (a mesma testemunha em contradicção, fls. 50 v), e a 2.ª, (fls. 51) que não se diz quem seja, e sua unica herdeira (50 v. e 51) depois de pagar-lhe as dividas (fls. 51) vendeu o logradouro ao casal de Januario José dos Santos, e D. Porfíria Januario praticou os actos possessorios narrados á fls. 49 e 52 v. — tentativa frustrada de compra do logradouro por Martinho Ferreira, roça de Machado Leite, fabricacão de cinzas, tentativa da factura de um moinho.

Do que tuuo resulta :

« havendo incerteza sobre o modo e a legitimidade da passagem da posse de Rabello para Januaria, este exerceu posse sobre o terreno ».

(c) Por morte de Januario houve inventario e partilha entre D. Porfíria e o genro Pedro Montes (*testis unus*, fls. 51 v. e 52 e sem documento) e o logradouro tocou à meiação daquela (fls. 49 v. e 52), faltando prova documental).

Conclusões: « não se provou a posse de D. « Porfíria, nem que derivasse da successão do de cujus, depois da partilha, continuando na viuva que até esse ponto estivera em posse e cabeça de casal ».

(d) D. Porfíria vendeu ao casal de Francisco de Freitas Mourão e D. Maria Eulina (fls. 49 v. e 51 v).

Ainda aqui falta: « prova legal da venda e testemunhal da posse material da vendedora e compradores ».

(e) Mourão e D. Eulina derão em pagamento de divida hypothecaria a Domingos da Silva Guimarães, sua fazenda, mas reservaram para o casal o logradouro (fls. 49 v. e 51). (D'essa reserva a 1.ª destas testemunhas refere um facto demonstrativo (fls. 40 v. a 50) — offerece vender-lhe o logradouro e o auctor disse-lhe que comprasse e puzesse casa em sua vizinhança — sobre o qual nada se fez dizer ao auctor; mas, como a 2.ª testemunha affirma dogmaticamente semelhante reserva (fls. 51) uma 3.ª, filha do comprador Guimarães, jura que — seu pae não quiz acceitar o logradouro, julgando a doação sem valor e caduca pelo não implemento da condição, havia mais de 30 annos (fls. 46 v. 47) e não ha escriptura ou documento legal d'es-

sa reserva nos autos; é conclusão de tudo isso que :

— « do casal de Mourão e Eulina não se pôde afirmar a posse antes e depois desta venda. »

II

POSSE DOS REUS

Por morte de Mourão sem se fazer inventário dos bens de seu extinto casal (certs. de fls. 72 e 73,) apesar de haver herdeiros menores (razões de fls. 68 v. a 69,) sua viuva, D. Maria Eulina, fez aos reus a venda do logradouro (tit. de fls. 29,) mas propondo-lhes depois, por meio de seu filho Christovão, sem o comprador annuir, desfazer o negocio restituindo o preço e indemnizando, por estar convencida de não ter direito ao logradouro (fls. 47—*testis unus* e não tendo sido ouvido os referidos).

Este depoimento é, comtudo, verosimil, porque, em sua vida, Mourão foi louvado no inventário dos paes do auctor, onde avaliou o logradouro como bem do acervo por 2 alqueires (6 h, 99^l., 38 cent.) a 30%=60% (certs. de fls. 71 e 72 v).

Ainda aqui não se prova a posse da vendedora e do comprador.

III

POSSE DOS AUCTORES

a) Na parte fechada do logradouro o auctor fez dois muros de pedra (fls. 42, 46 e 50,) e ha

dois annos tem madeiras e um estaleiro (fls. 42). Quer a factura de um d'esses muros datasse de Abril ou Maio de 1897, e a do outro de Junho ou Julho desse anno (test. de fls. 36) ou mesmo que datasse de 10 annos antes o principio dessa construcção por ser ella interrompida para completar-se, como completou-se, depois de começada a demanda (outra unica test. fls. 50); e ainda que a licença de Mourão, o ante-possuidor do logradouro a esse tempo; fosse obtida, no dizer dos reus, sob o falso pretexto de ser o logar desses muros e tapumes o das divisas, o que Mourão ignorava, (outra test. singular de fls. 50 v.) ou fosse dada a licença sendo Mourão consciente do ponto exacto dessas divisas que era esse mesmo (outra *testis unus* á fls. 52); apesar desse divergencia testemunhal quanto ao tempo da terminação dos muros e quanto á attitude de Mourão em relação a essa obra ou ás razões de seu consentimento, a obra e a annuência não ficão contestados nos autos.

Portanto : «O autor fez os muros antes da acção, sem a opposição, com elles vedou parte do logradouro e firmou sua posse exclusiva n'essa parte ».

« b) Morrendo o pae do auctor, em 9 de Novembro de 1885, (cert. de fls. 58 v.) os 2 alqueires do logradouro inventariado (cert. de fls. 7 v.) tocaram, em partes de 12\$000, para 5 herdeiros, isto é, para cada um dos 4 irmãos do auctor e para este ; (certs. de fls. 58 v. 10, 13, 15 e 17, e escriptura de fls. 74 v.) ; os auctores

houveram, por compra e permuta, de dois d'esses herdeiros a parte d'estes (escriptura de fls. 74 e 80,) fazendo remoção e permuta com outros dois herdeiros, por sentença judicial (cert. de fls. 12 referente ás de fls. 13 e 15).

Tenho conhecimento proprio como juiz da remoção e permuta, que esta sentença foi precedida de processo regular, de auctorisação antes da homologação, da verificação de sua conveniência, da justificação de sua necessidade, da audiencia dos representantes legaes dos orphãos da prova de que, por motivos identicos, se haviam dado a venda e a permuta de fls. 74 e 80, o que tudo exclue e annulla a critica sophistica das razões dos réus á fls. 85 v. á 87; sobre taes remoções e permuta. (1)

«Com estes titulos ficou o casal dos auctores com direito de posse no logradouro em uma de cujas partes já se provou que tinham firmado posse de facto ».

IV

POSSE DAS DUAS PARTES

O auctor quiz apossar-se exclusivamente da parte aberta do logradouro, fez um cercado o ren destruiu-o, renovou a cerca, o ren redesmanchou-a, em 22 de Julho de 1877, (auto de fls. 20 a 22 v.) e começou um roçado n'esse lugar; o auctor continuou esse roçado em toda a faixa aberta do logradouro, isto em Junho ou Julho de 1897, succedendo os factos n'esta ordem; (fls. 43 e 43 v. a 45 e 46).

(1) Veja-se o *Forum*, 11.º, 118.

V

COMO SE CUMPRIU A CONDIÇÃO DA DOAÇÃO

Januario e Mourão zelaram a ponte, cada um em seu tempo, mas talvez com cada um delles o pae dos auctores, ouvindo uma testemunha falar em convenção verbal entre Mourão e esse Amorim, de absterem-se disso, deixando preferir-se ao transito pela ponte a passagem por uma lage boa de utilizar-se para isso (fls. 54 ;) havia mais de 20 annos, só havia ali uma ponte para o transito de cavalleiros, feita pelo pae dos auctores, Amorim; e Domingos Guimarães dizia que, havia 30 annos, os successores de Campos (o Padre) não zelavam a ponte (fls. 46 a 47 v).

Nada, portanto, apura-se sobre o implemento da condição da doação.

3. questão.—Qual o possessor da parte franca do logradouro e que é propriamente a do pleito.

—+

A que se considere o reu, oppõem-se todas as conclusões parciaes sobre o direito e o facto da posse, colligidas na anterior e demorada revista critica que fizemos nos numeros anteriores e que resumem-se em soluções na continuação da posse do Padre Pires Campos, para Joaquim Rabello, de Januario para D. Porfiria, viuva, desta para o casal de Mourão, da viuva d'este Mourão—D. Eulina, do reu ; oppõe-se a posse exclusiva de uma parte do logradouro de 2 alqueires ; a omissão de actos possessorios do reu

até o auctor praticar o acto de occupação para si só pela primeira cerca, e depois do ultimo acto do auctor, roçando o resto do logradouro, toda a faixa aberta.

Nem se pode presumir tal posse de quem não podia ter bem comprado, e nunca, antes de desmanchar a primeira cerca, se importára com essa faixa, que nem defronta, que se saiba, com fazenda ou propriedade sua.

Contrariamente, o auctor tem por si: (a) a posse exclusiva parcial no todo—o logradouro de 2 alqueires; (b) a presumpção nascida do facto da collocação de sua fazenda, entestando com o logradouro,—este permeiando-a e á que foi de Domingos da Silva Guimarães. Essa posse e essa presumpção valem por uma boa apprehensão, por um *corpus* juridico de posse natural (Lafayette, *Dir. das Cousas*, §§ 9, 810, n. 1). (c) A inclusão do logradouro no inventario paterno. (d) A acquiescencia do louvado Mourão corroboram a crença n'essa apprehensão e fazem crêr na posse juridica dos auctores, no seu *animus sibi habendi* (cit. Lafayette, § 11).

Outros factos fortalecem ainda a convicção da posse dos auctores, como sejam: (e) a reitteração da occupação para si só, pela 2.^a cerca, (f), e pelo ultimo roçado; (g) não se saber quem zelava e como era zelada a ponte, condição essencial da duvidosa doação.

A posse deve ser actual, e não antecedente (Ribas, *Acc. Possessoria*, pags. 186 e 266,) e o auctor tinha a antecedente e tem a actual ex-

clusiva em uma parte do logradouro e actos de não duvidoso desejo de occupar, perturbado, mas conservando, na outra a pleiteada parte.

Até aqui tratámos de factos de pouco interesse na causa, porque entenderiam com a usucapião e a accessão de posse, com a prescrição acquisitiva—modo de adquirir dominio—quando esta causa é de posse e n'ella não se discute o dominio.

Diante destes factos, não é licito suppôr a parte aberta do logradouro um terreno abandonado, devoluto, nos termos do art. 28, da lei n. 601, de 18 de Setembro de 1850, e do Reg. n. 1318, de 30 de Janeiro de 1854, cuja aquisição e revalidação erão regidas por essa lei e por esse Reg. (Teixeira de Freitas,—*Consol. das Leis Civ.*, arts. 53, 904, e 52, § 2,) que erão do dominio nacional e são do respectivo Estado (Constit. Polit. da Republica, art. 64) tendo o mesmo Estado, art. 5, das Disposições Transit. de sua Const. Polit., baixado, para regerem as suas terras publicas, a lei n. 27, de 25 de Junho de 1892 e o Decr. Reg. n. 608, de 27 de Fevereiro de 1893. Tambem não se póde reputar a parte franca do logradouro um prolongamento do rocio districtal do Claudio, um bem do uso commum dos habitantes desse districto, bem que era municipal (Cortines Laxe e M. Soares, *Camaras Municipaes* ed. de 1885, pags. 106,) e hoje é districtal (Lei n. 2, de 1891, arts. 54, § 1 e 46, § unico).

Para tanto não é sufficiente ser essa faixa lo-

gradouro geral, nem a crença erronea de duas testemunhas dos reus (fls. 54 a 55,) de que essa nega não é de qualquer dos litigantes, e na qual crença o reu procura pretexto para affirmar sua posse, armado, mais, de um titulo inhabil para lhe dar direito real, posse que, de modo nenhum, provou e precisava fazel-o. (*Forum*, IV, 560, argum. *a pari* para o nosso caso, que é o da reversão—reu que quer passar por possuidor—Lafayette, cit., n. 5 a § 19).

4ª. Questão—*Epoca das turbações*.—Provão os autos *passim* e à fls. 41 v., 42 v e 43 v., questão de menos de anno e dia.

•Expostas estas bases :

Considerando que, além de provarem sua posse, os auctores soffreram perturbações dessa posse, manifestadas pela destruição das duas cercas e pelo roçado, feitas pelo reu, o que tudo constitue actos característicos de turbação, (*Forum* II, 243 ; cit. Ribas, pags. 196,) e inductivas do justo receio de novas violencias, como este se induz mais da ameaça de repetir attentados contra actos ulteriores dos auctores, identicos aos annullados pelo reu, ameaça annunciada por este a uma testemunha (fls. 46). Assiste, portanto, aos auctores legitimo direito ao exercicio desta acção (cit. Lafayette, § 21, not. 1 ; C. Telles, ed. de T. de Fritas, not. 387 ; *Forum*, II, 240) ;

Considerando que o ultimo acto possessorio do auctor no terreno foi o roçado, continuando o que fizera o reu, e esta acção foi intentada cinco mezes depois, sem que o reu nada mais

praticasse tentando apossar-se ; mas tudo isso não auctorisa considerar o roçado do auctor um desforço *incontinenti* e os actos do reu de destruir duas vezes a cerca dos auctores, actos de esbulho (como acima ficou dito) o que tornaria a acção dúplamente incompetente como de turbação e por ter havido desforço; houve só turbação, o roçado não é desforço, e este é incompativel sómente com a acção de esbulho; (Ord., Liv. 4, Tit. 58, §2; cit. Lafayette, § 18, n. 4; Ramalho *Prax.*, § 276, not. b, pags. 434; C. Telles, ed. de T. de Freitas, not. 400; Ribas, *Acc. Possessoria*, pags. 234);

Considerando que nesta acção os auctores provaram posse juridica (Ribas cit., pags. 27,) e méra turbação de menos de anno e dia :

Julgo procedente a acção e provada a intenção dos auctores, em cujo pedido condemno os reus, menos na comminação de pena, que não foi especificada. Publique-se em cartorio e intime-se, pagos os sellos accrescidos.

Oliveira, 20 de Abril de 1898.

O Juiz de Direito, João PEREIRA DA SILVA
CONTINENTINO. (2)

(2) Veja-se o *Forum*, 8º., 604 e 614.

Pelos votos dos Snrs. Dezembargadores Albuquerque, Veiga e Bráulio, foi confirmada, por seus fundamentos conformes a direito e ás provas dos autos.

SECÇÃO CRIME

Crime de Estupro

Auctora—A Justiça.

Reu—Leonardo José de Lima.

COMARCA DE PONTE NOVA

SENTENÇA

Vistos e examinados estes autos etc.

O Dr. Promotor denunciou Leonardo José de Lima como incurso no art. 268, do *Cod. Penal*, por ter a 4 de Abril do corrente anno, no Districto de Santa Cruz, desta Comarca, estuprado a menor Raymunda Dias, cuja miserabilidade consta dos autos. Instruem a denuncia as investigações policiaes.

Procedendo-se ao summario da culpa, foram inqueridas 5 testemunhas, opinando a Promotoria pela pronuncia nos termos da denuncia.

O que tudo visto e devidamente examinado :

Considerando que a certidão de fis. prova a miserabilidade da paciente ;

Considerando que o auto de corpo de delicto demonstra a violencia carnal ;

Considerando que sendo a offendida menor de 16 annos presume-se ter sido o delicto commettido com violencia, consoante o art. 272, do *Cod. Penal*.

Considerando ainda que pelo art. 269, estupro é o acto pelo qual o homem abusa com violencia de uma mulher ;

Considerando, que, sendo a offendida menor de 16 annos mesmo que houvesse ao reu Leonardo José de Lima prestado seu consentimento, o legislador penal entende que, nesta idade, não pôde ter ella lucida comprehensão do alcance do acto que affecta tão profundamente sua honra e o seu futuro ; Viveiros de Castro, *Sentenças* pag. 40) ;

Considerando que na hypothese de não ponderarem a idade de 15 annos e a violencia, provado estaria o defloramento por ter havido copula com mulher virgem e menor seduzida ;

Considerando que a mulher é reputada virgem, emquanto não estréa nas relações sexuaes com o homem e emquanto conserva impolluta a membrana que guarnece o osculo vaginal ; Souza Lima, *Rev. Medica* de 1893 ;

Considerando que, assim, praticado o delicto na noite de 4 de Abril e feito o exame na paciente a 18 do referido mez, os peritos encontraram a tumescencia dos grandes e pequenos labios, fragmentos do hymen, corunculos myrtiformes e doloroso todo o conducto vaginal;

Considerando que, segundo Lacazeagne, *Médecine Judiciaire*, alguns desses signaes caracterizam o defloramento recente, «l'hymen est déchire suivant une ou plusieurs lignes régulières ou, plus souvent en fragments, irréguliers.

Les lambeaux restent sanglants deux ou trois jours, suppurent un peu, puis se cicatrisent en formant les coruncules myrtiformes, etc.

Considerando que, conforme Blanche, o estupro—viol, consiste no facto de abusar de uma mulher sem a participação de sua vontade (Dr. João Vieira, *Cod. Penal interpretada*.

Considerando que a paciente á fls. 7, declarou que foi agarrada e subjugada pelo reu;

Considerando que as 5 testemunhas do sumario da culpa imputam ao reu a auctoria deste delicto;

Considerando que a paciente affirmou que sua deshonra foi feita pelo reu, na noite de 4 de Abril;

Considerando que o reu confessou esse crime;

Considerando que, quando a offendida não fosse menor de 16 annos, tendo havido commercio illicito e a violencia, tambem demonstrado estaria o estupro; Dr. João Vieira, *Cod. Penal interpretado*.

Por todos esses fundamentos pronuncio o reu no art. 268, do Cod. Penal combinado com o n. 2 do art. 273, por ser o reu casado. Seja o mesmo intimado deste meu despacho, do qual recorro para o Exm. Sr. Dr. Juiz de Direito.

Custas afinal.

Ponte Nova, 10 de Outubro de 1901.

O Juiz Substituto—FRANCISCO DE CASTRO RODRIGUES CAMPOS.

ERRATA

DA

SENTENÇA DE FLS 488 a 512 DO 11.º

VOL. DO «FORUM»

Na pagina 488 — 5.ª linha, onde se lê : «cummulativamente leia-se cummulativamente.

PASSIM — Onde se lê : — «ouctores» — leia-se : «auctores»; onde se lê «defeza» — leia-se defesa; onde se lê «razões» — leia-se «rasões» — onde se lê «orgão» leia-se — «organ» onde se lê «idade» leia-se — «idade» onde se lê : «inimizade» leia-se «inimidade».

Pag. 495 linha 30 — onde se lê «estas» leia-se «Estas».

Na nota 6.ª á pags. 501 — onde lê — «118» leia-se «11.º 8» ; onde se lê (XV a 381 e seguintes da nota) leia-se «X, 381 e seguintes, maxime 386; a nota »

Pags. 502 linha 28, onde se lê : — «no doc.» leia-se — «No Direito»

Na ultima linha, onde se lê — Doc. — leia-se — Direito.

Pag. 503 — 21, onde se lê — «doc.» — leia-se «Direito»

Pags. 505 — linha 9 — onde se lê : «fica-se» leia-se — « Fica-se » — linha 23 onde se lê « delue-se » leia-se «dilue-se: na penultima linha onde se lê: — «esta a» leia-se — «esta,» .

Pags. 506 — linha 1.ª onde se lê «inovam» leia-se : invocam».

Pag. 507 na ante-penultima linha — onde se lê : « doc » leia-se «Direito».

Pag. 508 — A data da sentença é de 1899 e não de 1900.

Pag. 511, na «nota 2, linha 26, onde se lê :— «prospicuos» leia-se — «perspicuos».

No penultimo periodo, onde se lê : — tão exclusivamente de compativeis sem » leia-se : «tão incompativeis com » ; e, duas linhas abaixo, onde se lê : «inclusivas» leia-se «inductivos.

ERRATA DA SENTENÇA DE FLS. 524 A 532 DO VOL. XI DO «FORUM»

Nota 1 — a pag. 526 em vez de «Cirone» leia-se : « Chirone »

Pag. 528—Desloque-se o «(4)» da 3.ª para a 7.ª linha : — depois do «§ 4 » na nota 4 infra. feche-se o parenthesis : depois da palavra «sensu» ; — e na linha 7.ª d'esta nota, onde se lê : incidnes», leia-se «incidens».

Pag. 530 — deslocar o «(5)» para a pagina 531 onde está «(6)», e o «(6)» para a pagina 532 linha 15.

Tirar o « o » da linha 21,

Na nota 5 infra onde se lê «Direito, 1.º 7, 105 e 6.º, 350 : lêr «Direito» 17, 105 e 69, 350 »).

Pag. 531, 2.ª linha, onde se lê — « ao 19 » — leia-se « ao 10 ».

Linha 6.ª onde se lê : «censuran » leia-se «censuras. »

Linha 7.ª, onde se lê « 367 » leia-se « 376 ».

**CORRIGENDA DA SENTENÇA DE FLS. 543
Á 553 DO VOLUME XI DO «FORUM»**

Na pag. 543 linha 30, antes de «por isso » — leia-se : — « ; »

Na pag. 546 — linha 13, antes de « apta » leia-se : — « Francisco André & Comp.ª ».

Na pag. 548 deslocar o «(3)» para a pag. 551 — onde está «(4)».

Na pag. 551 — deslocar o « (4) » para pags. 553. linha 5.ª antes das palavras «até o fim.»

Na pags. 551 Nota 4.ª em vez de — Rev. de Jurisp. 1,237 e Dir., 86, 116 — lêr ; Rev. de Jurisp. 1,239 e Direito 84.º, 116.

Pags. 552 — linha 9, em vez de «deste» e «invocando-o» leia-se «d'esta» e «invocando-a.»

SUMMARIO

JURISPRUDENCIA

SECÇÃO CIVEL

Os livros dos negociantes matriculados fazem prova plena relativa.

Paes.

Cobrança commercial, sua procedencia.

143

Classificação de credores

O credor por aluguel de casa é chyrographario, se não houve a devida auctorisação dos syndicos.

Não ha mais a hypotheca de moveis de que fala o art. 877, n. 1, do *Cod. Comm.*, mas subsistem as obrigações reaes que, a favor de certos creditos as leis têm estabelecido. Os moveis a que se refere o art. supra são os que se conhecem pelo nome de *mobilia*.

149

Os Agentes executivos são obrigados á prestar contas ás Camaras Municipaes dentro do prazo para tal estabelecido sendo que, se não prestarem ás Camaras com as quaes serviram, são obrigados a prestalas ás novas camaras successoras das outras e com multa.

	PAG.
O Poder Judiciario é incompetente para tomar conta ao Agente Executivo. Para isso são competentes as Camaras Municipaes e as Assembléas Municipaes	163
Os bens de heranças jacentes, de defunctos e ausentes e vagos pertencem á Fazenda Publica da União	165
~~O Direito que está despi-~~ do do elemento material, que não tem por objecto uma coisa corpórea, não é protegido e amparado com a quasi posse ou pelos interdictos possessorios que não se applicam aos direitos pessoaes ou obrigações.	170
A falta de citação dos syndicos de uma Companhia em liquidação, contra a qual tenta-se uma acção, induz nullidade insanavel desta	178
E' nulla a execução quando do traslado não constar a sentença exequenda	180
As letras e notas promissórias não são a mesma coisa que dinheiro e nem correm como moeda corrente.	
Dá-se nullidade, dependente de rescisão, no contracto valido em apparencia, mas em que interveio simulação, quer seja esta de má fe, quer innocente; pôde, pois, uma parte allegar, contra outra, tal nullidade.	
Nullidade de parte de pagamento por ter-se declarado que foi em dinheiro, quando o foi em valor representado por uma nota promissoria.	183
O Collector de um municipio é incompetente para, como parte, promover processo de cobrança de impostos muni-	

cípaes, pois que ao Agente Executivo é outorgada essa attribuição. A lei municipal que estabelecer o contrario é nulla 196

As hypothecas legas ou convencionaes feitas posteriormente á divida fiscal, não são titulos de preferencia contra a Fazenda do Estado ou do Municipio e portanto a hypotheca que o collector faz de seus bens a outrem, depois de estar alcançado em suas contas, não dá preferencia alguma ao credor hypothecario, porque então já tem preferencia a Fazenda Publica. 205

Os menores em geral (menos os infantes) comquanto excluidos da faculdade de se obrigarem judicial ou extra-judicialmente sem a auctoridade do pae, tutor ou curador, podem todavia, validamente fazer quaesquer contractos ou actos que lhes sejam uteis e exigir, com auctoridade do pae, tutor ou curador, o seu cumprimento da parte contraria ou annullal-os se lhes forem prejudiciaes. 210

Quando a escriptura publica é da substancia do contracto a acção é inadmissivel sem o instrumento, o qual não pode ser supprido nem pelo juramento, nem pela confissão. Em caso contrario a falta de escriptura não annulla o contracto.

Quando a escriptura publica fór necessaria para prova dos contractos, a sua falta não inhiibe o credor de produzir outra prova, porque a prohibição da Ord. L. 3.º tit. 59 é restricta aos casos em que não concorrer ou-

tra prova qualquer das admit-
tidas em direito.

PAGE.

O escripto particular, mesmo
de quantia superior á taxa le-
gal, sendo escripto e assign-
nado pelo devedor, com du-
as testemunhas, constitue
por si só prova da divida.

217

Improcedencia de embargos
em acção de cobrança de letra.

O pagamento feito sem or-
dem do credor não opéra a
descarga do devedor.

Os documentos passados
depois de 1.º de Julho de 1899
até a data da publicação do
Regul. n. 3564, de 22 de Ja-
neiro de 1900, não inci-
dem nas disposições do art.
50, § 3.º, letras C, e 51 da lei
estadual n. 585, de 31 de Ju-
lho de 1899; estavam, pois,
sujeitos ao sello federal -

223

São titulos de preferencia
contra a Fazenda do Estado
e Municipal, as hypothecas
legaes ou convencionaes es-
pecialisadas e inscriptas na
forma da lei, provando-se se-
rem as mesmas anteriores á
divida fiscal.

Os alcances dos collectores
são considerados dividas e
obrigações de origem fiscal,
bem como os provenientes de
impostos, tributos, etc.

230

Fraude na execução. E' ella
provavel por conjecturas que
induzam o animo do juiz a
persuadir-se della.

237

Procedencia da allegação
de incompetencia do fóro por
ter a ré domicilio em co-
marca differente daquella em
que foi proposta a acção.

A Ordenação, L. 3.º tit. 11,
§§ 5.º e 6.º e tit. 45, § 10, não
auctorisam a competencia es-

SUMMARIO

V

PAGE.

pecial pela situação da cousa quando não tratar-se de matéria real. 240

O juiz em sua sentença deve restringir-se ao pedido Improcedencia de embargos de declaração, que só tem logar quando na sentença ha obscuridade, ambiguidade ou contradicção. 242

O seguro de vida é partilhavel e sujeito aos onus das dividas passivas do casal.

Improcedencia de reclamações contra a partilha. 247

Constitue attentado o facto de um director de companhia equestre, depois de embargado pela Matriz o levantamento de circo no pateo desta, continuar, ainda que auctorizado pelo Agente Executivo, a dita construção.

Tudo que se innova depois da citação em prejuizo da questão a que esta se refere, considera-se attentado. 250

A idade prova-se não só pela certidão, como tambem pelo juramento do interessado, pela justificação, pelos attestados jurados 253

A Resolução Municipal, que estabelece o privilegio da acção executiva para cobrança de despesas com a construção de muros divisorios e tapumes de terrenos confinantes, é inconstitucional. Igualmente inconstitucional é a resolução municipal que estabelece que as despesas com taes tapumes devem ser feitas á custa dos respectivos proprietarios; pois tal materia é de direito civil e da competencia do Congresso Nacional.

Não ha, na legislação brasileira lei que obrigue o confluente a concorrer com as despesas feitas com tapumes de campos em commum.	255
Improcedencia de acção de reivindicacção por basear-se em titulo simulado.	302

Tem posse juridica (detenção e intenção de senhor) em todo o terreno fronteiro ao curral de sua fazenda, o dono d'esta que ha annos praticou actos possessorios e firmou posse exclusiva em uma parte d'este terreno, sem opposição, ainda que não occupasse outra parte—uma nesga. contigua e continua da primeira.

Aquella posse exclusiva e os actos ulteriores de—roçar em grande parte essa nesga, de ser inventariado, por morte do pae desse dono da fazenda fronteira. como sendo d'aquelle; todo esse terreno, de servir de louvado n'esse inventario a pessoa que seria a propria possuidora, si o não fossem os paes do dono da fazenda fronteira de haver n'esse terreno uma ponte, cuja conservação corria ser a condição de possuir esse terreno quem a cumprisse e, ignorar-se quem cumpriu e como se cumpriu essa condição.—tudo isso melhor demonstra essa posse juridica.

O *uti possidetis* allegado pelos reus em defesa de sua pretendida posse n'essa nesga é inacceptavel, deante desses actos; nem os autos deixão presumir-se a posse dos antecessores dos réus, e a ac-

tual d'estes é incompativel com taes factos e a ausencia de qualquer acto possessorio d'elles.

Constituem actos violentos e de mera turbação de posse a destruição de duas cercas feitas para vedar a nesga aberta e a factura de um principio de rogado n'essa nesga.

Conserva a posse o auctor turbado, que continúa esse rogado pela nesga toda, e, ameaçado de novas e não realisadas turbações, recorre a acção.

Este rogado não é um desforço só incontinenti e esse desforço só é incompativel com a acção de esbulho. 271

SECÇÃO CRIME

Crime de estupro.	235
Errata	239

DOCTRINA

O inventario e partilha dos bens de estrangeiro que fallece no Brazil são regulados pela lei brasileira. A successão, porém, isto é, os direitos dos conjuges e herdeiros são regidos pela lei da nacionalidade do estrangeiro.

Os immoveis situados fóra do paiz estão fóra da acção da justiça local. Os moveis estão sujeitos á lei do paiz onde existem, embora o dono resida em paiz differente.

CONSULTA

1.

No caso de fallecimento de estrangeiro residente no paiz, aonde residem tambem seus herdeiros, é o juiz territorial, sem intervenção de outra auctoridade, o competente para proceder ao inventario?

2.º

Gozando o estrangeiro privilegio de seu estatuto pessoal, a que legislação deve obedecer o processo de seu inventario, á da residencia ou á do paiz da nacionalidade? Do mesmo modo, de accôrdo com que legislação deve ser feita a partilha.

3.º

Na hypothese figurada, é o cabeça do casa obrigado a descrever todos os bens e valores do seu acervo ou sómente os bens que possui no paiz de sua residencia?

RESPOSTA

Aó 1.º Se o estrangeiro que fallece deixa na terra parentes, conjuge ou herdeiros, notoriamente conhecidos como taes, aos quaes pertence ficar em posse e cabeça de casal, a justiça territorial é competente para fazer o inventario e partilha, (Decr. n. 855, de 8 de Novembro de 1851, art. 2; *Nov Man. do Proc. dos F. da Faz.*, do Dr. Bandeira, § 420, 1.º)

A citada disposição nada mais fez do que consagrar a doutrina do Direito Internacional Privado — « Il est admis dans le Droit des Gens Européens que le pouvoir judiciaire de chaque nation s'étend sur la personne et sur les biens de l'étranger qui y reside. (Felix, I n. 146). A

competencia, pois, da justiça territorial para fazer o inventario e partilha do espólio do estrangeiro, de que trata a proposta, não pôde ser posta em duvida.

Ao 2.º Regula o processo do inventario e partilha a lei do paiz onde o estrangeiro residente fallece. A successão, porém, isto é, os direitos dos conjuges e herdeiros são regidos pela lei da nacionalidade do estrangeiro.

{ No caso vertente, pois, a herança deve ser deferida aos herdeiros segundo o Direito Inglez. E é segundo esse mesmo Direito que se tem de determinar os direitos dos conjuges.

Ao 3.º A justiça territorial só tem competencia para inventariar e partilhar os immoveis sitos no paiz e os moveis ahi existentes. Os immoveis sitos no estrangeiro estão absolutamente fóra da acção da justiça local. Quanto aos moveis, a doutrina hoje mais geralmente seguida, é que elles estão sujeitos á lei do paiz onde existem, embora o dono resida em paiz differente. A justiça local não tem o direito de obrigar os herdeiros a trazer á inventario e partilha taes bens : 1.º Porque estão materialmente fóra de sua jurisdicção ; 2.º Porque o estrangeiro não deve por sujeição pessoal (al legiance) obediencia ás leis e auctoridade do paiz, como a deve o nacional.

Todavia, se o conjuge sobrevivente e os herdeiros trazem a inventario e partilha moveis existentes no estrangeiro, submettem-se voluntariamente á lei e jurisdicção territoriaes, e em

tal caso a justiça local procede como se fosse competente.

E tal foi sempre a norma praticada no tempo do antigo regimen.

Rio, 29 de Outubro de 1901.

LAFAYETTE RODRIGUES PEREIRA.

JURISPRUDENCIA

SECÇÃO CIVEL

Intelligencia do Decreto Federal n. 79, de 26 de Agosto do 1892.

O instrumento particular, escripto e assignado pelo proprio punho do devedor e com duas testemunhas, prova plenamente a divida, qualquer que seja o seu valor, sem o adivinculo de outra qualquer prova.

Se o escripto particular não reúne os requisitos acima mencionados constituirá elle começo de prova a completar-se por outra qualquer das admissiveis em juizo, inclusive a testemunhal.

O prazo para a opposição de embargos á sentença de 1.ª instancia é o fatal de 10 dias.

Appellação Cível n. 1333

Appellante—Jeronymo Corrêa Barbosa.

Appellado—Lourenço Pessino.

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR F. TORRES

COMARCA DE UBÁ

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos e examinados os autos :

Lourenço Pessino intentou contra Jeronymo Corrêa Barbosa a presente acção ordinaria, para cobrar a quantia de 1:200\$640, e respectivos juros, de que o mesmo se constituiu devedor a José Giacoia, em virtude de cinco documentos por este transferidos ao auctor, conforme a declaração de cessão lançada em cada um dos mencionados documentos.

E' a seguinte a proveniencia da divida: 60\$ de medicamentos fornecidos ao reu pelo pharmaceutico Pedro Estevão; 100\$000, de serviços medicos que lhe forão prestados pelo Dr. Gaveiro Fadda; 70\$000, idem, pelo Dr. Raphael Bonomo; 820\$640, de um credito firmado pelo reu e 150\$000, pagamento feito a João Corrêa Barboza, por ordem do mesmo reu, como tudo se vê de fs. 5, 6, 7, 8 e 9.

Cifado o reu, oppôz em contestação o seguinte:

que é nullo o credito á fs. 8, por não se achar revestido das solemnidades exigidas pelo Decr. n. 79, de 26 de Agosto de 1892, art. 2.º, e pelo Decr. n. 737, de 25 de Novembro de 1850, art. 684, § 2.º;

que o reu nunca assignou tal credito, pois não é sua a assignatura ali lançada, a qual tem semelhança com a lettra do auctor, estando, além disto, errada a assignatura—Jeronymo Cosido Baccara—nome este que não é o do reu;

que se a assignatura foi traçada pelo reu, o que nega, achava-se elle em estado de perfeita embriaguez, e assim nullo é ainda o credito por tal motivo;

que, a ser verdadeiro o credito, José Giacoia já o incluiu em conta corrente com o reu, não podendo, por essa razão, transferir-o ao auctor;

que este nada possui, e é mero agente de cobranças de José Giacoia;

que o documento sob n. 1 não tem recibo de Pedro Estevão passado a José Giacoia ;

que os de ns. 2 e 3 não podiam ser tambem transferidos ao auctor, porque referem-se a contas de Giacoia com os Drs. Gaveiro Fadda e Raphael Bonomo, ás quaes não está o reu obrigado ;

que o documento n. 5 já está pago, e não só elle, como os demais, estão sujeitos á revalidação pelo acto da cessão ;

que José Giacoia procede de má fé, por isso que recusa-se a entregar ao reu um deposito de 1:800\$000, assim como recusou-se a entregar a João Perillo um penhor, constante de relogio, para senhora, com corrente e broche.

Replicando o auctor por negação á fls. 16 v. foi posta a causa em prova, que consistiu em reconhecimento de firma (fls. 58,) exame de livros (fls. 65,) e depoimentos de testemunhas e partes (fls. 20 e 36, 32 a 38 e 48 a 49).

Lançadas as partes de mais provas, arrazouaram : o auctor á fls. 67, e o reu á fls. 73, tendo juntado o documento de fls. 77, sobre o qual falou novamente o auctor á fls 80.

Tudo visto e attentamente examinado :

Não procede a 1.ª allegação do reu, quando diz que é nullo o credito á fls. 8, por não se achar revestido das solemnidades exigidas pelo Decr. n. 79, de 26 de Agosto de 1892. A intelligencia regular e unica do citado Decr. pôde seu consubstanciada nestes termos :

O instrumento particular, escripto e assignado pelo proprio punho do devedor, e com duas testemunhas, prova plenamente a divida, qualquer que seja o valor desta, por si só ou sem o adminiculo de outra qualquer prova.

Se, porém, o escripto particular é defeituoso, isto é, se não reúne os requisitos acima mencionados, não quer isto significar que o credor fique desarmado perante o devedor, porque tal escripto constituirá um começo de prova, a completar-se por outra qualquer, das admissiveis em juizo, inclusive a testemunhal.

Não parece difficil a demonstração do enunciado.

Ainda hoje, como no dominio da legislação anterior, subsiste a distincção entre os casos em que a escriptura publica é da substancia, ou simplesmente necessaria para a prova dos contractos.

No 1º. caso (art. 367, da *Consol. das Leis*,) é inadmissivel acção em juizo sem o instrumento, que não pôde ser supprido; no 2º, a falta de escriptura não annulla o contracto.

De applicação quasi quotidiana, foi um dos assumptos mais debatidos e investigados na pratica, o de saber-se como deviam ser entendidas a Ord. Liv. 3ª, Tit. 59, princ. e Alvará de 30 de Outubro de 1793, que exigiam a escriptura publica para prova dos contractos de valor excedente a 1:200\$000, tratando-se de bens moveis.

Repugnante a boa fé com que se celebravam

os contractos, incompativel com a razão moral do direito, que não pôde acobertar, factos immoraes, os Tribunaes Judiciarios do paiz haviam repellido, quasi invariavelmente, a intelligencia restricta e acanhada da Ord. citada, para admittirem uma outra, que elles consideravam mais racional,, mais scientifica e verdadeiramente mais de accôrdo com os moralisadores e sãos principios do direito.

Assim, ao passo que raramente algum julgado inspirava-se cegamente na letra textual da Ordenação, para não admittir a prova de contractos excedentes á taxa legal, senão e exclusivamente por escriptura publica, em sentido contrario pululavam os arestos, de que estão recheiadas as revistas de jurisprudencia do paiz.

Basta citar, ao acaso, alguns desses julgados, ordinariamente precedidos de luminoso e franco debate entre juristas de melhor nota, quaes: Lafayette, João Monteiro, Justino de Andrade e outros, pugnando todos pela sustentação da bôa doutrina, que os Tribunaes adoptavam, para decidirem, ora que o escripto particular de divida, superior á taxa da Ordenação, podia provar a mesma divida, uma vez confessada, expressa ou tacitamente, pelo devedor; ora, nas mesmas condições, contanto que fosse reconhecida a assignatura e accedesse prova testemunhal, ainda mesmo que o devedor negasse a firma e a obrigação; ora, que o principio geral estabelecido pela lei soffria

excepções, como no caso, por exemplo, em que o contracto se achasse provado por qualquer presumpção de direito,

Era essa a jurisprudencia de accórdãos das Relações do Rio e S. Paulo, (*Dir.*, vol. 4º, pag. 682 ; 32, pag. 78 e 14 pag. 57,) além de muitos outros, que fôra longo enumerar, mas que se encontram na *Rev. cit.*, vols. 48, pag. 194, 51, pag. 345, 24, pag. 242, e 55, 408.

Não pensavam de outro modo os antigos juriconsultos portuguezes, interpretando mesmo literalmente a *Ord.* citada, porque, diziam elles, o texto da *Ord.* só excluia a prova testemunhal, mas não as outras especies de prova, e a testemunhal mesmo só podia ser repellida quando fosse a unica produzida em juizo pelas partes interessadas—*non enim textus excludit alias juris probationes*. Tal a lição de Pereira e Souza not. 470 e 472, *Pegas For.* cap. 32, ns. 50 e 55, Silva a *Ord.* Liv. 3º, Tit. 59, principio.

Entre nós, já constituiu citação forçada em pleitos como este, o celebre trecho de Teixeira de Freitas, em a nota 26 ao art. 366, da sua *Consolidação* ;

• Fôra destes casos (em que a escriptura é da substancia dos contractos) é livre ás partes declarar sua vontade nos contractos por qualquer forma que seja.

Assim deve ser entendido o texto do art. 366, supra, dizendo que escriptura publica, ou é do substancia dos contractos, ou só necessaria para sua prova.

Nos casos em que a escriptura publica é só necessaria para a prova dos contractos, é livre ás partes, como acabamos de dizer, declarar sua vontade por qualquer forma.

Errão, pois, todos aquelles que, não vendo uma escriptura publica, senão unicamente um instrumento particular de quantia superior á taxa da lei (art. 368, *Consol.*) opinam que o contracto é nullo, e negão direito ao credor para demandar em juizo, ou julgão que o credito não está provado ».

Recorrendo-se ao direito francez, encontra-se firmada a doutrina de que o escripto particular do responsavel só por si é a mais forte presumpção de direito, e esse escripto particular constitue um principio de prova, que pôde ser completado por todos os meios legais de convicção, um dos quaes é a prova testemunhal.

« La preuve testimoniale, diz Laurent, est indéfiniment admissible quand il y a un commencement de preuve par écrit Si un acte a été dressé par les parties, il en résulte généralement une preuve complète. »

‘Sil n’ y a pas d’acte, ou si l’acte est irrégulier, les écrits produits dans l’cause laisseront une doute dans l’esprit du magistrat ; ce ne sera qu’un commencement de preuve que doit être complété. »

‘La loi admet alors la preuve testimoniale comme supplément de preuve. Cette première exception se fonde sur ce que — le danger et l’incertitude qui font repéter la preuve par témoins — diminuent quand il y a un

écrit; le fait est déjà à moitié établi par la preuve littéraire, avant qu'on entende les témoins; leurs dépositions ne font que confirmer ce que les écrits rendent vraisemblable ».

Depois desta excavação, talvez desnecessaria, pelo que ha de mais interessante em abono da these ao principio enunciada, é logico concluir-se que, se a prohibição da prova testemunhal pela Ord. Liv. 3ª, Tit. 59, princ. não era geral e indistincta, mas restricta aos casos em que concorresse outra qualquer prova das admittidas em direito; se era essa a doutrina dos Tribunaes e escriptores patrios e estrangeiros, não ha negar que a legislação vigente veio sancionar o que, com direito ou sem elle, já se praticava no dominio da Ord. ci-data, que actualmente já não tem razão de ser.

Effectivamente, o Decr. n. 763, de 19 de Setembro de 1891, mandou applicar ao processo, julgamento e execução das causas civeis, em geral, as disposições do Reg. 737, de 25 de Novembro de 1850, com as modificações ahi expressamente mencionadas.

De accôrdo com esse Regulamento, portanto; devem ser apreciadas as provas do processo, e é certo que elle admite todos os meios de prova, comprehendidos o escripto particular (art. 138 e 152,) e a propria prova testemunhal, como subsidiaria ou complementar de outra prova por escripto (art. 183).

No mesmo sentido do Decr. 763 citado, são

as leis estaduais ns. 17 de 20 de Novembro de 1891, e 72, de 27 de Julho de 1893.

Nem se poderá objectar que ao Congresso do Estado fallecia competencia para legislar sobre a materia, que é de direito substantivo, porquanto, além de que o Congresso nada mais fez do que reproduzir uma disposição da legislação federal, é certo ainda que a materia relativa á provas é de direito adjectivo, constitue assumpto do processo que, segundo Bonnier, não é senão a arte de administrar as provas.

Em conformidade, pois, cõo que fica estabelecido :

Considerando, que o credito de fls. 8, se fõsse escripto e assignado pelo reu, com duas testemunhas, provaria plenamente a divida, sem qualquer outro adminiculo de prova, nos termos do art. 2º. do Decr. n. 79, de 26 de Agosto de 1892 ;

Considerando que, nas condições em que se acha o referido credito, apenas assignado pelo reu e pela testemunha que o escreveu e viu o reu assignal-o, esse credito constitue um começo de prova, a completar-se por outra, de qualquer natureza, conforme se deduz da intelligencia da Ord. Liv. 3º, Tit. 59, princ., combinado com o cit. Decr. n. 79, com o Decr. 763, de 1890, e leis estaduais, que mandaram applicar ao processo das causas civeis o Reg. 737, de 25 de Novembro de 1850, sendo esse tambem o modo de julgar do Tribunal da Re-

lação do Estado (accordão de 14 de Setembro de 1892, na *Revista de Jurisprudencia* ns. 3 e 4, pag. 97 á 101; *Forum*, vol. 4º, pag. 154);

Considerando que a assignatura do credito mencionado está regularmente reconhecida pelo exame judicial, a que se procedeu por comparação de letra, tendo as peritos declarado que essa assignatura é do proprio punho do reu, em vista do confronto que della fizeram com outra igual, lançada no interrogatorio do processo crime contra o reu instaurada em 1897, e que na occasião lhes foi apresentado (fls. 47, 53 e 58);

Considerando, assim, que carece de fundamento o que allegou o reu, n. 2º item da sua contestação, pois os peritos, em resposta aos seus quesitos, affirmaram mais uma vez, que a assignatura do credito é [do proprio punho do reu Jeronymo Corrêa Barboza, conformeahi se acha escripto, não tendo essa assignatura semelhança com a do auctor, nem com a do cedente José Giacoia (fls. 54, 58 v. e 59);

Considerando que o exame por comparação de letra faz prova semiplena nos termos da Ord. Liv. 3º., Tit. 51, e opinião dos escriptores, quaes Ramalho, *Praxe*, § 154; Ribas, *Consol.* art. 175, § 3º; Coelho da Rocha, § 189; Pereira e Souza, not. 470;

Considerando que a prova semiplena, resultante de reconhecimento de letra por comparação, só por si induz forte presumpção da verdade do facto, que se pretende demonstrar (Coe-

lho da Rocha, § 174,) Tanto mais quanto esse reconhecimento por peritos se acha corroborado pelo depoimento da testemunha, Vicente Prospero Balbi, que assignou e viu o reu assignar o credito (fls. 8 e 35,) o que constitue mais uma prova da veracidade deste, assim como da respectiva assignatura (Ribas, art. 375, § 1°);

Considerando que é certo ainda, conforme pondera o auctor nas suas allegações finaes, citando Bonnier, que a prova mais simples e mais facil, no dizer do citado escriptor, é a que resulta da attestação da testemunha, que viu assignar o escripto ;

Considerando que duas provas semi-plenas reunidas, no conceito de Moraes, Da Execut, constituem prova plena — *Junctis igitur his duobus semiplenis probationibus, plena efficitur probatio* — e no caso dos autos já concorrem tres: o escripto particular assignado pelo devedor, o reconhecimento dessa assignatura por comparação de letra e o depoimento da testemunha que viu o reu assignar ;

Considerando, porém, que não são essas as unicas provas colligidas no processo, pois ahi se achão tambem depoimentos de testemunhas, attestando a existencia de transacções entre o reu e José Giacoia, transacções de que se originou o debito, e cuja natureza se acha comprovada pelo exam de livros, a que os peritos procederam á fls. 65, declarando que os encontraram perfeitamente regulares e sem cousa al-

guma que denote falta de seriedade do commerciante ;

Considerando que á 6ª. testemunha o reu confessou a existencia dessas transacções e á 5ª. chegou a declarar que Giacoia forneceu-lhe dinheiro, generos, etc. e prestara-lhe serviços como se fôra um pae (fls. 48 v. e 49) ;

Considerando que todas essas provas convencem de que o reu deve realmente ao auctor a quantia mais avultada de 820\$640, conforme o credito de fls. 8 ;

Considerando que as demais parcellas, que, reunidas áquella, completam a somma de 1:200\$640, estão egualmente provadas : assim, a de 60\$000, constante do documento á fls. 5, pelo depoimento á fls. 32, do pharmaceutico Pedro Estevão, que forneceu os medicamentos ao reu ; as de 100\$000 e 70\$000 (doc. á 6 e 7,) não só pelos recibos dos proprios medicos que delle trataram, como ainda pelo depoimento de um delles, o Dr. Bonomo, que tambem jurou ser verdadeira a firma de seu collega, o Dr. Gaveiro Fadda (fls. 34) ; a de 150\$000 á fls. 9, não só pela assignatura do reu, reconhecida verdadeira pelo exame á fls. 58, como ainda pelos depoimentos da 3ª. testemunha á fls. 35 v. e da 4ª. 37 v ;

Considerando que os medicamentos e serviços medicos forão prestados ao reu, a pedido deste e por ordem de José Giacoia, que os pagou, constituindo-se assim legitimo credor

das obrigações, que podia transferir, como de facto transferiu ao auctor;

Considerando que o reu não provou achar-se embriagado na occasião em que assignou o credito de fls. 8, nem provou igualmente que houvesse pago a importancia desse credito, como as demais sobre que versa o litigio, o que aliás devia fazel-o, visto que o pagamento não se presume;

Considerando que a unica prova offerecida pelo reu é a que consta do depoimento de João Perillo á fls. 56, depoimento que, sobre ser singular, refere-se a questão alheia ao objecto de que se trata, accrescendo que, mesmo sobre tal questão, é de presumir-se que não assistisse razão á testemunha, que foi vencida no pleito, que a proposito della se travou (fls. 57);

Considerando o mais que consta dos autos em contrario ás allegações do reu, julgo procedente a acção, para condemnal-o a pagar ao auctor a quantia de 1:200\$640, juros e custas.

Ubu, 2 de Outubro de 1899.

HERMENEGILDO RODRIGUES DE BARROS.

2ª. SENTENÇA

Na impugnação e sustentação dos embargos de fls. 93, discute-se a preliminar de haver a sentença embargada transitado em julgado, visto que os embargos forão apresentados no 11º. dia, depois de publicada a mesma sentença em presença dos procuradores das partes.

Tomo conhecimento da preliminar, e a resolve em sentido favorável ao reu embargante, não obstante as considerações que se seguem :

E' fóra de qualquer controversia, que os embargos á sentença de 1.^a instancia devem ser oppostos dentro de dez dias, contados da hora em que a sentença foi publicada em presença das partes ou de seus procuradores, ou da intimação da mesma sentença, se elles estiveram ausentes.

Não embargada no dito praso, a sentença passa em julgado, e é esta a doutrina decorrente da disposição expressa, não só do art. 639 do Reg. 737, como das Ords. Liv. 3.^a, Tit. 66, § 6.^o; Tit. 70, pr., Tit. 78, § 2.^o.

Consoante á essa doutrina é a lição dos praxistas, sem excepção alguma, podendo apenas haver duvida em sobre se o praso para pedir vista para embargos é o mesmo praso, em que olles devem ser apresentados.

A affirmativa tem sido geralmente seguida, a despeito da opinião de Pereira e Souza, segundo a qual, a vista para embargos já se considera um principio delles, bastando assim que seja pedida no decendio, ainda que os embargos se offereçam fóra desse praso (Pereira e Souza, *Prim. Linhas*, not. 595 ; Ramalho, § 321, nota a); Ribas, *Consolidação*, art. 1502).

Esta opinião é, porém, combatida por Moraes Carvalho, *Praxe Forense*, § 702, not. 403 ; Almeida e Souza, *Segundas Linhas*, not. 595,

n. 3 ; Almeida e Oliveira, *Execuções*, n. 435, not. 584,) e não tem sido observada na pratica de julgar, como se pôde vêr de inumeros arestos publicados nas Revistas de Jurisprudencia, (*Direito*, Vols. 32º, pag. 413 ; 44º, 233, 44, 350, 35º, 193, 14, 788 e 50, 535).

Especialmente no Tribunal da Relação do Estado, a jurisprudencia tem sido firmada no mesmo sentido, conforme o attesta Ferreira Tinoco na not. 229, ao art. 639, do Reg. 737, de 1850.

Em contrario a essa jurisprudencia uniformemente estabelecida, constituindo assim o *rerum perpetuo similiter judicalarum auctoritatem vim legis obtinere debere*, o embargante cita o accordam do mesmo Tribunal de 13 de Junho de 1894, cuja doutrina aliás é verdadeira, e não pôde absolutamente favorecerel-o.

Em caso especial, o Tribunal decidiu na verdade que os embargos á sentença de 1ª instancia devem ser offerecidos dentro de dez dias, bastando, porém, pedir-se vista, ainda que ella não se continue ou não se cobrem os autos dentro do dito praso (*Forum*, vol. 3º. pag. 617).

O embargante, porém, não attendeu a que tratava-se de embargos a uma sentença sobre prestação de contas, que é um processo administrativo, não comprehendido no Reg. 737, e consequentemente regulado pelo art. 1052, da *Consolidação* de Ribas, que o accordão citou como disposição legal, clara e terminante, contra a qual não podiam prevalecer estylos, are-

tos ou opiniões de praxistas, ex-vi do art. 34, da lei n. 72, igualmente invocado pelo accordão.

A decisão, portanto, applica-se a caso excepcional, que não é o dos autos, e vem corroborar a doutrina acceita como verdadeira, de que os embargos devem ser oppostos ou apresentados 'no decendio, pena de passar a sentença em julgado.

A opinião de Pereira e Souza, se fôsse acceitavel, não poderia ter uniforme applicação, deste que elle não determinou o praso, dentro do qual os embargos devem ser offerecidos, depois de requerida a vista dos autos no decendio.

Assim, ou esse praso seria indefinido, o que é um absurdo, ou seria de dez dias, conforme a conjectura de Almeida e Souza, que aliás não o admite (not. 595, n. 4.) ou seria de cinco dias, segundo a opinião de Souza Pinto, *Prim. Linhas Civis*, § 1506,) ou seria de 24 horas, como pensão outros, procurando conciliar a antinomia existente entre as Ords. cit. que marcão o praso de dez dias, para embargos á sentença, e a lei de 6 de Dezembro de 1612 § 18 quando prescrevia, que a sentença seja embargada dentro de 24 horas. (Rodrigues, *Consultas Juridicas*, vol. 2º, pag. 335)

A incerteza, a falta de uniformidade sobre assumpto tão importante e que diz respeito á suprema garantia dos litigantes, é ainda um argumento valioso contra a opinião do conceituado praxista.

Com relação ao art. 639, do Reg. 737, o seu texto é de uma clareza a não admittir duvidas. Dentro de dez dias, diz a lei, poderão as partes oppôr embargos á sentença. Esse prazo é fatal, contado de hora á hora, de momento á momento, e por conseguinte, não oppostos os embargos dentro d'elle, ainda que para isto se tenha pedido vista dos autos, a sentença passa em julgado.

E' esta tambem a opinião de Eugenio Egas, de Alfredo Pujol, na not. 90, de seu portatil commentario ao art. 639, do cit. Regulamento.

Publicada a sentença em presença dos advogados das partes na audiencia do dia 2 do corrente, em que o embargante pedio e obteve vista dos autos, deviam os embargos ter sido offerecidos até ás 11 horas do dia 12, em que se verificou a publicação.

Allega, porém, o embargante que entregou os autos em cartorio a 13 de Outubro do corrente, por ter sido feriado o dia anterior, estando assim amparado pela disposição da Ord. Liv. 3º, Tit. 13, que o Reg. 737 reproduziu no art. 725.

Se a petição de vista para embargos não se póde considerar um principio delles, se os dez dias para embargar são, como nas appellações, continuos e não se interrompem pela superveniência de férias, é duvidoso, pelo menos, que possa ter applicação ao caso o art. 724, combinado com o art. 725 citado, nos quaes se dispõe que os termos de vista, para allegar,

contestar, replicar, treplicar e em geral para dizer nos autos, só correrão da continuação destes ao advogado, e que se esses termos findarem em dia feriado só no 1.º dia util poderão os autos ser cobrados.

Entender a disposição legal, conforme pretende o embargante, isto é, que ella se applica aos casos de interposição de recursos, importa a negação da doutrina sustentada até aqui, o reconhecimento de que basta pedir vista no praso para embargar, ainda que os embargos sejam offerecidos depois, é finalmente tornar illusorio o preceito legal e fazer depender do escrivão a observancia dos prazos, dentro dos quaes os recursos devem ser interpostos.

E ainda que se pretenda allegar que a materia é duvidosa, e na duvida os recursos devem ser antes ampliados do que restringidos, entendendo-se benignamente as disposições que lhes são relativas, seria ainda assim o caso de **não se tomar conhecimento dos embargos**, que deviam ter sido apresentados até ás 11 horas do dia 13, quando entretanto informa o escrivão que só o forão ás 11 horas e 50 minutos do dia feriado.

Nem póde prevalecer a allegação do embargante de que procurara o escrivão, cujas portas encontrou fechadas, pois devia testemunhar o facto para proval-o, ou mais commodamente, dirigir-se ao juiz, que não lhe recusaria qualquer providencia, ainda que solicitada ou requerida em hora matinal.

Apezar, porém, do que fica exposto, tomo conhecimento dos embargos, unicamente porque dos autos não está provado que a audiência fôsse aberta ás 11 horas da manhã, como devia constar do respectivo termo e do da publicação da sentença, circumstancia que o escrivão omittiu, infringindo aliás recommendação feita pelo juiz por occasião de dar a sua primeira audiência na comarca.

Sobre a pontualidade do magistrado em dar audiência á hora certa, existe apenas a allegação do embargado; mas esta, se bem que escrupulosamente verdadeira, não pôde constituir prova, que sirva de base a uma decisão.

Allegatio partis non facit jus. Nihil allegare, et allegatum non probare, paria sunt.

A materia dos embargos é o que verdadeiramente se pôde considerar materia velha, já apreciada pela sentença, longamente fundamentada, e afinal por ella desprezada.

Os documentos de novo offerecidos pelo embargante não alteram absolutamente o estado da questão. A carta particular de fls. 99, não prova qualquer pagamento pelo embargante, e a conta corrente de fls. 96 é até contraproducente, pois della se vê que foi fechado a 26 de Junho de 1896, com o saldo a favor de Giacoia de 820\$640, exactamente o mesmo de que o embargante no mesmo dia firmou o credito á fls. 8. Isto quanto a questão de facto, a que, no final da sustentação dos embargos, o embargante apenas ligeiramente se referiu.

Quanto á questão de direito, não é combatida a doutrina sustentada na sentença embargada, que tem por si, além da justiça nella invocada, a que consta de outros arestos no mesmo sentido proferidos e publicados (*Revista de Jurisprudencia* de Ouro Preto, fasc. de 15 de Fevereiro de 1893, pag. 44 ; de 31 de Março pag. 91 ; da *Revista de Jurisprudencia* da Capital Federal, vols. 2º, pag. 205, 7º, pag. 37 e *Forum*, vol. 5º, pag. 253).

Despresando, portanto, os embargos, subsiste a sentença embargada e pague o embargante as custas, incluindo-se nestas somente a revalidação de sellos, a que tiver dado causa.

Ubá, 30 de Outubro de 1899.

HERMENEGILDO RODRIGUES DE BARROS.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos os presentes autos de acção civil, em que é apellante Jeronymo Corrêa Barbosa e appellado Lourenço Pessino, negão provimento á appellação, e confirmam a sentença appellada por seus fundamentos, pagas as custas pelo apellante.

Minas, 5 de Janeiro de 1901.

Braulio P.—Fernandes Torres—Ferreira Timóteo.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de acção civil, da Comarca de Ubá, desprezam os embargos de fis. 130, e mandão que subsista o accordão embargado, pagas as custas pelo embargante.

Minas, 2 de Julho de 1901.

Braulio P.—Fernandes Torres—Ferreira Tinóco
—Theophilo—Amador—Alves de Albuquerque. Forão votos vencedores os Srs. Dezembargadores Amorim e Veiga, *Fernandes Torres.*

Não é essencial, para a validade da revogação do mandato pela nomeação de novo mandatario, que o primeiro seja intimado della.

Procuração acceita em Juizo sem o reconhecimento da firma do outorgante pelo tabelião, é valida; porque tal reconhecimento não é da substancia do mandato particular.

Não é essencial a assignatura do procurador no termo de responsabilidade lavrado na falta de advogado formado ou provisionado. (Aviso de 18 de Janeiro de 1838).

As faltas que só affectam os direitos das partes devem ser desattendidas quando cobertas pelo consentimento expresso ou tacito das mesmas partes.

Invalidez de conta, por não achar-se comprehendida na disposição do art. 22 do Cod. do Commercio.

Mandato mercantil. Falta de prova de sua constituição.

Os contractos celebrados

por cartas missivas anteriores ao mandato, devem ser acceitas por ambos os contractantes, para serem obrigatorias para as mesmas partes.

O mandato não se presume, maximé se o seu valor excede a taxa da lei.

Improcedencia do pedido de *comissão* ou *porcentagem*, por falta dos requisitos do art. 165 do Código do Commercio.

O pae nem sempre pôde representar o filho em juizo, sem procuração d'este.

Documentos que envolvem fraude nenhum valor têm, e esta prova-se, além do exame por indícios e conjecturas.

Appellação Cível n. 1295

Appellante—Mamede Longuinho de Souza

Appellado — Capitão Cassiano Carlos da Cunha

RELATOR O SNR. DESEMBARGADOR F. TORRES

COMARCA DE JANUARIA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos estes autos de acção ordinaria, em que são partes, como auctor; Mamede Longuinho de Souza, residente e domiciliado n'esta cidade, e como réu Cassiano Carlos da Cunha, negociante, também residente e domiciliado nesta cidade:

Allega o auctor, em sua petição inicial de fls. 2, que o reu lhe é devedor da quantia de réis 4:846\$683, resultante das seguintes parcelas: — 700\$000 — de salario de seu filho Antonio Longuinho de Souza que, como caixeiro,

esteve empregado na casa Commercial do reu, por espaço de dous annos quando de menor idade, ao qual o dito reu promettera salario, e não o fez; — 147\$000 — de commissão de 10 %, devida ao auctor, na forma do art. 186 do *Cod. Commercial* pela compra que, por ordem do reu, fez, na povoação da Malhada, (Estado da Bahia), em 1893, de 147 arrobas de algodão em lan, na importancia de réis 1:478\$000; — 3:466\$946 — igualmente de commissão de 10 %, que é devida ao auctor por compra que tambem, por ordem do reu, fez em 1894, na supra dita povoação da Malhada, de 3,018 arrobas de algodão em lan, na importancia de réis 1:470\$000; 3:466\$946 igualmente de commissão de 10 %, que é devida ao auctor por compra que tambem por ordem do reu fez em 1894 na supradita povoação da Malhada; de 3018 arrobas de algodão em lan na importancia de 3:466\$946 — 440\$281 — equivalente ao desconto de 10 % que o auctor obteve da compra de fazendas da Fabrica dos *Maracos* e que o reu fez para o auctor, com o producto do algodão d'elle auctor na importancia de réis 4:402\$819, desconto esse que não foi restituído pelo reu; — 92\$456, correspondente aos juros de 6 % sobre a quantia de réis 440\$281, vencidos em 42 mezes, contados de 10 de Novembro de 1895.

Allega ainda o auctor que estabeleceu a commissão de 10 %. porque, não tendo sido con-

vencionada adoptou-a, como commissario, pois é a que geralmente se costuma pagar.

Citado o réu para a 1.^a audiência, como se vê da certidão de fls. 3, este constituiu o cidadão José de Castro seu procurador, que recebeu a citação. Offerecido o libello de fls. 6 a 7, juntou o auctor uma conta fls. (4 e 4 v.), resumo do mesmo libello, na qual pede ao réu: 700\$000 importancia do salario de seu filho Antonio Longuinho de Souza, então de menor idade, pelo trabalho por este prestado á casa commercial do réu, como caixeiro, no decurso de dous annos, de Julho de 1891 a Junho de 1893; 147\$000, pela commissão de 10 % sobre a somma total de 1:470\$000, de compra de 147 arrobas de algodão em lan, realizada na Malhada, em 1893, á razão de 10\$000 por cada arroba, e por ordem d'elle réu; — 3:464\$946 — tambem de commissão de 10 % sobre a somma total de réis 34:662\$460 — da compra de 3,018 arrobas e 2 kilos de algodão em lan que fez, na Malhada, no anno de 1894, á razão de 11\$000 por cada arroba, e por sua ordem, com os quaes fardos de algodão teve o auctor o trabalho de pesal-os, marcal-os com a firma social do réu, determinar o peso, conserval-os em deposito durante 9 mezes, embarcal-os na Malhada directamente para Guaycuhy etc; 440\$281 — de desconto de 10 % sobre a quantia de réis....: 4:402\$819 — de compras de fazendas da Fabrica dos *Macacos*, realisada pelo réu com esta importancia, restante de réis 5:188\$290, producto

do algodão do auctor, desconto esse que o reu obteve da referida Fabrica e que não restituiu a elle auctor, conforme o documento sob n. 11 e do qual se vê que as fazendas estão pelo custo bruto ; — 92\$456, — de juros de 6 % ao anno sobre a quantia de réis 440\$281, vencidos em 42 mezes, a contar da data da conta corrente do reu ; isto é, de 10 de Maio de 1895 a 10 de Novembro de 1898.

Allega mais o auctor, em seu libello de fls., que o reu prometeu salario a seu filho e não deu e nem forneceu a este vestuario e calçado, durante os dous annos de caixeiro ;

que o auctor comprara para o reu nos annos de 1893 a 1894, 3,165 arrobas de algodão em lan, na povoação da Malhado, Estado da Bahia ;

que o reu promettera-lhe remuneração por seu trabalho, e não deu-a ;

que o reu deve pagar ao auctor uma commissão pelas compras de algodão feitas por ordem d'elle reu, e pelo trabalho tido com esse algodão, commissão essa que deve ser regulada pelo uso do lugar, que é a de 10 % visto nada se ter convencionado previamente ;

que remettera ao reu, em 1895, 379 arrobas e 1 1/2 kilo de algodão em lan para, com as do reu serem vendidas á troco de fazendas da Fabrica dos *Macacos*, nas mesmas condições das vendas e compras effectuadas pelo reu, na dita Fabrica ;

que o reu vendera essas 339 arrobas e 1 1/2

kilos de algodão, pertencentes ao auctor, á mesma Fabrica, á razão de réis 13\$000;

que o reu, depois de ter vendido o seu algodão, bem como o do auctor, comprou fazendas da Fabrica para si, para o auctor com 10 % de desconto, não abonando, entretanto, ao auctor os 10 % obtidos, entregando-lhe as fazendas pelo custo bruto, sem o desconto alludido, cobrando ainda d'elle auctor a quantia de réis 12\$000 de frete por cada fardo de fazendas;

que essa porcentagem pertence-lhe de direito (na importancia de réis 440\$281), uma vez que as fazendas compradas pelo reu forão com o producto do algodão do mesmo auctor, não despendendo com a compra dinheiro d'elle reu;

que o reu deve pagar-lhe o juro legal, na importancia de réis 92\$456, proveniente do referido desconto, e isso de 10 de Maio de 1894 a 10 de Novembro de 1898.

Ao articulado em seu libello de fis., juntou o auctor, além da conta já referida, mais os documentos sob ns. 1 a 19, constantes de cartas missivas do reu, conta corrente do mesmo, carta do regente da Fabrica dos *Macacos* e alguns attestados particulares.

A 19 de Novembro de 1898 deu-se vista dos autos ao procurador do reu para a contestação; mas, antes que terminasse o praso da lei, a 28 do mesmo mez, foi constituido novo procurador — cidadão Luiz M. Gandra, pedindo, então, o reu ao juiz que mandasse juntar aos autos a procuração respectiva, que

foi recebida e lavrado o termo de responsabilidade.

Com vista dos autos o novo procurador (em 28 de Novembro de 1898), este contestou por negação os artigos de fls., propondo os seus artigos de reconvenção de fls. 33 a fls. 35 v. em que pede ao auctor reconvindo a quantia de réis 2:057\$780, sendo 1:350\$000 provenientes de dividas velhas, e que forão descriptas e acceitas no inventario a que se procedeu por morte da mulher do auctor, e 707\$780, importancia esta paga pelo reu reconvinte á casa commercial, na capital da Bahia, dos Srs. Rodrigues Fernandes & Comp, pelo fornecimento ao filho do auctor reconvindo — Antonio Longuinhos de Sousa — quando collegial.

D'este modo, offerecida a contestação á acção e proposta a reconvenção, seguiu a causa os seus ultteriores termos, replicando o auctor o libello e contestando a reconvenção, allegando o seguinte :

que, nos presentes autos, ha faltas e irregularidades que invalidam e annullam os actos praticados pelo novo procurador, desde que o procurador revogado não fôra intimado da revogação ;

que não tem valor juridico a procuração passada ao novo procurador, porque não está com a firma reconhecida e o procurador não assignou o termo de responsabilidade ;

que, a 19 de Novembro deu-se vista dos autos ao 1.º procurador para contestar a acção,

devendo o termo legal findar-se a 28 de Novembro :

que o novo procurador devolveu os autos no dia 29 do dito mez, sem requerer prorrogação do praso de dez dias ;

que sejam, enfim pronunciadas as nullidades occasionadas por falta de intimação ao procurador revogado, sobre a illegalidade da procuração, ficando o reu revél.

Quanto á contrariedade á reconvenção, allega o auctor reconvindo que já effectuou o pagamento da divida constante da *obrigação* de fls. 35 ;

que tem quitação geral do reu reconvinte, a qual é uma carta de 19 do Maio de 1895 ;

que começou a pagar essa obrigação com 5 recibos juntos de 21 de Agosto e 2 de Outubro de 1891 ; de 10 de Fevereiro de 1892 e de uma conta-recibo, datada de 13 de Outubro de 1892, tudo no valor de réis 800\$000 ;

que tem outra quitação em carta firmada pelo reu reconvinte, de 8 de Junho de 1895 ;

que não deve ao reconvinte a quantia de réis 707\$780, cuja importancia não pode ser objecto da reconvenção, por isso que não é uma divida liquida ;

que o reconvindo *errou*, confessando essas dividas por occasião do inventario de sua mulher ; mas que o fez instigado por ameaças e injurias dirigidas pelo reconvinte ao reconvindo, e que, portanto, fica de nenhum effeito a certidão de fls. 36 a 37, pois fôra *coagido* ;

que, por este motivo impugnou o pagamento

d'essas dividas no inventario de sua mulher ;
que as mesmas dividas são simuladas porque
do contrario o auctor reconvindo as teria le-
galisado ;

que, nos melhores de direito, deve o auctor
reconvindo ser absolvido da quantia pedida na
reconvenção e condemnado o recorrente na
quantia pedida no libello de fls. A' fls. 52 a
56, treplica a acção e replica a reconvenção,
allegando o reu reconvinte :

que lei alguma processual prescreve, como
formalidade essencial, a assignatura do termo
de responsabilidade, bastando mandado escripto,
em que se acha implicitamente a dita respon-
sabilidade ;

que, quanto á procuração, o mandado pôde
ser revogado independentemente de intimação
judicial do procurador revogado ;

que não é necessario o reconhecimento da
firma do reu, que está tacitamente reconheci-
da pelo juiz, etc.

Allega mais o reu reconvinte, em sua repli-
ca, que as asseverações do auctor reconvindo
— Manoel Longuinhos de Sousa — em nada pre-
judicaram ao reconvinte Cassiano Carlos da
Cunha — nem no pedido da acção, nem no da
reconvenção, usando apenas de meios pelos
quaes esquivava-se á obrigação contrahida para com
o reconvinte, e pedindo, na acção, uma quan-
tia que nunca lhe fôra devida etc. ;

que o reconvinte ajunta mais um recibo fir-
mado pelo procurador Henrique Adeodato Dias

Coelho, na importância de réis 100\$000, de honorários d'esse procurador pela liquidação de contas do auctor reconvinado, quando exonerado do cargo de Administrador da Recebedoria do Machado, cujo documento tem a data do 6 de Maio de 1897 (a fls. 59) prefazendo todo pedido na reconvenção em 2:157\$780, deduzidas as quantias constantes dos recibos sob ns. 2, 3, 4 e 7, que também é de réis 100\$000, conforme o assento em livro proprio ;

que a carta de 13 de Outubro de 1892 offerecida pelo reconvinado com recibo de réis 500\$000, está alterada, falsificando-se de 50\$000 para réis 500\$000, pelo que o reconvinado protesta em tempo pelo respectivo exame n'esse documento ;

que a sua replica deve ser recebida e afinal julgada provada, para o fim de ser o reconvinado condemnado na forma do pedido e custas. Treplicando a reconvenção á fls. 58 v. a fls. 60, diz o auctor reconvinado que o recibo dilacerado (doc. n. 7), e que o reu reconvinado affirma ser de valor de réis 100\$000, é de maior ;

que a divida de réis 100\$000, constante do recibo de fls 57, não a deve o reconvinado, porque essa despesa foi feita exclusivamente pelo reconvinado, quando fiador do auctor, o qual indo á capital do Estado, lá mandou requerer quitação para si, como é publico e notorio nesta cidade ;

que a liquidação das contas do reconvinado fôra feita por seu procurador Antonio Leão

Lopes da Cruz, na Secretaria das Finanças, da qual liquidação resultou um saldo a seu favor, na importância de réis 259\$998, visto ter sido lida essa liquidação em um jornal official de 1896 ;

que ao reu reconvinte incumbe provar que o reconvindo auctorisou-lhe contrahir esse debito ; que não tem qualificativo a declaração do reu, de referencia a alteração e falsificação da quantia de réis 50\$000 para réis 500\$000, visto estarem perfectos os algarismos e sem vicio algum ;

que o auctor se oppõe ao exame nos livros do reu reconvinte, porque elles não merecem fé, e mais, que as contas illiquidas não podem fazer parte da reconvenção ;

que a triplica deve ser recebida e julgada provada, sendo o reconvindo absolvido do pedido da reconvenção, e o reconvinte condemnado no dobro das custas.

Posta a causa em prova, na audiencia de 23 de Dezembro de 1898, requereu o auctor que este juizo designasse dia, hora e lugar para a producção das provas, citando-se o reu, ou quem o representasse.

Isto feito, offereceu o auctor, dentro da dilação probatoria, o rôl de suas testemunhas, em numero de 5, tres das quaes depozeram de fls. 64 á fls. 68 v. dispensando-se, a requerimento do mesmo auctor, o depoimento da 4.ª e 5.ª testemunhas que deixaram de comparecer,

Tendo protestado o reu pelo exame no docu-
soph n. 5, a fls. 46, requereu a este juizo a citação,

do auctor para louvar-se em peritos, que examinassem esse documento ; e, na audiencia de 6 de Janeiro do corrente accusou a citação do auctor, louvando-se nos peritos Appollinario Alves de Oliveira Casqueiro e Rodolpho Teixeira da Rocha que, juramentados, lavraram o seu parecer de fls. 78; em resposta aos quesitos do reu, fls. 76.

A' fls. 9 protestou o auctor pelo depoimento do reu aos artigos constantes de fls. 93 a 94 v., tomando-se-lhe de fls. 95 a fls. 98 v.

Terminada a dilação probatoria, seguiram-se as razões finais, arrasoando o auctor de fls. 98 a fls. 115, juntando os documentos sob ns. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, depois o reu, de fls. 122 a 131, o qual, tendo juntado documentos novos, de ns. 1 a 11, deu-se vista ao auctor, por despacho de 11 de Fevereiro deste anno, que arrasou de fls. 148 a fls. 153. v., juntando os documentos de ns. 1 a 6, e por ultimo o reu de fls. 161 a fls. 161 v.

Subindo estes autos á conclusão do juiz, devidamente sellados e preparados, e antes que findasse o praso para a decisão da causa, o respectivo proprietario, por motivo de molestia, mandou, por despacho de 20 do mez proximo passado, que os presentes autos fossem conclusos ao seu substituto legal, visto ter interrompido a jurisdicção.

O que tudo visto, bem examinado e ponderado :

Quanto a arguida nullidade do feito :

Considerando que não procede a arguida

nullidade, pelo auctor, de não intimação do procurador revogado, por isso que essa intimação não é essencial, e dos autos consta que o primeiro procurador — cidadão José de Castro — após a revogação do mandato de fls. 29 não funcionou absolutamente neste feito, e n'estes termos não podia essa diligencia, por si só, determinar a nullidade do mandato de fls. 33, e muito menos a desta causa, em qualquer de suas partes; porquanto,

Considerando que, conforme ensina Mazzoni, de referencia ao art. 1760 do *Cod. Civil Italiano*, que dispõe, como também o art. 2066, do *Cod. de Napoleão*, que a nomeação de um novo mandatário para o mesmo negocio produz a revogação do mandato conferido ao precedente procurador, e que a notificação não a requer a lei como uma formalidade essencial, que seria, realmente, superflua essa intimação, apenas suggerida ao mandante como um acto *que o garantiria contra o mandatario precedente, no caso que este negasse ter tido noticia do novo mandatario* (Mazzoni, *Istituzioni di diritto civile italiano*, 3.^o ed., vol. V, not. 1.^o § 237, pag. 371); além de que,

Considerando que o descumprimento do art. 706. § 1.^o do Reg., sob. n. 737 de 25 Novembro 1850 e o da *Ord.*, Liv. 3.^o Tit. 26, que o auctor pretende constitue motivo sobejo para a invalidade da causa, não affecta a substancia do acto juridico praticado pelo reu, referentemente á revogação dos poderes do precedente procurador; porquanto, revogando, como revogou,

os poderes contidos no instrumento de fls. 29, usou de um direito que lhe faculta a lei, por isso que essa substituição de poderes podia dar-se tacitamente, antes da contestação da lide conforme se verifica dos autos; *Repert.*, vol. 4.º pag. 277; Heinec. *ad Pandect.*, part. 1.ª, § 434; Mel. Freire, liv. 4.º tit. 3.º § 14); e mais,

Considerando que também improcede a arguição de nullidade por falta do reconhecimento da firma do reu na procuração de fls. uma vez que o juiz da causa, acceitando essa procuração, reconheceu-a tacitamente por verdadeira e do proprio punho do outhorgante, e, como tal, sanou e homologou essa falta, que, não sendo, como não é, da substancia do mandato particular, em regra não produz a sua nullidade, mesmo porque a lei não o exige sob essa pena: Pereira e Souza, *Pr. Lin., Proc. Civ.* nota 8.; Ass. de 23 de Julho de 1811; Corrêa Telles, *Dig. Port.*, tom. 1.ª, tit. 3.º § 32; *Addit. á Cons. das Leis Civis*);

Considerando que a omissão da assignatura do procurador no termo de responsabilidade de fls. 32 v., semelhantemente á allegada nullidade do não reconhecimento da firma na procuração, não é motivo para a decretação da invalidade da presente causa, pois que nenhuma lei processual prescreve como *essencial* — esse termo — admittido na pratica sem razão de ordem publica, mas somente no interesse das proprias partes, como determina o Aviso de 18 de Janeiro de 1838, e nem mesmo existe, como

fórmula substancial, dispositivo algum, na nossa legislação, que auctorise, obrigue, imponha a parte a assignar essa responsabilidade, necessitando, apenas, de licença do juiz, quando não houver advogados formados ou provisionado no respectivo *forum* : Leisob n. 18, de 28 de Novembro de 1891, art. 113, § unico, *in fine*; e mais,

Considerando que o termo ou dilação, dentro da qual veio o reu com a sua contestação, não foi excedido, como affirma a auctor, porque esse prazo conta-se *de die ad diem*, e dos autos consta que o procurador do reu teve vista dos autos para contestar, a 19 de Novembro de 1898 (fls. 31) e offereceu a contrariedade aos artigos de fls., a.º 29 do mesmo mez e anno ;

Considerando que as faltas que só affectam os direitos das partes devem ser desattendidas, quanto cobertas pelo consentimento expresso ou tacito das mesmas partes ; Pereira e Souza, n. 8 ; N. R. J., ars. 481 ; Pimenta Bueno, *Apont.*, tit. preliminar, pag. 5 ; *Cod. Civil Francez*, art. 173 ; porquanto, as formalidades puramente de interesse privado, ao em vez de serem garantias de ordem publica, são apenas meios de obter-se o conhecimento mais facil da verdade para se fazer justiça ás partes, e não se deve sacrificar os fins aos meios, por um formalismo condemnavel, accrescendo que, sendo a nullidade um mal, amplial-o sem rasoavel fundamento, seria aggravar-o ainda mais e injustamente : *Plerumque duum proprietat verborum attenditur, sensus veritatis omittitur* ; e mais

Considerando que o interesse de ordem publica não aconselha a decretação da nullidade de um acto, que não lhe affecta directamente, e cuja validade as partes reconhecem, como reconheceu o auctor no proseguimento dos termos desta causa ; (Merlin, *Nullité*, § 3.^o);

Considerando que, segundo Pimenta Bueno, em caso algum deve ser provida a nullidade relativa ou accidental, senão quando se mostrar que d'ella resultára damno ás partes, pois que, aliás, equivale a uma simples irregularidade, sem influencia, nem consequencia, e neste particular estão as irregularidades deste autos de *someros* importancia, erigidas pelo auctor em cathegoria de *absolutas* ou *substanciaes*, em virtude das quaes o mesmo auctor pretende invalidar todo este processado, no correr do qual as partes allegaram e discutiram os direitos que lhes assistiam ; e pois,

Considerando que independentemente das faltas e das nullidades, pelo auctor arguidas no presente feito, os autos não demonstram a preterição de nenhuma solemnidade outra, da natureza d'aquellas, cuja inobservancia basta, em face da lei, para determinar, ainda *ex-officio*, a invalidade do processo ;

Em vista do exposto, hei por improcedente a arguição das nullidades da causa, afim de conhecer-lhes do seu merito.

E, de facto, apreciando-lh'o, em face das provas dos autos e prescripções de direito :

Considerando que a conta de fls. 4, escripta

e assignada pelo auctor, nenhum valor juridico tem, por isso que é um instrumento particular, não comprehendido na disposição do art. 22 do *Cod. do Commercio*, e por via de regra os instrumentos particulares não podem provar em favor de quem os escreveu e os assignou; (Const., 6 e 7, *Cod. De probat.*),

Considerando que o auctor — Mamede Longuinhos de Souza — propondo a presente acção ordinaria ao reu — Cassiano Carlos da Cunha — pede a este a quantia de réis 4:846\$683, total de diversas parcellas, resultantes de salario de seu filho Antonio Longuinhos de Souza; de commissão de 10 % sobre compras de algodão em lan; de desconto que, diz, obteve em compras de fazendas na Fabrica dos *Macacos*, e de juros de 6 %., vencidos em 42 mezes;

Considerando que, excepção feita da importancia de réis 700\$000, as demais (diz o autor) são provenientes do exercicio do mandato mercantil e de commissão egualmente mercantil;

Considerando que o mandato, na hypothese vertente, é o «contracto pelo qual um commerciante confia o outrem a gestão de um ou mais negocios mercantis, agindo o mandatario e obrigando-se em nome do committente, podendo ser publico ou particular o instrumento do contracto, em cuja classe entrão as cartas missivas;

Considerando que dos autos não consta a existencia do instrumento do mandato constituindo o auctor mandatario do reu, vendo-se ape-

nas varias cartas missivas deste, que não suffragam a intenção do auctor, nem provão a constituição do mandato mercantil, porquanto, os escriptos particulares para serem equiparados e valerem como escriptos publicos, como no caso occorrente, devem ser *anteriores* ao contracto : Acc. Rev. do Trib. do Comm. da Côrte, de 6 de Dezembro de 1869 ; Rev. sob n. 7431 de 24 de Junho de 1869 ; Jurispr. Comm., pags. 14 e 354) ; e mais

Considerando que os contractos, celebrados por cartas missivas, anteriores ao mandato, devem ser acceitos por ambos os contractantes, afim de reputarem-se concluidos e obrigatorios para as mesmas partes (*Cod. Comm.*, art 127), e dos autos não se verifica semelhante hypothese, e o mandato não se presume, maxime se seu valor excede a taxa da lei : Acc. Rev. da Relação da Bahia de 14 de Dezembro de 1871 ; Acc. da Rel. de Minas Geraes de 10 de Novembro de 1894 ; Rev. sob n. 7752 de 1.º de Abril de 1871 ; *Dir.*, vol 3.º, pag. 49, vol. 6.º, pag. 70 ;

Considerando que não procede a allegação do auctor, referentemente ao direito que diz assistir-lhe para pedir ao reu a commissão de 10 %. sobre a quantia de réis 1:470\$000, producto de 147 arrobas de algodão em lan, compradas pelo mesmo auctor, em 1833, na povoação da Malhada (Estado da Bahia) e por ordem do reu ; como tambem não colhe, ou não lhe é devida a mesma commissão de 10 %. sobre a quantia de réis 34:669\$460, por compras

de 3018 arrobas de algodão em lan, feitas por ordem do reu em 1894 ;

Considerando que o auctor não tem direito algum á predita commissão, porque dos autos está provado não ter precedido contracto, nem mandato entre as partes litigantes, tanto mais quanto, para haver o auctor essa commissão ou porcentagem, caso a ella fizesse *jus*, era indispensavel, essencial, que o referido auctor tivesse, possuisse os requisitos do art. 165 do *Cod. Comm.* ; isto, é que o *commissario* tenha a *qualidade de commerciante, obre por conta propria em seu nome* ; (Rev. sob n. 8372, de 27 de Setembro de 1872 ; *Gazeta Juridica*, vol. 1.º pag. 315), e não a qualidade de *agenciador* de negocios, como se vê do § 1.º dos provaras de fls. 6 a 7 ;

Considerando, mesmo por absurdo, que houvesse mandato propriamente dito, ainda assim, a commissão pedida pelo auctor ao reu não se justificava, por isso que não foi estipulada, não houve ajuste expresso : Rev. sob n. 8428 de 11 de Fevereiro de 1874 ; *Dir.* vol. 3.º, pag. 317 ; *Cod. Comm.*, art. 154, *in fine* ;

Considerando que na ausencia de provas por escripto do contracto entre as partes, procurou o auctor provar a sua intenção, já por meio de cartas missivas, já por meio de testemunhas, já pelo depoimento da parte ; e, neste presuppuesto ;

Considerando que o desconto de 10 %., pelo auctor pedido nos seus arts. de fls. sobre a quantia de réis 4:402\$819, cuja somma empre-

gou o reu em compras de fazendas da Fabrica de *Macacos*, importancia esta pertencente ao auctor como producto de 115 fardos de algodão, com 399 arrobas e 1 1/2 kilos (doc. n. 11 fls. 16), tambem a elle não tem direito ; porquanto, dos documentos sob. ns. 3 e 4. de fls. 135 a 136, se vê que o referido auctor se acha, sobejamente pago de todas as despesas feitas pelo reu, que não era e não é obrigado a fazer a mesma concessão que a Fabrica dos *Macacos* lhe fazia pelo empate do capital do reu ; e assim,

Considerando que é egualmente improcedente o pedido do auctor, de referencia aos juros de 6% sobre a quantia de réis 440\$281, vencidos em 42 mezes, por isso que, como dito fica provado, não assistindo direito algum ao auctor sobre a importancia pedida pelo desconto de 10%., é claro e evidente que tambem não tem lugar a porcentagem legal sobre uma somma imaginaria e dos autos não se verifica a existencia de prova corroborativa da obrigação respectiva do reu para com o auctor ;

Considerando que é de todo illegal, contraproducente a exigencia de 700\$000 tambem pelo auctor pedida ao reu como salario de seu filho de nome Antonio Longuinhas de Souza, que como caixeiro, e ainda de menor idade, esteve na casa commercial do mesmo reu ; porquanto dos autos se evidencia que este seu filho, ho-diernamente é de maior idade, acha-se casado, em pleno gôso de seus direitos civis e politicos, e, como tal, independe de tutela, do pa-

trio poder, é pessoa *sui juris* e consequentemente não incide na disposição da lei que limita a capacidade civil ; e mais,

Considerando que, mesmo como filho-familia, ainda assim o auctor não representava, como não representa, o seu filho maior, porque, para represental-o em juizo, nessas condições, era imprescindivel a intervenção e procuração desse seu filho, e dos autos nada consta que justifique a pretendida e absurda tutela, repellida pela lei : *Dig. Port.* vol. 2.º art. 557 ; Pereira e Souza, nota 97 e 115 ; *Borg. Carn.*, vol 2.º § 192 nota 15 ; *Heinec. ad Pand.*, parte 1.º § 148, P. Bueno *Apont. sobre o Proc. Civil*, tit. 2.º secç. XII, § 35 ;

Considerando que não tem razão de ser a allegação do auctor, relativamente ao 4.º dos seus artigos de fls., porque, do proprio documento junto ao libello pelo auctor (documento 1.º) se vê que o reu collocando, como collocou o filho do auctor em sua casa de negocio promettera a este um salario que deveria ser *designado depois de um anno de aprendizagem*, findo o qual elle reu auctorizou o dito caixeiro a *fazer o lançamento de que o mesmo precisasse*, e de facto debitou-se na quantia de réis 38\$567, conforme se acha confessado no depoimento do reu, art. 5.º a fls. 25. v. ;

Considerando que, de accôrdo com o allegado no art. 8.º do libello, e documento sob. 6, o reu *promettera uma recompensa ao autor pelo trabalho que tinha com os recebimentos do algodão do referido reu*, remuneração esta subordinada aos

lucros que tivesse com a vendagem das partidas do mesmo algodão, simples promessa condicional, que dependia de acontecimento futuro ; e não obstante,

Considerando, que accetta a proposta do auctor exarada no documento sob n. 5, á fls. 198, em que diz : « Com V. quero fazer assim : Compro para si o algodão que quizer, vendendo V. o meu para mim nas condições do seu contrato » ; tendo o reu vendido 115 fardos de algodão ao auctor com 399 arrobas e 1 1/2 kilos, á razão de 13\$000, preço por que vendeu o reu o seu, cumpriu, desta forma, a sua promessa de remuneração, tendo além disso em attenção á mesma promessa conduzido esses 115 fardos de algodão a expensas delle reu até'o porto de Guaicuhy nada cobrando do auctor pelo transporte e despesas então feitas que attingem á quantia superior a réis 400\$000, não se computando neste calculo o accrescimo de réis 2\$000 em cada arroba do referido algodão, conforme se verifica do depoimento do reu á fls. nos arts. de fls. ;

Considerando ainda que a prova testemunhal produzida nesta causa não suffraga absolutamente a intenção do autor, desde que, do depoimento de suas testemunhas — Pedro Pereira da Cruz, Manoel Ribeiro de Souza e Vital Crispiniano de Oliveira, não resalta a prova do que allega, por isso que essas testemunhas se contradizem, são defeituosas, obscuras, e inconcludentes os depoimentos; não affirmam positivamente a existência do contracto, referindo-se a factos isolados e destacados uns dos outros ;

Considerando que os depoimentos destas 3 testemunhas são incertos, duvidosos, nenhum valor juridico merecem em juizo e em direito consideram-se como inexistentes, não reieva aparte da prova: *Consol. das Leis Civis*, de Ribas Cap. X Secç. I, art. 327 e notas respectivas; Const. 10 e 21, Cod. De probat; e sendo assim,

Considerando que a prova incumbe a quem afirma: *onus probandi incumbit ei qui dicit* (Pereira e Souza, § 24; *Ord.* liv. 3.º tit. 53, § 10; Paula Baptista § 36; Paula Pessoa, *Cod. do Proc. Crim.*, n. 776; e que o auctor não provando deve o reu ser absolvido: *auctore non probante reus absolvitur etiam si nihil ipse præstiterit*;

Considerando que o auctor com a correspondencia epistolar que juntou, escripta e assignada pelo reu, não conseguiu provar a sua intenção excluida peremptoriamente com a junção nestes autos dos documentos offerecidos pelo reu que são corroborados pelo depoimento do mesmo reu, o qual constitue prova plena, é indivisivel, deve ser tido como verdade, prefere a todas as especies de provas, porque faz prova plena de facto, faz as vezes de sentença de cousa julgada; *confessus pro judicato habetur*; *confessus in judicio proprio re condemnatur*; (Reg. sob n. 1737 de 25 de Novembro de 1850, art. 156 e 157; Rev. n. 8097 de 14 de Setembro de 1872; Acc. Rev. da Rel. de Pernambuco de 29 de Junho de 1873; *Dir.* vol. 2.º pag. 313; *Ord.*, liv. 4., tit. 52; *Consol. das Leis Civis* de Teixeira de Freitas, art. 379;

Considerando que é deficientíssima a prova que resulta dos attestados juntos aos autos pelo auctor em numero de 4., a fls. 21 a 24 v. pois não tem character legal como meio de prova, devendo ser considerados como documentos meramente graciosos que por si sós, não merecem fé em juizo, e portanto, imprestaveis ;

E, no tocante a reconvenção :

Considerando que a reconvenção é, a acção proposta pelo reu ao auctor perante o juiz em que é demandado e dos autos consta, fls. 33 v. que Cassiano Carlos da Cunha contestando a acção principal offereceu os seus artigos simultaneamente com a sua contrariedade ao libello de fls. ;

Considerando que o reu reconvinte em seus artigos de fls. pede ao auctor reconvindo a quantia de reis 2:057\$780, deduzida a somma de reis 450\$000 já recebida.

Considerando que o reu reconvinte para a prova da reconvenção que propôz, juntou a *obrigação* de fls. 35, contrahida pelo auctor em 1891 (6 de Agosto, na importancia de réis 1:800\$000 compromettendo-se a pagar esta quantia no espaço de 3 annos, em prestações mensaes de réis 50\$000, bem como o documento de fls. 36 a 37, referente a uma certidão passada pelo official publico, na qual se vê que, por occasião de proceder-se o inventario por fallecimento da mulher do auctor reconvindo, este, como cabeça de casal déra a descrever e acceitou as dividas de réis 1:350\$000 (dividas velhas)

e réis 707\$780, importancia esta paga pelo reu reconvinte á casa commercial na Bahia, dos Srs. Rodrigues Fernandes & Comp.^a pelo supprimento a Antonio Louguinhos de Souza, quando collegial ; e mais,

Considerando que o reconvinte na replica á reconvenção juntou ainda outro recibo (documento de fls. 57) firmado pelo procurador Henrique Adeodato Dias Coelho, que, 'pela liquidação das contas do reconvinde, quando administrador da recebedoria da Malhada, recebeu do reconvinde, de seus honorarios, a quantia de réis 100\$000, importancia essa que unida ás sommas já citadas, prefaz todo o pedido de reconvenção em réis 2:157\$780 ; entretanto,

Considerando que o reconvinde provou categoricamente a sua intenção, pois que os seus documentos revestem-se de força probante, merecem fé plena em juizo, estão de accordo com a lei, porquanto,

Considerando que, o 1.^o desses documentos (certidão de fls. 35 a 37 v.) é copia fiel do que se passou por occasião da descripção de dividas no inventario acima alludido, onde o auctor reconvinde deu a descrever a divida de réis 1:350\$000, resto da *obrigação* de réis 1:800\$000 contrahida pelo reconvinde em 6 de Agosto de 1891 (documento a fls. 35), tendo anteriormente o mesmo reconvinde dado por conta dessa *obrigação* a quantia de réis 450\$000, conforme os recibos sob ns. 2, 3, 4, 5 e 7, sendo 4 no valor recebido de réis 100\$000 cada um e o de n. 5, no de 50\$000 ;

Considerando que a parcella de réis 707\$780, como a 1.^a, foi descripta e accepta no inventario supra citado, e assim sendo, o reconvin-do legalisou, responsabilisou-se pela importancia de réis 2:057\$780, não favorecendo, portanto, a allegação do reconvindo em como for-*ra coagido* a confessar essas dividas, porque a coação não se presume;

Considerando que as 2 contas correntes da firma social, na Bahia, dos Snrs. Rodrigues Fernandes & Comp. (documentos sob ns. 7 e 8 de fls. 139 á 140,) demonstram que o reconvinte pagou as despesas do filho do auctor reconvindo, quando de menor idade e collegial; e, apesar do que dito fica,

Considerando que é o mesmo auctor reconvindo que vem corroborar ou reforçar esses dous documentos, quando, em cartas de 1.^o de Julho de 1895 e 13 de Agosto do mesmo anno, dirigidas ao reconvinte, diz: Logo que effectuar esta venda *lhe pagarei as despesas feitas por Tonio, na Bahia,*» exprimindo-se n'outra desta forma: « Se até a chegada desta ahi não chegou a solução dos meus ordenados de Janeiro a 12 de Abril do corrente anno, fará seguir a carta que nesta data dirijo aos meus procuradores Zoroastro Pires e Edeltrudo Pires, dando V. destino ao respectivo liquido, para o que poderá enviar esta a elles, « visto já lhe ter dito que esse dinheiro era para V. por conta de meu debito contrahido na Bahia por meu filho » ; por outro lado,

Considerando que o auctor reconvin-do, em sua contrariedade à reconvenção, néga peremp-toriamente a existencia da quantia pedida pelo reu reconvin-te, allegando achar-se satisfeita o a ella não ter direito ; entretanto,

Considerando que não procede a affirmação do reconvin-do, de que as 2 cartas do reconvin-te (de 19 Maio de 1895 e de 8 de Junho do mesmo anno, documentos ns. 1 e 6, á fls. 42 á 44,) são *a quitação geral do pagamento da obriga-ção* á fls. 35 ; porquanto ellas se referem a transacções outras, que não a referida *obrigação*, como claramente se vê e deprehende-se do 2º. periodo da 2ª. carta, que diz : « Com rela-ção ás suas contas de loja acha-se quites e tudo riscado » ; e quanto aos recibos,

Considerando que os de ns. 2, 3, e 4, no vo-l r de réis 100\$000, cada um, e datados de 21 de Agosto de 1891, de 2 de Setembro do mesmo anno e de 10 de Fevereiro de 1892, pro-vão que o auctor reconvin-do deu ao reu reconvin-te, por conta da obrigação de fls., a quan-tia de réis 300\$000 ;

Considerando que, além deste pagamento, re-metteu o reconvin-do, da povoação da Malha-da, ao reu reconvin-te, mais a quantia de réis 50\$000, cujo portador fôra Acilino Carlos da Cunha, genro do reconvin-do, o qual no docu-mento de fls. 82 á 83 v. de 13 de Dezembro dae 1898, firma positivamente ter entregado ao reconvin-te, por ordem do reconvin-do, essa importância de réis 50\$000 ; entretanto,

Considerando que, na carta de 13 de Outubro de 1892, do reconvinte ao reconvin-do, na qual esse accusava a quantia recebida, vê-se que fôra intercalado mais um zero na predita importância de 50\$000, elevando-a a 500\$000; pelo que, protestando o reu reconvinte pelo exame respectivo, os peritos escolhidos por ambas as partes declararam em seu parecer de fls. 78, em resposta aos quesitos do reu reconvinte, á fls. 76, que « havia vícios no documento n. 5, á fls. 46, dos autos, que é o concertado feito nas duas cifras » da quantia de 500\$000).

que é manifesta a emenda de 50\$000, para 500\$000, do documento em questão, visto ter o capitão Cassiano, no mesmo, escripto algarismos deixando vagas, onde facilmente podem ser intercaladas cifras;

que no angulo marginal esquerdo do mesmo documento está alterado e emendado de 50\$000 para 500\$000, tudo por letra de Mamede Longuin-hos;

que está visível a differença da tinta da emenda;

que a letra do distico, tanto dos algarismos, como dos dizeres, é de Mamede Longuin-hos; a vista do que,

Considerando que esse documento, viciado como está, e por quem, talvez, tinha interesse directo na fraude premeditada, não pôde, absolutamente, merecer fé, não produz nenhum effeito juridico, deve ser repellido á *prima facie*, uma vez que está provado que foi emen-

dado em lugar substancial e suspeito, e dos autos não se collige prova alguma da emenda competentemente resalvada: Reg. sob n. 737, art. 146; *Consol.* de Ribas, arts. 387 e 388; Silva ad Ord., Liv. 3º. Tit. 60, § 3º, n. 28;

Considerando que independentemente do exame e parecer lavrado pelos peritos, ainda assim, o documento preindicado não tem valor, não merece fé, porisso que podem-se provar a simulação e a fraude por indícios e conjecturas: Ord. Liv. 3º. Tit. 59, § 25; Acc. da Relação da Corte de 20 de Maio de 1887; *Rev.* n. 8833, de 14 de Junho de 1876; *Dir. Vol.* 43, pag. 517; *Gazeta Juridica*, Vol. 12, pag. 698; Acc. da Relação da Corte de 28 de Outubro de 1879; *Dir.*, Vol. 21 pag. 447;

Considerando que o recibo sob. n. 7, junto aos autos à fls. 48, é outro documento sem valor, imprestável para chegar á cathegoria de prova, como imprestável é o seu todo; porquanto, acha-se dilacerado justamente nos lugares substancias, não se podendo, inteiramente, descobrir a quantia entregue pelo auctor reconvinco e recebido pelo reu reconvinco, e pois é um papel a que não se pôde emprestar valor quantitativo algum;

Considerando, finalmente, o mais dos autos e pronunciações de direito, com que me conformo:

Julgo o auctor Mamede Longuinhas de Sousa carecedor de acção, procedentes os artigos de reconvenção proposta pelo reconvinco Cassia-

no Carlos da Cunha, e condemno o auctor reconvin-do no pedido, juro e custas.

Sellem-se e numerem-se as folhas accrescidas.

Januaria, 22 de Junho de 1899

O Juiz de Direito Interino

JOÃO MOREIRA DE CASTRO.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos de acção civil da comarca da Januaria, entre partes como appellante tenente Mamede Longuin-hos de Souza, como appellado capitão Cassiano Carlos da Cunha, negão provimento á appellação e confirmam a sentença appellada, por alguns de seus fundamentos menos quanto ás cartas juntas não constituirem mandado, condemnando o appellante nas custas.

Minas, 27 de Julho de 1901.

Braulio P.—Fernandes Torres—Ferreira Tindco
Foi voto vencedor do Sr. Dezembargador *Resende Costa—Fernandes Torres.*

E' da substancia das escripturas de hypotheca para que validas sejam; a declaração expressa que nellas se fará por parte do mutuario de estarem ou não os seus bens sujeitos a quaesquer responsabilidades por hypothecas legaes, importando para o mesmo mutuario as penas do crime de estellionato, a inexactidão ou falsidade nessa declaração.

Tal exigencia é extensiva tambem ás escripturas de hypotheca lavradas posteriormente 2 de Maio de 1891.

Na transmissão de immovel, porém com pacto adjecto de hypotheca, esta se constitue no mesmo acto da celebração do contracto e não é possível ao comprador aquella declaração em relação a um immovel que só então passa a ser objecto de sua propriedade. Em tal caso, pois, essa declaração não é da substancia do contracto.

O immovel commun a diversos proprietarios não pôde ser hypothecado na sua totalidade se o consentimento de todos. Cada um destes, todavia, pode hypothecar individualmente a parte que nelle tiver, se fór divisivel e só a respeito dessa parte vigorará a indivisibilidade da hypotheca. Em tal caso esta se consolida depois da partilha, ou fica sem effeito se o immovel pro indiviso fór lançado integralmente ao quinhão de outro herdeiro.

Só por acção ordinaria pôde ser annullada a escriptura de hypotheca de prédio possuído em commum.

A penhora pode ser feita em qualquer dia, mesmo em tempo de ferias

As nullidades das escripturas hypothecarias aproveitam só a terceiros, nunca as partes contratantes.

Já não vigora a parte final do art. 4.º, § 8.º do Decreto n. 169 A, *ex-vi* do art. 219 do Decreto n. 370.

O registro de qualquer titulo pôde ser requerido por todos aquelles que adquirem ou transmitem algum direito por força dos mesmos titulos, e particularmente tratando-se de inscripção cujo requerimento pode ser feito pelo credor ou pelo devedor.

Para prova do registro não é necessaria a junção dos extratos, porque essa prova consta do proprio titulo em que deve ser lançada a nota da inscripção.

Appellação Civil n. 1403

Appellante — D. Maria Carolina de Araujo Vieira

Appellado — Manoel Antonio de Oliveira

RELATOR O SR. DEZEMBARGADOR SARAIVA

Tribunal da Relação de Minas

SENTENÇA

Vistos:

Manoel Antonio de Oliveira, auctor, residente no districto do Sapê, desta comarca, tendo vendido a D. Maria Carolina de Araujo Vieira, pela quantia de vinte contos de réis, uma situa-

ção agricola, denominada Forquilha, no mes, mo districto, convencionou com a compradora ré, de quem recebeu a metade do preço, que a quantia restante lhe seria paga no praso de um anno, sem juros, e d'ahi em diante com os juros de 1 % ao mez, ficando-lhe hypothecada a mesma situação agricola em garantia ao pagamento da divida.

Nesta conformidade lavrou se a 30 de Maio de 1898 a escriptura de transmissão do immovel com o pacto adjecto de hypotheca, sendo a mesma escriptura transcripta e inscripta a 11 de Junho do mesmo anno.

Vencida a divida, sem que a devedora tivesse feito o pagamento no praso ajustado, requereu o auctor a expedição de mandado executivo para que a ré pagasse incontinenti, e, na falta do pagamento, se procedesse á penhora no immovel hypothecado.

Effectuada essa a 14 de Junho deste annò, com intimação á executada para oppôr-lhe os embargos que tivesse, forão offerecidos os de fls. 18, em que se articula o seguinte :

1°. Que é nulla a hypotheca, por violação expressa dos artigos 4°. § 6°. da lei n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890 e 130, § 1°. do Decreto n. 370, de 2 de Maio do mesmo anno, visto não constar da escriptura a declaração que nella devia ser feita pelo mutuario de estarem ou não os seus bens sujeitos a quaesquer responsabilidades por hypothecas legaes;

2°. Que é nulla a alienação do immovel em

sua totalidade, e, consequentemente, nulla tambem, em parte, a hypotheca subsequente, que nem mesmo ao registro podia ser admittida; porquanto, o immovel alludido aehava-se pro-indiviso e foi alienado sem o consentimento de outro condomino, filho da fallecida mulher do embargado, com o qual não foi partilhada a metade dos bens do acervo, estando já reconhecida judicialmente a sua qualidade hereditaria;

3°. Que a penhora foi feita a 15 de Junho, dia feriado, não tendo sido a embargante citada depois della para offerecer os embargos que tivesse.

Em razões finaes acrescenta ainda a embargante :

4°. Que é nulla a inscripção da hypotheca porque, além do motivo allegado da sua inadmissibilidade ao registro, a inscripção foi feita ex officio e sem extractos, relevando ainda ponderar que o mandado executivo foi expedido, sem a exhibição do 1°. traslado da escriptura de hypotheca, como seria indispensavel, segundo o accordão da Rel. de Alagôas, de 1°. de Outubro de 1897, na *Rev. de Jurisprudencia*, de Julho de 1898.

Recebidos os embargos á fls. 25 v, contestados por negação geral á fls. 26, foi aberta a dilação probatoria a 8 de Julho (fls. 26 v), inquerindo-se duas testemunhas da embargante a 19 do mesmo mez (fls. 34 a 37) e arrazoando as partes afinal á fls. 43 e 64.

Quanto ao 1.º fundamento dos embargos :

Reproduzindo a disposição do art. 8.º da lei 3272, de 5 de Outubro de 1885 e do art. 87 do Decreto n. 9549 de 23 de Janeiro de 1886, a lei e o regulamento hypothecarios vigentes estabeleceram que: «é da substância das escripturas de hypotheca para que validas sejam, a declaração expressa que nellas se fará por parte do mutuario, de estarem ou não os seus bens sujeitos a quasquer responsabilidades por hypothecas legaes, importando para o mesmo mutuario as penas do crime de estellionato, a inexactidão ou falsidade nessa declaração» (art. 4.º, § 6.º, do Decr. n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890, art. 130, § 1.º do Decr. n. 370, de 2 de Maio do mesmo anno).

A disposição transcripta, diz Didimo da Veiga, é de injustificavel incoherencia, desde que as hypothecas legaes só podem valer contra terceiros, quando inscriptas. Tornar responsavel criminalmente como estellionatario, continúa o mencionado escriptor, aquelle que deixa de revelar ou mencionar na escriptura de um contracto um facto que, por meio de publicidade legalmente estabelecida, presume-se estar no dominio de todos e especialmente dos que pretendem contractar hypothecas, é levar muito longe a preocupação economica, em desprezo da propria coherencia juridica (*Direito Hypothecario*, n. 170, pag. 165) Realmente assim é.

No regimen da lei de 1864, em que prevalecia o *systema* das hypothecas geraes, comprehensi-

vas de todos os immoveis do devedor, presentes e futuros, como eram as hypothecas legaes das mulheres casadas, menores e interdictos, comprehende-se a exigencia dos arts. 4.º, e 130 citados, para que os contractantes não fôsem induzidos em erro, por falta de esclarecimentos sobre os onus reaes. que por ventura gravassem o immovel hypothecado.

Hoje, porém, que todas as hypothecas se revestem da necessaria publicidade, porque devem ser especializadas para se poderem inscrever, e, inscriptas, valer contra terceiros; abolidas, como se achão, as hypothecas geraes, por incompativeis com um systema regular de publicidade, que é a base do regimen hypothecario, aquella exigencia é realmente inutil, e nem mesmo se justifica pela necessidade de precaver os contractantes contra as hypothecas geraes não inscriptas, da lei de 1864, porque em relação a essas foi estabelecido o praso de um anno para se inscreverem, sob pena de caducidade e de multa aos funcionarios, aos quaes incumbia o dever de promover a sua inscripção; (arts. 7.º da lei 3272 de 5 de Outubro de 1885, 87 e 89, do Decr. 9549, de 23 de Janeiro de 1886).

D'ahi, entretanto, não se deverá concluir, com a opinião, aliás respeitavel, do Snr. Dezembargador Tinôco, *Processos Espectaes*, not. 1.ª pag. 150, que nas escripturas de hypotheca lavradas posteriormente a 2 de Maio de 1891, não é mais necessaria a declaração por parte do mutuário

de estarem ou não os seus bens sujeitos a quaesquer responsabilidades por hypothecas legaes, não induzindo nullidade a falta da declaração alludida.

Nem se poderá argumentar com a disposição que se diz ser de natureza transitoria, do art. 397 do Reg. 370, concedendo às hypothecas legaes inscriptas, mas não especializadas, o prazo de um anno, da data do cit. Reg., para a respectiva especialização, por que igual prazo já era estabelecido pelo Reg. de 23 de Janeiro de 1886, se bem que este não exigisse que inscrição fosse precedida de especialização.

De parte, porém, essa consideração, a unica que deve prevalecer é que a lei é clara, não admite interpretação alguma, e posto que ociosa a declaração por ella exigida, como substancial ao contracto, não é motivo para que deixe de ser observada, porque ao juiz não é lícito dispensar na lei, da qual é obrigado a fazer exacta applicação às hypotheses occurrentes, salvo o caso de manifesta impossibilidade, de que é um exemplo, entre outros, o art. 189, desse mesmo Reg. n. 370, que nesta parte tem sido inexecuível.

Assim pensando, foi que a fls. 55 de um provimento em correição determinei a observancia da declaração alludida, tendo citado os accordãos da Rel. de Ouro Preto de 9 de Novembro de 1892 e da Rel. da Bahia de 24 de Setembro de 1899.

As considerações do Snr. Dezembargador Ti-

não são da maior relevancia no terreno do direito a constituir-se ; mas em face do direito constituido é preferivel a opinião do Conselheiro Lafayette, com a qual parece conformar-se Didimo da Veiga, desde que fazendo as mesmas considerações do Snr. Tinoco, não auctorizou em sua obra a conclusão, a que chegou o laborioso annotador.

A disposição do art. 6º, § 4º., diz Lafayette, não tem absolutamente razão de ser, uma vez adoptado o principio de que as hypothecas legaes da mulher casada, das menores e interditos não pôdem prevalecer contra terceiros, se não depois de inscriptas.

E' uma providencia de todo ponto ociosa, continúa elle, a do art. 8º. da lei de 1885, reproduzida no Decr. n. 169 A, visto como os terceiros pôdem certificar-se da existencia ou não existencia das hypothecas legaes pelos registros respectivos. «Mas, termina o eminente jurisconsulto, que fazer ? A citada disposição é uma disposição de lei vigente, e enquanto não fór revogada, deve ser mantida e observada» (*Forum*, vol. 1º. pag. 326).

Entretanto, se a referida declaração do mutuário é da substancia do contracto, manifesta se torna a sua inapplicabilidade á hypothese dos autos.

Tratando-se de transmissão de immovel com o pacto adjecto de hypotheca, esta se constitúe no mesmo acto da celebração do contracto, e não seria possivel, por parte do comprador, a

declaração de se achar livre e desembaraçado de qualquer responsabilidade por hypothecas legaes um immovel, que só então passava a constituir objecto de sua propriedade.

A declaração, no caso, não seria sómente inutil, mas impossivel; d'ahi a conclusão de que não é nulla a escriptura de hypotheca por tal motivo, ficando em consequencia prejudicada a questão de saber se essa nullidade pôde ser invocada sómente por terceiros, ou se pelo devedor tambem, embora o principio de que a ninguém é licito tirar proveito da sua propria fraude.

Quanto ao 2.º fundamento dos embargos:

Apreciada de modo geral, sem attenção ás circumstancias multiplas de que pôde ser rodeada, não têm sido resolvida com a desejavel uniformidade a seguinte questão: «se é nulla a hypotheca de immovel *pro indiviso*, não tendo precedido o consentimento dos outros condôminos, e se essa nullidade é de pleno direito ou dependente de rescisão».

Do actual Tribunal da Relação do Estado são conhecidos dous julgados neste sentido.

Em um caso decidiu-se, pelo voto dos Snrs. Desembargadores Olyntho, Rezende Costa e Gamma Cerqueira, que o immovel common a diversos proprietarios não pôde ser hypothecado na sua totalidade sem o consentimento de todos, não sendo admissivel ao registro uma escriptura de hypotheca em taes condições, attenta a ultima parte do art. 4.º § 8.º, do Decr. 1694, de 19 de Janeiro de 1890,

E' o mesmo accordão de 9 de Novembro de 1892, citado no provimento, e que se encontra a pag. 148, da *Resenha Juridica*, de 1893.

Pelos votos do mesmo Snr. Desembargador Olyntho, e dos Snrs. Desembargadores Saraiva e Ferreira Tinôco, relator e revisor do feito, julgou-se em outro caso (com a circumstancia de ser reformada a sentença de 1.^a instancia,) que pelo art. 15, do Decr. 1694, não é permittido ao executado oppôr contra as escripturas de hypotheca, além dos embargos auctorisados nos arts. 577 e 578, do Reg. 737, outros embargos que não sejam os de nullidades de pleno direito, definidas no alludido Regulamento, e das pronunciadas expressamente pela legislação hypothecaria; que esta legislação não fulmina expressamente a pena de nullidade para o caso de hypotheca de immovel, pro indiviso, sem o consentimento de outros condôminos, mas, a ser admittida tal nullidade, não seria ella de pleno direito, por se achar excluida do preceito do art. 684, do Reg. 737, mas dependente de rescisão, por versar sobre preterição de solemnidade intrinseca, conforme o art. 685, do cit. Reg. (accordão de 12 de Janeiro de 1895, no *Forum*, vol. 1.^o, pag. 359, reproduzida a publicação na mesma Rev., vol. 2.^o, pag. 419).

Na especie dos autos, pelo menos, não ha duvida que deve prevalecer a doutrina deste ultimo accordão, e para comproval-o, faz-se mister conhecer não só a distincção entre nul-

lidades de uma e outra natureza, como apreciar as diferentes circumstancias, em que a Fazenda da Forquilha foi alienada e hypothecada reciprocamente ás partes contractantes.

Definindo o que sejam nullidades de pleno direito, diz Solon: « Les premières sont celles que le législateur a formellement prononcé, ou qui n'étant pas expressement prononcées sont la consequence d'un vice apparent et réel, qui a empêché l'acte ou le contract de se former ».

« Les nullités, diz A. e Rau, sont de fond ou de forme. Les premières tiennent à l'absence des conditions exigées par la validité d'une convention, ou d'une disposition. Les secondes resultent de l'inobservation de solemnités extrinseques, qui sont requises *ad solemnitatem actus*, et à l'accomplissement desquelles la loi subordonne la validité d'un acte juridique ».

São nullidades de pleno direito, diz o Reg. 737, aquellas que a lei formalmente pronuncia em razão de manifesta preterição de solemnidades, visivel pelo mesmo instrumento ou por prova litteral; aquellas que, posto não expressas na lei, se subentendem por ser a solemnidade que se preteriu substancial para a existencia do contracto e fim da lei.

A nullidade é dependente de recisão, quando no contracto valido em apparencia ocorre preterição de solemnidades intrinsecas.

Desses principios applicados á especie, decorre que não se trata de nullidade constante

do proprio instrumento, ou de prova litteral, que permita ao juiz conhecê-la e apreciar-a immediatamente, sem maior indagação, sem discussão e prova do prejudicado; (Almeida e Oliveira — *Execuções* — notas 626 e seguintes). Com effeito :

Allega-se que o embargado foi casado com Francisca Thereza de Jesus, viuva quinquagenaria, que tinha um filho, Cassiano Pires de Almeida, nascido de seu 1º. matrimonio com João Lourenço de Almeida.

Morrendo a mulher do embargado, sem que este fizesse inventario e dêsse partilha da metade dos respectivos bens a Cassiano, foi alienado em sua totalidade o immovel, pro indiviso, do casal, sem o consentimento do condômino, filho da meeira fallecida.

Nulla a alienação por tal motivo, diz o embargante, nulla é também a hypotheca no mesmo acto contrahida, porque o immovel foi adquirido a *non domino*, isto é, de quem não podia dispôr d'elle, senão em parte, e nestas condições nulla é a hypotheca na parte intransferivel.

Desse ligeiro historico, porém, surgiu no inventario, cuja partilha está apenas deliberada, mais de uma questão de direito e de facto, sujeita a discussão e prova.

Assim é que o embargado citado para dar mais bens a inventario por fallecimento de sua mulher, contesta-lhe essa qualidade, allegando que tendo se casado *in articulo mortis*, não

foi valido esse casamento, por não ter sido precedido de formalidades legais, nem a elle se seguiu a copula, necessaria para 'verificar-se a communhão, a que não tinha direito a sua supposta mulher e nem, portanto, o filho desta.

Sem embargo] dessas allegações, relêva ponderar o seguinte : não é materia liquida em direito — e a propria embargante o reconhece — que a viuva quinquagenaria que tem filhos, contrahindo segundas nupcias, venha a tornar-se meeira na totalidade dos bens de seu 2º. marido.

Nem se diga que esta questão já se acha definitivamente julgada no juizo do inventario.

O que ha é simplesmente, não uma sentença, mas simples despacho de deliberação de partilha, proferido neste sentido] á fls. 21 v. Mas esse despacho é méro interlocutorio simples, e não se pôde dizer, conforme pretende a embargante, que houvesse passado em julgado por falta de interposição de recurso, porque de tal despacho não ha recurso algum, salvo o de reclamação, que o embargado apresentou ao mesmo juiz do inventario, segundo a lição [de Pereira] de Carvalho, no § 96, anotado por Macedo Soares e Didimo Junior.

E quando mesmo a partilha estivesse homologada, em conformidade do despacho que a deliberou, é certo que os effeitos dessa homologação seriam restrictos aos interessados her-

deiros e a distribuição dos quinhões hereditários, não comprehendendo questões alheias ao juízo divisorios; (*Revista de Jurisprudencia*, vol. 4.^o, pag. 50).

Mas ainda: Não pôde o inventariante cabeça de casal alienar bens da herança antes de julgada a partilha. Mas, se o tiver feito, será nulla a alienação, ou deve imputar-se o objecto alienado no quinhão hereditário do alienante?

E' outro ponto de direito que, como o precedente, deixarei de resolver, não pela consideração de que ficariam prejudgadas questões controvertidas no inventario, mas simplesmente porque é desnecessaria a solução de taes questões para o julgamento do caso vertente. Limito-me a enuncial-as, apenas para salientar, que factos de natureza complexa, uns dependendo de prova, outros de ampla discussão, não podem constituir nullidade de pleno direito para ser apreciada em acção executiva hypothecaria, de natureza summaria.

Não deixarei, entretanto, de alludir ás notas substanciosas, que a respeito se encontram em Didimo Junior e Pereira de Carvalho, algumas das quaes precisamente sobre a hypothese do cabeça do casal que hypotheca bens ainda pro indiviso.

Finalmente, a arguição da nullidade é baseada no art. 4.^o, § 8.^o da lei hypothecaria, determinando que o immovel commum a diversos proprietarios não pôde ser hypothecado na

sua totalidade, sem o consentimento de todos; mas, accrescenta o artigo, cada um pôde hypothecar individualmente a parte que nelle tiver, se fôr divisivel, e só a respeito dessa parte vigorará a indivisibilidade da hypotheca.

Em tal caso esta se consolida depois da partilha, ou fica sem effeito, se o immovel pro indiviso fôr lançado integralmente ao quinhão de outro herdeiro.

O decreto inspirou-se na doutrina dos escriptores francezes, a mesma que é sustentada por Lafayette, no § 219, n. 3, do *Direito das Cousas*, a mesma que o Tribunal da Relação consagrou no accordão publicado no *Forum*, vols. 1.º pag. 360 e 2.º, pag. 419.

A embargante não contesta a divisibilidade do immovel; ao contrario, a reconhece, pois faz depender a arguição da nullidade sómente da parte ou da metade que, na sua opinião, deve caber ao filho da fallecida mulher do embargado.

O *quantum* dessa meiação não está porém, determinado, visto como, pelo que consta dos autos, a importancia do acervo em sua totalidade talvez não esteja limitada á descripção de bens á fls. 20. E' assim que, tendo sido feita esta descripção em 1897, vê-se da petição á fls. 39, que, em Maio do corrente anno, foi o embargado citado nova nente por ordem do juizo, e a requerimento de Rufino Rodrigues Lima, cessionario de Cassiano, para descrever mais bens no inventario, bens que o embar-

gado declara ter vendido legalmente para pagamento das suas dividas.

Tratando-se consequentemente de uma allegação sobre sonegados, que mesmo no juizo do inventario não poderia ser apreciada, senão por via da acção competente; dependendo igualmente de discussão e provas a allegação do embargado de que os bens, cuja descriptção se requeria, já tinham sido vendidos legalmente, claro é que mais uma razão milita para que da arguição dessa segunda nullidade só por meio de acção ordinaria se possa tomar conhecimento.

Além do citado accordão da Relação do Estado, innumerados são os julgados de outros Tribunaes, aliás em hypothese, que com esta não tem paridade, no sentido de que a nullidade da hypotheca de immovel commum sem o consentimento de todos os condminos só por acção ordinaria póde ser decretada, produzindo a hypotheca antes disso todos os seus efeitos.

Entre outros, são os accordãos das Relações de S. Paulo e Porte Allegre, citados em Didimo da Veiga, doutrinando ainda este ultimo Tribunal que a nullidade em tal caso não é de pleno direito, mas dependente de rescisão, e além disso *só, elle condmino póde ser invocada*; (*Dir.*, vol. 48, pag. 42).

Só por acção ordinaria, e não por via de embargos, julgou a antiga Relação de Ouro Preto, com o voto do então juiz de direito,

Dr. Ferreira Tinôco, pôde ser annullada a escriptura de hypotheca de predios possuidos em commum (*Dir.*, vol. 43, pag. 384).

A nullidade de escriptura de hypotheca, a pretexto de indivisibilidade de uma fazenda, com cafesaes, engenho etc. só pôde ser declarada por acção ordinaria, segundo a doutrina do Supremo Tribunal da Justiça, abraçada pelo accordão revisor da Relação de S. Paulo, no *Dir.* vols. 46, pag. 83 e 47 pag. 79.

Quanto ao 3º. fundamento dos embargos :

Tendo arguido a nullidade da penhora, por haver sido feita em dia feriado—15 de Junho— a embargante confessou posteriormente o seu equivoco, em vista do Decreto de 1853, que expressamente auctorisa esse acto judicial em tempo de ferias.

Diz, entretanto, nos embargos, que a embargante não foi citada para offerecel-os depois da penhora, e, nas razões finaes, que essa citação foi feita no mesmo dia da penhora, 15 de Junho.

Em um ou em outro caso, o seu comparecimento em juizo para defender-se, sanou perfeitamente o defeito, se é real, da citação.

Si tamen pars non citata compareat in judicio ad se dependendum, tunc suppletur omnis defectus citationis.

A orthodoxia deste principio até hoje não foi posta em duvida, todos os escriptores citados nas razões ex-adverso o reconhecem, além

de Pimenta Bueno, a pag. 88, dos seus *Apen-
lamentos*.

Demais, não ficou provada a allegação, de modo a destruir a força probante da certidão de citação à fls. 14, cuja contra fé a embargante acceitou, de parte a circumstancia da inque-
rção das testemunhas fóra da dilação probato-
ria (fls. 8 v. e 34).

Quanto ao ultimo fundamento dos embar-
gos:

Refere-se este á nullidade da inscripção da hypotheca, por inadmissivel ao registro, feito ex-officio e sem extracto alludindo-se, ainda, á expedicção do mandado executivo, sem que fôsse exhibido o primeiro traslado da escriptura de hypotheca..

Sobre as duas primeiras arguições occorre uma prejudicial: Quaesquer que sejam as nul-
lidades da inscripção hypothecaria, ellas po-
dem aproveitar a terceiros; aos contractantes,
jamais.

E' a disposição do art. 214, do Reg. 370;
(*Forum*, vol. 1º. pags. 24 e 359).

Quanto a inadmissibilidade ao registro da escriptura de hypotheca, póde-se deprehender que já não vigora a parte final do art. 4º, § 8º, da lei 169 A, que a estabelece, porisso que não foi tal disposição reproduzida pelo art. 219, do Decr. 370, que tem a mesma força legislativa da lei 169 A.

E quanto á allegação de ter sido feita a ins-

cripção ex-officio e sem extractos, não ha prova nos autos que a suffrague.

Em geral, o registro de qualquer titulo pôde ser requerido por tolos aquelles que adquirem ou transmittem algum direito por força dos mesmos titulos (art. 63, do Reg. 370,) e particularmente, pelo que diz respeito a inscripção, o requerimento do registro pôde ser feito pelo credor, pelo devedor, por seus representantes e por todas as pessoas, emfim, que nisso tiverem interesse (art. 211).

Dado que o registro tenha sido requerido somente pelo embargante, e não pelo embargado, o requerimento deste estava feito *ips facto* to, desde que tratando-se de transmissão de immovel com pacto adjecto de hypotheca, manda o art. 206, do Reg. que se faça ao mesmo tempo, não só a transcripção da transmissão como a inscripção da hypotheca nos livros correspondentes, e com referencia reciproca. Isto se fez, e consta das notas lançadas no titulo á fls. 59 v. não havendo, portanto, inscripção ex-officio.

A affirmativa quanto á falta de extractos não pôde ser auctorizada pelo simples facto de não estar nos autos um dos exemplares do mesmo extracto, relativamente a inscripção da hypotheca.

E' possivel que o embargado os tivesse confectionado, sem querer juntal-os aos autos, porque não ha consideração alguma que aconse-

lhe tal junção, posto que na pratica ordinariamente observada.

Para provar que se fez o registro, absolutamente não é necessaria a junção dos extractos, porque essa prova se faz com o proprio titulo, onde deve ser lançada a nota da inscripção (art. 55,) e não no extracto, como aliás se pratica no direito francez e no belga, segundo o attesta Didimo da Veiga, na sua citada obra á pag. 449.

Para o caso, porém, era desnecessaria a apresentação de extractos por parte do embargado, pela mesma razão de serem a transcripção e a inscripção feitas simultaneamente.

Os extractos d'aquella erão sufficientes para esta, sem embargo da differença notada entre uns e outros.

Assim, o nome e domicilio do adquirente e transmittente, na transcripção, são respectivamente o nome e domicilio do credor e devedor, na inscripção; o valor do credito, epoca do vencimento e juros estipulados; da inscripção, correspondem ao valor do contracto e suas condições, na transcripção, isto é, 20:000\$000 réis, a prazo de um anno, sem juros, e, decorrido elle, juros de 1 % ao mez.

O registro, portanto, é irreprehensivel; pelo menos, quanto a sua forma extrinseca, apreciando pelas notas substanciaes de fls. 59 v.

Como se trata de um serviço de execução mais ou menos difficil, e por isso mesmo ordinariamente mal comprehendido pelos officiaes,

é possível que o registro em questão contenha irregularidades no que diz respeito á escripturação dos livros. Mas essas só á vista de exame poderiam ser verificadas, e em todo caso, só a terceiros poderiam aproveitar.

A embargante enganou-se naturalmente na citação do accordão da Relação de Alagôas, de 1.º de Outubro de 1897, inserto na *Revista de Jurisprudencia*, fasc. de Junho do anno passado, para justificar a sua allegação de que o mandado executivo só pôde ser concedido á vista do traslado da escriptura de hypotheca.

Existe realmente o mencionado accordão no logar citado, mas relativo a assumpto differentes, qual o de saber se é indispensavel para a concessão do mandado executivo, não só a exhibição da escriptura de hypotheca, como a do titulo de divida por ella garantido, o que aliás foi decidido em sentido negativo.

A embargante quiz provavelmente referir-se ao accordão do Tribunal Civil e Criminal de 5 de Novembro de 1897, publicado á pag. 129, da mesma revista, fasciulo de Maio de 1898.

Mas o accordão citado não favorece a allegação, que, de mais, a mais é sem fomento de justiça.

Nem sempre pôde ser admitido como verdadeiro o enunciado. — *Quem quizer conhecer o preto, leia o vermelho*, para significar que o vermelho é a epigraphe, e o preto, a materia que elle contém na sua substancia.

No caso, a ementa, summario ou epigraphé, de que fizeram preceder o accordão alludido, não traduz fielmente o pensamento deste.

Na 2.^a ementa diz-se, na verdade, que a exhibição do 1.^o traslado da escriptura é formula essencial do executivo hypothecario, para que seja concedido e expedido o mandado de penhora. Entretanto, a ementa não deve ser apreciada destacadamente, mas de accôrdo com a 1.^a e com a 3.^a e 4.^a que se lhe seguem.

O caso é este : o successor de um credor hypothecario, munido de uma certidão da escriptura de hypotheca requereu a expedição do mandado executivo contra o devedor, que se oppôz com embargos ao pagamento, allegando que nada mais devia, conforme provava com o 1.^o traslado da escriptura de hypotheca, que apresentava, e que lhe fôra entregue pelo credor originario, como titulo de quitação da divida.

Não havendo allegação alguma de qualquer motivo de suspeita sobre a posse desse titulo, nem contestando a parte interessada que o credor o entregara voluntariamente ao devedor, julgou então o accordão que esse 1.^o traslado era o titulo legitimo da divida, e achando-se elle em poder do devedor, fazia presumir o pagamento, de vez que não era essencial para a prova deste a escriptura publica, accrescendo ainda que o documento com que fôra instruida a petição inicial do executivo era uma certidão *extrahida de outra certidão* da escriptu-

ra de hypotheca, a qual, disse o accordão, não podia illidir a prova do pagamento, por isso que poderia ser obtida por qualquer pessoa extranha ao contracto.

Bem se vê, portanto, que a hypothese não tem semelhança alguma com a dos autos, como ainda o elucidaram os pareceres publicados com o accordão em questão.

Demais, é sem fomento de justiça a allegação da embargante, que não oppõe falsidade contra a certidão (*escriptura* de fls. 5,) nem alguma razão que faça presumir ao menos a sua falta de authenticidade.

Essa certidão foi extrahida, não de outra certidão, caso em que perderia de valor probante, mas do livro de notas, e pelo mesmo funcionario que lavrou o original. Confrontada ella com o 1.º traslado à fls. 56, verifica-se que é authentica, satisfazendo plenamente os intuitos do art. 14, § 8.º, da lei e art. 386, do Reg., aquelle exigindo apenas que a petição inicial, seja instruida com a escriptura, e este que tal escriptura seja revestida das formalidades legaes, sem comtudo significar que o 1.º traslado é uma dessas formalidades.

Nem mesmo se poderia arguir a irregularidade do procedimento do escrivão em fornecer 2.ª copia da escriptura, sem preceder despacho do juiz, justificado o caso de perda ou furto da 1.ª; porquanto, nos contractos de transmissão com o pacto adjecto de hypotheca, e em outros analogos, em que outorgantes e ou-

torgados são egualmente interessados, é dever do notario fornecer tantos traslados, quantas forem as partes contractantes, para documento do que estas estipularam.

Isto que, aliás, é intuitivo, acha-se expresso na Ord. Liv. 1.^o Tit. 78, § 18, que, considerando o 1.^o traslado como escriptura, dando a esta o nome de notas, manda entregar a cada uma das partes a sua escriptura, quando pedida, n'aquelles casos em que ambas devão tel-a.

E' o que se vê da nota 534, pag. 314, do —*Guia Prático*— de Pires Ferrão, acrescentando este a pag. 316, o seguinte : « De cada uma dessas mencionadas escripturas, em que o contracto é unilateral, por isso que uma das partes estipula e outorga, e a outra adquire, aceitando um direito ou uma obrigação, o notario extrahe, ou faz extrahir, um traslado sómente para o adquirente, que é a quem o titulo aproveita ou pôde aproveitar ; mas quando a escriptura interessa egualmente a ambas as partes, por isso que nella [estipularam; outorgaram e acceitaram, reciprocamente, para cada uma], dessas partes interessadas extrahe o notario um traslado, se lh'opedirem, e então em cada um delles, ou no segundo pelo menos, faz declaração disso no logar proprio, isto é, no encerramento, dizendo : Traslada da em duplicata, triplicata, quadruplicata do proprio livro de notas.... ».

Julgando improcedentes os embargos, pelos

fundamentos expostos, prosiga-se nos termos da execução, e pague a embargante as custas, em que a condemno.

Ubá, 11 de Dezembro de 1899.

HERMENEGILDO RODRIGUES DE BARROS.

• 1.º ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Comarca de Ubá, entre partes appellante D. Maria Carolina de Araujo Vieira e appellado Manoel Antonio de Oliveira : Accordam em Relação negar provimento á appellação interposta e confirmar a sentença appellada pelos seus juridicos fundamentos.

Custas pelo appellante.

Minas, 8 de Maio de 1901. *Braulio P.— Saraiva — Amorim*, vencido — *Amador*.

2.º ACCORDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Comarca de Ubá, entre partes embargante, D. Maria Carolina de Araujo Vieira e embargado Manoel Antonio de Oliveira : Accordam em Relação desprezar os embargos oppostos ao accordão á fls. 152 v. que confirmam.

Custas pela embargante.

Bello Horizonte, 26 de Outubro de 1901. *Braulio P.—Saraiva — Amorim*, vencido. — *Amador—Alves de Albuquerque*, vencido. — *Julio da Veiga — Fernandes Torres — Ferreira Tinoco*.

Competencia de fóro.

Intimação de sentença sob prego e assignação de praso: differenças.

Não havendo sido estipulado na escriptura o fóro do contracto, prevalece a regra do art. 60, do decr. n. 737.

As disposições do art. 14, § 10, do Decr. n. 109 A, de 19 de Janeiro de 1830, e do art. 391 do Decr. n. 370, de 2 de Maio são applicaveis somente ás acções hypothecarias e pignoratícias.

Caducando o penhor, a acção competente é a de assignação de dez dias.

Aggravo n. 547

Aggravante—Dr. Manoel Frederico Affonso de Carvalho.

Aggravados—Mendes, Firmo e Comp.

RELATOR O SR. DESEMBARGADOR TINOCO

Tribunal da Relação de Minas

MINUTA

Egregio Tribunal. A questão, que ora o Dr. Manoel Frederico Affonso de Carvalho, por meio d'este aggravo, traz á decisão desse Colendo Tribunal, sempre justo, é a seguinte:

Citado por Mendes, Firmo & Comp. para pagar-lhes determinada quantia confessada em escriptura publica com garantia de penhor, por meio de acção de assignação de dez dias, por haver caducado a garantia do penhor, o aggravante, no decendio assignado, se oppôz á acção com excepção de fls., onde allegou

que o juízo d'esta comarca é incompetente para nelle ser demandado, porque as acções commerciaes devem ser propostas no fóro do domicilio do reu, e o aggravante não tem o seu domicilio nesta comarca, mas na de Petropolis, onde habita, e onde se estabeleceu ha mais de anno, com animo de permanencia.

Impugnada a excepção, foi ella despresada pelo despacho de fls., sob o fundamento de que, pela escriptura de fls., contrahiui o aggravante para com os aggravados uma obrigação pignoratícia, pela qual adquiriu o credor o direito de escolher o fóro do domicilio do contracto ou da situação dos bens.

E comquanto a acção intentada não seja a real, *todavia* conserva as garantias que pela escriptura adquiriu.

D'esse despacho é que foi interposto o agravo; o juiz julgou-se competente; enquadra-se, por conseguinte, o recurso perfeitamente no § 1º, do art. 669, do Reg. n. 737, de 1850.

A doutrina do despacho aggravado não é verdadeira e contrapõe-se á letra expressa e peremptoria do art. 60, do Reg. n. 737: « As acções commerciaes serão propostas no fóro do domicilio do reu ».

As excepções, que esta regra permite, são apenas as dos arts. 61, 62, 63, e 64, e nenhum d'esses artigos suffraga a doutrina do despacho aggravado.

O fóro do domicilio é geral para todas as acções reaes e pessoaes, diz Paula Baptista, §

54. Desapparece, ou nos casos expressamente designados nos arts. 61, 62, 63, e 64, do Reg. n. 737, ou no caso figurado pela Ord. do Tit. 11, § 5º, isto é, o caso de acção de reivindicção, antes que passe anno e dia.

Fora d'esses casos expressos, segue-se a regra geral; o reu, o devedor, é demandado no fôro do seu domicilio. *Cu. Ord. pr. e § 6º*; Rammalho, *Praze Brasileira*, § 8º. Falta, pois, ao despacho aggravado fundamento legal.

Os aggravados, quando impugnaram a excepção, disseram que o aggravante se obrigou *implicitamente* a pagar no fôro da situação dos bens, por ser este competente para cobrança de divida garantida por penhor agricola, segundo a opinião do Sr. Visconde de Ouro Preto, *Credito Movei*, pag. 121, n. 152.

Ha dous erros aqui.

Em primeiro lugar, a renuncia do fôro, como qualquer renuncia, não se presume, ha de ser expressa, como exige a *cit. Ord.*, do liv. 3º, tit. 11, § 1º.

Em segundo logar, o Visconde de Ouro Preto não podia ter dito, e de facto não disse, que cabe ao credor a escolha *arbitraria* do fôro. Essa escolha está limitada pela lei: se um individuo elege, em um contracto, fôro diverso do do domicilio, o credor tem a escolha de um d'esses fôros; mas não tem a escolha *lata e arbitraria* que os aggravados pretendem.

E tanto esta é a verdade, que as leis citadas por esse auctor na nota 26 correspondem-

te não auctorisam a proposição, nem fundamentam o enunciado.

A verdade está com o aggravante e com Rammalho, (*Praxe*) quando diz, no § 11, tratando do fôro *rei sílae*: «Duvida-se, porém, se pela generalidade das referidas Ordenações pôde o reu ser demandado no fôro *rei sílae* ainda, que ahí não seja encontrado».

A opinião commum è que o direito da escolha *limila-se* ao caso de ser o reu encontrado no lugar em que está situado o objecto da demanda, porque o fôro *rei sílae* equipara-se ao do contracto ».

Por outro lado, o penhor está extincto, e, extincto o penhor, extinctos ficão todos os privilegios que o acompanham. Os aggravados são os proprios a reconhecer o facto; e assim o declararam expressamente na petição inicial, motivo por que intentaram a acção de assignação de dez dias.

Extinguiu-se:

1º. Pela perda total de objecto sobre que recahiu — Visconde de Ouro Preto, *Credito Móvel*, ns. 104 e 105.

O aggravante deu em garantia 700 arrobas de café da colheita do anno de 1897!

2º. Pela expiração do praso; *Ouro Preto*, obr. cit. n. 110.

O penhor foi instituido a praso de cinco mezes, que se exgottaram em 1897.

Subsiste apenas a responsabilidade pela di-

vida, aliás também extincta, como opportunamente provaremos.

Assim como a nullidade da obrigação traz como consequencia a nullidade do penhor, do mesmo modo a extinctão do penhor acarreta a extinctão de todos os privilegios a elle inherentes.

Se não ha penhor, como pôde haver acção pignoratícia? Se não ha acção pignoratícia, como pôde haver o supposto privilegio do fôro? O privilegio é accessorio e segue a sorte do principal.

E' pois, de toda justiça que o despacho aggravado soffra reforma para que seja recebida a excepção e posta em prova com uma dilação de dez dias, nos termos do art. 79, do Decr. n. 737, de 1850.

Tem o aggravante fê em que o M. juiz *a quo* reconsiderará o despacho, pois *sapientium est mutare consilium*

O aggravante implora Justiça.

Cataguazes, 17 de Setembro de 1901.

O Advogado—ASTOLPHO VIEIRA DE REZENDE.

ACCORDÃO

Accordam em Relação etc.

Que vistos, relatados e discutidos estes autos, aggravante—Dr. Manoel Frederico Affonso de Carvalho, e aggravados—Mendes, Firmo e Comp. :

Tomão conhecimento do aggravado, facultado do despacho á fls. pelo art. 669, § 1, do

Reg. n. 737, de 25 de Novembro de 1850, e interposto em tempo, porquanto, embora proferido em 23 de Julho do corrente anno, d'elle sómente a 5 de Setembro teve conhecimento o aggravante; que o interpôz a 14 do referido mez; não sendo procedente a allegação de ter sido intimado o aggravante, cujo procurador não fôra encontrado, sob pregão em audiência de 27 de Julho, conforme o art. 722, do cit. Reg. n. 737, e assim estar fôra do praso porque do referido termo á fls. verifica-se que tal intimação, sob pregão, não fôra feita e sim se lhe assignára novo praso sob pregão para offerecer a contestação, o que é cousa muito differnte.

E do recurso conhecendo, pelas razões expostas, dão-lhe provimento.

Embora seja a escriptura de fls., de confissão de divida com penhor, os aggravados reconheceram e allegaram na petição de fls. que o penhor caducára, subsistindo apenas a escriptura publica de confissão de divida, razão pela qual não propuzeram a acção executiva, que seria a competente, art. 14, § 6, do Decr. n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890, e sim a decendial; e não havendo sido estipulado na escriptura o fóro do contracto, prevalece a regra do art. 60, do cit. decreto n. 737, não podendo ser invocadas as disposições do art. 14, § 10, do cit. Decr. n. 169 A, e art. 391, do Decr. n. 370, de 2 de Maio de 1890, applicaveis sómente ás acções hypothecarias e pignoratícias,

caracter que não tem a intentada, que é decendial, de simples cobrança de divida, por haver caducado o penhor.

Assim julgando, mandão que o juiz reforme o seu despacho e receba a excepção, proseguindo-se conforme o disposto no art. 79, e seguintes do cit. Regulamento n. 737, pagas as custas pelos aggravados.

Bello Horizonte, 23 de Outubro de 1901.

Braulio P.—Ferreira Tinoco—Fernandes Torres,
vencido de meritis.

Foi voto vencedor o Sr. Dezembargador Rezende Costa. *Ferreira Tinoco.*

A ninguém é licito matar, mesmo em terreno seu, animal alheio, nem mesmo espancal-o; pôde somente apprehendê-lo e leval-o ao deposito geral. Aquelle que proceder de modo contrario não se pôde furtar a obrigação de indemnizar ao proprietario do animal. A reconvenção só é admittida nas acções ordinarias. e como tal é considerado o pedido. A indemnificação, que faz o reu na acção summarissima, de damnos produzidos pelo animal que matou. Tal indemnisação só pelos meios ordinarios pôde ser pedida.

Acção Summarissima

Auctor — Pío Gomes Moreira

Reu — José Fernandes Ballieiro

JUIZO SUBSTITUTO DA COMARCA DE UBERABINHA

SENTENÇA (*)

Vistos, etc.

Na petição de fls. 2. diz o auctor Pío Gomes Moreira que o reu José Fernandes Ballieiro, na Fazenda do Burity onde ambos residem, matou a tiro uma vacca de sua propriedade, como mostra pelo corpo de delicto e com este procedimento o Supplicado causou-lhe damnos e perdas, por isso propõe-lhe a presente acção summarissima para cobrar o valor da perda, que avalia em cem mil réis, custas e mais despesas que accrescerem e, em cuja acção provará o seguinte: que no dia 3 de Junho do corrente anno, ás dez horas da manhã mais ou menos,

(*) Esta sentença transitou em julgado.

o reu José Fernandes Ballieiro, matou uma vacca do Supplicante; que o supplicado não tem as suas terras devidamente fechadas, de modo a impedir a entrada de criação, em sua propriedade; 3°. que assim procedendo o supplicado causou ao supplicante perdas e damnos.

Concluiu o auctor pedindo que fosse citado o reu para na primeira audiencia deste juizo falar aos termos da presente acção e tambem pedio a citação de 3 testemunhas para a prova de sua intenção.

Feitas as citações, forão accusadas na primeira audiencia, tendo comparecido o reu e 2 testemunhas.

Após a leitura da petição inicial e mais documentos pelo advogado do auctor, pelo reu foi pedida a palavra e disse o seguinte, como materia de defeza: Que nunca negou ter matado uma vacca pertencente ao auctor e quando assim procedeu, mandou por intermedio de Fortunato José Gonçalves, dizer ao auctor que o indemnizava pela perda da dita vacca, mas pelo preço de boiada, porque ella era damnhina e *requeria que lhe fossem indemnizados os prejuizos causados pela mesma vacca e que avalia taes prejuizos — meio alqueire de Algodão — na quantia de douscentos mil réis* e protestava não pagar nenhuma despesa accrescida e que podia ser tomada como testemunha em sua defeza o cidadão Fortunato José Gonçalves.

Tomadas por termo estas declarações, forão

inquiridas duas testemunhas apresentadas pelo auctor.

Terminada a inquirição, as partes fizeram suas allegações finaes, que forão tomadas por termo. Sellados e preparados os autos, foi ouvido o Agente Fiscal.

O que tudo bem ponderado :

Considerando que pelo auto de corpo de delicto de fls. 6 v. a 8, ficou demonstrado plenamente que, no dia 3 de Junho do corrente anno, na Fazenda do Burity, foi morta por arma de fogo, uma vacca de côr alaranjada com pintas brancas, pertencente ao auctor ;

Considerando que verificado o facto da morte do animal, que originou a presente acção, resta saber quem seja o auctor do damno causado ;

Considerando que está tambem provado pelos depoimentos das testemunhas de fls. 17 a 19 v. que o auctor da morte da referida vacca, foi o reu e mesmo este como materia de defeza *declarou peremptoriamente ter sido o autor da morte do animal*, confissão solemne, visto ter sido feita por termo nos autos (João Monteiro, *Processo Civil e Commercial*, vol. 2.º, pag. 210, § 144) ;

Considerando, pois, que a ninguem é licito matar, mesmo em sua propriedade, animal alheio, nem mesmo espancal-o, pôde sómente apprehendel-o e leval-o ao deposito geral, hoje a cargo das Camaras Municipaes, no tocante a este myster. (Corrêa Telles, *Doutrina das Acções*,

anotado por Teixeira de Freitas, pag. 354, nota 863, 2.ª parte ao § 147);

Considerando que da obrigação de indemnizar não se póde eximir aquelle que ainda por méra imprudência ou culpa levíssima, deu causa ao damno, deixando de cumprir deveres impostos pelas leis ou estylos de que podesse vir a resultal-o. (Coelho da Rocha, *Dir. Civil*, vol. 1.ª § 132, n. 2 e § 123, Lobão, *Dam.*, § 1.ª; Pothier, *Obrig.* vol. 1.ª n. 116, Accord. da Relação de Minas, de 14 de Junho de 1899, *Forum*, vol. 8.ª pag. 276);

Considerando que o reu em suas allegações confessando o facto que deu causa á presente acção, comtudo pede indemnisação do damno que soffreu sua roça do animal morto, avaliando-o em duzentos mil réis, mas este pedido, que não é outra cousa senão uma reconvenção, mas este tendo processo ordinario não é admissivel senão nas causas ordinarias. (Pereira e Souza, *Prim. Linhas* edic. de Teixeira de Freitas, nota 360; Ferreira Tinôco, *Reg.* 737 anotado, pag. 35, nota 41, art. 105 do *Reg.* 737);

Considerando que dado o caso de ter sido o reu damnificado em sua propriedade, não é neste processado que compete pedir indemnisação e sim pelos meios ordinarios, que lhe ficão salvos;

Considerando que o auctor provou sómente sua intenção quanto ao direito á satisfação do damno e não quanto a importancia em dinheiro

da respectiva indemnisação, cujo valor deve ser aquelle que em arbitramenno regular, com intervenção das partes, fôr determinado por peritos da escolha dellas. (Coelho da Rocha, obra cit., § 137; *Forum*, vol. pags. e accord. cit. ;

Considerando finalmente o que mais dos autos consta e disposições de direito, com os quaes me conformo :

Julgo procedente a presente acção e condemnno o reu José Fernandes Baillieiro a satisfazer o damno causado ao auctor Pio Gomes Moreira, pelo valor que se liquidar na execução e nas custas. Publicada esta em audiência, intime-se as partes. Não foi esta sentença dada até a audiência seguinte após o termino do feito, devido tão sómente á demora da parte em preparar os autos.

Uberabinha, 25 de Novêmbro de 1901.

O Juiz Substituto,

MANOEL LACERDA.

SECÇÃO CRIME

Não deve ser solto por *habeas corpus* o preso em flagrante, por delicto de vá tentativa de morte não especificado com a necessária clareza n'esse auto, mas com vehemencia suspeitado pelos termos d'elle, pelo inquerito subsequente, pelo parecer do ministerio publico, e já assim qualificado na queixa pelo offendido e por esse ministerio, e no summario já com dia proximo designado.

Não destroe, para essa precipitada soltura, a validade do auto de flagrante a omissão, no mesmo, do juramento das respectivas testemunhas; nem convence da infundação ter sido a prisão realizada em acto tão immediato quanto possível ao delicto, ou uma justificação com testemunhas extranhas ao auto, mesmo que fossem contes e formalmente contrarias ao flagrante.

Habeas Corpus n. 1251

Recorrente — L. P. C.

Supremo Tribunal Federal

SENTENÇA RECORRIDA

Vistos estes autos:

O paciente L. P. C. pede ser relaxado da prisão em que se acha, allegando ser a mesma

illegal, porque verificam-se em seu favor as hypothèses dos §§ 1 e 4 do art. 353 do *Cod. do Proc. Crim.*, pois, de facto, foi preso em 27 do corrente mez, fóra do flagrante de qualquer delicto, apesar do auto de fls. 7, por certidão, o qual não exprime a verdade, como provou com a justificação de fls. 9 a 24 v.

Praticadas as necessarias diligências:

Considerando que o referido auto de fls. 7. resando que o impetrante recebeu voz de prisão, dada pelo sargento Lima, na Praça do Cruzeiro, d'esta cidade, fugindo, á cavallo, perseguido, e sendo preso no Sanatorio, verifica o clamor publico continuo e a perseguição ininterrupta, que são condições exigidas pelo art. 131 do *Cod. do Proc. Crim.*, ou pelo art. 4 b, do *Decr. Min.* n. 583, de 1892;

Considerando que esse auto não especifica o delicto que acabara de commetter o impetrante, por usar das palavras incaracteristicas «quiz com uma garrucha dar um tiro», as quaes são tão vagas que tanto se podem applicar aos crimes de ameaça e uso de armas offensivas (art. 184 e 377 do *Cod. Crim.*) crimes em que o réu se livra solto (art. 100 do *Cod. do Proc. Crim.*) e em que cabe á auctoridade agir na forma do art. 12 § 3, da lei 2033 de 1871, como ao de tentativa de morte, crime inaffiançavel (art. 406 do *Cod. do Proc.*) o qual, auctorisando a prisão preventiva (art. 3 do cit. *Decr.* 583) legitimava o ulterior encarceramento em que ficou o impetrante; mais,

Considerando que o inquerito policial auctorisa esta ultima interpretação como opina o Dr. Promotor da Justiça, ouvido á fls. 32 v. e já ha, em juizo, queixa crime contra o paciente pelos delictos dos arts. 305 e de tentativa de morte do 294, § 2, e, portanto, não só é este o sentido a dar-se ao referido auto até ulterior decisão do summario de culpa iniciado (1) a qual decisão classificará exactamente os factos criminosos praticados pelo impetrante, como o obscuro auto de flagrante constata, em todo caso, a prisão do paciente por um facto *actualmente* qualificado de criminoso—uma tentativa de morte, e essa prisão como consecutiva ao clamor publico motivado por esse facto, e effectuada com intervenção da policia :

Considerando que das respostas do impetrante, á fls. 28 a 29 v, e dos depoimentos das testemunhas da justificação, á fls. 9 a 24 v, resulta que, antes da perseguição da policia ao impetrante, houve as seguintes occurrencias : o encontro d'este e do offendido na estação da Oéste, n'esta cidade; o crime do art. 305 praticado pelo paciente, a vinda d'este para o hotel sua casa, a do offendido para a propria casa, a *perseguição deste pelo impetrante*, em caminho para ella ; a entrada precipitada do offendido em sua casa, para escapar á perseguição ;

NOTAS NO CORPO DO DESPACHO (1901)

(1) Habeas-corpus n. 258 e Accord. da Relação de Minas, de 13 de Setembro de 1899, no Relat. do Secret. do Int. d'esse Estado, de 1900, pags. 157.

Considerando que estas testemunhas e o impetrante asseveram que até então não houve voz de prisão nem clamor publico ; decorreu tempo e a policia só chegou quando o impetrante e o offendido estavam em paz em suas casas e aquelle montava à cavallo, o que parece contradizer e destruir o que affirmaram o detentor e as testemunhas do auto de flagrante e tirar o valor a este auto ; mas,

Considerando que a convicção de não ter este auto valor algum juridico não se impõe, porque : a prisão do impetrante não podia executar-se immediatamente, por estarem os policiaes longe do theatro do crime ; o offendido impossibilitado de por si só effectual-a ; a praça do Cruzeiro com muita gente, com as testemunhas do inquerito, do summario iniciado e da justificação de fis., gente alarmada, como ficou toda a cidade, até o jury, que então funccionava, como verifiquei, gente receiosa de executar a prisão ; o impetrante só podia ser preso, como foi, depois dos crimes, em acto successivo ao ultimo, classificado, na queixa, de tentativa de morte, depois do alarma e clamor provocados por tudo o que fizera, e foi preso com a arma, à cavallo, em um suburbio, perseguido, desde a praça e o seu hotel, pela policia, seguida de populares, o que faz crêr que fugisse à perseguição esperada da policia ; (2)

(2) *Revista Juridica*, 3. 671, *Direito*, II, 149.

Considerando que o impetrante está querelado por crimes, um dos quaes é inafiançavel, compativel com a prisão preventiva, seu processo já foi iniciado, e o summario de culpa pode e deve ser concluido no prazo legal ; e, assim como o custodiado, denunciado por crime inafiançavel, não tem o direito de ser solto por habeas-corpus, por demora na formação da culpa (*demora insuperavel*, *Res. Jur.* 1º. vol. 575) assim o preso em flagrante, que não consegue impôr a convicção da inflagrancia, já está e foi querelado em tempo por crime inafiançavel, e tem processo pendente, cujo summario pode e deve ultimar-se no prazo legal, não deve ser solto por habeas-corpus, cuja concessão daria lugar a frustrar-se ou dificultar-se a prisão futura, se decretada a preventiva, ou a pronuncia em tempo. (3)

Emquanto o flagrante não é satisfactoriamente destruido, o auto que o constata deve ser valioso, (4) e prova insufficiente contra elle não lhe tira o valor de causa justa para legitimar a prisão, e á auctoridade que mandou prender o delinquente o direito de o fazer.

N'estes termos indefiro a petição de fis. 2.

Custas ex causa.

Oliveira, 31 de Março de 1900.

JOÃO PEREIRA DA SILVA CONTINENTINO.

(3) *Diréito*, 13, 427. *Rev. de Jurispr.* de 13, 232, Tomo. 8º. 240.

(4) *Forum* 8, 246

RESPOSTA AO RECURSO DE HABEAS CORPUS

Supremo Tribunal Federal.

Relativamente aos processos de habeas-corpus, contrariamente ao que succede com elles no caso de serem da competencia exclusiva da justiça federal, caso em que o recurso—voluntário—para a 2.^a instancia somente cabe das decisões da 1.^a (dos juizes seccionaes) que denegam a soltura (Revisia de Jurisprudencia III, 367 e Acc. de 5 de Agosto de 1899, no habeas-corpus n. 1249, d'este Tribunal) n'este Estado a respectiva lei processual nêga o recurso para a 2.^a instancia da decisão da 1.^a que negou a soltura, decretando-o somente — ex officio — da decisão que concede a soltura (lei n. 17 de 20 de Novembro de 1891, art. 4; lei de 3 de Dezembro de 1841, art. 69, n. 7; Decr. 120 de 1842, arts 438 n. 8 e 439 n. 1).

O recorrente poderia, tão somente, no caso destes autos (denegação da soltura) renovar o seu pedido perante a Relação Mineira (art. 18 § 4 da lei de 1871) (1 a) com os mesmos fundamentos (cit. vol. da cit. Revista, pag. 366) (2) ou por novos e intercurrentes (supervenientes) motivos (cit. *Rev. Direito* 29, 238) e, não obten-

(1 a) Veja-se o *Direito* 83, 318; a *Rev. de jurisprud.* 10, 39..

(2) Veja-se o *Direito* 79, 632.

do a soltura, recorrer para este augusto Tribunal. Facultando-lhe, porém, a lei federal n. 221 de 1894, art. 23, § unico, intentar desde logo o recurso da decisão do juiz local de 1ª. instancia, elle usou já d'esse e presente recurso, que mandei tomar por termo, na fôrma do art. 61 n. 1 da Const. Polit. Fed., do art. 49 do Decr. n. 848, de 11 do Outubro de 1890, do art. 67 do Regimento d'este respeitavel Tribunal, e do art. 55 da cit. lei fed. n. 221, artigos estes consolidados todos no art. 372 da Parte 2ª, Tit. 6, Cap. 7, do Decr. Fed n. 3084 de 5 de Novembro de 1898. (3) E, processando-o na forma do art. 23 § unico lettra *b*, da cit. lei 221 (não consolidado no referido Decr. 3084, cit. art. 372, que cita o 55 da lei 221 e esquece o 23, seu § unico e lettras *a* e *b*) depois de mandar o recorrente instruir e fundamentar o recurso, passo a respondel-o, com a clareza e as reflexões e documentos bastantes para que o Colendo Tribunal o possa decidir com perfeito e immediato conhecimento de causa, sem a carencia de novos esclarecimentos e do comparecimento do recorrente.

Supremo Tribunal Federal.

Deneguei ao recorrente a impetrada soltura com o profundo pezar inseparavel de todos os actos meus que privão ou cerceam a liberdade do cidadão; sou escravo da justiça e da lei, á qual devo consagrar o mesmo religioso respei-

(3) Veja-se o *Direito* 61, 270; 64, 369; 74, 97.

to e dedicar o mesmo culto fanatico que á liberdade individual, de que ella é a egide e a norma, o regulador e a protecção, liberdade—inauferivel direito—que nunca sacrifiquei nem offendi conscientemente em meus 22 annos da profissão das letras juridicas, em os 20 annos d'estes, durante os quaes exerço cargos de judicatura n'este Estado, grande parte d'aquelles do agitado período, tão difficil quão glorioso para a magistratura liberal do Imperio, de toda a evolução até o brilhante, fecundo e duplo desenlace da gravissima questão social do *aboliconismo*, (1) pela abolição incondicional e pela Republica Federativa, exercicio sempre obscura e conscienciosamente, «sem» jamais haver feito falar de mim» seguindo d'este modo um conhecido e sabio conselho do grande Chanceller d'Aguesseau.

Egregios Juizes :

Entendi que e convenci-me de que, no caso dos autos, tratava-se de uma prisão em flagrante, de um delicto que—na phase inicial em que se achava o processo ou si et in quantum—não podia ser reputado, suspeitado—senão como inafiançavel, auctorisando a custôdia do preso (art. 133 do *Cou. do Proc. Crim.*) e de uma prisão verificada por um auto de valor juridico

(1) Veja-se na *Revista Juridica*, 4º. vol., pags. 656—sentença minha] reconhecendo a subsistencia da acção de liberdade por arbitramento depois da lei da libertação dos sexagenarios.

criticavel, mas que não foi destruido convincentemente. E, de facto :

I

Esse auto não podia ser taxado de nullo pela falta de juramento das testemunhas que depuseram confirmando as declarações de detentor. Similhante falta não importa a preterição de lei expressa, porque : a) a lei min. cit., n. 17, art. 4, o decr. min. 583, de 1892, art. 4, o *Cod. do Proc. Crim.*, art. 132, o cit. Decr. Fed. n. 3084, art. 76 da parte 2ª, tit. 2, cap. 1, a lei 2033 de 1871, art. 12, o Regul. d'ella, Dec. 4824 de 1871, art. 28, não exigem esse juramento, requerido sómente para se poder decretar a prisão preventiva do indiciado em crime inafiançavel, conforme o art. 13, § 2, da cit. lei de 1871 e o art. 29 do cit. decr. 4824; notando-se que, em Minas Geraes, essa prisão decreta-se com certo arbitrio, conforme a cit. lei 17, de 1891, art. 4 n. 8, e o cit. Decr. 583, art. 3, ut *Forum* III, 549, o que parece não ser acceito por este Supremo Tribunal, o qual, como já julgou e lê-se no Fascic. de 1895, pags. 9 da jurisprudencia sua, entende serem as formalidades da lei de 1871 essenciaes, posto não julgasse ainda (que me conste) que a lei mineira n'este ponto ferisse a Constit. da Republica, art. 72, § 13, nem que a materia seja de direito e não de processo.

b) Porque o formulario official de 1855 (veja-se em P. Bueno—*Apontam. crim.* pags. 277) não exige esse juramento ;

c) porque a regra geral do processo—testemunhas não juradas não são cridas no juizo civil (P. e Souza—*Prim. linhas civ.*, ed. de T. de Fr., nota 509, Ribas—*Consol. do Proc. Civ.* art. 421 § 1; Decr. 737 de 1850, art. 175) e no crime podem depôr como informantes, quando impedidas de jurar, dando-se-lhes o credito que merecerem, conforme as circumstancias (*Cod. do Proc. Crim.* art. 83 e Decr. Min. n. 583 de 1892, art. 11 e § 1) não se applica ao caso especial do auto de flagrante, diante do silencio da lei e do regulamento nos logares proprios e disposições supratricadas, e porque a lei permite que semelhante auto valha e lavre-se sem testemunhas, quando estas se recusem a acompanhar o preso ou o facto se passe a horas mortas da noite, em sitio deserto, devendo então conter somente as informações do conductor e do preso, observadas as mais exigencias da lei (Av. de 30 de Agosto de 1875 e P. Bueno, loco citado). A recusa das testemunhas é delictuosa n'aquelle caso, mas não invalida o auto e as testemunhas do flagrante ou do auto que o verifica e é de bom conselho e de direito que se arrole na queixa ou denuncia e jurem no inquerito e no sumario.

d) Porque a mal collocada disposição em contrario—do art. 42 n. 3 do Decr. 4824 é simplesmente regularmentar, e, desde que o preso não quiz fazer, como no auto de fls. 7, declarações pro ou contra as imputações do conductor e das testemunhas e assignar o auto, que por isso

foi assignado por duas testemunhas (cit. P. Bueno, pags. 277) nenhuma razão ha para considerar-se nullidade do auto a falta de que trata, nem para suppôr que as testemunhas houvessem mentido ou sido inexactas.

e) Porque o Formulario, annexo ao Manual dos Juizes de Paz, pags. 305, do preclaro jurista mineiro, ex magistrado e actual Senador Estadual, Dr. Levindo F. Lopes, um dos principaes auctores da lei processual mineira, não menciona esse juramento. Esse formulario é o geralmente seguido n'este Estado pelos juizes de paz e auctoridades policiaes.— E' preciso notar que o recorrente não allegou esta falta, nem por ella julga nullo o auto. (4)

II

Não admira que o recorrente não comprehendida a possibilidade de exprimirem as palavras do auto de fls. 7 « quiz dar um tiro de garrucha » uma tentativa de homicidio. Admiravel seria a confissão de tal possibilidade pelo advogado recorrente — advogado — mesmo provisionado.

Entretanto, aquella phrase é, como eu disse á fls. 83 v, ambigua e passivel do duplo sentido ahi mencionado. Ella poderia caracterisar uma tentativa — a vã tentativa punivel, por meio ordinariamente efficaç, de que Haus offerece os seguintes exemplos : atirar (sem sair o tiro)

(4) Contra esta parte I: *Direito* 63, 237; 80, 106. A essa nullidade não se referiu, aliás, o impetrante nas duas instancias.

para matar, com arma em cujo manejo atrapa-lha-se; fugir-se, quando se recebe a investida feita com arma homicida, prompta e empunhada. Estes factos são para o nosso Cod. tentativas puniveis (trabalho meu na cit. *Revista de Jurisprudencia*, vol VI, pags. 483 de 186).

O auctor, portanto, não especificava o delicto, e, como observei á fls. 34, podia ter este sentido, e esta suspeita apoiava-se na informação de fls. 31 e, principalmente, na de fls. 32 v. — o parecer da honrada promotoria da justiça, sendo isso o que actualmente constava do processo.

III

Sendo os factos acontecidos entre o recorrente e o offendido os que mencionei á fls. 34, tratei de verificar si a policia chegou depois do ultimo crime, dando logo a voz de prisão, na praça do Cruzeiro, defronte do hotel e casa do recorrente, ou não dando essa voz, mas perseguindo logo o recorrente, contra quem havia clamor publico.

Ora, no meu considerando de fls. 35, mostrei : 1.º que havia a commoção produzida pelo crime, a expressão ruidosa da indignação publica, a assistencia numerosa, a chamada da policia (tanto que, não estando no logar, promptamente compareceu) o alarma geral na cidade, o que tudo é clamor publico, sem precisar haver gritos de soccorro e que algum dos presentes desse voz de prisão ou prendesse o criminoso ; 2.º que a

policia chegou em acto ulterior, mas proximo quanto possivel do 2.º crime, successivo do 1.º, achando-se como estava, no jury, cujo salão é cerca de 400 metros distante d'esse local. Realmente, na justificação de fls. a 1.ª testemunha, que tambem é do inquerito (fls. 31 v.) fala que o recorrente pouco depois de chegar á casa montou á cavallo (fls. 12 v.); a 2.ª, empregado da estação, não assistiu o facto ultimo — a aggressão com arma de fogo, e a chegada da policia e ouviu dizer o que se passou depois; a 3.ª depõe que a policia chegou cinco minutos depois do recorrente montar a cavallo (fls. 15 v): a 4.ª diz que o recorrente demorou-se algum tempo — e, dez minutos mais ou menos depois do recorrente cavalgar, veio a policia (fls. 16 v).

Essa contradicção entre estas testemunhas e as mais da justificação mostra não só que a policia chegou com o tempo exactamente necessario para receber e acudir ao chamado, como que o recorrente montou á cavallo para fugir á perseguição esperada.

E' preciso notar que o Cod. do Proc. Crim., na 2.ª hypothese do art. 131, suppõe apenas o delicto já commettido, sem precisar o tempo, sem exigir acto instantaneo consecutivo, e, n'estes termos, se elle não legitima a exorbitante disposição do art. 118, do Decr. 120, que é a do Cod. do Proc. Penal Italiano, auctorisa, todavia, extender-se a noção do flagrante até o acto successivo em que as justicas vão em seguimento

do réu, apontado pelo clamor publico, mesmo sem começar a perseguição pela voz de prisão.

IV

Quando as testemunhas da justificação fossem contestes e seus depoimentos se pudessem contrapor formalmente ao auto de flagrante, é duvidoso se invalidariam esta peça do processo, porque a lei parece não haver cogitado de justificações no crime senão no interrogatorio, para instruir recursos de decisões do summa-rio, queixas e denuncias por crimes de responsabilidade, e no plenário. As testemunhas da justificação de fls., não podendo ser acareadas com as do flagrante e com o detentor, que não foram comprehendidos entre aquellas, não é possível liquidar com quem está a verdade e dar por destruido o valor de um auto, que tem por si a presumpção de verdadeiro ; Paula Baptista, § 143).

V

Depois do meu despacho de fls. 33, e, antes de entregar os autos ao escrivão, li o inquerito policial, que o Dr. Promotor estudava, na occasião do meu despacho, para poder promptamente falar sobre a queixa (art. 408, do *Cod. Crim.*) e só então me mandou apresentar. D'elle colhi que havia suspeita de tentativa balda por meio provavel e punivel, porque o recorrente, vendo o offendido em caminho para a casa, correria sobre elle com a arma de fogo

apontada e já sem o chicote da 1.^a aggressão, visível, fugindo o offendido, que entrou rapidamente em casa e bateu com a porta. Suspeita simples, note-se, que o summario poderá destruir, desde que não se provar—determinada intenção, arma carregada, engatilhada, apta para matar; mas suspeita justificativa da custódia, em que ficou e continuo a crer que devia ficar o recorrente; suspeita que não privou o supplente do Delegado de proceder com o recorrente como official, que este provou ser, da guarda nacional, nem o preveniu para demorar o andamento de inquerito policial contra o offendido, pelos factos que lhe attribuem a mulher do recorrente e outra pessoa, como consta da informação junta.

Não mandei juntar aos autos o inquerito, por certidão, porque elle era preciso em juizo, não queria retardar o meu despacho e já tinha completo conhecimento de causa.

Ao recorrente tambem pareceu dispensavel instruir com essa certidão o seu recurso.

—
Acompanham dois officios.—Contém-se hoje mesmo as custas. Intime-se o recorrente para pagal-as, e mais o sello dos autos e o do correio, para a remessa. Pago tudo isso, ou não, expeçam-se hoje mesmo os autos.

Não sei se delles deve ficar traslado, como dispunha o art. 54, do Decr. 4824, com prazo marcado para tiral-o (argum, do art. 443, do

Decr. 120; Alencar Araripa, *Consol. Crim.*, art. 642, § 5).

Não sei se, julgado o recurso, devolvam-se os autos como é em Minas, pelo Reg. de sua Relação (Decr. 135, de 1892, art. 234). Nada achei a respeito no Decr. Federal 3084, nem no Regimento do Egregio Tribunal ad quem, nem na lei de 1828, e Decrs. 848 e 1030, de 1890, a que se refere o cit. Reg., art. 154, (5). Subam, pois, hoje mesmo os autos, como prescreve o art. 28, b, da lei 221, sciente a parte ou seu advogado.

Oliveira, 6 de Abril de 1900.

O Juiz de Direito,

JOÃO PEREIRA DA SILVA CONTINENTINO.

— —

ACCORDÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Vistos, exposto e discutidos estes autos de recurso de *habeas corpus* interposto da decisão do Dr. Juiz de Direito da Comarca de Oliveira, Estado de Minas Geraes. negando soltura ao paciente, ora recorrente, L. P. C., negão provimento ao recurso pelos fundamentos juridicos da decisão recorrida, estando pro-

(5) Os autos não foram devolvidos. Nenhuma comunicação official veio a este juízo, da decisão.

vado dos autos que foi em flagrante a prisão do paciente e que o summario de culpa no decurso de nove dias, contados da prisão do paciente, está quasi concluido, não havendo, pois, allegação procedente contra a legalidade da prisão.

Custas pelo recorrente.

Supremo Tribunal Federal, 18 de Abril de 1900
—*Aquino e Castro P. — Pindabyba de Mattos — João
Pedro — Pereira Franco — Bernardino Ferreira —
Macedo Soares — Pisa e Almeida — Herminio do Es-
pirito Santo — G. de Carvalho — Americo Lobo.*

LEGISLAÇÃO

LEI N. 302

Muda para «Bello Horizonte» a denominação da Capital do Estado de Minas Geraes

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica denominada — Bello Horizonte — a Capital do Estado de Minas Geraes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem a execução da referida lei pertencerem que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario do Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Minas, ao primeiro de Julho de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes

LEI N. 303

Altera as disposições da lei n. 245 de 17 de Setembro de 1898 sobre feiras de gado; designa os municípios de Uberaba e da Capital e os pontos onde o governo julgar mais convenientes para as sedes das duas feiras não installadas de que trata o art. 1.º da citada lei n. 245 e auctoriza ao Governo a revêr e modificar, de accordo com as disposições desta lei, os contractos celebrados com os cessionarios das feiras de Tres Corações do Rio Verde e Bemfica.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Os concessionarios das feiras de gado de que trata a lei n. 245 de 17 de Setembro de 1898, terão direito de cobrar de cada vez que entrar para as invernadas a quantia de um mil réis, sendo esta paga em duas prestações eguaes : uma no acto da entrada, outra no acto da venda do gado.

Art. 2. Do gado que fór vendido nas feiras, ou exportado para os Estados da Bahia, Espirito Santo e S. Paulo, cobrar-se-á o imposto de 4 ./. *ad valorem* ; e do que fór exportado para outros pontos sem transitar pelas feiras, cobrar-se-á o imposto de 20 ./. *ad valorem*.

Art. 3. Fica isento do imposto de 20 ./. o vendedor do gado de criar e de corte em pequenas partidas e não destinados ao matadouro de Santa Cruz.

Paragrapho unico. E' sufficiente a apresentação do documento de haver pago 4 ./. na estação fiscal mais proxima, sobre o gado embarcado ou conduzido nas condições do artigo acima, para que se verifique a isenção do imposto.

Art. 4. Fica elevado a 20 ./. sobre o valor do gado pertencente ao boiadeiro que fór prejudicado a multa de que trata o art. 14, § 1, do decreto n. 1243, de 3 de Janeiro de 1898.

Art. 5. Ficão designados os municipios de Uberaba e de da Capital, nos pontos que o governo julgar mais convenientes, para sedes das duus feiras não installadas de que trata o art. 1. da citada lei n. 245.

Art. 6. Fica o governo auctorizado a revêr e modificar, de accordo com as disposições desta lei, os contractos celebrados com os cessionarios das feiras de Tres Corações do Rio Verde e Bemfica.

Art. 7. Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 8. Ficão revogados os §§ 1 e 2, do art. 2, da lei n. 245, e revogadas as disposições em contrario,

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento execução da referida lei pertencerem, que

e cumprão e a fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Minas, aos 5 dias do mez de Julho do 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes

LEI N. 304

Declara nulla, em parte, a lei n 85, de 16 de Setembro de 1899, da Camara Municipal de Uberaba.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1. E' declarada nulla a lei n. 85, de 16 de Setembro de 1899, da Camara Municipal de Uberaba, na parte em que tributa com 2.000\$000 os mascates que percorrem a cidade ou o municipios com bahu, cesto, caixinha, etc.

Art. 2. Revogam-se as disposições em contrario.

Manda, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem que a cumprão e faça cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Minas, aos 24 de Julho de 1901, 13.- da Republica.

FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes

Sellada e publica nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas, aos 24 de Julho de 1901 — O director, *Edmundo Vellozo*.

LEI N. 305

Contém disposições relativas á votação dos orçamentos
municipaes

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1. Depois da eleição para renovação das camaras municipaes, no ultimo anno do triennio, não poderão estas deliberar sobre o orçamento e vencimentos do agente executivo.

Art. 2. Se até a eleição não estiver votado o orçamento, entender-se-á prorogado o vigente até que a Camara recém-eleita delibere sobre o assumpto, o que fará em sua primeira reunião ordinaria.

Paragrapho unico. Quanto aos vencimentos do agente executivo, observar-se-á o que estiver disposto para o triennio findo.

Art. 3. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geres, na cidade de Minas, aos 30 dias do mez de Julho de 1901, 13. da Republica.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, aos 30 de Julho de 1901. — O director, *Edmundo da Veiga.*

LEI N. 306

Crêa o imposto de 10 % sobre o subsídio dos deputados e senadores, revoga a lei n. 90, e contém outras disposições.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º Fica creado o imposto de dez por cento sobre o subsídio de deputados e senadores.

Art. 2. Ficão revogadas as leis n. 90, de 23 de Junho de 1894, que elevou de 10, 15 e 20 por cento os vencimentos dos funcionarios publicos e n. 156, de 8 de Agosto de 1896, que elevou os vencimentos do official de gabinete do Presidente do Estado.

Art. 3. Fica revogado o art. 2.º do decreto n. 1.344, de 31 de Dezembro de 1899, que estabelece novos prazos para amortização das dividas contrahidas no Thesouro pelos funcionarios publicos e provenientes de construção de casas nesta Capital.

§ 1.º As quotas de amortização mensal das mesmas dividas serão calculadas de accordo com os prazos anteriores.

§ 2. E' extensivo aos funcionarios publicos que forem cessionarios de casas, e aos de que trata a lei n. 274, de 12 de Setembro de 1899, o disposto no art. 1. do citado decreto n. 1.344, de 1899, comtanto que nenhum gose desse favor senão para uma casa.

§ 3. Os funcionarios publicos que não quizerem se utilizar dos favores desta lei poderão continuar a fazer as prestações de accordo com o disposto no mesmo decreto n. 1.344.

§ 4.º Para este fim deverão fazer, dentro de trinta dias, contados da data da publicação desta lei, na repartição competente, declaração por escripto com firma reconhecida, que será tomada por termo e averbada no livro dos debitos dos mesmos funcionarios.

§ 5.º Findo o prazo, que não poderá ser prorogado sem que essa declaração tenha sido feita, ficarão os funcionarios sujeitos às disposições desta lei.

Art. 4. Os vencimentos dos professores de instrucção primaria serão os constantes da tabella infra, revogada a annexa á lei n. 281, de 16 de Setembro de 1899.

Art. 5.º Os vencimentos dos funcionarios de qualquer categoria serão divididos em duas partes eguaes, constituindo uma o ordenado e outra a gratificação.

Art. 6. Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 7. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente com nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios das Finanças a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Minas, aos nove dias do mez de Agosto de mil novecentos em um.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

David M. Campista

Sellada e publicada na Secretaria das Finanças nesta data.

Cidade de Minas, 9 de Agosto de 1901. — O director, *Theophilo Ribeiro*.

LEI N. 307

Regula a concessão de licenças a quaesquer funcionarios de ordem administrativa ou judiciaria.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sanciono a a seguinte lei :

Art. 1.º Podem conceder licença :

1. O Presidente do Estado a quaesquer funcionarios de ordem administrativa ou judiciaria até dois annos ;

II. O Presidente da Relação aos juizes de direito, juizes substitutos, promotores de justiça e empregados da Secretaria do Tribunal, até 90 dias ;

III Os juizes de direito aos juizes substitutos, promotor de justiça escrivães e demais officiaes de seu juizo ou de outro da comarca, até 60 dias ;

IV. Os Secretarios de Estado aos empregados das respectivas Secretarias e repartições que lhes forem subordinadas, até 90 dias.

Art. 2.º As licenças poderão ser concedidas com metade dos vencimentos por metade de tempo marcado no artigo antecedente, para tratamento de saúde à vista de attestações de profissional.

Art. 3.º As licenças poderão ser prorogadas não excedendo o tempo da prorrogação com o da licença o máximo estabelecido nos artigos antecedentes.

Art. 4.º Computar-se-á nas concessões de licença ou prorrogação, para o fim do artigo 1.º, o tempo de interrupção do exercício de que trata o art. 141, da lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891.

Art. 5. As licenças serão concedidas por meio de portarias, que não poderão ser assignadas antes do pagamento dos respectivos direitos.

Art. 6. Ficará sem effeito a licença se o funcionario a quem fór concedida não entrar no goso della dentro do prazo que lhe fór marcado e que não excederá de 60 dias.

Art. 7. O funcionario licenciado poderá gosar da licença onde lhe convier e renuncial-a em qualquer tempo, reassumindo o exercício de seu cargo.

Art. 8.º As licenças não poderão ser concedidas aos funcionarios interinos, aos que não pertencerem ao quadro effectivo ou desempenharem commissões e aos que não tiverem tomado posse dos seus cargos.

Art. 9.º Reputa-se abandonado o cargo pelo funcionario que, findo o tempo de licença, não reassumir o seu exercício.

Art. 10. O abandono será declarado pelo governo,

ouvido o funcionario, que poderá justificar-se dentro do prazo que lhe fór marcado e que não excederá de 30 dias.

11. Os funcionarios licenciados que tiverem gozado de licença pelo tempo marcado nos arts. 1 e 2, não poderão obter nova licença antes de um anno, contado do dia em que houver terminado a ultima licença.

Art. 12. O governo dará regulamento para a execução desta lei, estabelecendo o processo do abanlono, dispondo sobre communicações de licença e respectivas averbações.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumprão e façã cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario do Estado dos Negocios do Interior o faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 13 dias do mez de Agosto de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Brax Pereira Gomes

Sellada e publicada nesta Secretaria, aos 13 dias de mez de Agostos de 1901.

Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, 13 de Agosto de 1901 — O director, *Edmundo da Veiga*.

LEI N. 308

Perdóo aos reus José Agostinho Ferreira, Pedro Barreto de Sousa, Virgilio Pereira Ramalho, Augusto Domingos de Oliveira e Celestino Ferreira da Silva, do resto das penas que lhes forão impostas em virtude de sentença do juiz de direito da comarca de Bom Successo.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu em seu nome, sancçãoo a a seguinte lei :

Art. 1.º Fica perdoado aos reus José Agostinho Ferrei, ra, Pedro Barreto de Souza, Virgílio Pereira Ramalho-Augusto Domingos de Oliveira e Celestino Ferreira da Silva o resto das penas em cujo cumprimento se achão em vistude de sentença do juiz de direito da comarca de Bom Successo, de 10 de Julho de 1900.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem que a cumprão o fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 14 dias do mez de Agosto de 1901

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO
Wenceslau Braz Pereira Gomes

Sellada e publicada nesta Secretaria, aos 14 dias do mez de Agosto de 1901.

Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 14 de Agosto de 1901.

—O director *Edmundo da Veiga*.

LEI N. 309

Approva as contas do exercicio de 1899 e contém outras disposições

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º As despesas do exercicio de 1899, constantes das contas verificadas na Secretaria das Finanças, segundo o balanço e tabellas apresentadas ao Congresso, são fixadas em 30.429:609\$002, inclusive a quantia de 3.876:715\$979, de supprimento que este exercicio fez ao de 1898.

Art. 2.º Os creditos do mesmo exercicio são defini-

tivamente fixados em 30.429:600\$002, eguaes aos pagamentos realizados pelas diversas rubricas do orçamento, constantes dos referidos balanços e tabellas.

Art. 3º. Ficão approvados os creditos supplementares constantes dos decretos do Poder Executivo ns. 1.340, de 5 de Dezembro de 1899, 1.376, de 30 de Março de 1900, 1.385 e 1.391, de 9 e 30 de Junho do mesmo anno, abertos para supprir a deficiencia de creditos ordinarios do mesmo orçamento.

Art. 4º. A receita e recursos do mencionado exercicio, inclusivé o saldo que passou do exercicio de 1898, são fixados definitivamente em 32.130:031\$349, comprehendida nesta cifra a quantia que este exercicio recebeu, como supprimento, do exercicio de 1900, na forma do respectivo balanço.

Paragrapho unico. Do total da somma deste artigo é transportado para o exercicio de 1900, o saldo de... 1.700:964\$347.

Art. 5º. A receita do exercicio, que não tenha sido arrecadada, fará parte da divida activa do Estado e será escripturada no exercicio em que se effectuar a cobrança.

Art. 6º. Os serviços não pagos no exercicio constituirão divida passiva e a despesa será escripturada no exercicio em que se effectuar o pagamento.

Art. 7º. Ficão revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios das Finanças a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos dezeseis dias do mez de Agosto de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

David M. Campista

Sellada e publicada nesta Secretaria das Finanças aos 16 dias do mez de Agosto de 1901.—O director, *Theophilo Ribeiro*.

LEI N. 310

Altera a taxa do imposto de transmissão de propriedade.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O imposto de transmissão de propriedade immovel que pertence ás municipalidades em virtude do art. 2º. da lei adicional n. 2, de 28 de Outubro de 1891, será de tres por cento a partir de 1º de Janeiro de 1902.

Art. 2º. Não se comprehenderá entre as rendas de que trata o art. 58, n. 1, da lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891, o imposto de transmissão de propriedade quanto ás municipalidades que houverem contrahido empréstimos anteriores 30 de Junho do corrente anno, emquanto durarem os effeitos de taes obrigações.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 29 de Agosto de 1901

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

David M. Campista.

Sellada e publicada nesta Secretaria de Estado dos Negocios das Finanças em 29 de Agosto de 1901.—Servindo de Director o contador *Jucundino Julio Santiago*.

LEI N. 311

Crêa duas feiras de gado, uma no município de Sete Lagoas e outra no de Barbacena

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1º. Ficão oreadas, de accordo com a lei n. 303, de 5 de Julho do corrente anno, mais duas feiras de gado, sendo uma no município de Sete Lagoas e outra em qualquer das estações da Estrada de Ferro Central do Brasil no município de Barbacena.

Art. 2º. Esta lei vigorará desde a data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 5 de Setembro de 1091.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

David M. Campista.

Sellada e publicada na Directoria da Viação da Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 6 dias do mez de Setembro de 1901.

O director da secção, *Arthur da Costa Guimarães.*

LEI N. 312

Annulla leis da Camara Municipal de Montes Claros

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1º. Ficão annulladas as leis ns. 92, de 2 de Setembro de 1899 e 101, de 12 de Janeiro do corrente anno, da Camara Municipal de Montes Claros.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 5 dias do mez de Setembro de 1901, 13º. da Republica.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

Wencislau Braz Pereira Gomes.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 5 de Setembro de 1901—Servindo de director, *José Coelho Linhares.*

— — —
LEI N. 313

Manda Imprimir nas officinas do « Minas Geraes » um livro inedito de Bernardo Guimarães.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1º. Fica o governo auctorizado a mandar imprimir nas officinas do *Minas Geraes* dous mil e duzentos exemplares do livro inedito « Mauricio » ou « Os Paulistas em S. João d'El-Rey, » de Bernardo Guimarães.

Paragrapho unico. Desses exemplares o governo entregará á viuva dous mil, reservando os duzentos restantes.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o co-

nhecimento e execução da referida lei pertencerem que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios das Finanças a faça cumprir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 3 dias do mez de Setembro de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

David. M. ampista.

Sellada e publicada nesta Secretaria das Finanças do Estado de Minas Geraes, aos 6 de Setembro de 1901.—
Servindo de Director o contador *Jucundino J. Santiago.*

LEI N. 314

Fixa a força publica do Estado para o exercicio de 1902.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. A força publica do Estado do Minas Geraes, para o exercicio de 1902, constará dos officiaes dos tres batalhões da Brigada Policial, dos officiaes aggregados dos mesmos batalhões, de 1.600 praças de prete e de 150 engajados.

Art. 2º. Fica o governo auctorizado a despendar no futuro exercicio com o serviço da força publica, especificada na tabella annexa a quantia de 2.198:671\$500.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente, como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 10 dias do mez de Setembro da 1901, 13.º da Republica.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, aos 10 dias do mez de Setembro de 1901. — Servindo de director, *José Coelho Linhares.*

LEI N. 315

Annulla uma decisão da Camara Municipal de Lavras.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu em seu nome, sanciono a seguinte lei ;

Artigo unico. Fica annullada a decisão da Camara Municipal de Lavras que revogou a lei n 249 de 25 de Setembro de 1900, da mesma Camara, pela qual foi creado o districto de Ribeirão Vermelho ; revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negcios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 12 de Setembro de 1901, 13.º da Republica.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 12 de Setembro de 1901. — Servindo de director, *José Coelho Linhares.*

LEI N. 316

Regula as ferias do fóro

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º As ferias do fóro são as seguintes:

1 — De 1 a 31 de Agosto;

2 — 15 de Dezembro a 15 de Janeiro, sómente para o Tribunal da Relação;

3 — De quarta-feira de Trevas a domingo da Ressurreição;

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Doutor Secretario de Estado dos [Negocios do Interior] a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 12 dias do mez de Setembro de 1901, decimo terceiro da Republica,

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Sellada e publicada aos 13 dias de Setembro de 1901.

Secretaria do Interior, em Belle Horizonte, 12 de Setembro de 1901.—Servindo de director, *José Coelho Linhares.*

LEI N. 317

Auctoriza o Presidente do Estado a conceder aos cidadãos

Dr. José Eugenio do Amaral e Souza, Dr. Antonio Pereira Lima e coronel Lucas Tobias de Magalhães; ou a quem melhores vantagens offerecer, privilegio por 50 annos para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro, de bitola de um metro, que partindo de Doras do Guaxupé, municipio de Muzambinho, e passando por Monte Santo, S. Sebastião do Paraizo e Passos, vá á margem esquerda do Rio Grande.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º E' o presidente do Estado auctorizado a conceder aos cidadãos Dr. José Eugenio do Amaral e Sousa, Dr. Antonio Pereira Lima e coronel Lucas Tobias de Magalhaes, ou a quem melhores vantagens offerecer, privilegio por 50 annos para a construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro de bitola de um metro entre trilhos que, partindo de Dores de Guaxupê, municipio de Muzambinho, e passando pelas cidades de Monte Santo, S. Sebastião do Paraizo e Passos, vá á margem esquerda do Rio Grande.

Art. 2.º São concedidos aos concessionarios ou á empresa que organizarem, privilegios de zona e mais favores communs a concessões desta natureza, sem prejuizo dos direitos que possa ter a Companhia Estrada de Ferro Muzambinho.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 14 dias do mez de Setembro de 1901, 13.ª da Republica.

FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

David M. Campista.

Sellada e publicada nesta Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 14 de Setembro de 1901 — O director da viação, *Arthur da Costa Guimarães.*

LEI N. 318

Reorganiza diversos ramos do serviço publico do Estado

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica supprimida a Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas com a repartição annexa de Terras e Colonização e Immigração e auctorizado o governo a reorganizar os respectivos serviços dentro dos limites traçados pela presente lei.

Art. 2.º Os serviços acima referidos serão desempenhados por tres secções annexas ás Secretarias das Finanças e do Interior.

§ 1.º A primeira destas secções terá a seu cargo os serviços que actualmente competem á directoria de Obras Publicas e será composta de um inspector tecnico, um chefe de secção, um primeiro official, um segundo e um amanuense.

§ 2.º A segunda secção competem os serviços actualmente á cargo da directoria da Viação e terá a mesma composição da primeira.

§ 3.º A terceira secção será incumbida dos serviços que actualmente desempenha a Repartição de Terras, Colonização e Immigração e será composta de um inspector, um chefe de secção, um primeiro official, um segundo official, um amanuense e um desenhista.

§ 4.º Os inspectores de secção, que serão engenheiros, terão o vencimento total annual de sete contos e duzentos mil réis.

§ 5.º As duas primeiras secções — Obras Publicas e Viação—serão annexadas á Secretaria das Finanças e terão a seu serviço um continuo e um servente; á terceira secção — Terras, Colonização e Immigração — fica annexada. á Secretaria do Interior, tendo a seu serviço um continuo.

Art. 3.º O governo reverá o quadro dos funcçionarios da actual Secretaria da Agricultura e Repartição da Ter-

ras, reduzindo a cinco, vencendo cada um 6:000\$000, o numero de engenheiros de districtos de Obras Publicas e modificando o de engenheiros fiscaes de estradas de ferro e empresas privilegiadas, de modo a limitar o dispendio do Thesouro nesta materia ao valor das quotas com que concorrem as empresas fiscalizadas podendo um mesmo engenheiro ser encarregado da fiscalização de duas ou mais empresas.

Art. 4.º Fica supprimido o logar de Secretario da Junta Commercial, exercendo as respectivas funcções um dos deputados, eleito pelos membros da Junta, auxiliado pelo official da Secretaria, nos termos do regulamento que fôr expedido.

CAPITULO II

SECRETARIA DAS FINANÇAS

Art. 5.º Para o fim de reduzir despezas reverá o governo os regulamentos da Imprensa Official, ficando dependentes de acto expresso do mesmo governo as nomeações de quaesquer empregados da mesma imprensa, mesmo os temporarios, salvo exclusivamente o pessoal propriamente operario e pago por tarefa, que poderá ser contractado pelo director, na forma das disposições em vigor.

CAPITULO III

SECRETARIA DO INTERIOR

Art. 6. Ficão suspensas todas as escolas normaes do Estado, continuando os professores a perceber metade dos vencimentos actuaes até um anno da data desta lei, salvo se os professores por proposta da respectiva congregação, se obrigarem dentro de 60 dias, a continuar no exercicio de suas funcções, apezar da redução de vencimentos, que serão de 1:800\$000 annuaes.

§ 1.º Se as Camaras Municipaes dos logares onde existirem Escolas Normaes quizerem manter esses estabelecimentos, entrarão em accôrdo, dentro de um anno, com o governo do Estado, que neste caso prorogará o prazo da disposição antecedente.

§ 2.º Competirá sempre ao Estado a direcção dos estabelecimentos assim mantidos pelas Camaras Municipaes.

Art. 7.º A matricula em cada um dos annos do curso nas Escolas Normaes está sujeita á taxa que o governo fixará sob proposta das respectivas congregações, dentro dos limites de 10\$000 a 40\$000, tendo em vista as condições peculiares do logar onde fór situada a escola e será paga em duas prestações, sendo a 1.ª no acto da matricula e a 2.ª antes dos exames finais.

§ 1.º O producto das taxas de matricula será dividido com egualdade pelos professores da respectiva Escola.

§ 2.º A gratificação dos directores das Escolas Normaes será de 60\$000 e a dos secretarios de 300\$000 annuaes.

Art. 8.º Fica o governo auctorizado a conceder aos estabelecimentos de ensino secular, existentes no Estado e organizados segundo o plano do ensino normal, as mesmas prerogativas de que gosão as Escolas Normaes Municipaes.

Paragrapho unico. O curso normal constará das seguintes disciplinas, distribuidas pelas cadeiras actualmente existentes :

- I. Lingua nacional;
- II. Francez;
- III. Geographia e Historia do Brasil, especialmente de Minas Geraes;
- IV. Arithmetica elementar;
- V. Geometria plana e desenho linear;
- VI. Pedagogia;
- VII. Elementos de sciencias physicas e naturaes (zoologia, botanica, physica e chimica inorganica);
- VIII. Trabalhos de agulha, cujo ensino ficará a cargo da inspectora de alumnas.

Art. 9.º Para manutenção do internato do Gymnasio Mineiro, será recolhido aos cofres do Estado o beneficio da loteria de que trata a lei n. 298, de 31 de Agosto de 1900.

§ 1.º Ficão supprimidos : no Internato — os logares de

porteiro, roupeiro e um inspector de alumnos ; — Externato da Capital — um logar de Inspector de alumnos.

§ 2.º A pensão de alumnos no Internato será de 650\$000, paga na forma da legislação vigente.

3.º No internato ficão reduzidos :

- a) a 2:40\$800 a gratificação do reitor;
- b) a 1:900\$000 o vencimento do instructor de gymnastica e a 1:300\$000 o do professor de desenho ;
- c) a 2:40\$000 o vencimento do secretario do Internato.

§ 4.º Fica extincto o Externato do Gymnasio em Barbacena, salvo o direito dos alumnos anteriormente matriculados, de concluir o curso.

Art. 10. E' auctorisado o governo a reorganizar a Escola de Pharmacia, de accordo com a lei federal vigente, ficando os lentes, cujas cadeiras forem supprimidas, com direito á metade dos vencimentos até um annuo.

Paragrapho unico. Na mesma Escola fica supprimido o logar de bibliothecario, cujas funcções passarão a ser desempenhadas pelo secretario.

Art. 11. O governo reorganizará o Archivo Publico Mineiro, que ficará annexado á Secretaria do Interior, reduzindo o seu pessoal a dous funcionarios, cujas attribuições serão determinadas em regulamento e a respectiva despesa a 7:500\$000.

Art. 12 Ficão supprimidos os cargos de Delegado Auxiliar do Chefe de Policia e de inspectores extraordinarios de instrucção publica.

Art. 13. O Presidente do Estado fica auctorizado a reorganizar a Secretaria do Interior, reduzindo a cinco as suas secções.

Art. 14. O concurso para o provimento das comarcas de 1.ª entrancia, far-se-á na forma das disposições da lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891, e do regulamento que o governo expedirá para a sua execução, ficando revogada a lei n. 238, de 27 de Agosto de 1898.

Art. 15. Ficar á extincta quando vagar, uma das varas de direito da comarca de Juiz de Fora, supprimindo-se

então o lugar de 2.º promotor de justiça da mesma comarca.

Art. 16. É dispensada a audiência dos promotores da justiça nas acções civeis em que fór parte ou interessado o município; é elevada a alçada dos juizes substitutos a 1:000\$000.

Art. 17. As funções de curador fiscal das massas fallidas e de curador geral dos orphãos serão exercidas pelo promotor de justiça, salvo o direito dos serventuarios vitalicios nas comarcas onde existem.

Art. 18. Os juizes de direito, substitutos e promotores de justiça terão os vencimentos marcados na seguinte tabella e as custas que lhes forem contadas nas causas que prepararem, julgarem ou promoverem, excepto as criminaes, em que decahir a justiça.

Paraphrasso Unico. As custas serão arrecadadas na estação fiscal da comarca, na fórma da legislação em vigor e pagas mensalmente, aos funcionarios que pertencerem, deduzindo-se 50 % para as rendas do Estado.

TABELLA

Juizes de direito de 1.ª entrancia.	5:000\$000
Juizes de direito de 2.ª entrancia.	6:000\$000
Juizes de direito de 3.ª entrancia.	6:400\$000
Juizes de direito da 4.ª entrancia.	7:400\$000
Juizes substitutos de 1.ª 2.ª e 3.ª entrancia.	3:500\$000
Juizes substitutos da 4.ª entrancia.	3:900\$000
Promotor de justiça.	2:800\$000

Art. 19. Fica extinta a colonia correccional do Bom Destino, revogada a lei n. 141, de 27 de Julho de 1895; o governo providenciará na forma das leis em vigor sobre o destino dos correccionaes alli existentes.

Art. 20. Aos professores do Gymnasio Mineiro e das Escolas Normaes não é vedado acceitar o patrocínio de causas civeis no caso do art. 113, paraphrasso unico, da lei n. 18, de 28 de Novembro de 1891.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 21. Os funcionarios publicos que, em virtude desta lei foren dispensados, terão vencimentos na proporção seguinte :

1.º Os que contarem mais de 10 annos de serviço terão metade dos vencimentos dos cargos que exerciam até serem aproveitados em outros ;

2.º Os que contarem mais de 5 annos de serviço terão metade dos vencimentos, dos cargos que exerciam, até um anno da data desta lei ;

3.º Os que contarem menos de 5 annos de serviço, terão vencimentos nas mesmas condições acima, até 6 mezes.

Parapho unico. O funcionario em disponibilidade que não acceptar o emprego de igual categoria ao que exercia, que lhe fôr designado pelo governo, perderá o direito ás vantagens e vencimentos marcados nesta lei.

Art. 22. Fica creado o imposto sobre aposentados e reformados :

- a) de 5%, se o ordenado exceder de 600\$000 ;
- b) de 10%, se fôr superior a 1:200\$000.

Art. 23 O governo aproveitará para as vagas que se derem nas repartições publicas os funcionarios dispensados em virtude desta lei.

Art. 24 Para o fim de melhorar o serviço de fiscalisação, poderá o governo elevar até o dobro o numero dos fiscaes ambulantes das rendas internas ; supprindo estes logares com o pessoal existente na Secretaria das Finanças e o dispensado em virtude desta lei.

Art. 25. Os professores e leaes dispensados em virtude desta lei terão preferencia á nomeação para as cadeiras vagas de materia identica que se derem em outro estabelecimento de instrucção.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o co-

nhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumprão e fação cumprir tão inteiramente como nella se contém.

Os Secretarios de Estado dos Negocios do Interior, das Finanças e da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a fação imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geares, em Bello Horisonte, aos 16 de Setembro de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes.

David M. Campista.

Sellada e publicada na Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, aos 16 dias de Setembro de 1901 — Servindo de director, *José Coelho Linhares.*

LEI N. 319

Crêa diversos municipios, altera divisas e contém outras disposições

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu em seu nome sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficão creados os seguintes municipios :

1) De Villa Jacutinga, composto do districto de Santo Antonio de Jacutinga.

2) De Guaranesia, composto dos districtos de Santa Barbara das Canóas e S. Pedro da União, este desmembrado do municipio Jacuhy e aquelle do de Muzambinho, sendo a séde em Santa Barbara das Canóas, que passa a denominar se Villa Guaranesia.

3) De S. Caetano da Vargem Grande, composto do districto no mesmo nome.

4) De Caxambú, composto dos districtos de Caxambú e Soledade, accrescido este com o territorio desmem-

brado do municipio da Christina comprehendido dentro das seguintes divisas : começa na margem direita do Rio Verde, na divisa com o municipio de Pouso Alto, distante um kilometro da Estação da Soledade, da E. F. Minas e Rio, até alcançar o ribeirão do Taboão, e por este abaixo até a ponte de ferro da E. F. Sapucahy, do kilometro 12 do ramal de Caxambú e seguindo a referida estrada de ferro até o kilometro 10,ahi atravessa o corrego das Posses e estrada que vae ao Paiol e corrego que vem do mesmo e segue em rumo ao espigão que está em frente e por este até ao alto da serra e por esta até ao alto do Marimbondo, descendo a direita pelo espigão que divide as aguas da fazenda de Joaquim Marcellino, seguindo o referido espigão até ao Rio Verde, por este acima até em frente as officinas da Companhia E. F. Sapucahy no kilometro 1 desta estrada, transpondo a linha pelo espigão do morro que divide a povoação da Soledade da fazenda D. Maria Francisca, seguindo sempre o espigão até o Rio Verde um kilometro acima da estação da Soledade onde tiveram começo estas divisas.

5) De Itauna, composto dos districtos de Sant'Anna de S. João Acima, Carmo do Cajurú e do povoado dos Tinócos desmembrados do municipio do Pará e dos districtos de Itatyassú e Conquista, desmembrados do de Bomfim.

Opovoado dos Tinócos que ficará annexado ao districto de Sant'Anna, tem as seguintes divisas : da serra do Itatyaia e pelas divisas do districto de Matheus Leme com o de Sant'Anna, segue até o alto da serra de Caxambú e por esta até a serra da Saudade e dahi até ao corrego do Betume; segue se por este abaixo até a barra do ribeirão e dahi procurando o váu do Morro Grande, conuiua-se em direcção ao ribeirão de Antonio Maria e dahi em deante pelas divisas do districto de Bicas com o de Matheus Leme.

6) De Santa Rita da Extrema, composto do districto do mesmo nome.

7) De Villa Nova de Rezende, composto dos districtos de

Santa Rita do Rio Claro e S. Sebastião da Ventania, desmembrados do municipio de Passos, sendo a sede em Santa Rita, que passa a denominar-se Villa Nova de Rezende.

8) De Villa Platina, composto dos districtos de S. José do Tijuco e de Rio Verde, desmembrados do municipio do Prata, sendo a sede em S. José, que passa a denominar-se Villa Platina.

9) De Villa de Campos Geraes, composto dos districto do Carmo do Campo Grande e Corrego do Ouro, desmembrados do municipio de Tres Pontas, e do districto do Espirito Santo dos Coqueiros, desmembrado do municipio de Dóres da Boa Esperança; sendo a sede no Carmo, que se denominará — villa de Campos Geraes.

10) De Aguas Virtuosas, composto dos districtos de Aguas Virtuosas, como sede, de Lambary e de Conceição do Rio Verde, aquelles desmembrados do municipio da Campanha e este do de Baependy.

11) De Santa Quitéria, composto do districto deste nome, que será a sede, do de Capella Nova do Betim, do de Contagem e do da Vargem da Pantana, desmembrados do municipio de Sabará.

12) De Silvestre Ferraz, composto dos districtos de Carmo do Rio Verde, como sede, com o nome de Villa Silvestre Ferraz e o de S. Lourenço, desmembrados do municipio da Christina.

Art. 2.º Estes municipios só se installaraõ depois de satisfeitos os requisitos do n. 2 do art. 4.º da lei n. 2, de 14 de Setembro de 1891.

Art. 3.º O districto de Garimpo das Canoas, do municipio de S. Sebastião do Paraizo, desmembrado deste municipio, fica fazendo parte do municipio de Santa Rita de Cassia.

Art. 4.º Fica pertencendo ao municipio de Monte Santo o districto de S. João Baptista das Posses, desmembrado do municipio de S. Sebastião do Paraizo.

Art. 5.º Ficão pertencendo ao municipio de Jacuhy os districtos de Santa Cruz das Areias e Bom Jesus da

Penha, aquelle desmembrado do municipio de S. Sebastião do Paraizo, e este do de Cabo Verde.

Art. 6 Fica transferido do municipio de Ouro Preto para o de Villa Nova de Lima o districto de Piedade do Paraopeba.

Art. 7.º Fica transferido o districto de Carrancas do municipio do Turvo para o municipio de Lavras.

Art. 8.º O municipio de Bello Horizonte fica comprehendido dentro dos seguintes limites :

Serra do Curral, seguindo o alto da Mutuca, descendo a serra do José Vieira e vertentes do Jatobá, espigão da Pantana e por este espigão até o alto do Riacho e ao espigão da Agua Branca, comprehendendo as fazendas dos Carneiros, João Gomes, Campos, Bento Pires Velho, pelo ribeirão da Pampulha abaixo ao rio das Velhas, inclusive a fazenda do Capitão Eduardo e pelo rio das Velhas acima até General Carneiro e dali ao espigão dos Pagareis, por este acima até Bernardo Pereira e serra do Taquaril e seguindo por esta até á do Curral, onde começaram estas divisas, ficando dentro do municipio todas as suas vertentes.

Art. 9.º O municipio de Cataguazes compor-se-á dos seguintes territorios :

1) Todas as vertentes da esquerda do rio Pomba, desde o ribeirão das Baraúnas inclusive as deste, até o ribeirão Paraopeba, exclusive, exceptuando-se sómente as bacias superiores do ribeirão Diamante e do rio Chopotó.

Nas aguas daquelle servem de limite os actuaes com o municipio de Ubá, com a modificação apenas de ficarem comprehendidas no territorio de Cataguazes as vertentes do mesmo ribeirão na fazenda onde reside o tenente-coronel Silveiro Rocha, inclusive.

Nas aguas deste (Chopotó) são mantidos os actuaes limites com o municipio de Ubá.

II) As vertentes da esquerda do rio Muriahy, desde o espigão mais alto acima da barra do ribeirão «Passagem» na fazenda do Oeste, até o espigão que acaba abaixo da barra do ribeirão Bonito.

III) As vertentes da esquerda do mesmo rio, desde o espigão, existente acima da barra da «Passagem», até o primeiro espigão, abaixo da barra da d. «Bonitos», que vae ligar-se ao morro mais alto das cabeceiras do ribeirão da Passagem.

IV) As divisas do municipio de Cataguazes com os de Leopoldina e S. João Nepomuceno continuão a ser as mesmas estabelecidas por leis anteriores.

Art. 10. As divisas do municipio de Arassuahy são as seguintes: das cabeceiras do rio Gravatá, pela linha de divisão de aguas entre as bacias do Jequitinhonha e Mucury até a Pedra do Gado; deste por uma recta até ás cabeceiras do rio de S. Miguel; dalli, pela serra dos Aymorês, limitando com o Estado da Bahia, até a pedra do Italiano, abaixo da cachoeira do Salto Grande de Jequitinhonha; dalli pela linha recta divisoria dos dous Estados, que vae ao Vello Fundo, até o ponto que confrontar com a barra do correjo dos Patos e deste ponto em direcção á barra do dito correjo; desta, pelo espigão divisor de aguas da margem direita do dito correjo dos Patos á pedra da passagem Larga; desta, pelo divisor de aguas á Pedra Lavrada; dalli, em rumo direito do Morro Agudo; deste, pelo divisor de aguas do ribeirão S. Pedro do Jequitinhonha até a serra Escuroa; desta, pelo divisor de aguas, até as cachoeiras do correjo do Calção; por este abaixo, até sua barra no rio Itanga; desta, em rumo direito á Tapera do Corrego do Sítio; dalli, em direcção ás cabeceiras do correjo Santo Antonio das Pindobas; desta, pelo divisor de aguas, ás cabeceiras do correjo da Baixa Grande; por este abaixo, até sua barra no rio Salinas; desta em rumo direito á ponta da Serra Vianna; desta pelo divisor de aguas, ás cabeceiras do correjo S. João; por este abaixo até sua barra no rio Vaccaria; por este abaixo até sua barra no rio Jequitinhonha, ficando respeitadas os limites estabelecidos por leis anteriores entre os municipios de Arassuahy e Minas Novas.

Art. 11. As divisas do municipio de Entre Rios são as seguintes : Começam onde a Serra das Caixetas termina no Rio Paraopeba e por este, dividindo com o municipio de Ouro Preto, até onde o ribeirão S. Matheus desagua no referido rio e por aquelle ribeirão acima até á barra do correjo do Jacarandá e por este acima até seu fim, atravessando o espigão em rumo do Campo do Sacco dos Veados e apanhando o correjo do Sacco dos Veados até fazer barra com o correjo dos Nunes e, apanhando o espigão da fazenda da Preguiça, seguindo á esquerda pelo espigão até ás divisas do districto lo rio do Peixe e pelas divisas actuaes desse districto com os municipios de Bomão e Oliveira, até o correjo do Brândão, onde existe um vallo em propriedades de Bernardino Augusto de Andrade e pelo mesmo vallo até o correjo do Queriuo e por este ao correjo da Aguada, até o rio Pará e por este até ao Rio Ponte Alta ; e por este até dividir com o municipio que do Tiradentes, na Ponte Alta, até a barra do correjo passa no fundo do quintal de Alexandre Firmino Ribeiro ; por este correjo acima, em rumo direito ao alto da serra do Cebola e dahi ao alto do Valinho dos Pinheiros; deste, pelo Corregozinho abaixo, até o fundo da casa de Antonio José Pires, seguindo pelo correjo abaixo até á barra de outro correjo, que vem da Boa Vista e por este acima, até a baixada da divisa da fazenda do tenente-coronel Antonio Gonçalves de Rezende com a dos herdeiros do finado Antonio José de Oliveira Dico ; e desta baixada, pelo brejo abaixo, até a barra do correjo do Potreiro, acima da fazenda do referido Dico ; por este correjo abaixo, até a barra do que vem da Cachoeira do Corisco o por este acima até o alto da serra do Corisco ; dahi, em rumo direito ao alto do Capão Comprido e por este á ponta da serra do Escouso, onde existe um muro de pedras ; dahi á barra dos dous correjos que vem do Pau Lavrado e do Mathias ; desta barra ao alto das Tres Arvores, seguindo pelo espigão até fechar no rio Taboado e por este rio abaixo até a ponte de S. José ; desta, á direita pelos

corregozinhos que vêm do Capão da Embira ; deste a alto do pasto da Pedreira ; deste alto ao rio Curralinho, em frente á casa de Ildefonso Ferreira da Fonseca : dahi pelas divisas com o municipio de Prados, e pelo correjo do Cortume (divisas com o municipio de Queluz até a Serra dos Caixetas, e por ella até o rio Paraopeba onde começaram estas divisas.

Art. 12. Pertencem ao districto do Espirito Santo de Agua Limpa, municipio de Além Parahyba, as vertentes do correjo Agua Limpa,

Art. 13. Fica annexado ao districto de Antonio Dias Abaixo, do municipio da Itabira, o territorio comprehendido dentro do seguinte perimetro : — Partindo-se da Cacheira Escura, no Rio Doce, segue-se pela cordilheira de Cocães até o ribeirão — Cocaes pequeno ; dahi por este e depois pelos rios Piracicaba e Doce vae-se ao ponto inicial.

Paragrapho Unico Ao mesmo districto ficão assim pertencendo todas as vertentes da cordilheira de Cocães para o rio Piracicaba e para o Rio Doce, até Cachoeira Escura.

Art. 14. Fica desmembrada do districto de S. João Baptista do Douradinho, municipio do Machado e transferida para a freguezia do Pontal, municipio da Varginha, a fazenda da Lagóa dos Patos, de propriedade do barão da Varginha, com as seguintes divisas ; começando na barra do rio Dourado com o rio Sapucahy, por aquelle acima até a barra do correjo do Alto ; por este acima até as suas cabeceiras e dahi, por uma linha, até as cabeceiras de um pequeno correjo (lagrimal) e por este até o ribeirão de Lavapés ; e por este abaixo até o correjo segundo da Direita ; por este até as suas cabeceiras ; e dahi, em linha até o espigão mais alto e, por este á direita até as cabeceiras do correjo Fundo e por este até a sua barra no Sapucahy e por este até a barra do rio Dourado.

Art. 15. Os limites do municipio da Diamantina serão os seguintes :

Linha 1.ª Da junção do rio das Velhas com o rio Paraúna, por este rio acima a sua nascente, na serra geral do Espinhaço, pertencem ao município de Diamantina o territorio e os afluentes da margem direita do Paraúna e os da sua margem esquerda aos municípios do Curvello e Conceição, com os quaes confina por esta linha o municipio da Diamantina.

Linha 2.ª Da cabeceira do rio Paraúna, na cordilheira do Espinhaço, segue pela cumiada da dita cordilheira até a serra de nome local — Santo Antonio, além da garganta do Guacho e quasi em frente da Pedra Redonda do Serro; pertence o territorio ao W ao municipio de Diamantina e aos do Serro e Conceição, com os quaes continua a quelle, o territorio a — E — desta segunda linha.

Linha 3.ª As divisas dos municipios de Diamantina e Serro são as traçadas nas leis da extincta Assembléa Provincial.

Linha 4.ª Da cabeceira do rio Itanguá pelo seu affluente Taypirapuama, desce até a sua junção com o Itanguá, que segue até a fóz deste no rio Arassuahy, que atravessa, sobre a chapada de Barreiras e Calumbys e, pela cumiada desta, procura a cabeceira do correjo Canna Brava, pelo qual desce até a sua fóz na margem direita do rio Jequitinhonha, limitando esta quarta linha os municipios de Diamantina e S. João Baptista, respeitando os limites estabelecidos por leis anteriores.

Linha 5.ª Da fóz do correjo Canna Brava, no rio Jequitinhonha segue por este rio acima até a barra do Inhacica Grande, affluente pela margem esquerda daquelle rio; limitando esta quinta linha, pelo veio do rio Jequitinhonha, os municipios de Bocayuva e Diamantina, a este pertencentes todos os seus tributarios pela margem direita deste trecho do rio Jequitinhonha;

Linha 6.ª Da barra do rio Inhacica Grande, na margem esquerda do rio Jequitinhonha, sobe por aquelle rio e pelo seu ultimo affluente o Galheiro, a ganhar a serra do Arrenegado, por cuja cumiada e pelas dos Campos de S. Domingos e serra da Panta segue até o pontal

desta ultima d'onde procura o rio Gamelleira, que atravessa abaixo do Catonio, para, subindo a serra do Cbral, buscar a cabeceira do ribeirão da Piedade, pelo qual desce até a sua fôz no rio das Velhas; limitando esta sexta linha os municipios de Diamantina e Bocayuva, respeitadas as actuaes divisas entre os municipios de Diamantina e Bocayuva, estabelecidos por leis anteriores

Linha 7.ª Da fôz do ribeirão da Piedade, na margem direita do rio das Velhas, sóbe pelo leito deste rio até a reunião deste rio com o Paraúna, no lugar denominado — Pontal — servindo o rio das Velhas de limite entre os municipios do Curvell e Diamantina, a este pertencendo o territorio e todos os affluentes pela margem direita deste trecho do rio das Velhas.

Art. 16. As divisas do municipio da Formiga continuam a ser as mesmas, determinadas nas leis da antiga Assembléa Provincial, salvo as seguintes modificações :

§ 1.º Fica incorporado ao mesmo municipio da Formiga o districto da Pimenta desmembrado do municipio de Piumhy, observadas em relação aos dous municipios as seguintes divisas : Começando na barra do rio Capitanga com o rio Grande, seguem por aquelle acima até o Corrego d'Anta, deste até a serra de Piumhy, seguindo por esta até o ponto terminal, deste ao corrego do Cavallo, por este abaixo até o rio de S. Francisco.

§ 2.º E' mantida a disposição do art. 5.º da lei n. 1.890, de 1872, em relação ás divisas do mesmo municipio da Formiga com os municipios de Piumhy, Bambuhy e Dôres do Indayá

Art. 17 As divisas entre os municipios de Dôres da Boa Esperança e Piumhy serão as determinadas em leis da antiga Assembléa Provincial.

Art. 18 As divisas do municipio de Barbacena e do de S. João d'El-Rey são as seguintes, entre os districtos de Ibertioga e de S. Francisco do Onça : Da barra do ribeirão da Agua-Limpa no rio Elvas, pelo dito ribeirão acima até o corrego de José Gomes e por este á serra dos olhos d'Agua.

Art. 19. As divisas entre os municipios de Ubá e Piranga (em Conceição do Turvo) ficão constituídas por uma linha que partindo da divisa do districto da Conceição do Turvo com o de S. José do Barroso, do municipio de Rio Branco (na fazenda pertencente á viuva e herdeiros de José Rodrigues) segue passando pelas fazendas dos herdeiros de João Manjalegua, de Placidino de Oliveira Campos, pela fazenda denominada «Liga» e pelas de João Ribeiro, D. Maria Luiz de Castro, João Victor de Alencar, Antonio Maximiano de Sousa Botelho, Manoel Ferreira dos Santos, Manoel Dias Paes Junior, pela fazenda de S. Francisco e pelas de José Gamarano e de José Gurzio Sobrinho, até o rio Turvo, e por este acima, passando pela fazenda de Joaquim Diniz até alcançar o districto da cidade de Ubá, ao qual ficaraõ pelas referidas linhas, pertencendo as ditas fazendas e o territorio incluído no perimetro do lado de Ubá.

Art. 20. O municipio de Rio Branco (S. José do Barroso) divide com o de Piranga Conceição do Turvo) por uma linha que, passando pela fazenda dos herdeiros de Francisco José Valente, vae até a Barra de Corrego do Pinhão com o de Taquarussú e segue, passando pela fazenda de D. Delfina Marciana do Espirito Santo, pelo alto de um espigão até encontrar o ribeirão Bóá Esperança, no lugar denominado Cruz Grande, e dahi, pelo ribeirão Bóá Esperança, até a fazenda de Santa Cruz, e dahi segue por um espigão ás Tres Cachoeiras, pelo lado direito, em linha recta.

A 1.^a destas cachoeiras fica no pasto da fazenda denominada Jacarandá e segundo o mesmo espigão limita com o districto de Calambáu e no seguimento do dito espigão encontra-se a 2.^a cachoeira, que está abaixo da fazenda de Manoel Candido Ferreira no corrego dos Encadeados e depois no mesmo seguimento encontra-se a 3.^a cachoeira (da Sesmaria) na fazenda de Custodio Carneiro.

Pelo alto do mesmo espigão segue a divisa até o lugar

denominado «Pedras», ficando para dentro dos limites do município do Rio Branco toda a fazenda de Monte Alegre (hoje Cruz), limitando com o município de Piranga (districto de Porto Seguro) pela continuação do mesmo espigão que acima vem descripto, até ao encontro do ribeirão «Cabeçada» com o rio Turvo-limpo ficando pertencendo ao município do Rio Branco (districto de S. Jose) toda a fazenda denominada «Macuco».

Art. 21 Ficão transferidas para o districto de Luminares, município de Lavras, onde já estão encravadas, a fazenda da Lage, propriedade do cidadão Carlos Gomes Ribeiro da Luz, e a fazenda do Jardim, propriedade do Visconde de Caldas, aquella actualmente pertencente ao município de Tres Corações do Rio Verde e esta ao de Baependy.

Art. 22. Ficão alteradas as divisas entre os municípios da Ayuruoca e Turvo da maneira seguinte: a partir da serra da Traituba, no lugar denominado Caethê até o capão do Mateiro, actuaes divisas do município de Ayuruoca com o do Baependy, d'ahi por deante seguindo a esquerda vae ao alto do Campo do Currallinho, seguindo em linha recta ao morro do Descalvado, d'ahi ao correjo da Capoeira grande, e por este até o Ribeirão da Boa Vista, no lugar denominado — Aterrado, d'ahi em linha recta ao «Morro Grande», proximo á fazenda de Aureliano Villela, seguindo sempre a recta até o alto da Capoeira do Mueirão e d'ahi ao porto do Pary, no rio Ayuruoca.

Art. 23. Fica revogado o decreto n. 18, de 15 de Fevereiro de 1890, que transferiu para o município da Campanha a fazenda denominada — Boa Vista.

Art. 24 A cidade da Bagagem passa a denominar-se — Estrella do Sul, nome que será applicado á comarca e ao município, e o arraial denominado Estrella do Sul passa a denominar-se Santa Rita da Estrella.

Art. 25. Fica revogada a lei n. 3.058, de 28 de Outubro de 1892, e restabelecidas as divisas entre o actual município de Muzambinho e o de Monte Santo pela

seguinte forma : partindo da barra do rio das Canoas com o ribeirão do Onça, seguem por este acima até a fazenda de Pio Rodrigues Barbosa nos limites actuaes com Jacuhy

Art. 26. As divisas entre o municipio de Monte Santo e o de Jacuhy ficão sendo as seguintes partindo da serra da lagoinha (vertentes do rio Pinheirinho) limite entre Jacuhy e Passos, na cabeceira do Tomba-perua, até ao morro denominado *jogo da bola*, seguindo d'ahi pelo espigão do capão secco; d'ahi e pelo espigão referido até as cabeceiras do correço dos Bentos seguindo sempre pelo espigão até o morro do Tonjó e deste em linha recta ao ribeirão da Onça, no ponto onde começam as divisas com Santa Barbara das Canoas.

Art. 27. As divisas entre o municipio de Passos e o de Cabo Verde são pelo rio S. João até a barra do correço do Cedro, e por este acima até as divisas da Ventania.

Art. 28. Ficão restabelecidas as antigas divisas entre o municipio de Passos e os de S. Sebastião do Paraizo e Jacuhy, alteradas pelo paragrapho unico do art. 1.º do decreto n. 462 A, de 4 de Abril de 1891, que nesta parte fica derogado.

Art. 29. As divisas entre os municipios de Santa Luzia do Rio das Velhas e de Caethê, no lugar denominado — espigão do padre Silva — serão pelos espigões que dividem as aguas vertentes do ribeirão Jabuticatubas das do rio Taquarassú.

Art. 30. As divisas do municipio de Patos, com o de Carmo do Parnahyba são as seguintes : da ponte sobre o rio Abaete na estrada que vai de S. Antonio dos Tiros para as fazendas da Serra do Barreiro e Bebedouro, segue-se pela estrada até o ribeirão Bebedourro, no lugar em que existe uma fonte de agua medicinal; deste ponto pelo ribeirão abaixo até o rio S. Bento; dahi segue-se em linha á Serra das Carrancas, até o alto desta, por cima da fazenda do capitão Januario Caetano Pereira; e seguindo pelo alto da referida serra até

a serra do Maxixe, finalmente, segue por esta até as divisas do districto de Lagoa Formosa, do município de Patos.

Art. 31. Os limites do município de Santa Rita do Sapucahy com os de S. José do Paraizo e de Pouso Alegre serão os seguintes : Começam no rio Sapucahy, nas divisas da fazenda da Pedra Redonda com o bairro do Pouso d'Antas pelo espigão das divisas da dita fazenda, aguas vertentes, até o ponto mais alto, seguindo depois á esquerda até o alto da Serra e atravessando a garganta, na fazenda de Antonio Pereira Lopes, segue em linha ao espigão que divide as terras de Antonio Bernardes e Jonas Bernardes; e por esta divisa até os Campos do Vintem; e dahi, em linha recta, ao lugar denominado « Caburé » e deste em linha recta, ao rio Sapucahy.

Art. 32. Fica transferido para o município de Santa Rita do Sapucahy, onde está encravado, o territorio da antiga fazenda « Giráu » desmembrado do município de Pouso Alegre, ficando as divisas entre os dois municípios determinadas pelo rio Sapucahy

Art. 33. Fica transferido o povoado de Cujará, do município de Piumhy, para o de Bambuhy, conservando as suas divisas.

Art. 34. As divisas do município de Santo Antonio do Monte com o município de Itapecerica, são determinadas em leis vigentes actualmente, com as modificações seguintes; 1.ª linha — Divisas de Santo Antonio do Monte com Ermida dos Campos : começam no espigão do Redondo, em divisas com o mesmo, seguindo pelo espigão até o lugar denominado — Coatys — e deste, seguindo pela serra das Parobas, até o espigão, no lugar denominado — Jararacas — e por este espigão abaixo até a barra do correjo de Areia com o da Cachoeira; atravessando o mesmo e seguindo pelo espigão, até as divisas das fazendas de Francisco Bento de Oliveira e Miguel Soares de Siqueira, e destas, em rumo direito

até o espigão, no lugar denominado — Marmello — seguindo por este espigão até o lugar denominado — Piteiras.

2.^a linha. As divisas do arraial do Indayá com Santo Antonio do Monte são as antigas, abrangendo todas as vertentes dos correjos de Camargos e de Cachoeira, seguindo pelo espigão até o serrado dos Raposos, e deste, em rumo ao rio do Indayá, e por este abaixo ao rio Lambary.

3.^a linha. As divisas do arraial de S. Sebastião do Curral com Santo Antonio do Monte são as antigas, com as seguintes modificações: Começam na fazenda do Severiano e seguem pela estrada até a Cachoeira, seguindo depois o espigão, e deste em rumo à fazenda de José Bento, terminando na fazenda dos Ferreiras.

Art. 35. A villa de Contendas denominar-se-á — Villa Brazileia.

Art. 36. As divisas entre os municipios do Sacramento e Araxá serão as mesmas com que foi creado o municipio do Sacramento, *ex-vi* da lei n. 1.637, 13 de Setembro de 1870, começando pelo Rio das Velhas, acima até a barra do ribeirão do Inferno (que é a divisa dos districtos do Desemboque e de Araxá e, por aquelle rio acima até a barra do correjo — Entrecosto — e por este acima até a sua cabeceira, abrangendo a fazenda das perdizes.

Art. 37. As divisas do Municipio de Doreas da Boa Esperança com o districto do Carmo do Campo Grande, municipio de Tres Pontas, serão as seguintes: a partir da barra do rio Sapucahy com o riacho — Aguas Verdes, seguindo por este acima até a ponte que está acima da barra do Sapé; seguindo então pela estrada real à nascente do correjo do Campo; deste ponto em direcção à Serrinha, seguindo esta em direcção até o ribeirão de S. Pedro, por este abaixo até a barra do ribeirão Tres Pontas e por este acima até as antigas divisas com o districto de Santa Anna da Vargem.

Art. 38. Fica annexado ao districto da cidade de Pouso Alto e desmembrado do districto do Carmo do Rio Verde, municipio da Christina, o sitio denominado

«Fazendinha» pertencente ao Dr. Albertino Rodrigues da Arruda cujas divisas são as seguintes : começam na margem esquerdo do Rio Verde no logar em que começa o espigão do «João do Homem», por este, subindo até encontrar a estrada do Carmo, limitando-se em todo esse percurso com terras de propriedade de Francisco Junqueira de Souza, desse ponto em diante, pelo mesmo espigão, até o seu ponto mais alto, onde encontra as divisas da fazenda do Aterrado do districto Pouso Alto, limitando-se nessa extensão com terras de propriedade de Vicente Guerra; da divisa da fazenda do Aterrado por um outro pequeno espigão e por esse correjo, até desaguar no rio do Aterrado, ou Palma, limitando-se nessa extensão com terras da mesma fazenda do Aterrado, e pelo rio desse nome até o rio Verde, dividindo ainda com terras daquella fazenda e pelo rio Verde abaixo até o espigão dividindo com terras de propriedade do coronel Antonio Pereira da Silva, onde teve principio esta demarcação.

Art. 39. Fica pertencendo ao districto de Passa Tempo, municipio de Oliveira, a fazenda da Palestina, de propriedade do tenente coronel Gabriel Augusto de Andrade, desmembrada do districto do Rio do Peixe, municipio de Entre Rios e as fazendas de Severino Gonçalves Lara, denominadas — Bom Successo e Serrinha ficando desmembradas dos districtos da Conquista, municipio do Bomfim para o districto do Rio do Peixe, municipio de Entre Rios.

Art 40. As divisas do districto de São Domingos municipio de Barbacena, com o alto Rio Doce, municipio do mesmo nome, e com o de Remedios, municipio de Barbacena, são os seguintes : começam no rio Mutuca, na fazenda do Sobrado, por esse rio abaixo, comprehendendo a primeira cachoeira, e desta, a esquerda do espigão, no alto deste, dividindo com as terras da fazenda de José Luiz Damasceno, e com terrenos de Antonio Rebeca ; e seguindo o mesmo espigão e dividindo com terrenos dos herdeiros dos Magalhães e com terrenos

de José Luiz Helena e Manoel Gonçalves Couto e com a fazenda de José Moreira Couto, seguem pelo espigão da Vargem, entre a fazenda dos Coutos no lugar denominado Corrego Fundo, seguindo o rio Brejaúba, descendo este até a barra do ribeirão Alavanca, seguem por este ribeirão acima, compreendendo todas as suas vertentes, as fazendas da Alavanca, Morro Grande e Boa Vista, seguindo o mesmo ribeirão, abrangendo a fazenda de José Dias de Miranda e tomando sua margem esquerda, compreendendo a fazenda de Antonio José de Paiva e abrangendo dentro das divisas a povoação dos Ferreiras, seguem pela buracada dos Tigres até o ribeirão Forquilha, e descendo este pela margem esquerda, ficando á direita a divisa do districto dos Remedios, até a barra do rio Brejauba, dahi até a buracada da Farofa e dahi, procurando o ribeirão Indaiá, subindo-o pela margem esquerda até a estrada de Indaiá, segue por esta até ao espigão que limita com a fazenda da Chacara, este espigão até encontrar o rio Mutuca.

Art. 41. As divisas dos municipios de Marianna e Alvinopolis serão pela serra do Coqueiro, seguindo em direcção á Matta da Luzia.

Art. 42. Ficão desmembrados do districto das Mercês do Pomba, municipio do Pomba, para o districto do Livramento, municipio de Barbacena, as fazendas de Ottom de Campos Alvim, José Homem de Faria, Maria-no Alfredo de Souza Malta e João Custodio Ferreira e as do capitão Estevão Teixeira do Nascimento, denominadas, Sertões e Louros, do districto de Barroso, municipio de Tiradentes para o districto de Barbacena, municipio do mesmo nome.

Art. 43 As divisas do districto de «Bias Fortes» e do municipio de Palmyra serão pelo leito da E. de F. Central do Brasil até a caixa d'agua da estação da Mantiqueira e desta, saltando o rio do Pinho, seguindo pelas divisas das fazendas de Manoel Ignacio de Almeida e Honorio Garcia, até as divisas do districto das Dores do Parahybuda ficando as duas ultimas fazendas pertencendo ao districto de Parahybuda.

cendo ao districto de «Bias Fortes», assim como as de Eduardo Egyño de Sá Fortes, desmembradas do districto das Dores do Parahybuna.

Art. 44. A fazenda da Aldeia, pretencente ao coronel José Leonardo de Meira, fica pertencendo ao municipio de S. João Baptista, sem prejuizo das divisas entre este municipio e o do Peçanha.

Art. 45. As divisas entre os municipios de Alfenas e de Santo Antonio do Machado continuam a ser as mesmas, salvo a seguinte modificação: na barrá do correngo do Indrequessé com o rio Machado, seguem as divisas pelo dito correngo acima até suas cabeceiras; destas ao espigão, procurando as cabeceiras do correngo Brejinho, por este abaixo até o ribeirão dos Porcos, e por este até a barra do correngo das Furnas, por este acima até suas cabeceiras e destas ao espigão do Vagalume; deste á cabeceira do correngo S. José e por este abaixo até o rio Sapucahy.

Art. 46. Fica pertencendo ao municipio de Santa Luzia do Rio das Velhas o districto do Riacho Fundo, desmembrado do municipio da Conceição.

Art. 47. Ficam revogadas as leis n. 2.938, de 23 de Setembro de 1882 e n. 3.153, de 18 de Outubro de 1883, na parte em que alteram as divisas do municipio de Alfenas.

Art. 48. Fica transferido o districto da Piedade da Boa Esperança, do municipio de Alto rio Doce, para o de Piranga.

Art. 49. As divisas entre os districtos de Ilhéos e Alvinopolis ficam demarcadas pelas vertentes do ribeirão S. Bartholomeu, desde as nascentes deste até desaguar no rio Doce, vertentes estas que pertencem ao municipio de S. Domingos do Prata.

Art. 50. Ficam desmembrados do districto de Santo Antonio do Aventureiro, municipio de Mar de Hespanha, e encorporados ao districto de S. José de Além Parahyba, municipio de Além Parahyba, os terrenos pertencentes á fazenda da Conceição, propriedade de Dr.

Castello Branco, com as seguintes divisas: as vertentes do ribeirão do Peixe para a dita fazenda, com as divisas actuaes do districto do Aventureiro, vertentes todas do dito ribeirão, e descendo mesmo até as ditas divisas.

Art. 51. Ficam transferidas para o municipio de Tres Corações do Rio Verde, desmembradas do municipio do Baependy, as fazendas da Vargem do Catinguá, de propriedade do coronel José de Andrade Junqueira e de Ignacia Carolina da Costa, sendo as divisas pela Serra do Gurumirim até encontrar os limites do districto de Cambuquira.

Art. 52. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 16 dias do mez de Setembro de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

Wenceslau Braz Pereira Gomes.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte aos 16 de Setembro de 1901.

Servindo de director, *José Coelho Linhares.*

LEI N. 320

Regula a concessão de estradas de ferro de que trata a lei n. 278, de 18 de Setembro de 1899, quando destinadas aos serviços das industrias mineralurgicas e metallurgicas.

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sancção a seguinte lei :

Art. 1º. Nos contractos de concessões de estradas de ferro de que trata a lei n. 276, de 18 de Setembro de 1899, quando se tratar de estradas destinadas sómente aos serviços das industrias mineralurgicas e metallurgicas, o governo exigirá que o seu traçado e construção satisfaçam apenas as condições de segurança e de Policia, sem outro qualquer ônus.

Art. 2º. Nas estradas de que trata a presente lei a faixa privilegiada será apenas a que fór occupada com as obras das mesmas estradas.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 17 dias do mez de Setembro de 1901, decimo-terceiro da Republica.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRÁNDÃO

David M. Campista.

Sellada e publicada na Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, aos 17 dias do mez de Setembro de 1901.

Arthur da Costa Guimarães.

LEI N. 321

Auctoriza a cessão de um predio estadual na cidade da Varginha

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sancção a seguinte lei :

Art. 1.º Fica o governo auctorizado a ceder á empresa ou particular que se propuzer fundir na cidade da Varginha um estabelecimento de instrucção primaria e secundaria, o predio estadual de instrucção publica alli existente.

Art. 2.º No contracto, que será lavrado perante a Secretaria do Interior, se estipulará o prazo nunca menor de 10 annos prorogavel pelo mesmo espaço de tempo, ficando ao cessionario a obrigação de reparar e conservar o edificio, podendo alterar as suas divisões internas e construir as dependencias que lhe forem necessarias, sem direito á indemnização alguma pelas bemfeitorias realizadas, as quaes ficarão como partes integrantes do referido predio.

Art. 3.º E' interdicto ao cessionario transferir o contracto a outrem sem previa permissão do governo.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios das Finanças a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Belo Horizonte, aos dezesete dias do mez de Setembro de mil novecentos e um.

FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

David M. Campista.

Sellada e publicada nesta Secretaria das Finanças nesta data.

Belo Horizonte, 17 de Setembro de 1931.—O director,
Theophilo Ribeiro.

LEI N. 322

Reduz os vencimentos dos professores das aulas praticas annexas ás Escolas Normaes e contém outras disposições

O povo do estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sancção a seguinte lei:

Art. 1º. Ficam reduzidos a 1:800\$000, os vencimentos dos professores das aulas praticas annexas ás Escolas Normaes do Estado.

Art. 2º. Os directores das Escolas Normaes velarão para que, nas aulas praticas annexas, os alumnos do curso normal se exercitem na arte de ensinar, de accordo com as disposições regulamentares em vigor.

Art. 3º. O anno lectivo das Escolas Normaes começará a 15 de Fevereiro e terminará a 14 de Novembro.

Art. 4º. A matricula de alumnos para o curso normal começará a 16 de Fevereiro e se encerrará a 15 de Março.

Art. 5º. Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario do Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 19 de Setembro de 1901.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO

Wenceslau Braz Pereira Gomes

Sellada e publicada na Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, aos 19 de Setembro de 1901.—Servindo de Director, *José Coelho Linhares*.

LIVRO II

Fixa a despesa e organisação do exercício financeiro de 1902.

O povo do Estado, reunido em seus representantes, decretou, o seu presidente e o seu conselho a seguinte lei:

CAPITULO I

DA DESPESA

Art. 1.º Durante o exercício financeiro de 1902, fica o Presidente do Estado autorizado a gastar a quantia de 17.308.455\$000, pelas Secretarias do Estado, conforme os serviços especificados nos paragrafos seguintes :

§ 1. Secretaria do Interior ;

I	Subsidio ao Presidente do Estado.	30:000\$000
II	Custeio de Palacio e suas dependencias	6:000\$000
III	Pessoal da Secretaria do Interior, inclusivé 10:000\$000 para expediente.	141:520\$000
IV	Subsidio aos Senadores	88:320\$000
V	Pessoal da Secretaria do Senado, inclusivé 3:000\$000 para expediente.	31:804\$000
VI	Subsidio aos Deputados.	176:640\$000
VII	Pessoal da Secretario da Camara dos deputados, inclusivé 3:000\$ para expediente.	39:150\$000
VIII	Ajuda de custo aos senadores e deputados.	36:000\$000
IX	Apanhamentos de debates : Na Camara dos Deputados 14:400\$ } No Senado 9:00 \$ }	23:400\$000
X	Aluguel do predio para o funcionamento da Camara dos Deputados.	12:000\$000
XI	Magistratura e justiça do Estado,	

	inclusivé 4:000\$000 para o expediente da Relação	1.545:200\$000
XII	Pessoal da Secretaria da Policia, inclusivé 2:000\$000 para expediente.	37:760\$000
XIII	Carcereiros das cadeias do Estado e pessoal da de Ouro Preto	39:808\$000
XIV	Sustento, vestuario e curativo de presos pobres	410:000\$000
XV	Diligencias policiaes.	20:000\$000
XVI	Força publica :	
	a) Pessoal da Brigada Policial.	1.173:171\$500
	b) Etapa para 1.600 praças.	633:000\$000
	c) Fardamento para 1.600 praças a 11\$85 0.	180:000\$000
	d) Aluguel de custo a officiaes em	5:500\$000
	e) Custo do custo a reengajados, a	15:000\$000
	f) Fardamento, fardamento e medica-	25:000\$000
	g) Fardamento, fardamento e medica-	25:000\$000
	h) Fardamento, fardamento e medica-	25:000\$000
	i) Fardamento, fardamento e medica-	50:000\$000
	j) Fardamento, fardamento e medica-	107:50\$000
XVII	Socorros publicos	58:000\$000
XVIII	Assistencia de alienados.	25:000\$000
XIX	Instrução primaria, menos a Escola Penido	1.800:000\$000
XX	Escolas Normaes :	

	Pessoal e custeio, inclusivé as professoras de aulas praticas que ficam mantidas	251:900\$000
XXI	Internato do Gymnasio Mineiro :	
	a) Pessoal.	65:400\$000
	b) 2 preparadores a 30 %	600\$000
	c) Pessoal contractado	3:000\$000
	d) Expediente.	1:000\$000
	e) Sustento de alumnos e do pessoal interno	40:000\$000
	f) Gratificação ao delegado fiscal	3:800\$000
XXII	Externato do Gymnasio Mineiro, cabendo a cada preparador 20%	70:600\$000
XXIII	Escola de Pharmacia—Pessoal, expediente e custeio de gabinete e laboratorios.	40:000\$000
XXIV	Archivo Publico Mineiro—Pessoal e gratificação ao director para os fins dos art. 8.º da lei n. 126	11:500\$000
XXV	Passagens em estradas de ferro e telegrammas.	160:000\$000
XXVI	Expediente com eleições estaduais	5:000\$000
XXVII	Sellos postaes para a correspondencia official.	9:000\$000
XXVIII	Custas em processos crimes.	116:000\$000
XXIX	Expediente do jury e tribunaes correccionaes.	19:720\$000
XXX	Auxilios :	
	a) Aos hospitaes de Ouro Preto, Grão Mogol, Itabira, Diamantina, Pitanguy, Sabará, Santa Luzia do Rio das Velhas, Sete Lagoas, Barbacena, S. João d'El-Rey, Lavras, Caldas, Marianná, Passos, Arassuañy, Serro, Curvello, Mar de Hespa-	

nha, Pará, Turvo, Bomfim, Rio Preto, Campanha, Ponte Nova, Férniga, Leopoldina, Juiz de Fôra, Dolores de Bôa Esperança Dolores do Indayá, Minas Novas, Uberaba, S. Gonçalo do Sapucahy, Oliveira, Itapecerica, Montes Claros, Cataguazes, Theophilo Ottoni, Ouro Fino, Muzambinho e Pouso Alegre 40

a 2:000\$000.	80:000\$000
b) A' Santa Casa de Misericordia da Capital.	6:000\$000
c) Aos hospitaes de alienandos de Diamantina e Itabira, a 2:000\$ cada um.	4:000\$000
d) Ao hospital de lazarus de Sabará	2:000\$000

XXXI Subvenções :

a) A' Faculdade Livre de Direito	50:000\$000
b) Asylo de orphãos de Diamantina, Marianna, Barbacena Juiz de Fôra e S. Francisco em S. João d'El-Rey a 2:000\$	10:000\$000
c) Recolhimento de Orphãos em S. João d'El-Rey.	2:000\$000
d) Asylos de Macahúbas e de S. Luiz em Caethê a 3:000\$000	6:000\$000
e) Lyceu de Artes e Officios em Ouro Preto e Diamantina a 2:000\$000, destinada quanto ao lyceu de Ouro Preto a quantia de 1:200\$ para subvencionar a cadeira de lingua portugueza para adultos.	4:000\$000

XXXIII

Eventuaes, inclusivè liquidação de serviços supprimidos	20:000\$000
---	-------------

XXXIII Pessoal dispensado, inclusivé o da Repartição de terras . . .	82:680\$000
XXXIV Pessoal da Repartição de Terras . . .	26:900\$000
XXXV Expediente da mesma	5:000\$000
XXXVI Colonias indigenas	15:000\$000
XXXVII Imigração e Colonização . .	200:000\$000
XXXVIII Medição e demarcação de terras . . .	5:000\$000

Somma. 8.034:173\$500

§ 2.º Secretaria das Finanças :

I Pessoal da Secretaria	176:620\$000
II Expediente da mesma	24:200\$000
III Recebedoria de Minas :	
a) Pessoal	146:400\$000
b) Expediente e quota para collaboradores	23:000\$000
IV Serviço da Divisão do Estado :	
a) Juros 3:000\$000	
b) Autorização 4:000\$000	4:000\$000
V Gratificação e percentagem de letras e escriptas	200:000\$000
VI Fiscalização escriptas e recibos intermunicipaes	100:000\$000
VII Pessoal da Divisão de Contas fiscaes	200:000\$000
VIII Despesa com material e fornecimento	100:000\$000
IX Manutenção de edificios Recebedoria	100:000\$000
X Juros de empréstimo edificios e material	100:000\$000
XI Passagens em trem e de ferro telegraphicas	200:000\$000
XII Imprensa Official :	
Pessoal e material inclusivé im- pressão gratuita das publica- ções da Faculdade Livre de Direito	220:000\$000

XXIII Pessoal da seção de Obras Públicas	10.000\$000
XXIV Estabelecimento hydrotherapico (fiscalização)	2.322\$577
XXV Pessoal da seção de Vição e expediente (24:250\$).	68.000\$000
XXVI Fiscalização de estradas de ferro	69.000\$000
XXVII Reforma do material da Estrada de ferro Bahia e Minas.	23.000\$000
XXVIII Garantia de juros a estradas de ferro	11.500\$000
XXIX Pessoal dispensado na Secretaria da Agricultura	51.230\$000
Somma	450.000\$000
XXXI Compra de viaturas anti-estrebaculosa	5.380\$000
XXXII Estabelecimento hydrotherapico (fiscalização)	9.500\$000
XXXIII Pessoal da seção de Vição e expediente (24:250\$).	7.000\$000
XXXIV Fiscalização de estradas de ferro	28.260\$800
XXXV Reforma do material da Estrada de ferro Bahia e Minas.	71.200\$000
XXXVI Garantia de juros a estradas de ferro	60.000\$000
XXXVII Pessoal dispensado na Secretaria da Agricultura	1.739.000\$000
Somma	23.700\$000
Somma total da despesa.	<u>9.269.292\$509</u>
Somma total da despesa.	<u>17.303.463\$000</u>

Art. 2.º Fica o Presidente do Estado autorizado a abrir creditos supplementares, com as formalidades prescriptas no art. 18, da lei n. 2.314, de 11 de Junho de 1876, e observadas as disposições dos paragraphos do art. 3.º da lei n. 19, de 26 de Novembro de 1891, as seguintes rubricas da presente lei, caso se verifique não terem sido sufficientemente dotadas :

Art. 1.º, § 1.º :

Ns. 14, 16, 17, 21 letra c 25 e 33 e § 2.º ns. 4, 5, 8, 10, 12, 16, 28 e 29.

Art. 3.º Caso a renda ordinaria e extraordinaria não bastem, para fazer face á despesa orçada, o Presidente

do Estado poderá fazer operações de credito para cobrir o *deficit* que se verificar.

Aat. 4.° Fica o governo auctorizado a abrir desde já um credito supplementar de 1:200\$000 a cada uma das verbas dos ns. 22 lettra—E—e 23 do art. 1.° § 1.° da lei n. 301, de 4 de Setembro do anno passado, e outro de 19:524\$182 á verba do n. 3, § 1.° da citada lei n. 301.

Art. 5.° Continuam em vigor as disposições de leis de orçamentos anteriores, de caracter permanente que não tenham sido expressamente revogadas, e que explicita ou implicitamente não forem contrarias ás disposições desta.

GAPITULO II

DA RECEITA

Art. 6.° A receita do Estado para o exercicio de 1902 fica orçada em 17.303:546\$000 e se comporá dos seguintes impostos e titulos de receita:

RENDA ORDINARIA

§ 1.º Imposto sobre generos de exportação	10.500:600\$000
§ 2.º Idem, sobre generos de consumo fóra do Estado.	1.350:000\$000
§ 3. Taxa de sello, inclusivé le custas judiarias, loterias e emolumentos	800:000\$000
§ 4.º Novos e Velhos Direitos	1.400:000\$000
§ 5.º Passagens em estradas de ferro particulares	200:000\$000
§ 6.º Taxas de herança e legidos, inclusivé transmissão em linha recta	480:000\$000
§ 7.º Cobrança da divida activa	10:000\$000
§ 8.º Imposto de aferição de sal.	320:000\$000
§ 9.º Renda da Imprensa Official	80:000\$000
§ 10. Produto de venda de terras devolutas	35:000\$000
§ 11. Juros de 7 apolices geraes	350\$000
§ 12. Taxa de matricula e annuidades nos estabelecimentos de instrucção publica	65:000\$000

§ 13. Renda dos terrenos diamantinos .	200:000\$000
§ 14. Imposto de 3 1/2 % sobre exportação do ouro	500:000\$000
§ 15. Quotas com que concorrem varias em- presas para o serviço de fiscaliza- ção.	92:000\$000
§ 16. Taxa adicional dos impostos sob ns. 1, 4, e 6.	214:000\$000
§ 17. Imposto territorial	910:000\$000
§ 18 Imposto sobre subsidios.	28:496\$000
§ 19 Impostos sobre reformados e aposen- tados	20:000\$000

RENDA EXTRAORDINARIA

1. Receita eventual, comprehendidas mul- tas por infracções de leis, regula- mentos e contractos.	40:000\$000
2. Reposições e restituições, producto dos proprios do Estado.	20:000\$000
3 Productos de fianças crimes.	500\$000
4 Depósitos.	150:000\$000
Somma total da receita	17.303:546\$000

Art. 7. Fica o governo auctorizado a receber e a res-
tituir os dinheiros provenientes de emprestimo do co-
fre de orphãos, dos bens de defunctos e ausentes, dos
da caixa economica do Estado, de fianças e depositos
de outras origens.

Art. 8. O imposto de «Novos e Velhos Direitos» con-
tinuará a ser arrecadado pela tabella em vigor, excep-
to quanto ás escripturas de transmissão de immoveis
inter-vivos e termos de arrematação e adjudicação de
bens dessa natureza que pagario mais 3 .1º sobre o va-
lor das transferencias e tambem quanto aos titulos de
creditos particulares e contractos de sociedades com-
merciaes que passam a pagar a taxa constante do art.
11 do decreto n. 1230, de 23 de Dezembro de 1898.

As escripturas de permuta pagarão o imposto de trans-
missão sobre um dos valores permutandos, quando so-
rem eguaes ou sobre a maior quando houver torna .

Art. 9.º Fica o governo autorizado a rever a tabella C, annexa ao decreto n. 842, de 25 de Julho de 1895, afim de elevar as taxas do imposto de consumo sobre os artigos de que houver producção simililar no Estado.

§ 1.º Na nova tabella que for organizada em virtude desta lei as taxas de consumo não ficarão em caso algum inferiores ás da exportação do mesmo artigo, nem seu augmento excederá de 50 ./. do valor das taxas medias correspondentes da exportação.

§ 2.º Ficam isentos do imposto de consumo as machinas e instrumentos destinados á lavoura, plantas, sementes, adubos chimicos e animaes destinados á reproducção, e do de exportação, até 50 litros diarios, o leite destinado ao dispensario do Instituto de Protecção e Assistencia á infancia do Rio de Janeiro.

§ 3.º Fica o governo igualmente autorizado, uma vez decretada a caducidade de concessão de garantias de juros a estradas de ferro, nos casos previstos nos respectivos contractos, a restabelecel-as, se o julgar conveniente, mediante as seguintes condições, além da reversão das linhas para o Estado, no fim dos privilegios :

a) diminuição do prazo da garantia de juros ;

b) redução da taxa de juros ;

c) estipulação de clausulas que assegurem a preferencia do Estado ao reembolso dos juros e subvenções que houver pago, no caso de insolvabilidade das empresas.

§ 4.º Continúa em vigor o art. 12 da lei n. 301, de 4 de Setembro de 1900, ficando o governo autorizado a fazer as necessarias operações de credito para encapar, se o julgar conveniente, as estradas de ferro que tenham contractos com o Estado.

§ 5.º As disposições dos arts. 83 e seguintes do decreto n. 842, de 10 de Junho de 1896 e art. 10 do decreto n. 1,415, de 9 de Outubro de 1900, são extensivas aos fiscaes ambulantes quando em serviço da cobrança da divida activa do Estado.

Art. 10. Fica o governo autorizado a entrar em accordo com os Estados productores de café para que o

imposto de exportação desse genero seja cobrado no acto do embarque.

Art. 11. Fica fixada em 250\$000 por trimestre, para cada comarca, a verba destinada ao pagamento de custas judiciarias, o qual se effectuará pela collectoria respectiva mediante attestação do juiz de direito que fiscalizará a contagem e rateio das mesmas entre os funcionarios que as tiverem vencido.

Art. 12. Fizam pertencendo á Prefeitura da Capital as restituições provenientes de direitos pagos á Alfandega do Rio e outras, effectuadas da data da presente lei em deante.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario do Estado dos Negocios das Finanças a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 25 dias do mez de Setembro de mil novecentos e um.

DR. FRANCISCO SILVIANO DE ALMEIDA BRANDÃO.

David. M. Campista.

Sellada e publicada na Secretaria das Finanças em Bello Horizonte, aos 25 dias do mez de Setembro de 1901. — O director, *Theophilo Ribeiro.*

INDICE

Per Ordem Alphabetica

DAS

MATERIAS CONTIDAS NO VOL. XII

DO

FORUM

JULHO A DEZEMBRO

A

ACÇÃO—é inadmissivel sem a escriptura publica quando esta é da substancia do contracto, não podendo ella ser supprida pelo julgamento nem pela confissão sob pena de nullidade do contracto .	172
ACÇÃO — a de despejo é incompetente para por ella se demandar a perda do dominio e posse	129
ACÇÕES — só as hypothecarias e pignoratícias são applicaveis as disposições do art. 14, § 10 do Decr. n. 169 A, de 19 de Janeiro de 1890 e do art. 391 do Decr. n. 370 de 2 de Maio.	372
ACÇÃO — caducando o penhor é competente a da assignação de 10 dias para cobrar a divida	372
ACÇÃO — a de indemnisação cabe áquelle que teve suas terras invadidas pelo fogo da queimada de um roçado, contra quem pôz o mesmo fogo ficando ainda elle sujeito á multa imposta pela municipalidade, desde que não houve na queimada a devida cautela aconselhada pela prudencia.	27
ACÇÃO— só pela ordinaria pôde ser annullada a escriptura de hypotheca de predio possuido em commum	348
ACÇÃO — improcedencia da de indemnisação e bemfeitorias	118
ACÇÃO — é improcedente a de reivindicção que se basear em titulo simulado.	362
ACÇÃO — a de nunciação de obra nova tem lugar quando alguém edifica novamente alguma obra que prejudica a servidão de outrem	43
ACÇÃO — improcedencia da de força velha por não se provar-se a posse e o esbulho d'esta.	87

— II —

ACÇÃO DIVISORIA — n'ella presúme-se habilitado o agrimensor approved pelas partes.	115
— as suas nullidades são as do artigo 26 do decreto n. 662 de 24 de Novembro de 1893 .	115
ACÇÃO — cabe aos condóminos cujas bemfeitorias por elles constituídas foram adjudicadas a outros condóminos os quaes serão obrigados ao pagamento da importância respectiva. . .	118
AGENTES EXECUTIVOS — são obrigados a prestar contas ás camaras municipaes dentro do prazo para tal estabelecido, sendo que se não as prestarem ás camaras com as quaes servirão são obrigados a prestar ás novas camaras successoras das outras e com multa. . .	163
APPELLAÇÃO — e não agravo cabe do despacho que em acção executiva rejeita embargos á penhora . . .	138
ARRESTO — sua procedencia, e improcedencia da defesa consistente em venda de bens arrestados por ser ella francamente fraudulenta	96
ASSIGNATURA — não é essencial a do procurador no termo de responsabilidade lavrado na falta de advogado formado ou provisionado . .	317
ATTENTADO — constitue-se pelo acto em virtude do qual alguém, depois de embargada uma obra, continúa nella ainda que auctorizado pelo Agente Executivo Municipal	250
— é reputado tudo que se innova depois da citação em prejuizo da questão a que se refere.	250

B

BEMFEITORIAS — só dão direito aos condóminos de requererem e obterem seus quintaes annexos quando construídas por elles em época em que já tinham condómino nas terras dividendas. O contrario só por equidade pode ser concedido	118
BENS — os de heranças jacentes, de defunctos e ausentes e vagos pertencem á Fazenda Publica da União	165
BIBLIOGRAPHIA	94

C

COLLECTORES — os seus alcances são considerados dividas e obrigações de origem fiscal

— III —

hem como os provenientes de impostos, tributos etc.	230
COLLECTOR — de um municipio é incompetente para como parte promover processo de cobrança de impostos municipaes, pois que ao agente executivo é outorgada esta attribuição. A lei municipal que o contrario estabelecer é nulla.	196
COMEÇO DE PROVA — resulta de um acto publico ou particular assignado por aquelle contra quem se quer fazer prova.	21
COMMISSÃO — ou porcentagem; sua improcedencia por falta dos requisitos do art. 165 do Codigo do Commercio.	317
COMPETENCIA — de fóro	371
CONFINANTE — não é por lei alguma obrigado a concorrer com as despesas feitas com tapumes de campos em commum.	255
CONTA — sua invalidez por não achar-se comprehendida na disposição do art. 22 do Codigo Commercial.	317
CONTRACTOS — os celebrados por cartas missivas anteriores ao mandato devem ser acceitos por ambos os contractantes para serem obrigatorios para as mesmas partes.	317
CONTRACTO — para a validade do de empreitada não é essencial que seja elle feito por escripto.	67
CONTRACTO — requisitos do de empreitada	67
CREDOR — por aluguel de casa é chirographario, si não houve a devida auctorisação dos syndicos.	148

D

DECRETO — a disposição do art. 4.º, § 2.º, in fine do de n. 167 A, já não vigora, ex vi do art. 219, do Decreto n. 370.	248
DIRFUTO — que está despido do elemento material, que não tem por objecto uma coisa corporea não é protegido e amparado com a quasi posse ou pelos interdictos possessorios que não se applicam aos direitos pessoais ou obrigações.	170
DIVIDA — pagamento da reconhecida em inventario, em reposição na parilha,	65
DIVISÃO — sua homologação.	115

— IV —

DOCUMENTOS — passados depois de 1. de Julho de 1899 até a data da publicação do Reg. n. 3564, de 22 de Janeiro de 1900, não incidem nas disposições dos artigos 50 § 3.ª letra c, e 51 da lei estadual n. 585 de 31 de Julho de 1899; estavam pois sujeitos ao sello federal.	223
DOMINIO — a sua materia não pode ser allegada e discutida em acção de força velha espoliativa.	87
DOMINIO — adquire-se pela occupação, accessão, especificação, confusão, commixtão, tradição e transcripção, percepção de fructos da cousa alheia e prescripção acquisitiva.	37

E

EDADE — prova-se não só por certidão como ainda por juramento do interessado, pela justificação, pelos attestados jurados.	253
EMBARGOS — o prazo para a apresentação dos oppositos á sentença de 1.ª instancia é de 10 dias.	296
EMBARGOS — á penhora, não se toma delles conhecimento quando offerecidos fóra do prazo legal.	142
EMBARGOS — são recebiveis os infringentes do julgado para annullar a acção e a penhora, offerecidos por legatarios dos remanescentes da terça do executado.	134
EMBARGOS — os infringentes do julgado para serem admittidos quando offerecidos pelo executado é necessario que este offereça documentos obtidos depois da sentença.	87
EMBARGOS — não são recebiveis os offerecidos após a assignatura da carta de arrematação.	34
EMBARGOS — improcedencia dos de declaração que só tem logar quando na sentença ha obscuridade, ambiguidade ou contradicção.	242
EMBARGOS — improcedencia dos oppositos em acção de cobrança de letra.	223
EMPREITADA — é locação mercantil.	67
EMPREITEIRO — não tem direito á indemnisação alguma quando a obra não tem solidez, achase com imperfeições; antes é elle responsavel pelos defeitos encontrados no predio porque as condições de segurança de uma obra fazem parte implicita do contracto de empreitada.	67
ERRATA	289

ESCRITO — particular, mesmo de quantia superior á taxa legal, sendo escripto e assignado pelo devedor com duas testemunhas, constitue por si só prova da divida. 217

ESCRITURA — na de hypotheca, para que valida seja, é da sua substancia a declaração expressa que nella se fará por parte do mutuario, de estarem ou não seus bens sujeitos a quaesquer responsabilidades por hypothecas legars, importando para o mesmo mutuario as penas de crime de estellionato a inexactidão ou falsidade nessa declaração.

Tal exigencia é extensiva tambem ás escripturas lavradas posteriormente a 2 de Maio de 1831.

Tal declaração, porém, não é necessaria quando se trata de hypotheca como pacto adjecto n'uma transmissão de immovel. 348

ESCRITURA PUBLICA — quando necessaria para prova dos contractos a sua falta não inhihe o credor de produzir outra prova porque a prohibição da Ord. Liv. 3.^a Tit. 59 é restricta aos casos em que não concorrer outra prova qualquer das admittidas em direito. 217

ESTUPRO — 285

EXCEPÇÕES — não podem ser allegadas na contestação. 101

EXCEPÇÃO — applicabilidade daquella a que se refere a Ordenação, L. 3.^a, tit. 49, § 11. 14

EXECUÇÃO — é nulla quando do traslado não constar a sentença exequenda. 180

F

FALTAS — as que só affectam os direitos das partes devem ser desattendidas quando cobertas pelo consentimento expresso ou tacito das mesmas partes. 317

FORO — quando não estipulado na escriptura do contracto prevalece a regra do art. 60 do Decreto n. 737 372

FRAUDE — na execução é provavel por conjecturas que induzam o animo do juiz a persuadir-se d'ella. 237

FRAUDE — documentos que a envolvem n'hum valor têm; ella prova-se, além do exame, por indicios e conjecturas. 317

H

HABEAS-CORPUS — não se concede ao preso em flagrante, por delicto de vá tentativa de morte não especificado com a necessaria clareza nesse auto, mas com vehemencia suspeitado pelos termos dello, pelo inquerito subsequente, pelo parecer do ministerio publico, e já assim qualificado na queixa pelo offendido, por esse ministerio, e no summario já com dia proximo designado.

384

HYPOTHECAS — legaes ou convencionaes feitas posteriormente á divida fiscal não são titulos de preferencia contra a Fazenda do Estado ou do Municipio e portanto a hypotheca que o collector faz de seus bens a outrem, depois de estar alcançado em suas contas não dá preferencia alguma ao credor hypothecario porque então já tem preferencia a Fazenda Publica.

205

HYPOTHECA — de moveis, não mais existe; subsistindo entretanto as obrigações reaes que a favor de certos creditos as leis tem estabelecido

148

HYPOTHECAS — as legaes ou convencionaes especializadas e inscriptas na forma da lei provando-se serem as mesmas anteriores á divida fiscal são titulo de preferencia contra a Fazenda do Estado e Municipal.

230

I

IMMOVEL — commum a diversos condminos não pôde ser hypothecado na sua totalidade sem o consentimento de todos. Cada um destes pôde porem, hypothecar individualmente a parte que nelle tiver, se for divisivel e só a respeito dessa parte vigorará a indivisibilidade da hypotheca que se consolida depois da partilha ou fica sem effeito se o immovel pro indiviso for lançado integralmente ao quinhão de outro herdeiro.

348

IMMOVELS — os que não podem ser alheados não podem ser hypothecados.

138

INCOMPETENCIA — de foro por ter a ré domicilio em comarca differente d'aquella em que foi proposta a acção.

240

INDEMNISAÇÃO — a ella está obrigado quem mata, mesmo em terreno seu, animal alheio, ou quem simplesmente espanca.

379

—VII—

INTIMAÇÃO — de sentença sob preção e assignação de prazo; differenças.	372
INVENTARIO — no de bens de estrangeiro residente no Brazil os immoveis situados fóra do Brazil estão fóra da acção da justiça local; os moveis estão sujeitos á lei do paiz onde existem embora o dono resida em paiz diferente. . . .	292
INVENTARIO — e partilha de bens de estrangeiro que fallece no Brazil são regulados pela lei brasileira: a successão porém, é regida pela lei da nacionalidade do estrangeiro (<i>doutrina</i>)	292
INSTRUMENTO — particular escripto e assignado pelo proprio punho do devedor e com duas testemunhas prova plenamente a divida, qualquer que seja o seu valor sem o adminiculo de outra qualquer prova; não reunindo todos esses requisitos será elle um principio de prova a completar-se por outra qualquer das admissíveis em juizo inclusive a testemunhal.	296

J

JUIZO COMMERCIAL — n'elle devem ser processadas todas as acções que derivarem de locação mercantil.	67
JURADOS—sua suspeição (<i>doutrina</i>).	1

L

LETRAS — e notas promissórias não são a mesma cousa que dinheiro e nem correm como moeda corrente.	183
LIVROS — os dos negociantes matriculados fazem prova plena relativa.	143

M

MANDATO — não se presume, maximé se o seu valor excede a taxa da lei.	317
MANDATO — mercantil; falta de prova de sua constituição.	317
MANDATO — para a validade de sua revogação na hypothese de nomeação de novo mandatario, não é essencial que o primeiro seja intimado della.	317
MARIDO — não pode vender nem alhear bens de raiz sem procuração ou expresso consentimento da mulher, nem bens em que cada um d'el-	

—VIII—

les tenha usufructo sómente, quer sejam casados com carta de methle que por carta de dote ou arrhas. Mesmo no regimen da separação de bens não pôde o marido dispôr dos seus bens de raiz sem consentimento da mulher. . . .	138
MENORES — em geral (menos os infantes) comquanto excluidos da faculdade de se obrigarem judicial ou extrajudicialmente sem auctoridade do pae, tutor ou curador, podem todavia validamente fazer quaesquer contractos ou actos que lhes sejam uteis e exigir com auctoridade do pae, tutor ou curador o seu cumprimento da parte contraria ou annullal-os se lhes forem prejudiciaes. . . .	210
MOVEIS — a que se refere o artigo 877 n. 1 do Codigo Commercial são os conhecidos pelo nome de <i>mobilia</i>	148

N

NULLIDADE — dependente de rescisão dá-se no contracto valido em apparencia, mas em que interveio simulação quer seja esta de boa ou de má fé. . . .	183
NULLIDADE — de parte de pagamento por ter se declarado que foi em dinheiro quando foi em valor representado par uma nota promissoria. . . .	183
NULLIDADES— das escripturas hypothecarias aproveitam só a terceiros, nunca ás partes contractantes	348

O

OBRIGAÇÕES — nascem dos contractos dos quasi-contractos, dos delictos ou quasi delictos, e as vezes da propria lei. . . .	27
ORDENAÇÃO — interpretação da do livro 4º, Tit. 12. . . .	101
ORDENAÇÃO — inapplicabilidade da do Liv. 4º, Tit. 54. . . .	139
ORDENAÇÃO — as do Liv. 3º Tit. 11, §§ 5º e 6º e Tit. 45 § 10 não auctorisam a competencia especial pela situação da cousa quando não tratar-se de materia real. . . .	240

P

PAE — nem sempre pôde representar o filho em juizo sem procuração deste 317

PAGAMENTO — feito sem ordem do credor não opera a descarga do devedor. 223

PARTILHA — não é titulo sufficiente de dominio para requerer-se divisão de terras. 37

— improcedencia de reclamação contra ella 247

PENHORA — pode ser feita em qualquer dia, mesmo em tempo de férias 348

PODER JUDICIARIO — é incompetente para tomar contas ao gente executivo. Para isso são competentes as camaras municipaes e assembléas Municipaes. 163

POSSE — não interrompida, de trinta annos, induz a prescripção acquisitiva extraordinaria, presume a boa fé e dispensa justo titulo . . . 37

— a do defuncto que passa ao herdeiro é civil com os effeitos da natural. 37

POSSE JURIDICA — tem-na, em todo o terreno fronteiro ao curral de sua fazenda o dono desta que á annos praticou actos possessorios e firmou posse exclusiva em uma parte desse terreno, sem opposição, ainda que não occupasse outra parte. 271

PROCURAÇÃO — acceita em juizo sem o reconhecimento da firma do outhorgante é valida 317

PROVA — a testemunhal é admittida como subsidiaria e complementar de outra por escripto, qualquer que seja o valor do contracto que se queira provar. 16

— a testemunhal é sufficiente nos termos dos artigos 183, § 7 e 318 do Reg. 737 para subsidiaria ou complementarmente convencer da veracidade da divida constante de conta extrahida de livros de commerciante 21

R

REGISTRO — de qualquer titulo pode ser requerido por todos que adquirem ou trahmittem algum direito por força dos mesmos titulos e particularmente tratando-se de inscripção, cujo requerimento pode ser feito pelo credor ou pelo devedor

— X —

— para sua prova não é necessaria a junção dos extractos, porque essa prova consta do proprio titulo em que deve ser lançada a nota da inscripção.

348

REGULAMENTO N. 717 — não tratando-se de contractos commerciaes não tem applicação o disposto no seu art. 182, § 1.º segundo o art. 123 do Cod. Commercial.

14

RESOLUÇÃO — da Câmara Municipal que estabelece o privilegio da acção executiva para cobrança de despeza com a construcção de muros divisorios e tapumes de terrenos contiguos é inconstitucional, e bem assim a que estabelece que as despezas com taes tapumes devem ser feitas á custa dos respectivos proprietarios, pois tal materia é de direito civil e da competencia do Congresso Nacional.

255

S

SEGURO DE VIDA — é partilhavel e sujeito aos onus das dividas passivas do casal.

247

SENTENÇA — nella deve o juiz restringir-se ao pedido.

242

SERVIDÃO — assume a natureza d'ella as serventias visiveis que o senhor de dois predios estabelece sobre um em favor do outro que é posteriormente alienado, salvo clausula expressa em contrario.

43

SUPPLEMENTO — procedencia do pedido do de idade.

78

SYNDICOS — a falta de citação dos de uma companhia em liquidação contra a qual tenta se uma acção, induz nullidade insanavel d'essa.

178

V

VENDA. — é nulla a que o pae faz a um filho sem consentimento dos outros filhos, seja de boa ou de má fé.

101

LEGISLAÇÃO

LEI N. 302, de 1.º de Julho de 1901 — Muda para Belo Horizonte o nome da Capital de Minas

401

LEI N. 303, de 5 de Julho de 1901 — Altera a lei n. 245, de 17 de Setembro de 1898, sobre feiras de gado, etc.

401

— XI —

LEI N. 304, de 24 de Julho de 1901 declara nulla uma lei da Camara Municipal de Uberaba	403
LEI N. 305, de 30 de Julho de 1901, sobre vota- ção dos orçamentos municipaes.	404
LEI N. 306, de 9 de Agosto de 1901, crea o imposto de 10 % sobre o subsidio dos deputados e senadores, etc.	405
LEI N. 307, de 13 de Agosto de 1901, regula a concessão de licenças a quaesquer funcçiona- rios de ordem administrativa ou judiciaria . .	406
LEI N. 308, de 14 de Agosto de 1901, perdôa a varios reus o reato da pena	408
LEI N. 309, de 16 de Agosto de 1901, approva as contas do exercicio de 1899.	409
LEI N. 310, de 29 de Agosto de 1901, altera a taxa do imposto de transmissão de propriedade.	411
LEI N. 311, de 5 de Setembro de 1901, crea duas feiras de gado.	412
LEI N. 312, de 5 de Setembro de 1901, annulla leis da Camara Municipal de Montes Claros. .	412
LEI N. 313, de 6 de Setembro de 1901, manda imprimir um livro inedito de Bernardo Guima- rães.	413
LEI N. 314, de 10 de Setembro de 1901, fixa a a força publica do Estado para 1902.	414
LEI N. 315, de 12 de Setembro de 1901, annulla uma decisão da camara municipal de Lavras : .	415
LEI N. 316, de 13 de Setembro de 1901, regula as férias do foro	416
LEI N. 317, de 14 de Setembro de 1901 aucto- riza a construcção, uso e gozo de estrada de ferro	416
LEI N. 318, de 16 de Setembro de 1901, reorga- niza diversos ramos de serviço publico	418
LEI N. 319, de 16 de Setembro de 1901 crea di- versos municipios, altera divisas e contem ou- tras disposições	424
LEI N. 320, de 17 de Setembro de 1901, regula a concessão de estradas de ferro de que trata a lei n. 276, de 18 de Setembro 1899	441
LEI N. 321, de 17 de Setembro de 1901, aucto- riza a cessão de um predio estadual na cidade de Varginha	442
LEI N. 322, de 19 de Setembro de 1901, reduz os vencimentos dos professores das aulas prati- cas annexas ás Escola Normaes	443
LEI N. 323, de 25 de Setembro de 1901, fixa a despesa e orça a receita para o exercicio finan- ceiro de 1902.	445

